



ROSA DOS VENTOS

IVANIO DICKMANN ORGANIZADOR

VOLUME 1



COLETÂNEA DE ARTIGOS QUE APONTAM PARA
NOVOS RUMOS DAS PESQUISAS ACADÊMICAS

ROSA DOS VENTOS

Ivanio Dickmann
(organizador)

VOLUME 1

NOTA: Dado o caráter interdisciplinar desta coletânea, os textos publicados respeitam as normas e técnicas bibliográficas utilizadas por cada autor. A responsabilidade pelo conteúdo dos textos desta obra é dos respectivos autores e autoras, não significando a concordância dos organizadores e da instituição com as ideias publicadas.

IMPORTANTE: Muito cuidado e técnica foram empregados na edição deste livro. No entanto, não estamos livres de pequenos erros de digitação, problemas na impressão ou de alguma dúvida conceitual. Avise-nos por e-mail: cida.dialogar@gmail.com

© **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Ivanio Dickmann
(organizador)

ROSA DOS VENTOS

VOLUME 1

Diálogo Freiriano
Veranópolis – RS
2024

CONSELHO EDITORIAL

Ivanio Dickmann – Brasil
Adan Renê Pereira da Silva - Brasil
Aline Mendonça dos Santos - Brasil
Fausto Franco Martinez – Espanha
Fátima Stela Bezerra Viana Barbosa - Brasil
Jorge Alejandro Santos – Argentina
Marcelo Valente de Souza - Brasil
Miguel Escobar Guerrero - México
Carla Luciane Blum Vestena - Brasil
Ivo Dickmann - Brasil
José Eustáquio Romão - Brasil
Enise Barth - Brasil

EXPEDIENTE

Editor Chefe: Ivanio Dickmann
Diagramação: Cida Nilen
Capa: Ivanio Dickmann

Esse livro passou pelo processo
revisão por pares dentro das regras
do Qualis livros da CAPES

FICHA CATALOGRÁFICA

| | |
|-----------|---|
| R788 | Rosa dos ventos / Ivanio Dickmann (Organizador). – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2024. (Rosa dos ventos; 01) |
| | ISBN 978-65-80183-89-0 |
| | 1. Educação. I. Dickmann, Ivanio. II. Série. |
| 2024_0534 | CDD 370.01 (Edição 23) |

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

EDITORA DIÁLOGO FREIRIANO

[CNPJ 20.173.422/0001-76]
Av. Osvaldo Aranha, 1395 - Sala 202- Centro
CEP 95.330-000 - Veranópolis – RS
Instagram: @editoradialogofreiriano
Whatsapp: [54] 98428.3547

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| QUATRO PONTOS CARDEAIS PARA REFLETIRMOS! | |
| Ivanio Dickmann | 8 |
| A ATUAÇÃO COM PROCESSO DE MENTORIA DE CARREIRA PARA JUVENTUDE: DESAFIOS DO ACOLHIMENTO EMOCIONAL NO TERCEIRO SETOR NO PÓS-PANDEMIA NO BRASIL | |
| Ana Clésia Pereira Santiago da Rocha | 13 |
| A IMPORTÂNCIA QUE O TERAPEUTA REALIZA INTERVENÇÕES COM OS PAIS A DIZER O “NÃO” AS CRIANÇAS | |
| Antonio Carlos Santos Silva..... | 33 |
| JOSÉ LUIS NAPOLEÃO: UM EXPOENTE NA LUTA PELA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ | |
| Aparecido Donizetti Galdino | 38 |
| UMA CRÍTICA À TEORIA DA ECONOMIA POLÍTICA DE WILLIAM JEVONS: AS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NA CIÊNCIA E NO ENSINO | |
| Cloves Barbosa | 51 |
| DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM: O DESPERTAR INDIVIDUAL DO ESTUDANTE | |
| Daniela Aparecida dos Santos, Heloisa Marson Pinton Carraro | 76 |
| IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO NA BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA E A IMPORTÂNCIA DAS LEGUMINOSAS | |
| Eliane Soares Santos Barbosa | 92 |
| OS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO COMO MEIO EFICAZ DE APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | |
| Fabiana de Moura Cabral Malta, Marizângela Melo Vasconcelos, Patrícia Paula Soares Santos Oliveira..... | 106 |
| O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR E A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL | |
| Fabiana Flaviana dos Santos Barreto, Ivo Lino Junior Dias..... | 125 |
| UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO SONO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA QUALIDADE DE VIDA | |
| Fernando Bicocchi Canova, Maíra Campos Marinho Nonato | 135 |

| | |
|---|------------|
| TRILHANDO OS CAMINHOS DA EPISTEMOLOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DO CONHECIMENTO | |
| Francisco do Livramento Andrade | 149 |
| A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR | |
| Geisa Cavalcante Carbone Sato | 163 |
| POÉTICAS DA SUBVERSÃO: PLURIVERSO AMAZÔNICO E EXALTAÇÃO DO FEMININO EM MARTA CORTEZÃO | |
| Heliene Rosa da Costa | 173 |
| GUERRA "SANTA": UM DIÁLOGO SOBRE O TERMO E A GUERRA NA PALESTINA | |
| Jaqueline Balthazar Silva | 188 |
| ROBINHO, DANIEL ALVES, NEYMAR ... E NOSSOS ESTUDANTES? | |
| João Luiz Muzinatti..... | 202 |
| O DESAFIO DE FORMAR LEITORES NA ERA DIGITAL: A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO HÁBITO DE LER | |
| José Antonio da Silva Pinto..... | 208 |
| TAXONOMIA DE BLOOM: APRENDIZAGEM COLABORATIVA NA EDUCAÇÃO | |
| Ivelton A. Schwertner, Joyce R. Gonçalves, Marta L.K.A. Brizolla, Rogério L. Murji, Adriana F.C. Sol, Andreia B. Stefanello, Janaina M. Bernardi, Bárbara A. Bazanella, Nádia C.G. Mendes, Marli D. Costa | 219 |
| A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO CONTEMPORÂNEO | |
| Eriksen Carpes, Alexandre L. Oliveira, Robson M. A. Silva, Ivelton A. Schwertner, Marta L.K.A. Brizolla, Nádia C.G. Mendes, Marli D. Costa, Joyce R. Gonçalves, Adriana F.C. Sol, Geni V. Góis | 231 |
| PRECONCEITO INDÍGENA: ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS | |
| Thalles Einstein Felix..... | 245 |
| O USO ILEGAL DE DADOS E A FISCALIZAÇÃO DA LGPD: O TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO | |
| Djalma Correia da Silva Neto | 259 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 279 |

QUATRO PONTOS CARDEAIS PARA REFLETIRMOS!

Bem-vindos e bem-vindas à **Rosa dos Ventos**, um compêndio que representa um marco na jornada do conhecimento. Neste espaço, convergem as mentes curiosas e inovadoras que buscam desbravar os territórios do saber. A cada página, somos guiados por uma bússola que aponta não apenas para o Norte, mas para todas as direções onde a inovação e a interdisciplinaridade se encontram.

Em um mundo em constante transformação, a academia se depara com o desafio de acompanhar o ritmo acelerado das mudanças. A Rosa dos Ventos surge como uma bússola para navegar neste oceano de possibilidades, onde cada artigo é uma vela içada rumo ao horizonte do conhecimento. Aqui, valorizamos tanto as tradições acadêmicas quanto a coragem de questionar e reformular conceitos.

Convidamos você, leitor/a, a embarcar nesta viagem conosco. Que as páginas desta coletânea sejam as coordenadas que o levem a explorar novas ideias, a construir pontes entre diferentes áreas do saber e a iluminar caminhos ainda não percorridos. Juntos, avançaremos na direção de um futuro mais esclarecido e conectado, onde o saber é a bússola que nos orienta.

Norte: O Pilar da Tradição

Ao voltarmos nossos olhares para o Norte, somos remetidos ao respeito e à valorização das tradições acadêmicas que formam os alicerces do conhecimento. Este ponto cardeal nos recorda da importância de honrar os princípios e fundamentos que nos antecederam, servindo como bússola para nossas jornadas intelectuais. A tradição, neste sentido, é o farol que ilumina nosso caminho, garantindo que não nos desviemos na busca incessante por inovação.

Entretanto, a reverência ao Norte não implica em imobilidade ou conformismo. Pelo contrário, é a partir do sólido chão das tradições que podemos alçar voos mais altos e audaciosos. Assim como a árvore que se nutre de suas raízes para crescer em direção ao céu, os acadêmicos se apoiam no legado de seus predecessores para construir novas estruturas de pensamento, mais robustas e abrangentes.

Portanto, ao abraçarmos o Norte, não estamos meramente olhando para trás, mas sim, utilizando o passado como um trampolim para o futuro. É neste espírito que a Rosa dos Ventos inclui em suas páginas o respeito à tradição, convidando o leitor a uma jornada que, embora

alicerçada no passado, está sempre voltada para o horizonte das possibilidades futuras. Assim, seguimos adiante, com os olhos fixos nas estrelas que orientam nossa navegação acadêmica.

Sul: A Bússola da Renovação

Ao direcionarmos nossa jornada para o Sul, somos guiados pela bússola da renovação, que nos instiga a desbravar novos territórios e abraçar perspectivas inexploradas. O Sul simboliza o movimento constante em direção ao desconhecido, incentivando-nos a questionar o estabelecido e a buscar respostas para os enigmas que ainda desafiam a compreensão humana. É nesta direção que a Rosa dos Ventos nos convida a navegar, rumo a uma academia mais dinâmica e inovadora.

A renovação é o motor que impulsiona a evolução do conhecimento. Em um mundo marcado pela velocidade das transformações, a capacidade de se adaptar e de reinventar-se torna-se indispensável. Assim, o Sul nos lembra da importância de estarmos sempre abertos a novas ideias, a diferentes abordagens e a metodologias que possam enriquecer nossa compreensão sobre a realidade. É nesta direção que a ciência avança, rompendo barreiras e expandindo fronteiras.

Neste espírito, a Rosa dos Ventos abriga em suas páginas artigos que refletem essa busca incessante por renovação. Cada contribuição é um passo adiante na trilha da descoberta, um convite para que o leitor se aventure além dos limites do conhecido. Ao sul, somos todos exploradores, navegando em um oceano de possibilidades, com a certeza de que cada nova onda nos aproxima de um futuro mais esclarecido e promissor. Assim, seguimos em frente, com a bússola da renovação sempre a nos orientar.

Leste: A Alvorada da Criatividade

No Leste, somos saudados pela alvorada da criatividade, onde o sol nascente ilumina caminhos inovadores e ideias revolucionárias. Esta direção simboliza o despertar de novas possibilidades, o surgimento de *insights* originais que têm o poder de transformar o modo como entendemos e interagimos com o mundo. A Rosa dos Ventos reconhece a importância dessa energia criativa e a coloca no centro de sua missão acadêmica.

A criatividade é a faísca que acende a chama da inovação. Ela nos desafia a olhar para além do óbvio, a conectar pontos aparentemente desconexos e a encontrar soluções inusitadas para problemas antigos. No Leste, somos convidados a deixar nossa imaginação voar livre, a experimentar sem medo do erro, pois é através da ousadia criativa que o conhecimento se expande e se renova.

Cada artigo presente nesta coletânea é um testemunho da capacidade humana de sonhar e de criar. Eles são janelas abertas para horizontes ainda não mapeados, convites para que o leitor embarque em uma viagem rumo ao desconhecido. Ao leste, cada amanhecer traz consigo a promessa de novas descobertas, de novas formas de pensar e de ser. Assim, com a luz da criatividade a guiar nossos passos, avançamos confiantes em direção a um futuro repleto de possibilidades inexploradas.

Oeste: O Crepúsculo da Reflexão

Ao voltarmos nossos olhares para o Oeste, somos envolvidos pelo crepúsculo da reflexão, um momento de introspecção e avaliação crítica. Esta direção nos convida a fazer uma pausa na jornada, a contemplar o caminho percorrido e a ponderar sobre o impacto e a relevância de nossas descobertas. Na Rosa dos Ventos, o Oeste simboliza a importância de uma abordagem reflexiva e consciente no processo acadêmico.

A reflexão é o espelho que nos permite enxergar com clareza o significado e as implicações de nosso trabalho. Ela nos ajuda a questionar nossas próprias premissas, a avaliar a solidez de nossos argumentos e a entender como nossas contribuições se inserem no contexto mais amplo do conhecimento. No Oeste, somos encorajados a cultivar uma postura crítica, essencial para o avanço de uma ciência responsável e ética.

Cada artigo nesta coletânea é, portanto, um convite à reflexão. Eles nos desafiam a pensar além das palavras escritas, a buscar as conexões ocultas e a extrair lições que transcendam o âmbito acadêmico. Ao Oeste, somos todos filósofos, navegando nas águas profundas do pensamento, conscientes de que é na quietude da reflexão que as verdadeiras joias do saber são encontradas. Assim, prosseguimos em nossa jornada, com a sabedoria do crepúsculo a iluminar nosso caminho.

Navegando em Águas Multidisciplinares

Ao final desta jornada através dos pontos cardeais da Rosa dos Ventos, encontramos-nos no ponto de partida, enriquecidos por uma viagem que explorou as diversas faces do conhecimento. Cada direção revelou uma dimensão única do processo de pesquisa acadêmico, desde a valorização da tradição até a busca por inovação, passando pela criatividade e a importância da reflexão crítica. Juntos, esses elementos formam o tecido vibrante da pesquisa e do aprendizado, tecido esse que é tanto diverso quanto integrado.

A nossa Rosa dos Ventos é um convite à interdisciplinaridade, um chamado para que navegadores do saber ultrapassem as fronteiras convencionais das disciplinas. É um lembrete de que a riqueza do conhecimento reside na sua multiplicidade, e que é na confluência de

diferentes perspectivas que as ideias mais transformadoras são geradas. Assim, esta coletânea de artigos não é apenas uma compilação de textos, mas uma tapeçaria de visões, um mosaico de vozes que juntas cantam a canção da descoberta e da inovação.

Neste espírito, convidamos você, leitor/a, a mergulhar nas páginas desta obra com os olhos, o coração e a mente abertos. Que cada artigo seja um convite para explorar novos horizontes, para questionar o estabelecido e para sonhar com futuros possíveis. Que a Rosa dos Ventos seja a bússola que o guia em sua própria jornada de aprendizado e descoberta, iluminando caminhos antes ocultos e revelando paisagens intelectuais ainda inexploradas.

Portanto, embarque conosco nesta aprendizagem multidisciplinar, onde cada página é uma etapa, cada artigo é um passo, e cada ideia é um farol que ilumina o caminho. Juntos, navegaremos em águas repletas de possibilidades, com a certeza de que o conhecimento é um oceano sem fim, e que a jornada do saber é a mais nobre e gratificante das viagens.

Seja bem-vindo/a à Rosa dos Ventos, uma bússola para a mente curiosa, um mapa para o coração aventureiro, e um farol para o espírito inovador. Que esta coletânea seja o início de uma viagem transformadora, e que a cada virar de página, você descubra novas rotas.

IVANIO DICKMANN

Organizador

Ana Clésia Pereira Santiago da Rocha

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3478735719527385>

Graduada em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Campos de Andrade - UNIANDRADE (2012-2015). Concluiu a pós-graduação em Educação, Diversidade e Cidadania no Centro Universitário UNIFAEI (2015-2017) e em Psicopedagogia Clínica e Institucional no Centro Universitário Internacional UNINTER (2019-2021). Atualmente está cursando Psicanálise Clínica na Universidade Positivo - CRUZEIRO DO SUL, com conclusão prevista para 2024. Possui experiência na área da Educação como professora, psicopedagoga, mentora e pesquisadora voluntária no terceiro setor. Atualmente é professora de Altas Habilidades e Superdotação na Escola de Referência C.E.V.R.C (SEED-PR) e atua como Psicopedagoga Clínica e Institucional autônoma, realizando atendimentos individuais e em grupo com ênfase na análise comportamental e orientação de carreira. Desde 2019 atua no terceiro setor como voluntária, desde 2022 atua como mentora de carreira voluntária na Gerando Falcões e Leitora Amiga voluntária no Projeto Leitura Amiga. Para mais informações, acesse: www.linkedin.com/in/anaclesiasantiago

A ATUAÇÃO COM PROCESSO DE MENTORIA DE CARREIRA PARA JUVENTUDE: DESAFIOS DO ACOLHIMENTO EMOCIONAL NO TERCEIRO SETOR NO PÓS-PANDEMIA NO BRASIL

Introdução

O presente artigo visa abordar os desafios da atuação no terceiro setor no trabalho com a juventude brasileira, especificamente jovens em vulnerabilidade social a partir dos 14 anos, mas afinal o que é o terceiro setor?

O terceiro setor pode ser definido como instituições que não fazem parte do Estado, nem do mercado, estaria no campo da sociedade civil organizada ¹. O Terceiro Setor é uma esfera da sociedade composta por organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações e demais entidades sem fins lucrativos, que atuam de forma complementar ao Estado e ao setor privado na promoção do bem-estar social e no enfrentamento de desafios sociais.

Diferencia-se dos setores público e privado por sua natureza externa ao interesse coletivo e à busca por impacto social positivo, ao invés de visar o lucro.

Principais atividades do Terceiro Setor:

As atividades desempenhadas pelo Terceiro Setor abrangem uma ampla gama de áreas, como assistência social, educação, saúde, meio ambiente, cultura, direitos humanos e desenvolvimento comunitário. Essas organizações atuam por meio de projetos e programas que visam promover a inclusão social, a justiça, a equidade e a sustentabilidade, buscando suprir lacunas deixadas pelo Estado e a iniciativa privada.

Diversos grupos estão envolvidos no terceiro setor, engajando-se em suas atividades e contribuindo para a consecução de seus objetivos. Esses grupos são compostos por voluntários, profissionais remunerados,

¹ Nota: O Terceiro Setor as pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e, além disso, exercem uma atividade de interesse social – ou seja, trabalham em causas humanitárias, prestam serviços filantrópicos ou realizam atividades que promovem a cidadania e a inclusão social. Disponível em: Terceiro Setor - Perguntas frequentes. Acesso em 10/03/2024 às 20:30h.

doadores, parceiros institucionais, beneficiários e comunidades locais. A diversidade desses grupos reflete a natureza participativa e colaborativa do Terceiro Setor, em que diferentes atores se unem para promover a transformação social e o desenvolvimento sustentável.

A definição do Terceiro Setor destaca sua importância como um conjunto de organizações comprometidas com o bem comum, buscando solucionar desafios sociais e promover a equidade. Suas atividades abrangem diversas áreas para o benefício coletivo.

A importância da atuação com a juventude na área de carreira profissional no terceiro setor

A atuação com os jovens na área de carreira profissional no terceiro setor no Brasil ganha uma importância significativa diante do cenário de desigualdade social que enfrentamos. A desigualdade é um dos grandes desafios enfrentados pelo país, afetando especialmente a juventude, que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com dificuldades de acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional.

Segundo a pesquisa "O futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras" 27% dos jovens não estudam e nem trabalham². Nesse contexto, o terceiro setor desempenha um papel fundamental ao oferecer programas e iniciativas que visam promover a inclusão social e profissional dos jovens. Essas organizações não-governamentais têm como objetivo principal a transformação social e trabalham de forma complementar ao Estado e ao setor privado, preenchendo lacunas deixadas por esses setores e atuando diretamente junto à juventude em situação de vulnerabilidade.

A atuação com jovens na área de carreira profissional no terceiro setor no Brasil visa oferecer oportunidades de capacitação, orientação vocacional, acesso a cursos e treinamentos, além de fornecer apoio emocional e psicossocial. Essas ações são fundamentais para que os jovens tenham condições de desenvolver suas habilidades e competências, ampliar suas perspectivas e construir trajetórias profissionais sólidas.

A desigualdade social é um obstáculo que impede muitos jovens de alcançar seus objetivos profissionais. Fatores como falta de recursos financeiros, acesso limitado à educação de qualidade, falta de redes de contatos e estigmas sociais são apenas alguns dos desafios enfrentados por essa parcela da população. O terceiro setor, por meio de sua atuação junto à juventude, busca mitigar esses obstáculos, oferecendo suporte e

² Pesquisa disponível em: O Futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras: Acesso em: 15/03/2024 às 22:00h

oportunidades para que os jovens possam superar as barreiras impostas pela desigualdade.

Podemos destacar ainda que a atuação com a juventude no terceiro setor contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao promover a inclusão social e profissional dos jovens, essas organizações estão investindo no desenvolvimento de futuros profissionais, cidadãos atuantes e agentes de transformação social.

O empoderamento da juventude por meio da educação, capacitação e orientação profissional é uma estratégia eficaz para romper o ciclo da desigualdade e construir um país mais justo e igualitário. A atuação com a juventude na área de carreira profissional no terceiro setor no Brasil é de extrema importância diante da desigualdade social que enfrentamos nas favelas e comunidades. Essas iniciativas são essenciais para oferecer oportunidades e promover a inclusão social dos jovens, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária para todos. Vale ressaltar, que não negligenciamos que a nossa atuação é limitada por um recorte específico, mas que se faz necessária diante da necessidade real de apoio na área da juventude no nosso país.

O papel do terceiro setor na atuação com a juventude

O papel do terceiro setor na atuação com a juventude é significativo e importante na sociedade contemporânea. O principal motivo, é compreender e valorizar o potencial dos jovens para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. Nesse contexto, o terceiro setor atua de forma intencional ao oferecer programas, projetos e iniciativas beneficentes para a promoção do bem-estar e o desenvolvimento dos jovens brasileiros.

As principais características do terceiro setor é sua capacidade de atuar de forma complementar ao Estado e ao setor privado, preenchendo lacunas e suprindo necessidades que muitas vezes não são contempladas por esses setores. Uma das áreas de atuação do terceiro setor junto à juventude é a promoção da educação e do acesso à informação. Por meio de programas educacionais, bolsas de estudo, cursos técnicos e profissionalizantes, como organizações do terceiro setor importantes para o fortalecimento da formação acadêmica e profissional dos jovens, ampliando suas chances de ingresso no mercado de trabalho e de construção de uma carreira promissora.

Vou citar a minha área de atuação como mentora de carreira para pontuar a razão da construção da narrativa de escrita da pesquisa apresentada no presente artigo. Hoje atuou como voluntária no terceiro setor em dois projetos, em um deles sou mentora de carreira da *Gerando Falcões* desde 2022, nosso trabalho com os jovens falcões é de orientação remota de diversos jovens brasileiros de várias regiões do país que estão no

programa da GF - Jovem Falcão, no projeto atuou com apoio na orientação de carreira e empregabilidade dos jovens nas favelas brasileiras em parceria com diversos institutos que fazem parte da rede GF.

A Gerando Falcões é uma rede de desenvolvimento social que atua para interromper o ciclo de pobreza nas favelas com inovação e tecnologia. Já são cerca de 6 mil favelas e mais de 700 mil pessoas impactadas por todo o Brasil e mais de mil líderes das ONGs capacitados para transformar territórios por todo o Brasil

Qual é o papel do mentor de carreira na Gerando Falcões? A mentoria dos jovens faz parte do projeto Jovem Falcão, programa de desenvolvimento socioemocional da *Falcons University*, que tem como objetivo a construção e renovação de sonhos. Os mentores são responsáveis por orientar esses jovens no passo a passo para eles chegarem no seu objetivo, quer seja ensinando como ingressar numa universidade, ajudar na busca pelo primeiro emprego vinculado ao objetivo de vida (projeto de vida), simulação de entrevista, direcionamento de cursos, processo seletivo, apoio socioemocional etc. Para ser mentor dos nossos jovens é necessária muita empatia, amor, dedicação, paciência e fazer o treinamento.³

Sou voluntária desde 2016 na rede pública e em projetos sociais, durante a minha jornada de atuação com o terceiro setor pude perceber como ele desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e do protagonismo juvenil. Por meio de projetos voltados para o engajamento cidadão, a participação social e o desenvolvimento de habilidades de liderança, as organizações do terceiro setor incentivam os jovens a se envolverem na transformação de suas realidades, estimulando a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Outro aspecto relevante é o apoio emocional e psicossocial oferecido pelo terceiro setor aos jovens. Muitos jovens enfrentam desafios e adversidades em suas trajetórias, como problemas familiares, falta de autoestima, pressões sociais e dificuldades de relacionamento. As organizações do terceiro setor, por meio de profissionais capacitados e programas específicos, prevêm um ambiente acolhedor e seguro, oferecendo suporte emocional, orientação e aconselhamento, contribuindo para o fortalecimento da saúde mental e emocional dos jovens. A maioria dos projetos têm profissionais de diversas áreas de atuação, essa diversidade de voluntários nos projetos favorece o apoio multidisciplinar e a troca de conhecimento de profissionais de diversas áreas que se apoiam com o mesmo propósito.

³ Nota explicativa - atuamos com a mentoria de carreira através da plataforma mentorar. Disponível em: <https://jovemfalcao.mentorar.com.br/>. Acesso: 16/08/2022 às 14:31h

Por meio de programas educacionais, de apoio emocional, de promoção da cidadania e de combate às desigualdades, as organizações do terceiro setor oferecem oportunidades e condições para que os jovens possam construir um futuro digno e se tornarem agentes de transformação social. Valorizar e investir no potencial da juventude é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

A importância do acolhimento emocional dos profissionais do terceiro setor à juventude no contexto pós-pandemia

A importância do acolhimento emocional dos profissionais do terceiro setor à juventude no contexto pós-pandemia é crucial na proteção emocional dos jovens atendidos. Segundo a Organização Pan-Americana a pandemia Covid-19 desencadeou um aumento de 25% de ansiedade e depressão em todo mundo ⁴. Segundo a Unicef, análises indicam impacto dos transtornos mentais na juventude no âmbito econômico.

Segundo as últimas estimativas disponíveis, calcula-se que, globalmente, mais de um em cada sete meninos e meninas com idade entre 10 e 19 anos viva com algum transtorno mental diagnosticado. Quase 46 mil adolescentes morrem por suicídio a cada ano, uma das cinco principais causas de morte nessa faixa etária. Enquanto isso, persistem grandes lacunas entre as necessidades de saúde mental e o financiamento de políticas voltadas a essa área. O relatório constata que apenas cerca de 2% dos orçamentos governamentais de saúde são alocados para gastos com saúde mental em todo o mundo ⁵.

A importância do acolhimento emocional dos profissionais do terceiro setor no contexto pós-pandemia também é um tema de grande relevância a ser discutido. A crise sanitária global causada pela pandemia de COVID-19 impactou profundamente a sociedade como um todo, e os profissionais que atuam no terceiro setor não foram exceção. Durante esse período desafiador, esses profissionais estiveram na linha de frente, lidando com demandas crescentes, restrições de recursos e a necessidade de adaptação constante. Nesse sentido, o acolhimento emocional adequado é essencial para garantir o bem-estar e a resiliência desses indivíduos.

Os profissionais do terceiro setor desempenham um papel crucial na mitigação dos impactos sociais da pandemia, atendendo comunidades vulneráveis, oferecendo suporte psicossocial, suprimindo necessidades básicas e promovendo a inclusão. No entanto, essas atividades demandam um esforço significativo, tanto físico quanto emocional. A exposição a situações de sofrimento, escassez de recursos e o enfrentamento de

⁴ Disponível em: Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde . Acesso: 10/03/2024 às 23:00h

⁵ Disponível em: Impacto. Acesso em 13/03/2024 às 20:25h

desafios complexos podem afetar a saúde mental e emocional dos profissionais do terceiro setor.

Um dos impactos é *Vicarious traumatization*⁶ Esse fenômeno está relacionado ao esgotamento emocional e pode ocorrer quando indivíduos que trabalham em profissões de ajuda, como cuidadores, terapeutas ou profissionais de saúde, absorvem indiretamente o trauma e o sofrimento emocional de outras pessoas através da exposição constante a essas narrativas. Essa experiência pode levar a consequências negativas, como exaustão emocional, diminuição da empatia e dificuldades no bem-estar psicológico.

Reconhecer que esses profissionais também são seres humanos, sujeitos a sentimentos de exaustão, ansiedade, estresse e sobrecarga emocional. A pandemia trouxe consigo uma série de mudanças repentinas e imprevisíveis, e os profissionais do terceiro setor tiveram que se adaptar rapidamente a novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, a utilização de tecnologias digitais e a reconfiguração de projetos e programas. Essas transformações, somadas às preocupações com a saúde pessoal e familiar, podem gerar impactos significativos na saúde emocional dos profissionais.

Nesse contexto, o acolhimento emocional se torna uma necessidade de profunda importância. É fundamental que as organizações do terceiro setor estejam atentas às necessidades emocionais de seus profissionais e criem um ambiente de trabalho que promova o cuidado e a saúde mental. Isso pode incluir a implementação de práticas de autocuidado, como pausas regulares, flexibilidade de horários, programas de apoio psicossocial, supervisão clínica e espaços de diálogo e reflexão.

Além disso, o acolhimento emocional também deve envolver o reconhecimento e a valorização do trabalho realizado pelos profissionais. É importante que eles se sintam apoiados, ouvidos e reconhecidos por suas contribuições. Iniciativas como feedback construtivo, reconhecimento público, programas de capacitação e oportunidades de desenvolvimento profissional podem fortalecer o sentimento de pertencimento e engajamento dos profissionais, contribuindo para sua saúde emocional e motivação no terceiro setor.

É válido ressaltar que o acolhimento emocional dos profissionais do terceiro setor não deve ser encarado como uma medida isolada, mas sim como parte de uma cultura organizacional que valoriza o bem-estar e a

⁶ Traumatização vicariante, também conhecida como fadiga por compaixão ou traumatização por exposição, é um termo que se refere a um custo emocional significativo que pode surgir do envolvimento empático contínuo ao ouvir histórias que envolvem grande sofrimento humano, violência e trauma. Artigo disponível em https://www.ces.uc.pt/centrodetrauma/documentos/Guidelines_Te_cnicosIII.pdf Acesso em 07/03/2024 às 22:35h

saúde mental de seus colaboradores. As organizações do terceiro setor têm a responsabilidade de criar um ambiente institucional que promova o cuidado emocional, o diálogo aberto e a busca por soluções conjuntas para os desafios enfrentados, espaços de troca, apoio é fundamental para o crescimento saudável de todos envolvidos no projeto.

Desafios enfrentados na atuação com a juventude

A pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo na saúde mental da população mundial, e os jovens não foram exceção. No Brasil, especificamente, a juventude enfrenta desafios únicos relacionados à pandemia, com consequências emocionais preocupantes, incluindo o aumento de transtornos como ansiedade, depressão e ideação suicida. Compreender esses desafios é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de intervenção e suporte aos jovens nesse contexto pós-pandemia.

As estimativas das causas de morte entre adolescentes são baseadas em dados da Estimativas Globais de Saúde 2019, da Organização Mundial da Saúde (OMS). As estimativas sobre a prevalência de transtornos mentais diagnosticados baseiam-se no Estudo de Carga Global de Doenças de 2019, do Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde (IHME).

UNICEF (2021)

O site podefalar.org.br é um dos canais de atendimento para o público da juventude no Brasil. O site foi criado pela UNICEF (2021), o Brasil foi um dos 21 países que participaram da pesquisa sobre Situação Mundial da Infância 2021, nesse sentido podemos perceber uma preocupação mundial sobre a infância e a adolescência no contexto pós-pandemia.

Um dos impactos da pandemia foi na saúde mental dos nossos jovens. Recentemente, realizando um curso de Liderança Humanizada da ENAP, discutimos em grupo um dos tantos desafios que muitos profissionais sentem ao atuarem com a juventude no terceiro setor, exemplo: como lidar com questões tão graves, como, situações de abusos sexuais, questões emocionais de depressão e ansiedade, ideação de suicídio, a automutilação e outros aspectos de impacto na vida dos nossos jovens em vulnerabilidade? Como proteger nosso emocional na linha de frente?

Uma das reflexões que foi abordada no grupo foi a importância de entender os nossos limites pessoais diante de desafios estruturais da sociedade que estamos inseridos, buscar apoio emocional para lidar com os nossos próprios processos individuais e pessoais para não nos sobrecarregarmos e investir no autoconhecimento e no autocuidado. A urgência de políticas públicas que enxerguem o cenário e o pedido de socorro que a juventude brasileira faz quando observamos os

comportamentos de risco que estão gritando diariamente nas escolas públicas, privadas, favelas e na sociedade de forma geral.

Fatores Contribuintes

Será que podemos destacar fatores específicos para esse grito de socorro que a juventude brasileira vem dando nos últimos anos? Quais foram os fatores que de fato contribuíram para o aumento dos desafios emocionais enfrentados pela juventude no Brasil durante e no pós-pandemia?

O impacto emocional e o aumento da ansiedade e depressão no mundo é multifatorial, mas podemos destacar alguns fatores contribuintes para o agravamento, como: o isolamento social prolongado, necessário para conter a propagação do vírus (Covid-19), o que levou a uma diminuição das interações sociais e apoio emocional, isso aumentou os sentimentos de solidão, ansiedade e depressão. Além disso, a interrupção das atividades educacionais presenciais e a transição para o ensino remoto trouxeram desafios adicionais, como dificuldades de adaptação, falta de motivação e sobrecarga de tarefas.⁷

Entender esses fatores contribuintes é muito importante quando entendemos o ser humano como um ser social, onde a interação com o grupo é fundamental para uma formação saudável e integral do sujeito. Os aspectos emocionais também são afetados por fatores socioeconômicos, a pandemia trouxe muita instabilidade econômica para as famílias brasileiras, aumento do desemprego, inflação alta que afetava a cesta básicas das famílias, falta de suporte da educação básica presencial porque as escolas estavam fechadas naquele contexto.

A incerteza econômica também desempenha um papel relevante nos desafios emocionais ainda enfrentados pela juventude pós-pandemia. O aumento do desemprego e a precarização do mercado de trabalho geraram insegurança financeira e preocupações com o futuro profissional, o que pode resultar em ansiedade e estresse significativos, muitos jovens abandonaram a escola para auxiliar na renda de suas famílias. Essa realidade afeta especialmente os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho ou buscando oportunidades de estudo e formação. Recentemente tivemos acesso a um novo programa de política pública voltado para a juventude com o objetivo de atuar contra a evasão escolar.

O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. Por meio do incentivo à permanência escolar, o programa

⁷ Podemos destacar os desafios tecnológicos e a exclusão de diversos jovens do acesso educacional durante esse contexto.

quer democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio, além de promover mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social.

O Pé-de-Meia prevê o pagamento de incentivo mensal de R\$ 200, que podem ser sacados em qualquer momento, mais depósitos de R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que o estudante só pode retirar da poupança após se formar no ensino médio. Considerando as dez parcelas de incentivo, os depósitos anuais e, ainda, o adicional de R\$ 200 pela participação no Enem, os valores chegam a R\$ 9.200 por aluno.⁸

Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados também é um fator relevante. O sistema de saúde mental no Brasil enfrenta desafios estruturais, como a falta de profissionais capacitados e a escassez de recursos, o que dificulta o acesso aos cuidados necessários. Essa situação é agravada pela pandemia, que sobrecarregou ainda mais o sistema de saúde e limitou o acesso aos serviços devido às restrições de distanciamento social. Ainda podemos destacar a falta de informação sobre o atendimento social nos CAPs, Universidades e Faculdades que oferecem apoio gratuito para a comunidade.

Para enfrentar os desafios emocionais enfrentados pela juventude pós-pandemia, são necessárias estratégias de intervenção e suporte adequadas. É primordial investir em serviços de saúde mental acessíveis e de qualidade, garantindo o acesso a profissionais capacitados e a tratamentos eficazes. Além disso, é importante promover a conscientização sobre saúde mental e combater o estigma associado aos transtornos emocionais, de modo a encorajar os jovens a buscarem ajuda quando necessário. Sabemos que o estigma e a psicofobia⁹ ainda são fatores que impactam na decisão da busca por suporte emocional.

Outra estratégia relevante é fortalecer a rede de apoio social dos jovens. Isso pode ser feito por meio do estabelecimento de programas de mentoria, grupos de apoio e espaços seguros de diálogo, nos quais os jovens possam compartilhar experiências, buscar suporte emocional e desenvolver habilidades de enfrentamento dos desafios que a adolescência traz.

Além disso, é fundamental integrar a promoção da saúde mental nos currículos escolares e programas de educação. Isso envolve a capacitação de professores e educadores para identificar sinais precoces de problemas emocionais, fornecer apoio adequado, acolhimento emocional

⁸ Disponível em Pé-de-Meia – Ministério da Educação. Acesso em: 27/03/2024 às 22:30h

⁹ Nota adaptativa - a psicofobia é o preconceito a portadores de doenças mentais. Disponível em Psicofobia Acesso em 10/03/2024 às 21:45h

e encaminhar os alunos para os serviços especializados quando for necessário.

A educação desempenha um papel crucial na conscientização, prevenção e promoção da saúde mental entre os jovens. Lembrando, que muitas vezes a escola é o único lugar que o jovem é acolhido diante de demandas emocionais, exatamente pela ausência de conhecimento familiar dos transtornos psicológicos, problemas emocionais e alteração de comportamento humano. A qualificação dos docentes é fundamental para que esse olhar acolhedor ocorra e os jovens não sejam negligenciados diante das suas demandas, quando essas se apresentam no contexto escolar.

Principais desafios enfrentados pelos profissionais que atuam com a juventude no terceiro setor

Os profissionais que atuam nesse setor enfrentam diversos desafios que podem impactar sua capacidade de efetuar mudanças significativas na vida dos jovens. Essa pesquisa discute os principais desafios enfrentados por esses profissionais com base no conhecimento prático da minha atuação na área a alguns anos.

Captação de Recursos:

Um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais do terceiro setor é a captação de recursos financeiros. Organizações que atuam com a juventude dependem, em grande parte, de doações, parcerias e financiamentos para manter seus programas e serviços. A competição por recursos é acirrada, e conseguir financiamento adequado é um desafio significativo. A falta de recursos financeiros pode limitar a capacidade das organizações de expandir suas atividades e atingir um número maior de jovens.

Sustentabilidade Financeira:

Além da captação de recursos, a sustentabilidade financeira das organizações do terceiro setor é um desafio constante. Muitas vezes, os financiamentos são temporários e não garantem a continuidade dos projetos a longo prazo. Os profissionais precisam desenvolver estratégias para diversificar as fontes de renda, buscar parcerias duradouras e estabelecer um planejamento financeiro adequado para garantir a sustentabilidade das atividades é trabalho diário do terceiro setor.

Complexidade das Demandas dos Jovens:

Os profissionais que atuam com a juventude no terceiro setor enfrentam a complexidade das demandas e necessidades dos jovens. Cada jovem é único e possui uma variedade de desafios, como problemas familiares, dificuldades educacionais, questões de saúde mental, entre

outros. Lidar com essas demandas complexas requer uma abordagem individualizada e adaptativa, além de uma compreensão profunda das questões que afetam os jovens atualmente (medo, incerteza, instabilidade emocional, transtornos psiquiátricos, crises existenciais, alterações hormonais normais da fase, a busca por identidade, comportamentos de risco, impulsividade etc..).

Falta de Capacitação Específica:

Muitos profissionais que atuam com a juventude no terceiro setor enfrentam a falta de capacitação específica para lidar com os desafios e demandas dos jovens. Hoje temos algumas instituições já estruturadas que fornecem apoio e capacitação ao time de voluntários dos projetos. A formação acadêmica pode não abranger totalmente as habilidades e conhecimentos necessários para trabalhar efetivamente com a juventude em contextos complexos, mas possibilita o aprofundamento da compreensão do desenvolvimento humano nas diversas fases da vida e mudanças significativas no contexto da adolescência e juventude. Portanto, é essencial investir em programas de capacitação e desenvolvimento profissional que abordem de forma abrangente as necessidades dos profissionais que atuam nessa área.

Estabelecimento de Parcerias e Redes de Apoio:

Para enfrentar os desafios na atuação com a juventude, é fundamental estabelecer parcerias e redes de apoio eficazes. Os profissionais do terceiro setor podem se beneficiar da colaboração com outras organizações, instituições educacionais, serviços de saúde e comunidades locais. O estabelecimento de parcerias fortalece o trabalho conjunto, permite a troca de conhecimentos e recursos, e amplia o impacto das ações voltadas à juventude.

Discussão sobre os desafios específicos relacionados ao acolhimento emocional

A complexidade das demandas dos jovens também é um desafio para os profissionais do terceiro setor. Cada jovem enfrenta circunstâncias e desafios únicos, exigindo abordagens individualizadas e adaptativas em cada mentoria. A falta de capacitação específica pode limitar a eficácia dos profissionais, tornando essencial investir em programas de formação e desenvolvimento que abordem as necessidades específicas da atuação com a juventude.

Por fim, o estabelecimento de parcerias e redes de apoio é crucial para enfrentar os desafios e fortalecer o trabalho voltado à juventude. O incentivo do trabalho de colaboração voluntário e a organização da sociedade civil contribui para a formação das redes. Colaborar com outras organizações, instituições e comunidades amplia o impacto das ações e

permite a troca de conhecimentos e recursos entre pares da mesma área ou de áreas complementares.

Compreender e abordar esses desafios é fundamental para fortalecer o trabalho dos profissionais que atuam com a juventude no terceiro setor. Ao enfrentar esses desafios de forma eficaz, é possível promover um impacto positivo na vida dos jovens e contribuir para seu desenvolvimento e bem-estar.

Exemplos concretos de situações desafiadoras e suas implicações nas atividades do terceiro setor

Citar exemplos concretos de situações desafiadoras enfrentadas pelos profissionais que trabalham com a juventude no terceiro setor não é algo difícil, por meio de casos práticos do cotidiano é possível perceber essas situações desafiadoras, são abordados desafios como o envolvimento com jovens em situação de vulnerabilidade social, lidar com comportamentos de risco, enfrentar questões de saúde mental e enfrentar desafios sistêmicos, como falta de recursos e infraestrutura precária da área atendida no projeto. Compreender essas situações desafiadoras é essencial para desenvolver estratégias eficazes e fortalecer o trabalho com os jovens em conjunto com a sociedade organizada.

Um exemplo objetivo é o envolvimento com jovens que estão em situação de vulnerabilidade grave, como aqueles provenientes de famílias desestruturadas, em situação de rua ou em conflito com a lei. Esses jovens podem enfrentar uma série de dificuldades, incluindo falta de acesso à educação, falta de moradia adequada e exposição a ambientes violentos. Os profissionais que trabalham com esses jovens enfrentam o desafio de estabelecer uma relação de confiança, oferecer apoio emocional e criar oportunidades para o desenvolvimento pessoal, mesmo diante das adversidades enfrentadas pelos jovens.

Outra situação desafiadora é lidar com comportamentos de risco entre os jovens, como abuso de substâncias químicas, envolvimento em gangues ou práticas sexuais de risco. Esses comportamentos podem ter consequências graves para a saúde e o bem-estar dos jovens. Os profissionais precisam enfrentar o desafio de abordar essas questões sensíveis, oferecer informações adequadas, promover a conscientização e fornecer suporte para que os jovens possam tomar decisões saudáveis e seguras.

As questões de saúde mental também representam um desafio significativo no trabalho com a juventude. Muitos jovens enfrentam problemas como ansiedade, depressão, trauma e transtornos de comportamento. Os profissionais devem ser capazes de identificar essas questões, encaminhar para serviços especializados e fornecer apoio

emocional adequado. No entanto, a falta de recursos e acesso limitado aos serviços de saúde mental podem dificultar o atendimento eficaz dessas necessidades.

Os profissionais que atuam com a juventude no terceiro setor também enfrentam desafios sistêmicos, como falta de recursos financeiros, infraestrutura precária e falta de apoio governamental. Esses desafios podem limitar a eficácia das ações e programas voltados para a juventude. Os profissionais precisam buscar estratégias para superar essas limitações, por meio do estabelecimento de parcerias, buscar financiamentos alternativos e advogar por políticas públicas que promovam investimentos adequados na juventude.

A importância do acolhimento emocional na orientação profissional

O acolhimento emocional é um conceito que se baseia na escuta empática, na compreensão e na oferta de apoio emocional às pessoas que estão passando por momentos de vulnerabilidade ou necessitam de suporte. No contexto da orientação profissional de carreira, o acolhimento emocional implica a criação de um espaço seguro e livre de julgamentos, onde os orientandos se sintam confortáveis para expressar suas emoções, inseguranças e dúvidas relacionadas à escolha profissional.

No processo de orientação profissional de carreira, o acolhimento emocional pode ser aplicado de várias maneiras, a fim de promover um ambiente propício ao desenvolvimento do orientando.

Alguns aspectos importantes incluem:

Criação de um ambiente seguro e de confiança: O orientador deve estabelecer um clima acolhedor desde o início, demonstrando empatia, respeito e confidencialidade. Isso permite que o orientando se sinta à vontade para compartilhar suas preocupações e emoções de forma aberta e genuína.

Estabelecimento de uma relação de parceria: O acolhimento emocional implica em uma postura de parceria entre o orientador e o orientando. O orientador deve se colocar no lugar do orientando, demonstrando interesse genuíno em compreender suas experiências, perspectivas e necessidades emocionais. Essa abordagem colaborativa incentiva a autonomia e a participação ativa do orientando no processo de tomada de decisão.

Promoção do autocuidado e da resiliência emocional: O acolhimento emocional também envolve orientar o orientando sobre estratégias de autocuidado e gerenciamento emocional. Isso inclui a discussão de técnicas de autorregulação emocional, práticas de bem-estar

e a importância do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. O objetivo é capacitar o orientando a lidar de forma saudável com as emoções e desafios que podem surgir ao longo de sua jornada profissional.

Benefícios do acolhimento emocional:

A aplicação do acolhimento emocional no processo de orientação profissional de carreira traz uma série de benefícios para o orientando e para o próprio processo de orientação.

Alguns desses benefícios incluem:

O fortalecimento da autoestima e autoconfiança do orientando; a melhoria na tomada de decisões relacionadas à carreira; a redução do estresse e ansiedade associados ao processo de escolha profissional; promoção de um desenvolvimento integral, considerando tanto os aspectos emocionais como os técnicos; estabelecimento de uma base sólida para a construção de um plano de carreira realista e alinhado com os valores e interesses do orientando; o fomento da resiliência emocional, capacitando o orientando a lidar com os desafios e obstáculos que possam surgir ao longo de sua trajetória profissional.

Podemos destacar dois autores para o trabalho de apoio no âmbito emocional da juventude, o primeiro é Marshall Bertram Rosenberg psicólogo americano que escreveu o livro *Comunicação Não-Violenta* que vai destacar a importância da comunicação verbal, não verbal para melhorar as relações humanas por meio da expressão de uma comunicação assertiva que visa pontuar necessidades não atendidas, mas também destaca a escuta ativa no processo de compreensão do que o outro nos diz.

O segundo teórico que podemos abordar é o Daniel Goleman que aborda o conceito da Inteligência emocional, conceito que visa trabalhar com aspectos do autoconhecimento, autoconsciência, gerenciamento de emoções e principalmente a autorregulação emocional.

Apontar esses teóricos não invalida os diversos trabalhos que temos atualmente no campo de acolhimento emocional, mas no aspecto institucional ainda podemos destacar o Carl Ransom Rogers com a psicologia centrada na pessoa que também aborda questões de aspectos sociais que envolvem o sujeito com o meio e como esse meio influencia o emocional. A relação humanizada do processo da Psicologia centrada na pessoa é fundamental na construção do vínculo de confiança que é fundamental para o acolhimento emocional ocorrer de forma eficaz.

O acolhimento emocional desempenha um papel fundamental no processo de orientação profissional de carreira, permitindo que os orientandos se sintam compreendidos, apoiados e seguros para explorar suas emoções, preocupações e aspirações sem medo e com segurança. Através da escuta empática, da criação de um ambiente acolhedor e da

promoção do autocuidado, o acolhimento emocional contribui para um processo de orientação mais humano, abrangente e efetivo.

Ao reconhecer a importância das dimensões emocionais na escolha profissional, os mentores de orientação de carreira estão capacitados a oferecer um suporte mais completo aos mentorados, promovendo seu desenvolvimento pessoal e profissional de forma integrada. Com o acolhimento emocional como parte essencial do processo de orientação, os orientandos têm a oportunidade de se conhecerem melhor (autoconhecimento), explorarem suas motivações e poderão tomar decisões mais conscientes e alinhadas com suas necessidades e aspirações.

Dessa forma, o apoio emocional no processo de orientação profissional de carreira contribui para a formação de profissionais mais realizados, engajados e preparados para enfrentar os desafios do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que promove o bem-estar e o equilíbrio emocional dos indivíduos ao longo de sua jornada profissional.

Superando os desafios do acolhimento emocional no terceiro setor

No processo de superação dos desafios do terceiro setor, encontramos algumas dificuldades, mas não estamos sozinhos no caminho. Na presente pesquisa vamos abordar uma fala em parceria com uma psicóloga da área de desenvolvimento de carreira profissional, especialista na área da juventude que trouxe alguns esclarecimentos sobre a sua atuação profissional dentro do contexto da proposta da pesquisa apresentada sobre os desafios com a juventude no âmbito da orientação profissional do terceiro setor, ela atua como coordenadora e enfrenta diariamente muitos desafios para manter os projetos e parcerias funcionando e contribuir positivamente com a sociedade por meio do impacto social.

A pesquisadora convidada foi a Lucinéia Garcia, psicologa.lucineiag@gmail.com, Coordenadora de Inteligência Emocional. Uma das funções da nossa convidada é treinar os mentores de carreira e de inteligência emocional do Programa Jovem Falcão - Gerando Falcões.

O questionário foi entregue no dia 30/03/2024 às 16:50, segue na íntegra o aprofundamento da temática abordada no artigo

Ana - Qual é o seu papel ou área de atuação no terceiro setor relacionado à mentoria de carreira para jovens?

Lucinéia Garcia - Coordenadora de Inteligência Emocional. Uma das minhas funções é treinar mentores de carreira e de inteligência emocional.

Ana - Quais foram os principais desafios enfrentados na prestação de serviços de mentoria de carreira para jovens durante a pandemia de COVID-19?

Lucinéia Garcia - Não tivemos grandes problemas porque nosso processo de mentoria desde o início foi online. Os problemas de conexão com a internet ou acesso a celulares sempre existiram mesmo antes da pandemia. Talvez se a mentoria fosse presencial poderíamos ter mais impacto. Mas temos mentores não só no Brasil, mas no mundo, então o online é o mais viável.

Ana - Como a pandemia afetou o acolhimento emocional dos jovens no contexto da mentoria de carreira? Quais foram as principais mudanças observadas?

Lucinéia Garcia - De acordo com os relatos dos mentores eles estavam mais sensíveis, alguns tiveram mais resistência à mentoria online porque já tinham muita coisa online. Ainda foi positivo por terem alguém com quem conversar e pensar nas possibilidades futuras.

Ana - Quais estratégias foram adotadas para enfrentar os desafios do acolhimento emocional no terceiro setor durante o período pós-pandemia no Brasil?

Lucinéia Garcia - Acredito que o trabalho das organizações sociais foi primordial, ainda carecemos de uma política pública que forneça a todos acesso a psicoterapia. Mas as atividades nas oficinas voltadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, gerenciamento das emoções ajudaram os jovens. Assim como quem teve a oportunidade de ter mentorias.

Ana - Na sua opinião, quais são as principais necessidades emocionais dos jovens que buscam orientação de carreira no terceiro setor?

Lucinéia Garcia - Mais do que qual profissão escolher, entender o que envolve essas profissões e como lidar com os desafios do dia a dia, percebemos muitos jovens querendo empreender para ter mais flexibilidade. É papel do terceiro setor incentivar, mas também conscientizar esses jovens dos desafios e de buscarem formas de se aprimorarem. A orientação de carreira vai além de indicar universidades, pois muitos não buscam uma carreira universitária.

Ana - Quais são os principais recursos ou ferramentas utilizadas para promover o acolhimento emocional dos jovens no terceiro setor?

Lucinéia Garcia - As oficinas, pois são espaços que promovem habilidades de relacionamentos e gestão das emoções, e normalmente as

organizações têm um time psicossocial também. Rodas de conversas e curso de Inteligência Emocional.

Ana - De que forma você acredita que as organizações do terceiro setor buscam capacitar seus profissionais para lidar com as demandas emocionais dos jovens no contexto da mentoria de carreira?

Lucinéia Garcia - Primeiro fazendo o acolhimento desses profissionais, segundo promovendo espaços de escuta para eles e terceiro indicando cursos de capacitação dentro do tema.

Ana - Na sua percepção, quais são as perspectivas futuras para a atuação com mentoria de carreira para jovens no terceiro setor, considerando os desafios do acolhimento emocional no pós-pandemia no Brasil?

Lucinéia Garcia - A gente percebe um crescente de interesse na mentoria de carreira, não só no terceiro setor mas também nas escolas públicas dentro da proposta do projeto de vida, assim como nas escolas particulares também.

Ana - Como profissional especializada na juventude, você sentiu uma mudança e impacto no acolhimento emocional dos jovens? Com base em sua experiência e conhecimento, que recomendações você daria para aprimorar o acolhimento emocional oferecido aos jovens no terceiro setor durante a mentoria de carreira?

Lucinéia Garcia - Com certeza, os jovens gostam de ser ouvidos e acolhidos, temos vários depoimentos de como eles se sentem gratos e como os ajudamos no direcionamento da vida. Sempre vou falar da importância da escuta ativa, compreender quem é esse jovem, em que momento da vida ele está para depois construir algo junto com ele. Além disso, é importante que o profissional busque desenvolvimento constante.

Ana- Quais são os contatos que você disponibiliza para profissionais interessados na temática?

Lucinéia Garcia - Instagram - @psicologa.lucineiag
E-mail: psicologa.lucineiag@gmail.com

Conclusão

O artigo abordou a importância do acolhimento emocional na atuação com os jovens no terceiro setor, especificamente na área de carreira profissional. Durante a pandemia de COVID-19, os desafios enfrentados na prestação de serviços de mentoria de carreira para os jovens se intensificaram nos últimos três anos no Brasil e no mundo. A pandemia afetou significativamente o acolhimento emocional dos jovens

no contexto da mentoria de carreira, exigindo adaptações e mudanças nas abordagens, principalmente no aspecto de fortalecimento emocional. Foram direcionadas necessidades emocionais específicas dos jovens, como ansiedade, depressão, crises existenciais, lutos não elaborados, incerteza e falta de motivação. Para enfrentar esses desafios, diferentes estratégias estão sendo empregadas no terceiro setor durante o contexto pós-pandemia no Brasil. As organizações buscam melhorar o suporte emocional oferecido aos jovens por meio do uso de recursos e ferramentas, além de capacitar seus profissionais para lidar com as demandas emocionais dos jovens, como observamos no questionário respondido por uma coordenadora de treinamento do terceiro setor, especializada na juventude

No entanto, o artigo ressalta a necessidade de ações futuras para melhorar o acolhimento emocional na atuação com os jovens no terceiro setor. As recomendações incluem o desenvolvimento de programas de capacitação contínua, a criação de espaços seguros para expressão emocional e a implementação de práticas de autocuidado para os profissionais envolvidos. Em suma, o artigo destaca a importância do acolhimento emocional na mentoria de carreira para os jovens no terceiro setor, além de chamar a atenção para a necessidade de melhorias contínuas nessa área, considerando os desafios identificados na pesquisa apresentada aqui. Acreditamos que o conhecimento favorece a reflexão contínua para que juntos possamos transformar o nosso país por meio do impacto da educação e oferecendo oportunidades para a juventude com qualificação, suporte e apoio no começo de suas carreiras profissionais ou acadêmicas. A transformação está na mão de cada um de nós, quando oportunizamos ou doamos o nosso tempo para enxergar possibilidades diante dos desafios que estamos enfrentando na reconstrução do nosso país no “pós-pandemia”. Construir esperança é educar com amor e acolhimento emocional.

Referências

- GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- ROSENBERG, Marshall Bertram. Comunicação não violenta. São paulo: Ágora, 2006.
- ROGERS, Carl. Torne-se pessoa. Livro digital: WMF Martins Fontes, 2017.
- RIVIERE, Enrique Pichon. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Artigos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. ABP | Campanha Psicofobia. Disponível em: <https://www.psicofobia.com.br/>. Acesso em: 10/03/2024 às 21:45h

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Guidelines Técnicos III. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/centrodetrauma/documentos/Guidelines_Te_cnicosIII.pdf. Acesso em: 07/03/2024 às 22:35h

Ministério Público do Paraná. Terceiro Setor: Perguntas frequentes. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/civel/Pagina/Terceiro-Setor-Perguntas-frequentes>. Acesso em: 10/03/2024 às 20:30h.

Fundação Roberto Marinho. O futuro do mundo do trabalho para juventudes brasileiras. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-profissional/publicacao/o-futuro-do-mundo-do-trabalho-para-juventudes-brasileiras>. Acesso em: 15/03/2024 às 22:00h

Plataforma Mentorar Jovens Falcões. Disponível em: <https://jovemfalcao.mentorar.com.br/app/acesso/login>. Acesso em: 16/08/2022 às 14:31h

Organização Pan-Americana da Saúde. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em: 10/03/2024 às 23:00h

UNICEF Brasil. Impacto da COVID-19 na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/impacto-da-covid-19-na-saude-mental-de-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 13/03/2024 às 20:25h

Ministério da Educação. Pé-de-Meia. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 27/03/2024 às 22:30h

Google Forms. A atuação com mentoria de carreira para jovens no terceiro setor: desafios do acolhimento emocional no terceiro setor no pós-pandemia no Brasil. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/10VlhoL-rzRAUN4Gpyo3KVhyF5RDqSkibThMi7bcGqh4/edit?pli=1>. Acesso em: 30/03/2024 às 16:30h

Antonio Carlos Santos Silva



Psicólogo Clínico CRP 03 / 22581. Graduado pela Unime Salvador – Ba Especialização Psicologia Hospitalar Capacitação em ABA Atua oferecendo atendimentos clínicos Através da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC)

<https://www.linkedin.com/in/antoniopsi-s-7649b4233/>

Instagram: [silva.antoniocarlossantos](#)

E-mail: silvaantoniopsi@gmail.com

A IMPORTÂNCIA QUE O TERAPEUTA REALIZA INTERVENÇÕES COM OS PAIS A DIZER O “NÃO” AS CRIANÇAS

Introdução

A primeira atitude dos pais é passar a utilizar o “não” com moderação, já que a criança pode estar com certa fixação por essa palavra, por ser intrínseca ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional da pessoa, nenhuma criança ou adolescente escapa da “fase do não”, sendo essencial que a família saiba como manejá-la. O responsável para aprender a como se expressar, interagir e se comportar diante aos seus filhos, o terapeuta necessita de manejo requer caso contrário a técnica e postura terapêutica ao ensinar a lhe dar certas realidades para intervir de acordo com a demanda do cliente, durante a sua trajetória de vida quando enfrentar e se deparar com frustrações no social. Isso quer dizer que a criança que aprendeu a conviver com o “não”, tem a capacidade de reverter cenários em saber lhe lidar com as adversidades de acordo com sua linguagem e fase de desenvolvimento humano. Nós educamos em retorno a nossos hábitos e sentimentos utilizando recursos lúdicos na clínica com o objetivo de se vincular a sua forma de analisar e aprender o mundo, em vez de responder ao momento de nosso filho. Os pais erram durante o processo das crianças como saber lidar no desenvolvimento emocional, tendo um impacto na educação deparar com inúmeros “nãos”. Mesmo sendo essencial impor e estabelecer os seus limites é preciso ter muita cautela durante a formação do indivíduo. Confundimos consistência com rigidez, e corrigimos nossos filhos na frente dos outros, falamos demais, precisamos da plateia o que educamos. É recomendável que os familiares conversem com as crianças, explicando os motivos de suas decisões, mesmo que ainda não sejam capazes de compreender integralmente a situação, pois, assim, se sente protegidas, amadas e participantes do processo de decisão, o que faz com que acabem cedendo.

Desenvolvimento

Portanto um caso clínico a situação lúdica o uso de estratégias em possibilidades de intervenção que o terapeuta comportamental infantil deve ser bastante criativo, aplicando a Escala Yale Brown de Obsessões e Compulsões versão para crianças (CY BOCS), e em seguida pode ser

utilizada a argila ou massa de modelar caseira esse tipo de atividade proporciona uma maior concentração da criança em atividades e uma conversa durante o processo terapêutico, se a massa for preparada no consultório pode desenvolver um sentimento de autoconfiança na criança, esse tipo de atividade também auxilia na observação do comportamento da criança em relação à sujeira, e a dramatização em brinquedos como o boneco miniatura PIKACHU modelado em técnica low poly, falando sobre as ondas, o vento e a luta para vencer a tempestade pode trazer a tona sentimentos da criança em relação ao seu ambiente familiar ou escolar, especialmente se este tem alguma similaridade funcional com a metáfora do barco é bastante reforçadora para as crianças, isso facilita a participação das crianças nos estudos tornando a tarefa reforçadora, que procura estabelecer contingências necessárias para a construção em repertório básico que possibilite o desenvolvimento de um padrão na vida saudável, assim estabelecer novos comportamentos e fortalecer respostas adequadas as crianças, por meio de análise em relatos verbais identificando os conceitos e possíveis regras que mantem o comportamento das crianças em planejar condições adequadas permitindo as crianças explore o ambiente, o terapeuta pode trabalhar com técnica de relaxamento e depois pedir que a criança observe seu corpo desse modo, e o profissional pode observar a criança se o corpo está mais relaxado ou não, sempre observando em que produz algum tipo de efeito. Por meio das atividades lúdicas, a sessão terapêutica com a criança se constitui um ambiente rico em aplicações e procedimentos comportamentais, ao reforço de comportamentos adequados, em extinção é inadequados á modelação, ajudando o paciente a completar um diário ou lista, anota as obsessões e compulsões, em tratamento junto à família pode fazer com que todos se comuniquem de maneira melhor e mais eficaz, diminuindo a frustração e a irritação, para discutir emoções e oferecer apoio, a pessoa se sinta conectadas, protegidas e amadas, ainda mais para o indivíduo como o TOC.

Dizer 'não' prepara as crianças para a adolescência, fase geralmente difícil onde há muita dificuldade de relacionamento com os pais e comportamentos de desequilíbrio emocional. Ao agir assim, eles impedem que ocorram situações em que a criança possa aprender a tolerar frustrações e estabelecer uma relação de respeito com as pessoas, sendo assim desde bebê a criança já está sendo trabalhada com relação aos limites e regras de seu meio social. Uma das formas mais recomendadas pelos psicólogos clínicos é estabelecer os limites justamente mostrando aos pequenos causa e a consequência de suas ações é estar sempre acompanhado, como forma de prevenir atitudes inapropriadas, deixando regras muito claras do que os filhos podem ou não fazer, e suas consequências, caso o combinado não seja cumprido, o terapeuta mostrar a ela os antecedentes de seus comportamentos e assim, auxilia a perceber situações próximas das que ocorrem no setting, no seu ambiente externo

fora do consultório . Mesmo quando alguma situação parece insustentável, é importante evitar qualquer tipo de agressão física, uma simples “chinelada” recorrente pode trazer repercussões negativas para as crianças minimizar o impacto negativo da palavra “castigo” que foi utilizada durante muitas e muitas décadas, hoje os especialistas usam o termo “retirar o direito” de algo que impacta de forma positiva, ou seja, privar a criança de ver seu desenho preferido, usar determinado brinquedo, realizar um passeio ou mesmo o acesso ao celular / videogame. O não deve ser dito sempre que a criança apresentar um comportamento que seja inadequado; que os pais avaliem como sendo passível de impor limites e esse enquadramento, deve começar a existir desde que a criança nasce. Vincular a psicoterapia e o terapeuta a atividades agradáveis, é também avaliar o grau de desenvolvimento da criança, identificando o seu potencial reforçador e sempre mantém auto regras uma forma indireta dela se expressar no modo de brincar observando o comportamento vivenciando ao seu momento.

O crescimento cognitivo Piagetiano adaptação como as crianças lidam com a informação familiar, em dois processos assimilação incorporar novas informações aos esquemas já existentes; e acomodação mudar estruturas para incluir novas informações essas etapas são compensadas através do equilíbrio em psicoeducação na terapia cognitiva comportamental sendo breve e eficaz.

Conclusão

Ensinar os filhos a esperar e persistir faz parte do trabalho de pais e mães, pois se os adultos não derem limites satisfazendo todos seus caprichos elas não aprender a lidar com as adversidades que surgir no seu caminhar os problemas serão ainda maiores, adultos insatisfeitos achando que o mundo gira em torno de suas necessidades pessoais não conseguindo se colocar no lugar do outro e pensar na coletividade, sentimentos, lembranças, crenças, atitudes, percepções e intenções nos impedem de reconhecer a atenção plena em treinar comportamentos mais adaptativos com as criança por meio de brincadeiras livres, livros, filmes e jogos educativos.

Referências bibliográficas

Crianças e adolescentes em psicoterapia: a abordagem psicanalítica / Maria da Graça Kern Castro, Anie Stürmer ; Ana Celina Garcia Albornoz ... [et al.]. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

Papalia, Diane E. Desenvolvimento humano [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Gabriela Martorell; tradução: Francisco Araújo da Costa; revisão técnica: Maria Adélia Minghelli Pieta, Odette de Godoy Pinheiro, Patricia Santos da Silva. – Porto Alegre: Artmed, 2022 - 14. E-pub.

Siegel, Daniel J. Parentalidade consciente: como o autoconhecimento nos ajuda a criar nossos filhos / Daniel J. Siegel e Mary Hartzell; tradução Thaís Costa. - São Paulo: nVersos, 2020.

Siegel, Daniel J. O cérebro da criança: 12 estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família a prosperar / Daniel J. Siegel, Tina Payne Bryson; [tradução Cássia Zanon]. -- 1. ed. -- São Paulo: nVersos, 2015.

Aparecido Donizetti Galdino



Licenciado em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialização em História do Brasil pela Faculdade de Minas (FACUMINAS). Licenciado em Matemática pela Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO). Pós-graduado em Engenharia da Computação pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).
E-mail: donizettigaldino@gmail.com.

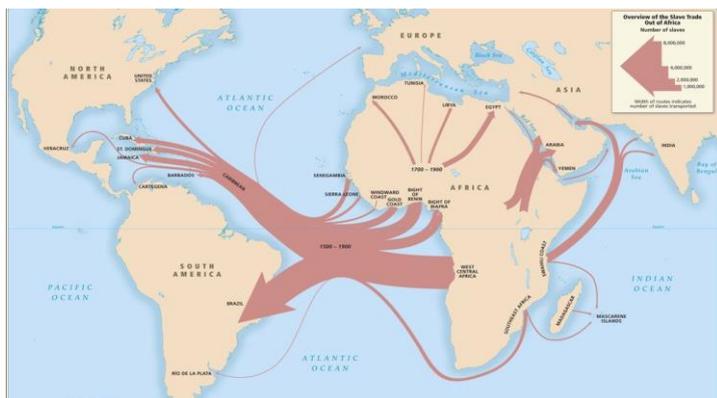
JOSÉ LUIS NAPOLEÃO: UM EXPOENTE NA LUTA PELA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ

Considerações Iniciais

Num primeiro momento, buscou-se, por meio deste artigo, a identificação de expressivo contingente humano disperso por diferentes territórios durante a diáspora africana, bem como que algumas de suas implicações para a formação do Brasil. Porém, objetiva-se uma análise qualitativa mais abrangente em relação às pessoas marginalizadas e invisibilizadas que se opuseram ao sistema escravagista vigente e que, por sua união e dedicação se fizeram ouvir, o que se traduz em importantes mudanças sociais para o passado e o presente.

Ao longo de mais de três séculos, navios provenientes do Brasil e de Portugal partiram em busca de escravizados em quase noventa portos africanos. Essas embarcações realizaram cerca de onze mil e quatrocentas viagens, das quais aproximadamente nove mil e duzentas tiveram como destino os portos brasileiros. Isso significa que o Brasil foi responsável por acolher cerca de quarenta e três por cento das vítimas da diáspora africana, superando regiões tais como o Caribe britânico, a América espanhola e o Caribe francês. (Alencastro, 2015; Figueiredo, 2018, p. 3; Rossi, 2018, p. 2).

Fig. 1 - Visão geral do comércio de escravos para fora da África, 1500 – 1900.

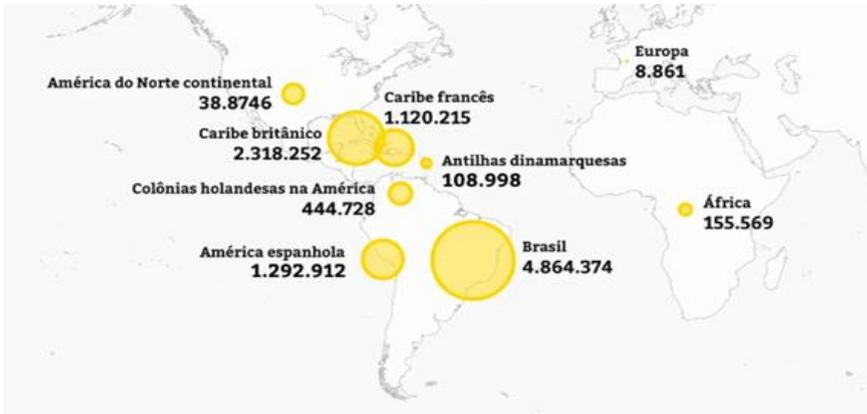


Fonte: SlaveVoyages, 2022.

Segundo David Eltis e David Richardson (2022, p. 1, tradução nossa),

Os africanos cativos seguiram muitas rotas de suas terras natais para outras partes do mundo. O mapa mostra o movimento transatlântico desses cativos em perspectiva comparativa apenas desde 1500. As estimativas do comércio marítimo são mais robustas do que as das rotas transaariana, do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, mas acredita-se que, no período do fim do Império Romano até 1900, aproximadamente o mesmo número de cativos cruzou o Atlântico e deixou a África por todas as outras rotas combinadas.

Fig. 2 - Macrorregiões onde foram desembarcados escravizados durante os séculos XVI e XIX.



Fonte: Pública, 2018.

A figura acima identifica as principais regiões para onde foram dispersos(as) os(as) africanos(as) escravizados(as), bem como o quantitativo. Em relação ao Brasil, estima-se que, além dos 4.864.374 de pessoas escravizadas que aqui desembarcaram, mais um milhão e oitocentas mil pessoas morreram pelo caminho, segundo estimativas atuais (Eltis; Richardson, 2022; Gomes, 2019, p. 3).

Trata-se de milhões de pessoas que foram arrancadas de suas terras, culturas e famílias e trazidas ao Brasil por meio do comércio escravagista. Foram submetidas à cruel exploração e tratadas como objetos, propriedades que estavam a serviço dos senhores de terras e engenhos de cana-de-açúcar, que, gradativamente, multiplicavam-se pelo país. A produção de commodities como açúcar, café e algodão impulsionou a acumulação de riquezas nas mãos dos grandes senhores de terra, enquanto aqueles(as) que derramavam seu suor e sangue para produzi-los eram privados de sua liberdade e dignidade (Brasil, 2019, p. 1; Junior, 1963, p. 31 - 32).

Referido sistema, inicia-se estruturando

[...] o comércio e o desenvolvimento das cidades nordestinas, principalmente na faixa litorânea, atualmente conhecida como Zona da Mata. Portugal ampliou seu comércio açucareiro com os recursos investidos principalmente em Pernambuco, com base no trabalho indígena e capital estrangeiro [...]. Para produzir de acordo com as necessidades da colônia, foram trazidos os negros africanos (Silva, 2023, p. 2).

A violência a que esses(as) africanos(as) foram submetidos(as) e o fato de serem considerados inferiores por conta de sua cor reforçaram hierarquias e divisões raciais, criando uma sociedade marcada pela desigualdade e discriminação. Isso ocorreu em um contexto onde a resistência, a perseverança e a resiliência desses indivíduos pela preservação de sua cultura e construção de novas identidades — mesclando elementos africanos e brasileiros — tornam-se elementos preponderantes nessa história de luta (Rossi, 2018).

A consolidação do racismo durante os quase quatro séculos de Governo Colonial e Imperial escravagista tornam imperativo o reconhecimento e o enfrentamento das consequências do longo período de escravidão no Brasil (Gragnani; Rossi, 2018, p. 5).

Atualmente, são necessárias ações específicas em prol de uma convivência justa e igualitária, que se traduzam em trabalhos cuja finalidade seja desarticular o racismo estrutural. Por meio do conhecimento e compreensão do passado, podemos construir um futuro que promova a inclusão e diversidade, superando as históricas desigualdades impregnadas pela escravização (Batista, 2021; Pinho, 2023; Lima, 2019, p. 2).

Nesse sentido, este artigo busca resgatar personalidades históricas importantes que fizeram parte da luta contra a escravização brasileira. Em referido contexto, cita-se que, o estado do Ceará, localizado no nordeste do Brasil, possui uma história rica e repleta de personagens importantes que contribuíram sobremaneira para o fim da escravização humana no país, embora tenham sido invisibilizados pela História tradicionalista (Morgado; Nunes; Miguel, 2022).

Entre esses personagens, está José Luis Napoleão, um homem notável e expoente na luta pela abolição da escravidão e na promoção da igualdade para os negros libertos na “província do Ceará” (Antonelli, 2021, p. 1; Freire, 2018).

Desenvolvimento

Este artigo busca resgatar personalidades históricas importantes que fizeram parte da luta contra a escravidão brasileira. Para tanto, utilizou-se metodologicamente da pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Nesse contexto, cita-se que, o estado do Ceará, localizado no

nordeste do Brasil, possui uma história rica e repleta de personagens importantes que contribuíram sobremaneira para o fim da escravidão no país, embora tenham sido invisibilizados pela História tradicionalista (Morgado; Nunes; Miguel, 2022).

Entre esses personagens, está José Luis Napoleão, um homem notável e expoente na luta pela abolição da escravatura e na promoção da igualdade para os negros libertos na “província do Ceará” (Antonelli, 2021, p. 1; Freire, 2018).

A escravidão foi uma das instituições mais cruéis e desumanas da história e, essa realidade não era diferente no Ceará. Os(as) escravizados(as) trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar, nas fazendas de gado e em diversos outros setores da economia local (Bueno, 2023). Entretanto, a partir do século XIX, começou a surgir um movimento abolicionista no Brasil e, essa luta, “ganhou força” no Ceará (Botelho, 2022, p. 2; Sobrinho, 2019, p. 219).

Foi nesse contexto, que, José Luis Napoleão emergiu como uma figura proeminente, transitando entre o século XIX e o século XX. Pouco, ou quase nada, se sabe sobre o nascimento e a vida de Napoleão, pois,

[...] na maior parte, estudiosos têm repetido o breve relato do historiador Raimundo Girão de que ele nascera na servidão, ocupara posição de chefia sobre capatazes de uma companhia privada no porto, fora casado com uma mulher chamada Simôa e comprara a sua liberdade e a de outros escravos, assim como de parentes.¹⁰ Todo o resto está em branco. Estudiosos do abolicionismo no Ceará apenas recentemente se atentaram para a importância de registros cartoriais, mas assentos paroquiais da Igreja Católica, censos e documentos relativos à Guarda Nacional são igualmente valiosos para recriar as vidas de indivíduos, como Napoleão, que de outra maneira não deixariam memórias, diários ou registros públicos suficientes como aqueles de famílias mais abastadas e influentes. (Miranda, 2020, p. 230 – 231).

A certeza que se tem sobre Napoleão é que, sua mentalidade nobre lhe possibilitou ter uma visão crítica da sociedade e das injustiças da escravidão. Evidentemente, esse olhar norteou sua vida particular e relacionamento social, bem como determinou o respeito e o carinho que ele despertou nas pessoas que o conheceram ou ainda buscam conhecer (Fernandes, 2022, p. 284; Moura, 2004, p. 17).

Altruísmo e Resiliência

Embora, além do discurso corrente não se tenha muita informação sobre a vida de Napoleão, Licínio Nunes de Miranda (2020, p. 231 - 232), numa proposta de rompimento com os diálogos tradicionalistas, salienta que uma das possibilidades de se obter informações sobre a vida de Napoleão, encontra-se em “suas próprias palavras, em testamento de 1878, e por relatos dos abolicionistas Rodolfo Teófilo (1853–1932) e Isaac

Amaral (1859–1942), irmão mais novo de José Correia, publicados anos após seu falecimento”.

Em harmonia para com supracitadas fontes, José Luis Napoleão nascera no interior do Ceará, por volta de 1830, no município de Icó. Ele “era ‘filho da parda liberta Benedita Maria do Rosário’ e ‘foi escravo de dona Maria Adelaide do Sacramento, tendo se libertado à custa de esforçado trabalho e economia” (Miranda, 2020, p. 232, apud APEC, 1878).

Após sua chegada em Fortaleza, José — José acrescentou Luis Napoleão ao seu nome após comprar sua própria alforria — trabalhou arduamente no carregamento de navios, o que lhe possibilitou comprar:

[...] sua liberdade e, posteriormente, a de sua mãe. [...] Um artigo de jornal contemporâneo alegou que ele havia libertado quatro irmãs que tinha.⁵⁶ Rodolfo Teófilo lembrou mais tarde que Napoleão pagara a alforria de um irmão, que trouxera do sertão para trabalhar com ele.⁵⁷ No entanto, não há, no momento, indícios nos arquivos de que esses irmãos existiram.⁵⁸ O certo é que, além de sua mãe, ele auxiliou em alforrias alheias. O primeiro caso conhecido foi o de um escravo de nome Matias, a quem Napoleão concedeu ajuda financeira para obter sua liberdade em 22 de abril de 1873.⁵⁹ Foi seguido por outros dois escravos, um chamado Manuel e outro Jorge, em 27 de setembro de 1877 e em 18 de fevereiro de 1878, respectivamente.⁶⁰ Napoleão também solicitou a alforria de uma escrava chamada Filomena, em 2 de novembro de 1881.⁶¹ Houve um custo financeiro considerável. [...] É concebível que a venda de produtos artesanais, além de seu trabalho no porto, tenha servido para lhe fornecer meios para financiar manumissões. Além disto, como sugere a historiadora Mariana Almeida Assunção, é igualmente provável que Napoleão tenha recebido a ajuda de outros que não constem nos registros⁶² (Miranda, 2020, p. 241).

Possivelmente, Napoleão teria recebido apoio financeiro de uma figura notável e pouco conhecida na história, a ex-escravizada, Luceta Pereira de Andrade. Assim como Napoleão, Luceta adotou o sobrenome (Pereira de Andrade) após conquistar sua liberdade, haja vista que, os escravizados, possuíam apenas o primeiro nome (Palma, 2018). Luceta teve cinco filhos com Napoleão após esse ter rompimento com Simôa. Ela se destacou pelo engajamento social e por alcançar uma posição econômica confortável por mérito próprio. Sua distinção e ascensão social não deveriam ser preteridas pela historiografia, tal qual acontece com José Luis Napoleão.

Napoleão se envolveu ativamente no movimento abolicionista cearense, participando de reuniões e debates e ajudou a articular estratégias para a libertação de escravizados(as), como notabilizado no ano de 1881, por conta de seu protagonismo e liderança, em três, das quatro (04) greves ou paralisações registradas no porto de Fortaleza — o idealizador das greves foi o abolicionista Pedro Artur de Vasconcelos — que

visavam impossibilitar o transporte de escravizados(as) para outras províncias do país (Machado, 2021; Loureiro, 2015).

Francisco José do Nascimento, amigo de Napoleão, também conhecido como Chico da Matilde, foi o líder da quarta paralisação. Por sua postura corajosa e determinada, ganhou fama e notoriedade em todo o país e, posteriormente, passou a ser reverenciado como “O Dragão do Mar” (Brasil, 2022, p. 1).

Segundo Hilário Ferreira (2021, p. 1), foi por essa ocasião que, enquanto sob a liderança de Napoleão, os negros jangadeiros gritavam dizendo que, lá, no

‘Ceará não se embarcam mais escravos’. Isso aconteceu na [...] atual Praia de Iracema, em Fortaleza, quando os comerciantes-trafficantes pediam a eles que levassem cativos nas jangadas até o navio. Esses jangadeiros negros respondiam que não. O episódio ocorreu nos dias 27, 29 e 30 de janeiro de 1881. Um acontecimento que revelou duas coisas. A primeira: lideranças negras à frente do movimento, notadamente o liberto José Luiz Napoleão e a esposa, também liberta, Maria Simão da Conceição, conhecida popularmente como Preta Tia Simoa. A segunda: uma forte organização, marcada pela consciência negra dos jangadeiros [...], que culminou na eficácia do movimento.

José Luis Napoleão se destacou como um orador habilidoso, capaz de mobilizar as pessoas e transmitir a mensagem abolicionista de forma clara e convincente. Ele foi um dos fundadores do Clube dos Libertos, uma associação que tinha por objetivo principal a busca pela abolição da escravidão e a promoção de uma sociedade mais justa. O Clube dos Libertos se tornou uma referência importante na luta pela igualdade no Ceará (Mota, 2019).

Suas ideias começaram a ganhar espaço e a despertar a consciência de muitos(as), inclusive de pessoas influentes na sociedade cearense, nas demais províncias do país e fora do país, pois, no dia

8 de abril de 1884, o jornal britânico The Times publicou uma carta endereçada a seu editor, na qual o autor reportava que, na província brasileira do Ceará, a escravidão havia sido abolida no dia 25 de março. O autor era Joaquim Nabuco (1849–1910), uma das principais lideranças abolicionistas no Brasil (Miranda, 2020, apud The Times, 1884, p. 4).

Das Disputas pela Educação

Napoleão também foi um defensor da educação ou do ensino formal para os(as) libertos(as). Sem dúvida alguma, isso foi um fato notável. A Constituição de 1824 declarava que a “instrução primária” [...] seria [...] “gratuita para todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). Excluíram os(as) escravizados(as). Todas as províncias do país versaram, em suas respectivas leis educacionais, sobre a proibição da alfabetização dos(as) escravizados(as), havendo, porém, um acréscimo segregacional na

Lei de Instrução Primaria de São Pedro do Rio Grande do Sul [...] dizendo [...] que, além das pessoas que padeceram de moléstias contagiosas, 'Serão prohibidos [sic] de frequentar as Escolas Públicas. 2º Os escravos, e pretos ainda que sejão [sic] livres ou libertos' (Barros, 2016, p. 596, apud Silva, 2013, p. 213).

Mas, Napoleão acreditava que o conhecimento era um instrumento poderoso para a conquista da liberdade plena e para a inserção social dos ex-escravizados. Assim, ele incentivava a criação de escolas para libertos(as), promovendo a alfabetização e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, “[...] pois havia o interesse de provê-los com educação e de assimilá-los à sociedade, como iguais” (Ripardo, 2021, p. 5).

A determinação e o comprometimento de José Luis Napoleão, bem como que de grupos “subalternos”, foram fundamentais para o alcance dos objetivos abolicionistas no Ceará (Cândido, 2018, p. 199). Graças à sua liderança e ao trabalho incansável do Clube dos Libertos, a escravidão foi extinta na província em 25 de março de 1884, tornando-se uma referência abolicionista para todo o país.

É evidente que outros fatores também contribuíram para o desfecho obtido pelo movimento abolicionista cearense, como por exemplo, a quantidade de escravizados(as) da província, períodos de seca extrema, dentre outros fatores (Caxile e Guedes 2018, p. 82; Braun, 2023, p. 2-4; Kalil e Saraiva, 2012, p. 18).

A trajetória de José Luis Napoleão é um arquétipo de coragem e dedicação na luta pela justiça social. Ele foi um visionário que enxergou além dos grilhões da escravidão e se empenhou na construção de uma sociedade mais igualitária. Sua contribuição para a História do Ceará, assim como para a História do Brasil, não pode ser subestimada e merece ser lembrada e valorizada (Gortázar, 2021; Cardoso, 2023; Santana, 2023; Rodrigues, 2023).

Considerações Finais

Em tempos em que a violação dos direitos humanos e a recusa do tratamento justo e igualitário continuam sendo tópico das pautas internacionais é fundamental reconhecer e honrar personagens como José Luis Napoleão, que, dedicaram suas vidas à luta pela justiça e pela liberdade. Seu legado deve servir de inspiração para a continuidade do zelo pela defesa dos direitos humanos e promoção da justiça em todas as suas formas.

Portanto, torna-se incumbência dos(as) pesquisadores(as) da História desvendar os(as) figurantes ocultos na História do Brasil, cujos nomes foram negligenciados, relegados ao esquecimento ou apagados dos

registros históricos devido à sua condição de escravizados(as) ou às suas desvantagens sociais perante um sistema elitista.

Referências

Alencastro, Luiz Felipe de. **Brasil e África no Atlântico Sul** (Parte I). In: YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zPN7v7rMj6g&t=2s>. Acesso em: 25 set. 2023.

Antonelli, Diego. **Entenda como a Província do Ceará se tornou a primeira a abolir a escravidão no Brasil**. Curiosidades / Brasil. In: Aventuras na História, 09, maio 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/entenda-como-a-provincia-do-ceara-se-tornou-a-primeira-a-abolir-escravidao-no-brasil.phtml>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Barros, Surya Pombo de. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX**. Educação e Pesquisa, v. 42, n. 3, p. 591–605, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Batista, Rodrigo. **Dia da Consciência Negra, 50 anos: liberdade conquistada não concedida**. Agência Senado. Novembro, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/11/dia-da-consciencia-negra-50-anos-liberdade-conquistada-nao-concedida>. Acesso em: 22 set. 2023.

Botelho, Patrick Bragança. **O que foi o movimento abolicionista brasileiro?** In: Politize. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-abolicionista/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Brasil. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 26 ago. 2023.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara Deputados, Brasília, 2022, julho 2022. **Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar**. In: Plenarinho o jeito criança de ser cidadão. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2022/07/francisco-jose-nascimento-o-dragao-mar/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Brasil. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Diáspora africana, você sabe o que é?** Fev. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/diaspora-africana-voce-sabe-o-que-e>. Acesso em: 21 set. 2023.

Braun, Julia. **Os ex-escravizados que voltaram para a África e fundaram comunidade que segue tradições brasileiras.** In: BBC News Brasil. Maio. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw9pw50y92wo>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Bueno, Eduardo. **O Brasil é um pesadelo - Eduardo Bueno.** In: YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_mGEL_OhaRI. Acesso em: 06 ago. 2023.

Cândido, T. A. P. **A Plebe Heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824).** Almanack, n. 20, p. 194–215, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/ffLJr4V3zwsRTSY57HrLk4D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Cardoso, Vicente Magno Figueiredo. **É hora da CBF assumir o protagonismo na luta contra o racismo.** In: Ludopédio, julho. 2023. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquivancada/e-hora-da-cbf-assumir-o-protagonismo-na-luta-contr-o-racismo/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Caxile, Carlos Rafael Vieira; Guedes, Mardônio e Silva. **Sociedade Libertadora Cearense: a palavra em ação – O Jornal O Libertador enquanto instrumento de doutrinação moral e social.** Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38344/3/2018_capliv_crvcaxilemsguedes.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

Eltis, David; Richardson, David. **Visão geral do comércio de escravos para fora da África. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database.*** Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/blog/overview-slave-trade-out-africa>. Acesso em: 24 set. 2023.

Fernandes, Ionara. Dos Santos. **Da escravidão à prisão pelo fio condutor da tortura no Brasil.** Revista Katálysis, v. 25, n. 2, p. 283–290, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DbWJxhJhCfQTz7WScCtFBFv/?lang=pt#>. Acesso em: 07 ago. 2023.

Ferreira, Hilário. **140 anos do movimento dos jangadeiros: um novo olhar.** In: O Ceará Criolo. 27 de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/140-anos-do-movimento-dos-jangadeiros-um-novo-olhar/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Ferreira, Tereza Maria da Silva; Matos, Camila Saraiva de (Orgs.) **Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas.** Fortaleza: EdUECE, 2018. p.77-97. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38344/3/2018_capliv_crvcaxilemsguedes.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

Figueiredo, Patrícia. Brasil foi o local que mais recebeu escravos nas Américas. Pública, agência de jornalismo investigativo. Agosto, 2018. Disponível em: <https://apublica.org/chechagem/2018/08/truco-brasil-foi-o-local-que-mais-recebeu-escravos-nas-americas/>. Acesso em: 24 set. 2023.

Freire, Camila de Sousa. **O Instituto do Ceará e a identidade regional a partir do movimento abolicionista cearense (1884-1956)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13613>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Gomes, Laurentino. **Descarte de escravos no mar mudou hábito dos tubarões, revela autor de livro sobre a escravidão**. Conversa com Bial. Gshow. Novembro, 2019. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/descarte-de-escravos-no-mar-mudou-habito-dos-tubaroes-revela-autor-de-livro-sobre-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2023.

Gortázar, Naiara Galarraga. **Heróis negros esquecidos pela História do Brasil**. In: El País Brasil, São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-20/herois-negros-esquecidos-pela-historia-do-brasil.html>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Gragnani, Juliana; Rossi, Amanda. **A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil**. Maio, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>. Acesso em: 26 set. 2023.

Júnior, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

Kalil, Mariana Alves da Cunha; Saraiva, José Flávio Sombra. **A Pressão Externa Para o Fim Da Escravidão No Brasil**. Mar. 2013. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/12335/1/2012_MarianaAlvesdaCunhaKalil.pdf. Acesso em: 06 ago. 2023.

Lima, Marcia. **Desigualdades raciais no Brasil e suas múltiplas dimensões**. OXFAM Brasil. Ago. 2019. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacao/desigualdades-raciais-no-brasil-e-suas-multiplas-dimensoes/?gclid=CjoKCQjwo6-oBhC6ARIsAGuzdwoAmz-Z7XGYwwVkyfBgk6C3rRy3ZgGwMcHTgQocNRCz6tbokwbolgcaAuT-EALw_wcB. Acesso em: 21 set. 2023.

Loureiro, Antônio. **Os abolicionistas precursores Ceará e Amazonas**. In: Blog Do Francisco Gomes, 11, ago. 2015. Disponível em: <https://franciscogomesdasilva.com.br/os-abolicionistas-precursores-ceara-e-amazonas/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Machado, Leandro. **A descoberta do túmulo de Dragão do Mar, jangadeiro cearense que ajudou a derrubar a escravidão no Brasil.**

In: Bbc News Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56034928>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Miranda, Licínio Nunes de. **O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881–1884.** In: Revista do Instituto do Ceará - 2020.

Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2020%20revista/2020_11_O_liberto_Napoleao_e_o_movimento_abolicionista_1881-1884.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

Morgado, T. A. B; Nunes, A. C. de S; Miguel, M. E. B. **A história vista de baixo e as resistências nas instituições educativas.** Curitiba, v.8, n. 1, p. 4668-4675 jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42846/pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

Mota, Camilla Veras. **13 de maio: como dois Estados brasileiros aboliram a escravidão antes de 1888.** Cotidiano. In: UOL. 2019.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/05/13/dois-estados-brasileiros-aboliram-escravidao-1888.htm>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Moura, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Palma, R. Da; Truzzi, O. **Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição.** Dados, v. 61, n. 2, p. 311–340, abr. 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582018154>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Pinho, Ana Cristina. **Silvio Almeida examina impactos do racismo estrutural no Brasil.** SESC. São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://www.sescsp.org.br/racismo-estrutural-depoimento-do-pensador-silvio-almeida/>. Acesso em: 22 set. 2023.

Ripardo, Sérgio. **Heróis esquecidos da Abolição no CE ganham biografia e despertam interesse nos EUA.** In: Diário do Nordeste.

Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinioao/colunistas/2.16591/herois-esquecidos-da-abolicao-no-ce-ganham-biografia-e-despertam-interesse-nos-eua-1.3046501>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Rodrigues, Léo. **Mais de 1,2 mil pessoas foram resgatadas de trabalho escravo em 2023.** In: Agência Brasil. 13 de Mai. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/mais-de-12-mil-pessoas-foram-resgatadas-de-trabalho-escravo-em-2023>. Acesso em: 07 ago. 2023.

Rossi, Amanda. BBC News Brasil. **Navios portugueses e brasileiros fizeram mais de 9 mil viagens com africanos escravizados.** São Paulo. Agosto, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45092235>. Acesso em: 21 set. 2023.

Santana, Thiago José Silva. **O racismo no futebol e a educação física escolar: reflexões a partir do caso Vinícius Júnior.** In: Ludopédio, julho. 2023. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/o-racismo-no-futebol-e-a-educacao-fisica-escolar-reflexoes-a-partir-do-caso-vinicius-junior/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Silva, Júlio César Lázaro da. História Econômica da Região Nordeste. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-nordeste.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

Sobrinho, Juliano Custodio. **A Escravidão está Condenada pela Religião: católicos e presbiterianos no contexto da abolição minas gerais, 1886-1888.** Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 32, n. 66, p. 217–240, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/kFF7f9kBLcygQFVwwQnSWyb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

Souza, F. A. E. **Huguenotes, ingleses, abacaxis: associativismo abolicionista e escravizados nas rotas de fuga entre Pernambuco e Ceará na década de 1880.** Topoi (Rio de Janeiro), v. 23, n. 50, p. 408–431, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/YYzrTZr6mW74yxRVWG5DtKv/#>. Acesso em: 29 jul. 2023.

Cloves Barbosa

Professor Titular Unifesspa e mestrado PROFSOCIO: Teoria Sociológica e Política; Economia Política, e, Epistemologia. Doutor em Ciências Sociais (Política) (PUC-SP). Mestre em Sociologia e Especialização em Economia industrial (UFPE); Bacharel em Ciências Políticas e Sociais (ESP-São Paulo). Professor de. Contato: cloves@unifesspa.edu.br; CV: <http://lattes.cnpq.br/3601523254313657>.

UMA CRÍTICA À TEORIA DA ECONOMIA POLÍTICA DE WILLIAM JEVONS: AS IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NA CIÊNCIA E NO ENSINO

Introdução

Jevons nasceu em Liverpool no ano de 1835 e morreu em Bexhill, no ano de 1882, ambas as cidades inglesas. Este texto trata de sua obra “A teoria da Economia Política” com a primeira edição em 1871, a segunda, em 1879 e, a terceira, em 1888. A obra apresenta problemas lógicos e epistemológicos. Ele contesta a “teoria do valor trabalho” iniciada com Smith: “o trabalho é o preço real das mercadorias” e que, enquanto “o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada (...), o trabalho do manufator fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável” (SMITH, *A riqueza das nações. Liv. I. Cap. V, e, II. Cap. III.* 1996:90 e 333). Ricardo (1988) a desenvolveu nos limites liberais, e, foi desenvolvida por Marx em O Capital, desta vez, com a concepção dialética materialista. Por isto, questionamos: Quais são os fundamentos teóricos de Jevons? Como Jevons se situa no debate sobre o valor? E o seu compromisso social de classe?

Este texto se divide em quatro tópicos. O primeiro trata do contexto filosófico e econômico acerca do mais valor. O segundo tópico ressalta os pressupostos teóricos. O terceiro tópico tem o foco nas argumentações de Jevons sobre esta temática, e no quarto tópico está a tentativa de constituição de uma utopia social por Jevons.

Os fundamentos econômicos da teoria de William Jevons

As referências principais da discussão teórica de Jevons têm início a partir da sua contraposição a David Ricardo. Ricardo sustentou que “o ouro, embora de pouca utilidade em comparação com o ar ou com a água, poderá ser trocado por uma grande quantidade de outros bens”. Ele distinguia entre o valor e o preço de uma mercadoria. A mercadoria comporta o valor de troca, conforme as leis “que regulam seus preços relativos, sempre nos referimos somente àquelas mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, e em cuja produção a concorrência atua sem obstáculo”, relaciona a mercadoria com a sua produção, e, recorda Ricardo: “a fonte original do valor de troca, e que coerentemente teve que sustentar que todas as coisas se tornam mais

ou menos valiosas na proporção do trabalho empregado para produzi-las” (RICARDO, 1988:13 e 14).

A redução na utilização de trabalho sempre reduz o valor relativo de uma mercadoria, seja tal redução realizada no trabalho necessário para produzir a própria mercadoria, seja no trabalho necessário para a formação do capital que contribui para a sua produção (RICARDO, 1988:20).

Ricardo aponta a relevância do trabalho, tanto na produção de mercadorias, quanto “para a formação do capital”. Entretanto, é Marx quem elaborará os conceitos mais precisos para estas situações, ou seja: “capital variável” e “capital constante” (MARX, 1988d:157-164. *O Capital, Vol. I, Liv. I, Tomo 1, Cap. VI*). E, ainda: “A invenção de máquinas que permitam ao agricultor obter o trigo com um menor custo de produção, reduzirá necessariamente seu valor de troca” (RICARDO, 1988:82). As relações variáveis destes dois tipos de capital foram desenvolvidas por Marx, na “lei da queda tendencial da taxa de lucro” (1988i:154-167. *O Capital, Vol. I, Liv. III, Tomo 1, Sec. III, Cap. XIII*).

Ricardo ainda relacionou a produção e o preço de uma mercadoria: “é o custo de produção que, em última instância, determina o preço das mercadorias, e não, como frequentemente se crê, a proporção entre a oferta e a demanda” (RICARDO, 1988:207).

Stuart Mill tratou da mercadoria na obra “O utilitarismo”, desenvolvendo a teoria do seguinte modo: “de Epicuro a Bentham, que sustentam a teoria da utilidade entendiam por utilidade não algo que devesse ser contraposto ao prazer, mas o próprio prazer e a ausência de dor” (STUART MILL, 2000:29). Jevons se limitou aos teóricos que desconsideraram as proposições que se despontaram a partir das contribuições de Ricardo.

As pressuposições da “Economia Política” em Jevons estão em noções, como: “Utilidade, riqueza, valor, mercadoria, trabalho, terra, e, capital” e se propõe a investigar as relações entre estas noções. Ainda, aponta que a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade são proposições contrárias na determinação da origem (causa) do valor, e, pondera que “o trabalho determina o valor, mas, apenas de forma indireta ao variar o grau de utilidade da mercadoria por meio de um aumento ou diminuição da oferta”. Ele assume a teoria do valor utilidade por considerá-la “de acordo com os fatos”, aderindo assim, à epistemologia positivista (JEVONS, 1996:47 e 48).

Jevons sustenta que o trabalho só gera valor “de forma indireta” e sustenta que cada trabalhador individualmente deve se esforçar para acumular riqueza, seguindo Locke (1978:45-46) sobre a fonte da riqueza extraída da natureza (JEVONS, 1996:61). Mesmo conhecendo a dúplice

expressão do valor da mercadoria em valor de uso e valor de troca, Jevons restringe suas próprias teorizações ao processo de troca: o valor utilidade.

A leitura que ele faz de Smith é muito limitada. Ele cita (*Riqueza das Nações*, Liv. I, Cap. IV. 1996:85): “Importa observar que a palavra VALOR tem dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui, em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se ‘valor de uso’, e o segundo, ‘valor de troca’” (JEVONS, 1996:93). Ele faz isto sem se atentar para a relação entre as duas determinações do valor, e desconsidera as perspectivas de David Ricardo com a teoria do valor trabalho e os seus desdobramentos posteriores.

Jevons toma os fatos como ponto de partida, mas, depois, ressalta os aspectos psicológicos do comportamento econômico a partir de uma “escolha racional”. Assim, a razão postula a partir de si mesma com as determinações abstratas. As escolhas se resumem entre as que proporcionam maior prazer e menos sofrimento, ou seja, entre custos e benefícios. Há uma submissão às condições prioritariamente teóricas apresentadas imediatamente como limitadoras dos parâmetros racionais (JEVONS, 1996:60).

E, ao sintetizar a caracterização de um produto Jevons compõe a equação “Produto = lucros + salários”. Ele demonstra desconhecer a constituição dos preços quando desconsidera a participação dos dispêndios nos meios de produção (Capital constante).

Na equação - Produto = lucros + salários – a quantidade de produto é essencialmente variável, e que o lucro deve ser a primeira parte a ser determinada. Se decomposmos o lucro em salários de administração, seguro contra riscos e juros, a primeira parte é de salários propriamente ditos; a segunda equilibra o resultado em diferentes empregos (JEVONS, 1996:207).

As suas bases de raciocínio procuram sustentar que o lucro ocupar lugar precedente como determinante *a priori* nas operações contábeis, em vez de o lucro aparecer como resultado de um conjunto das operações, num “mercado perfeito”. E, chega a decompor o “lucro” nos elementos que descartou da exposição.

A concepção teórica de mercado perfeito se confirma mais ou menos completamente na prática. Em qualquer grande mercado, é trabalho dos corretores organizar a troca de forma que qualquer compra seja feita com o mais completo conhecimento das condições de oferta e procura e do primeiro indício de qualquer mudança (...). O segredo só pode conduzir ao lucro dos especuladores, que ganham com grandes flutuações dos preços (JEVONS, 1996:98).

A suposição de um mercado perfeito (tipo ideal), para relacioná-lo com a prática cotidiana das determinações e das relações que se efetivam na formação socioeconômica capitalista. Ele não considera as

circunstâncias em que o enriquecimento privado se baseia nas relações “históricas” de produção. E, ainda, desconhece as determinações da formação socioeconômica com o seu modo de produção dominante em que esta atividade se efetiva. “A necessidade da troca e a transformação do produto em puro valor de troca avançam na mesma medida da divisão do trabalho, i. e., com o caráter social da produção” (MARX, 2011:95).

Diferentemente de Jevons, que partia da ideia de um “mercado perfeito”, Marx aponta divergências entre compradores e vendedores de mercadorias recorrendo ao comportamento cotidiano que Miguel de Cervantes chamou de Maritormes (SUBSTANTIVO PLURAL. <http://substantivoplural.com.br/>). Assim como os homens inebriados passam a desconsiderar os critérios de escolha de mulheres para seus relacionamentos eventuais, os compradores de mercadoria têm as apreciações comprometidas com embalagens e propagandas (MARX, 1988b:79. *O Capital, Liv. I, Vol. I, Tomo 1, Cap. II*). Este modo de comparar surgiu das bases de comparações formuladas por Aristóteles.

A semelhança deve ser examinada em coisas pertencentes a diferentes gêneros – como A está para B, assim está C para D (por exemplo, tal como o conhecimento está relacionado com o objeto do conhecimento, está a sensação relacionada com o objeto da sensação) e também como A está em B, assim está C em D (por exemplo, tal como está a visão no olho, está a razão na alma e tal como há tranquilidade no mar, há ausência de vento no ar) (...). A descoberta da diferença é proveitosa para silogismos acerca de identidade e diferença quanto para o reconhecimento do que é alguma coisa particular (ARISTÓTELES, *Tópicos, Liv. VII. 6-16; 2010b:367; e, ARISTÓTELES, Tópicos, Liv. XVIII 37-40; 2010b: 368 e 371. Grifos da fonte*).

A comparação feita acima por Aristóteles insere a troca das sociedades atuais como sendo compatíveis com os comportamentos humanos deste período histórico. Nela está a base epistemológica para elaborar comparações que permanece por séculos seguidos. Em sociedades onde a realização de trocas de um modo de produção pré-capitalistas é predominante, o lucro é algo impensável, pois, “as trocas e os contratos se fazem sob a forma de presentes” (MAUSS, 2003:187). As trocas “nas sociedades primitivas” são feitas em forma de presentes, assim como as trocas “nas sociedades civilizadas” são feitas pelo preço. “Na antiga sociedade hindu o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias” (MARX, 1988a:50. *O Capital, Liv. I, Vol. I, Tomo 1, Cap. I*).

Jevons se desvia das situações históricas: “Há tantos comerciantes que se dedicam a comprar e vender e fazem seus ganhos comprando barato e vendendo caro, que surge uma tendência falaciosa para acreditar que todo o lucro do comércio depende da diferença de preços” (JEVONS, 1996:129-130). Assim, o autor sustenta que o lucro não provém da

(exploração) força de trabalho (2 e, 3.3). E, depois, Jevons desenvolve esforços para se deslocar dos argumentos da teoria ricardiana do valor.

Embora o trabalho seja o ponto de partida da produção, e os interesses do trabalhador, o próprio objeto da ciência, os economistas, entretanto, não vão muito longe e de repente mudam de opinião e tratam o trabalho como um bem que é comprado pelos capitalistas. O próprio trabalho torna-se objeto das leis da oferta e da procura, ao invés de essas leis atuarem na distribuição dos produtos do trabalho. Encontra-se a taxa média de salários, dizem eles, dividindo-se a quantidade total de capital destinada ao pagamento de salários pelo número de trabalhadores pagos, e eles querem nos convencer de que assim fica resolvida a questão (JEVONS, 1996:206).

Surpreendentemente, Jevons faz referências a proposições que sustentam ser as atividades de o trabalho “o ponto de partida da produção”, e ainda, que “os interesses do trabalhador” seja o objeto da ciência (Econômica). Em seguida, o autor volta-se ao interior da “teoria da troca”, acusando os economistas de uma contradição quando apontam o trabalho como um “um bem que é comprado pelos capitalistas”. Ele desconhece que uma substância (ser, coisa) pode aparecer com objetivos distintos para os humanos, e, ainda, comporta muitos sentidos (“polissemia”). “O ser, entendido em geral, tem múltiplos significados: (1) um destes – é o ser accidental; (2) outro é o ser como verdadeiro e o não-ser como falso” (ARISTÓTELES. *Metafísica*, E 2, 1026 a 33-b 2) (REALE, 2005:273). Ainda mais, ele, não consegue entender que a “força de trabalho” enquanto potencialidade (capacidade de trabalho) pode, ou não, ser comprada por um capitalista que definirá as condições para que esta mesma força de trabalho passe da potência ao ato (exercício direto do trabalho). É com esta finalidade que capitalistas compram forças de trabalho.

Para Jevons, os capitalistas gastam dinheiro com trabalhadores sem nada obterem como retorno por este dispêndio. Mas, entende que, por parte do trabalhador, o ganho (salário) maior, e, ainda, a disposição para se submeter a uma jornada de trabalho mais elevada deve ser o motivo para o empenho dos operários no dispêndio laboral. “Quando o trabalho produz mais bens, há mais recompensa, e, portanto, mais incentivo ao trabalho” (JEVONS, 1996:154). Esqueceu de dizer que assim o é, quando a remuneração ocorre por peça (tarefa), e não, por jornada definida (MARX, 1988f:133-138. *O Capital*, Vol. II, Liv. II, Cap. XIX). Neste aspecto em particular é que ele revela a sua concepção etnicamente preconceituosa. (JEVONS, 1996:67 e 154). Este modo de pensar influenciaram a teorização de Jevons mais a frente (tópicos 2 e 3.3).

Os conceitos mais usuais de Jevons aparecem no debate sociopolítico e econômico com as divergências recorrentes e passa a esboçar conceitos da maneira mais conservadora, conforme a opção tópica que assumiu. Ele aprecia as discussões sobre o método da Economia, e se reporta a Stuart Mill para sustentar que esta ciência segue leis psicológicas.

Método Dedutivo Físico ou Concreto, devemos começar a partir de algumas leis psicológicas óbvias (...): um ganho maior é preferível a um menor, e daí em diante devemos raciocinar e prever os fenômenos que serão produzidos na sociedade por tal lei". (JEVONS, 1996:65).

Em seguida se remete às conferências de Cairnes sobre "O caráter e o Método Lógico da Economia Política" (2ª edição. Macmillan, 1875) para corroborar o próprio pensamento. Novamente, ele esquece da própria proposição de se ater os fatos como ponto de partida, como Bacon: "levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e começam a habituar-se ao trato direto das coisas" (BACON, 2000:29).

Jevons erra ao reduzir o capital única e exclusivamente, ao que é despendido com o sustento dos trabalhadores em atividades: "o capital, como eu concebo, consiste apenas no conjunto daqueles bens que são necessários para sustentar os trabalhadores de qualquer tipo ou classe ocupados no trabalho" (JEVONS, 1996:180. Grifos da fonte). Para ele o Capital é somente o capital variável, com consequências para a sua teorização (3.3).

O utilitarismo de Bentham é a base para tratar da relação entre prazer e sofrimento e procurou representar esta reflexão por um retângulo (JEVONS, 1996:65). Assim ele diz: "deve-se considerar que tudo aquilo que um indivíduo deseja e trabalha para obter tem utilidade para ele" (JEVONS, 1996:70). E, a troca é o objetivo por excelência da Economia Política. "A troca é um processo tão importante na maximização da utilidade e na economia de trabalho que alguns economistas consideram sua ciência como se ela tratasse unicamente dessa operação" (JEVONS, 1996:91). E, que "quando o trabalho produz mais bens, há mais recompensa, e, portanto, mais incentivo ao trabalho" (JEVONS, 1996:154).

O autor usa o termo "trabalho penoso" para conceituar o trabalho executado numa jornada de trabalho prolongada. Surgem considerações acerca da aplicação deste conceito. O trabalho é penoso também quanto à sua forma de execução: submissão a uma pena, como acontecia com os escravos no Brasil (3.2). Quais motivos levam os capitalistas a submeterem trabalhadores a este tipo de trabalho, se o lucro é proveniente da abstinência (3)? Se o lucro advém da abstinência dos capitalistas porque o cálculo do investimento se concentra no exercício do trabalho (trabalho em ato) (3)? Jevons desconsidera que a recompensa por mais trabalho é estimulada quando a remuneração ocorre por peça (tarefa), quando o capitalista obtém tanto mais-valia absoluta, quanto mais-valia relativa no mesmo dispendi produtivo de força-de-trabalho, e não, por jornada definida, e, especialmente nas relações sociais capitalistas.

A forma de salário por peças é tão irracional quanto o salário por tempo. Enquanto, por exemplo, duas peças de mercadoria, depois de descontado o valor dos meios de produção nelas gastos, como

produto de uma hora de trabalho valem 6 pences, o trabalho recebe por elas um preço de 3 pences (MARX, 1988f:134. *O Capital, O Capital, Vol. II, Liv. II, Cap. XIX*).

As limitações sobre a composição da força de trabalho sob o Capital

Os aspectos étnicos de Jevons estão em não considerar certas frações humanas nos submetidas aos condicionamentos históricos e sociais étnicos e de modos de produção numa formação social. Ele sustenta que “o selvagem ingênuo, como criança, se ocupa inteiramente com os prazeres e dificuldades do momento, percebe vagamente o dia seguinte e seu horizonte não abarca mais que poucos dias” (JEVONS, 1996:67).

Estas afirmações revelam a localização sociocultural de Jevons em conformidade com o momento em que o capitalismo começava a se sobrepôr a outros modos de produção. E, ainda, expressa a sua posição teórica recheada de preconceitos sobre populações e etnias cujas organizações sociais diferiam do modo capitalista de produzir e de pensar. Ele concebe como proveniente da natureza o que é resultante das relações entre humanos e realidade social na história. Esta postura era comum entre ingleses, como Hobbes formulou teoricamente sem nenhuma base concreta sobre as chamadas “sociedades primitivas”, como sendo uma “guerra de todos contra todos” partindo da premissa de que “o homem é o lobo do homem”. Ele mesmo afirma: “Poderá porventura pensar-se que nunca existiu um tal tempo, nem uma condição de guerra como esta, e acredito que jamais tenha sido geralmente assim, no mundo inteiro; mas há muitos lugares onde atualmente se vive assim”. Assim, ele expressa a falta fundamento real da teoria (HOBBES, 1997:110).

O autor revela seus preconceitos étnicos de classistas ao se referir às condições e efetivações de diversas posturas no exercício do trabalho e de aspectos culturais de populações diferentes as próprias. Há um refúgio em posições eminentemente abstratas que não se sustentam em observações reais confrontadas com as teorias nem com a realidade. Esta determinação abstrata terá repercussão nas formulações acerca da Economia Política.

Quando Jevons considera o ser humano como agente da produção econômica ele expressa os limites da classe dominante em seu contexto restrito, que era a classe capitalista em sua constituição social e histórica. Ele se posiciona de acordo com os capitalistas, que procuram fundamentar os seus privilégios em preconceitos étnicos com consequências econômicas.

Um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses e detesta trabalho; seus esforços, portanto, param logo. Um pobre selvagem se contentaria em recolher os frutos quase gratuitos

da Natureza, se fossem suficientes para dar-lhe sustento; é apenas a necessidade física que o leva ao esforço. O homem rico na sociedade moderna está aparentemente suprido com tudo que ele pode desejar e, portanto, frequentemente trabalha por mais sem cessar. O bispo Berkeley, em seu *Querist (Instrução nº 20)* perguntou muito bem: Se a criação de necessidade não é o modo mais provável de provocar diligência em um povo? E se nossos camponeses (irlandeses) estivessem acostumados a comer carne de boi e a usar sapatos, eles não seriam mais industriosos? (JEVONS, 1996:154. Grifos da fonte).

As diferenças sociais de riqueza são justificadas como sendo provenientes de uma índole étnicas e regional. É como se determinadas pessoas fossem “atrasadas” e assim, não conseguem acumular riquezas. Os valores inerentes a uma postura individualista e capitalista, como, acumular riquezas são assumidos pelo autor como sendo valores inerentes ao ser humano. Ele é tributário de John Locke quando refere à riqueza como bens acumulados a partir das atividades de trabalho sobre a Natureza. A metáfora do contrato social foi formulada e utilizada “para proteger posses desiguais, já que deram origem, no estado de natureza, aos direitos desiguais” (MACPHERSON, 1979:243).

O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele (LOCKE, sect. 27, 1978:45-46).

A riqueza individualmente acumulada é justificada por Jevons do mesmo modo que Locke formula a proposição de que ela resulta da apropriação de algo da Natureza pelo próprio trabalho. Mas, ele afirma que um afrodescendente “aprecia menos as posses e detesta trabalho”. E, contrapõe esta argumentação ao que ele mesmo denomina de “homem rico na sociedade moderna”. Subentende-se neste argumento que há uma contraposição entre “sociedade antiga”, caracterizada por Jevons como composta de pessoas que não gostam do trabalho, e assim, não acumulam posses, e a “sociedade moderna”, que é composta por habitantes que gostam do trabalho, e, acumulam posses. Mesmo percebendo a contraposição entre dois tipos diferentes de sociedade, Jevons não conseguiu expressar que este humano individualista possessivo é o que constitui uma concepção social e histórica do ser humano como intrínseca ao que se chama “sociedade moderna”. Setores eclesiais assimilaram esta postura, como o próprio autor cita o filósofo George Berkeley, quando expressa valores do povo urbano inglês em contraposição ao povo camponês irlandês. Esta argumentação obteve seguidores também no Brasil (3.2).

O professor Jevons faz parte do grupo de intelectuais que não prestou a devida atenção à revolução teórica que Marx apresentou ao mundo, principalmente a partir de 1857, e iniciou as publicações de O

Capital a partir de 1868. Marx formulou o conceito de formação socioeconômica para teorizar a totalidade em movimento em que uma produção específica se insere. A sociedade é concebida como um todo complexo onde sobrevivem uma variedade de culturas, modos de pensar, sociedades e modos de produção material.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011: 54).

Marx ressalta que a realidade, o concreto, está composto de múltiplas determinações abstratas e reais, e também, com múltiplas relações. E, todos estes aspectos se inter-relacionam na concretude da vida social e precisa aparecer nas análises teóricas para estarem à altura das exigências teóricas e práticas da humanidade. “A riqueza, das sociedades em que domina o modo de produção capitalista, aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1988a:45. *O Capital, Liv. I, Vol. I, Tomo 1, Cap. I*).

As expressões do antagonismo entre capitalistas e trabalhadores assalariados aparecem com conotações de modos de produção pré-capitalistas que coexistem de modo subordinado ao modo de produção capitalista dominante numa formação socioeconômica. As múltiplas relações e determinações sociais em que as pessoas se encontram fazem com que as lutas sociais se efetivem em graus de duração e de intensidade muito variados e com objetivos multiformes.

Esta complexidade da realidade quase fez parte das preocupações de Jevons. Ele quase formula a composição de classes da sociedade com e sem privilégios, ao dizer que “o homem rico na sociedade moderna está aparentemente suprido com tudo que ele pode desejar” (JEVONS, 1996:154). Faltou dizer como este “homem rico” consegue realizar os próprios desejos, e, o “homem pobre” não consegue esta façanha. Será por uma predisposição ou sorte? É o que poderá ser visto mais adiante neste texto (3.3).

O tipo de sociedade e a constituição das pessoas se correlacionam. As sociedades compostas de classes e de várias frações, progressistas ou retrógradas são possíveis nas diversas épocas históricas que não são plenamente superadas no espaço e no tempo. Por isso, nas formações socioeconômicas capitalistas ainda existem trabalhadores submetidos ao trabalho servil, ao trabalho escravo, e, também os que assumem o trabalho camponês. Mas, o trabalho assalariado é o que aparece como legalmente

predominante e estabelecido com plenitude perante o Estado nestas sociedades. Assim, o autor aponta o trabalho assalariado como o mais louvável sem nunca dizer como superar as formas pré-capitalistas de trabalho a não ser por uma questão de opção e de cultura étnica e regional.

Os argumentos de William Jevons

A definição de investimento seguindo Jevons

Para solucionar o problema do valor a ser investido, Jevons argumenta:

Talvez a questão mais interessante da teoria do capital seja a vantagem que surge da rápida execução de uma obra, se ela pode ser feita convenientemente e com o mesmo resultado final. Para investigarmos esse assunto, suponhamos que w = o montante de salários que é necessário pagar para construir uma casa, e que ele não se altera quando variamos, dentro de certo limite, o tempo empregado no trabalho, representado por t . Se o trabalho prossegue continuamente, teremos, em dada unidade de tempo, uma quantidade investida igual à t -ésima parte de w , o montante total de investimento de capital será, portanto, representado pela área de um triângulo cuja base é t e a altura w ; ou seja, o investimento é $1/2tw$. Assim, quando a despesa total é, em última instância, a mesma, o montante de investimento é proporcional apenas ao tempo (JEVONS, 1996:187. Grifos da fonte).

Jevons quer calcular um montante de recursos pela geometria. Ele argumenta que a base do triângulo é o “tempo de trabalho empregado” (t) na construção da casa, e, “a altura (w) o montante de salário que é necessário pagar para construir uma casa”. A base para justificar que “o investimento é $1/2tw$ ” está no espaço triangular. Assim, a fórmula geométrica do cálculo impõe que o investimento consiste na *base, multiplicada pela altura, dividida por dois*, isto é, a área retangular dividida por dois. Esta é a chance dele para expressar uma postura pedante e apontar o desenvolvimento da fórmula: $i = 1/2t.w$.

O recurso apriorístico acima é o oposto do que ele mesmo assume quando sustenta: “de acordo com os fatos” (JEVONS, 1996:48). Não há uma explicação sequer para a intensificação do montante de salário no tempo, senão a contratação de mais trabalhadores no decorrer do tempo. Seria mais correto sustentar a existência de uma variação inconstante com elevações e declínios de montante de salário no decorrer do tempo. Assim, o montante de investimentos apareceria como um número absoluto em unidades de medidas monetárias de recursos investidos. Ele se desviou desta via algébrica para a geometria. A fórmula que ele apresenta para o cálculo de investimento nada mais é do que uma concisão da fórmula do cálculo de área para as figuras geométricas triangulares.

Não resta dúvida de que se trata de um modo estranho para definir investimento, pois, a sua essência se constitui de valores aplicados em um empreendimento com vistas a um resultado em valor maior do que o inicial. Os elementos constitutivos da conclusão geométrica surgem na argumentação como um “*deus ex machina*” (recurso do teatro grego para solucionar um problema que se tornara “um beco sem saída” para o desfecho da cena). A argumentação de Jevons teve início com recursos algébricos e chega a uma conclusão com recursos geométricos. Assim, ele torna a demonstração pedante e imprecisa. Por isso, ele comete um erro lógico e uma redução absurda de conteúdo. Assim, Aristóteles definiu acerca do assunto:

Não é possível demonstrar uma coisa passando de um gênero a outro (μεταβασης εις αλλο γενος), digamos demonstrar uma proposição geométrica por meio da aritmética. Três fatores estão presentes na demonstração: (1) a conclusão que se requer demonstrada, ou seja, a aplicação de um predicado essencial a algum gênero; (2) os axiomas que sevem de fundamento à demonstração; (3) o gênero subjacente, cujas modificações ou predicados essenciais são revelados pela demonstração. Ora, quando estamos diante de gêneros distintos como por exemplo, a aritmética e a geometria, ainda que a base de demonstração possa ser a mesma, não é possível aplicar a demonstração aritmética aos predicados das grandezas, salvo se as grandezas forem números (ARISTÓTELES, *Analíticos Posteriores*, Liv. I, cap. VII 75a37-45-75b1-6. 2010a:266-267).

Não existe nenhuma sustentação lógico-epistemológica para que Jevons faça a transferência do gênero argumentativo algébrico para o gênero argumentativo geométrico. Os recursos investidos são sempre usualmente medidos em unidades monetárias expressos em alguma moeda corrente. A passagem para a linguagem geométrica não esclareceu a questão formulada e fez com que a solução deixasse de ser apontada como um número resultante da operação de uma equação, que seja a expressão de uma quantidade monetária. Aristóteles ressalta a necessidade da manutenção do argumento no mesmo gênero de construção teórica: “Descrevo uma coisa como *pertencente em si mesma (per se)* a uma outra se constituir um elemento na natureza essencial da outra, como por exemplo, uma linha pertence a um triângulo e um ponto pertence a uma linha” (ARISTÓTELES, *Analíticos Posteriores*, Liv. I, cap. IV 72b34-35. 2010

Jevons desconsidera a composição essencial do que analisa, e fala das manifestações de um *ente como se estas fosse a sua própria substância* e ficou distante da demonstração. Quando ele se detém nas relações entre a produção e a troca as proposições apresentadas estão sem as devidas fundamentações e se constituem apenas de afirmações falaciosas. Depois de desvincular as relações entre “emprego de capital” e “relações de troca”, e da possibilidade de se “ter as vantagens do capital sem as trocas”, ele diz:

A noção de capital assume novo grau de simplicidade tão logo reconhecemos que o que foi chamado de parte é na verdade o todo. O

capital, como eu concebo, consiste apenas no *conjunto daqueles bens que são necessários para sustentar os trabalhadores de qualquer tipo ou classe ocupados no trabalho* (JEVONS, 1996:179 e 1980. Grifos da fonte).

A proposição “não há nenhuma relação estreita ou necessária entre o emprego de capital e os processos de troca” é problemática pela fusão de duas conceituações de Capital, sendo uma formulada expressamente, e outra, aparecendo implicitamente em seus argumentos. A conceituação, já problemática, que a reduz o Capital aos “bens necessários para sustentar os trabalhadores”, reduzindo o Capital ao capital constante. A conceituação implícita está na proposição que nega a existência de relação “entre o emprego de capital e os processos de troca”. Esta proposição é problemática em dois sentidos:

O primeiro sentido advém do conceito explícito de capital, pois, ele quer sustentar que não existe relação entre gastos com bens necessários ao sustento de trabalhadores e os processos de troca. Os trabalhadores produzem bens com “valores de utilidade” sem trocarem os próprios esforços por dinheiro (salários)? É como se as trocas acontecessem sem a presença dos agentes capitalistas e dos trabalhadores.

O segundo sentido está na conceituação implícita de capital que está na proposição de que “possamos ter as vantagens do capital sem as trocas”. Agora, capital é algo que resulta em vantagens. Mas, se estas vantagens são obtidas pelos trabalhadores. Ora, salários são pagos em razão das relações entre capitalistas e trabalhadores. Assim, os trabalhadores somente obtêm estas vantagens a partir da troca de (força de) trabalho por salário com algum capitalista. Os capitalistas investem capital para obterem vantagens. Agora, trata-se de uma conceituação implícita de capital na teoria de Jevons. Os capitalistas necessitam do mercado para efetivar suas vantagens. Jevons retrocede na teoria como se analisasse as relações produtivas de uma sociedade não capitalista. Sustentar que é possível “ter as vantagens do capital sem as trocas” implica na despreocupação com a venda de mercadorias, ou seja, com o mercado. Negar isso é anular todo o período do mercantilismo, que caracterizou o final do modo de produção feudal e resultou no capitalismo (MARX, 1988g:251-284. *O Capital, Vol, II, Liv, I, Tomo 2, Cap. XXIV*).

A seguir serão apresentadas as argumentações de Jevons no que se referem às relações provenientes da força-de-trabalho empregadas sem que os capitalistas nada exijam como retorno pelo estabelecimento deste tipo de relação social.

O exercício do trabalho e o mercado

Quando o autor procura situar o trabalho no conjunto de atividades sociais com agentes situados de modo diverso na estrutura organizacional da

produção, ele lembra da necessidade de recursos a serem investidos. Assim, ele sustenta que os recursos investidos são aplicações em Capital que se compõe de capital constante (meios de produção: matérias primas, máquinas e instalações) e capital variável (força de trabalho).

O capitalista, mediante a compra da força de trabalho incorporou o próprio trabalho como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega (Marx. *O capital. Livro I, Vol. I, Cap. V.* 1988c:302-304. Grifos da fonte).

Mesmo fugindo das considerações sobre a importância da produção, Jevons não conseguiu deixar o trabalho humano fora de suas teorizações, e, tentou contornar as questões que envolvem o trabalho em Ricardo. Como ele se distancia da teoria do valor trabalho? Está na proposição que se segue.

A taxa de salários não é mais difícil de ser entendida do que a opinião corrente. Ela diz que o salário de um trabalhador coincide, em última instância, com o que ele produz, após deduzir a renda, as taxas e os juros do capital (JEVONS, 1996:207).

O autor fica nos limites da própria opinião e não realiza observações concretas para as submeter ao processo de análise, constatando um problema e o contorna em vez de o solucionar.

Embora o trabalho seja o ponto de partida da produção, e os interesses do trabalhador, o próprio objeto da ciência, os economistas, entretanto, não vão muito longe e de repente mudam de opinião e tratam o trabalho como um bem que é comprado pelos capitalistas. O próprio trabalho torna-se objeto das leis da oferta e da procura, ao invés de essas leis atuarem na distribuição dos produtos do trabalho (JEVONS, 1996:206).

Depois de assumir que “o trabalho seja o ponto de partida da produção, e os interesses do trabalhador, o próprio objeto da ciência”, Jevons passa a considerar as composições adversas entre economistas sobre o tema. Então, ele se dá conta de que há economistas que tomam o trabalho como uma das mercadorias que os capitalistas compram.

Jevons não consegue ver a força de trabalho em si, como uma coisa comprável e vendável (mercadoria disponível no mercado) e o trabalho como um capital investido na produção. Esta limitação é proveniente da determinação de sua elaboração teórica em delimitar a sua Economia Política ao âmbito da troca. Deste modo, o autor não consegue formular as proposições de uma força de trabalho produtiva em ato, e uma força de

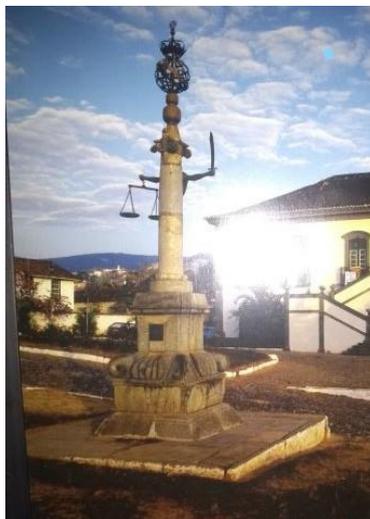
trabalho potencial, num corpo humano vivo que comporta força de trabalho que as circunstâncias históricas obrigam a aplicá-la produtivamente sob comando alheio em troca de um salário. Mas, ele consegue perceber trabalhadores com suas forças de trabalho em ato, e chega a falar em “trabalho penoso”. Ele aborda o problema sem o discutir.

Assim, desconsidera-se a historicidade das relações sociais e a formação socioeconômica capitalista comporta relações sociais de formas precedentes de trabalho, como as relações servis e escravas na produção material, tanto por seu próprio país, quanto por outros que submeteram outros povos às situações coloniais. O senhor Edward Colston, na Inglaterra, país mais desenvolvido da Europa em seu tempo, e imperialista, foi homenageado com uma estátua em uma praça pública na cidade de Bristol, por haver sido um “notório traficante de escravos” (<https://veja.abril.com.br/cultura/derrubada-em-protesto-estatua-de-escravocrata-sera-exposta-em-museu/>. Acesso: 17 de agosto de 2021).

Há monumentos no Brasil que testemunham a submissão dos escravos a castigos públicos. Eram monumentos erguidos com pedra, e ficavam em frente ao prédio da Câmara de representantes do povo, nas sedes de províncias. Os escravos eram amarrados nas bases destes monumentos e castigados por ordem de seus senhores. Abaixo, está uma foto do Pelourinho da cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, Brasil.

Foto nº 1

Foto do Pelourinho de Mariana



FONTE: Foto de José Israel Abranches. S/D, p. 56.

Pode-se citar quatro destes monumentos no Brasil: Mariana e Ouro Preto (MG), Salvador (BA), Alcântara (MA), que representam o poder local arquitetonicamente. O Pelourinho de Mariana é o mais composto de elementos representativos do poder político, local e mundial, concebido pela cristandade colonialista, com a sustentação de que todo poder emana da divindade (AZZI, 1987). Acima da sua base estão: a) a balança da justiça; b) a espada do poder de Estado; c) a coroa do Rei; d) a coroa do Papa; e) a Cruz, no topo.

Este monumento é a figuração da disputa entre a composição hierarquizada das frações sociais (e/ou classes) do Estado de uma formação socioeconômica escravista e/ou servil (Cristandade). Existem duas formulações que colocam a divindade no grau máximo da hierarquia mundial de modo metafísico. Uma destas formulações aponta o Estado composto de uma fração eclesiástica, uma classe aristocrática, e uma fração do chamado povo. Nela, a divindade tem o rei como maior representante de Deus no mundo (HOBBS, 2011:36 e 125). A outra, decompõe este mesmo poder de Estado em uma fração eclesiástica, uma classe aristocrática, e uma fração do chamado povo. Nesta outra formulação, o Papa é o representante máximo da divindade (RICHELIEU, 1996: 87 e 109).

Estes monumentos denominados de Pelourinho remanescentes da justiça aristocrata sobre os próprios trabalhadores escravizados é uma demonstração de que as atividades de trabalho executadas numa sociedade de classes é a submissão de uma classe aos interesses de outra classe que domina e explora trabalhadores (POULANTZAS, 1977; MARX, 1988h:285-292. *O Capital, Vol. I, Liv. I, Tomo 2, Cap. XXV*).

Com este tipo de relação social e produtiva uma classe social produz e não apropria do que ela própria produziu, mas, quem se apropriou privadamente dos meios de produção compõe a classe social que pode acumular riquezas sem trabalhar, e impor a sua forma social de produção no mundo por um domínio colonial ou imperialista. Um esforço para evitar as possíveis independências de províncias, o poder central colonial europeu instalou “governadores de armas” ao lado dos governadores provinciais.

Os cargos de governadores, ou “comandantes das Armas” foram instituídos nas províncias da colônia a partir de 1821, com a incumbência de administrar e organizar as forças militares a partir das “Cortes Gerais e extraordinárias da nação portuguesa” (<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionário-periodo-colonial/164-cortes-gerais-e-extraordinarias-da-acao-portuguesa>), que foram instaladas em Portugal após o movimento liberal iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto, visando recuperar a posição do país no cenário europeu e reconquistar a hegemonia política do Reino no império luso-brasileiro. Assim, foi procedida a alteração das formas de governo das capitânias, com a criação das “juntas provisórias”

(<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/187-as-juntas-provisórias-de-governo>) e dos governadores das Armas subordinados diretamente a Portugal (<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/156-comandante-das-armas>). Acesso: 08/09/2021).

Mas, as províncias do Nordeste brasileiro já estavam em situação de rebeldia envolvendo a Igreja Católica. Estas províncias cultivavam um descontentamento com relação ao tratamento que recebiam a partir da Capital do Brasil como parte do Reino Unido de Portugal e Algarves, que os tratavam como colônias de colônias. Por isso, parte dos padres assumiram a liderança de um movimento de cunho liberal e republicano a partir de 1817 e perdurou até 1824 (CARVALHO, 1980).

A revolução liberal baseada na cidade do Porto seguiu o padrão inglês. Assim como a Inglaterra submeteu as relações produtivas feudais ao controle burguês sem eliminar plenamente a presença da aristocracia no poder de Estado, por uma Carta, Portugal estabeleceu relações produtivas escravistas nas colônias. Porém, “a constituição portuguesa não se aplicaria ao Brasil e se convocavam procuradores das cidades e vilas locais para Rio, em ‘Juntas de Cortes’, fabricarem uma constituição própria, a submeter oportunamente ao rei” (VALENTE, 1997:73).

A presença do componente religioso no Estado não altera a suas políticas necrófilas, genocidas, dos Estados que são próprias da manutenção das dominações sociais de classes, que, desde os romanos, tendem a escolher setores ou frações sociais a quem dirigir a repressão e tendem a se tornar fascista, como sustento reprodutor do capital financeiro, o que constituem efetivações locais das lutas de classes e suas relações com o momento histórico mundial do capital (MBEMBE, 2017; MBEMBE 2018; PACHUKANIS, 2020:57-61; e, MARX, 2012:125-126).

A classe social se enriquece por meio da apropriação de parte do trabalho de outras classes sociais, sem pagar por esta apropriação com as determinações econômicas e políticas. Se Locke e, ainda, Jevons estivessem corretos, os afrodescendentes seriam as pessoas mais ricas, como consta da maior parte da história do Brasil até hoje. A relação entre abstinência e lucro conforme Jevons está exposta no tópico a seguir.

A abstinência (capitalista) e o salário (trabalhador)

Com a proposição de que “o salário corresponde ao que o trabalhador produz” Jevons constitui uma visão filantrópica dos capitalistas. É como se a classe dos capitalistas contratasse trabalhadores por uma benevolência para com uma classe de necessitados de recursos vitais. Mas, o próprio autor elabora uma proposição diferente quando afirma que trabalhador “recebe o devido valor do que produziu, após pagar

uma fração adequada ao capitalista, como remuneração pela abstinência e pelo risco” (JEVONS, 1996:209).

Este é um ponto em que ele mesmo demonstra a falta de sustentação científica da própria teoria. Ele elabora uma concepção solecista de capital (o que depois se contradiz) para fugir das complexidades das sociedades de classes do seguinte modo: “O capital, como eu concebo, consiste apenas no *conjunto daqueles bens que são necessários para sustentar os trabalhadores de qualquer tipo ou classe ocupados no trabalho* (JEVONS, 1996:179 e 198). Grifos da fonte). Com isso, ele desvia das considerações sobre a fonte das vantagens que constituem os interesses dos capitalistas em confronto com os trabalhadores, e, assim, assumir as proposições de Nassau Senior para sustentar a origem dos lucros capitalistas como sendo provenientes das práticas de abstinência.

Pela palavra Abstinência, queremos expressar aquele agente distinto do trabalho e da ação da Natureza, cujo concurso é necessário para a existência do capital, e que está para o lucro assim como o trabalho está para o salário (SENIOR. N. W. *Political Economy*. 5ª ed. 1863, p. 59. APUD JEVONS, 1996:186).

Jevons sustenta, sem demonstrar, que as vantagens que efetivam os interesses dos capitalistas são possíveis em razão das práticas de abstinência por parte dos mesmos capitalistas, o que não passa de uma maneira de sacralizar a obtenção dos lucros por uma classe social.

A abstinência, embora geralmente acompanhe o trabalho, é distinta dele. Uma consideração cuidadosa das observações de Senior mostra que na realidade, a abstinência é a capacidade de suportar a necessidade, a abstenção do gozo da utilidade que poderia ser desfrutada (JEVONS, 1996:186).

Jevons elabora a suposição de que a abstinência acompanha o trabalho, mas não resulta em vantagens aos trabalhadores. E, continua a argumentação dizendo que os capitalistas são capazes de suportar uma necessidade, e deixar de usufruir de uma utilidade (um valor de uso) que está disponível. Esta capacidade é efetiva para quem dispões de viveres para além de suas necessidades vitais imediatas. Do ponto de vista de doutrina eclesiástica católica, não existe abstinência somente para uma classe social, mas para os fiéis em geral conforme a norma. Em decorrência disso, todos os fiéis católicos seriam obrigados a se tornarem pessoas ricas. “Estão obrigados à lei da abstinência aqueles que tiverem completado catorze anos de idade” (CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA DE PROMULGAÇÃO DO CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, *Liv. IV, Parte III, Cânon 1253*. 1983:543).

Quando Jevons, segundo Senior, recorre à abstinência para apontar a origem dos ganhos dos capitalistas, ele mistifica a busca das causas da riqueza, sem apontar qual agente social ou entidade realiza o

pagamento (prêmio, recompensa) aos capitalistas. Será que as disputas entre capitalistas se efetivam na busca de quem consegue realizar maior abstinência? Ao recorrer a uma prática devocional religiosa para resolver um problema concreto da vida social, ele realiza uma alquimia social e econômica, ao transformar uma obrigação de fiéis religiosos na virtude econômica dos membros de uma classe social que os enriquece: a classe burguesa (composta pelos capitalistas).

Além disso, o autor não fundamenta esta capacidade dos capitalistas, nem demonstra por quais motivos os trabalhadores estão desprovidos desta mesma capacidade de executar práticas abstencionistas diante de coisas úteis disponíveis. Por isso, os capitalistas acumulam riquezas, enquanto os trabalhadores não conseguem realizar esta mesma façanha. Mas, esta sua conclusão teórica acarretou-lhe um problema social e produtivo. Como manter estas limitações aos trabalhadores e estes privilégios aos capitalistas? Parece que as vozes operárias em movimentos ecoaram aos seus ouvidos.

A quase ruptura utópica do capitalismo por Jevons

Depois de tantas argumentações sobre a Economia Política marginalista, Jevons aponta pelo menos uma diferença fundamental entre os interesses da classe capitalista e os interesses da classe trabalhadora, e, isto, acarreta grande vantagem aos capitalistas.

O fato de que os trabalhadores não são seus próprios capitalistas acrescenta certa complexidade ao problema. Os capitalistas, ou *entrepreneurs*, entram como interesse distinto. São eles que planejam e administram um ramo da produção, e fazem estimativas quanto a investir capital e comprar trabalho. Eles pagam as mais baixas taxas em vigor pelo tipo de trabalho requerido e, se a produção exceder a média, os que são os primeiros no ramo obtêm grandes lucros (JEVONS, 1996:207-208. Grifos da fonte).

A constatação, que deveria estar na teoria desde o início da obra, de que os capitalistas são remunerados pela prática da abstinência e os trabalhadores são remunerados pelo exercício das atividades de trabalho, resultou em alguns questionamentos ao autor. O que sustenta a remuneração distinta entre capitalistas e trabalhadores? Depois de justificar que os capitalistas exercem atividades de planejamento e de administração produtiva, e de fazerem estimativas de investimento em capital e comprar trabalho, Jevons aponta a concorrência entre capitalistas, quando uma fração destes paga salários “taxas mais baixas em vigor pelo tipo de trabalho”, estes capitalistas “obtem grandes lucros”.

Com essa proposição, Jevons acaba por revelar de onde as vantagens capitalistas diante dos trabalhadores são provenientes do exercício do trabalho dos próprios trabalhadores, pois “todo trabalhador acaba por receber o devido valor do que produziu, após pagar uma fração

adequada ao capitalista, como remuneração pela abstinência e pelo risco” (JEVONS, 1996:209). As contradições de conteúdo são evidentes. O trabalhador “recebe o devido valor do que produziu, após pagar uma fração adequada ao capitalista, como remuneração pela abstinência e pelo risco”. Assim, Jevons assume que é o trabalhador quem “paga uma fração adequada ao capitalista”. Observa-se que agora, Jevons trata do capital de maneira diversa da sua própria definição (3.2). Assim, é do trabalho dos trabalhadores que os capitalistas recebem pela “abstinência e pelo risco”. Sem o pagamento que os trabalhadores fazem ao capitalista, a abstinência resultaria em riqueza? O autor não consegue relacionar a determinação real, que ele mesmo aponta, com a determinação abstrata, que procura sustentar de maneira isolada e única como fonte de valor (riqueza). Ou seja, ele revela o segredo da obtenção do “lucro capitalista”: a mais valia tem como fonte o trabalho não pago ao trabalhador direto.

Parece que Jevons, acompanhado Senior, acata a fundamentação aristotélica para realizar comparações. Mas, isto não passa de uma aparência. Ele mesmo diz: “Protesto contra a deferência de permitir que qualquer homem, seja John Stuart Mill, Adam Smith ou Aristóteles, entre a investigação” (JEVONS, 1996:211). A tentativa de contribuir com a ciência foi feita descuidando das heranças históricas e as rejeitando sem as devidas considerações críticas. Isto o faz tender para tendências solecistas, quando nega, inclusive as próprias fontes ao perceber nelas algo com o que discorda, mantém a sua proposição sem discutir a divergência, e, mesmo conhecendo o seu conteúdo, permanece com uma argumentação própria e isolada (ARISTÓTELES, *Tópicos, Liv. XIV 163b 1-20; 2010b:541-542; e, ARISTÓTELES, Refutação dos sofistas, XIV 16-25; 2010c:573*).

Os capitalistas recebem lucros pela prática da abstinência assim como os trabalhadores recebem salários pelo exercício da força de trabalho. A formulação está fora dos aspectos do tópico de discussão. Mas, os capitalistas e os trabalhadores estão atuando em atividades que resultam lucros. Mas, os capitalistas contratam os trabalhadores, dos quais necessitam para realizar as atividades que possuem (e, “gerenciam”!?), enquanto os trabalhadores vendem suas forças de trabalho aos capitalistas para que produzam mercadorias. Assim, produção e troca se interligam. São dois grupos (classes sociais) de pessoas que estabelecem relações em que uma das partes se torna privilegiada em prejuízo da outra parte na mesma relação. Anteriormente, o autor fez referência aos meios de produção, que são condição fundamental para constituir a classe dos capitalistas.

O problema da Economia pode, ao que parece, ser formulado assim: Sendo dada certa população com diversas necessidades e meios de produção, que possui certas terras e outras fontes de matérias-primas, pede-se o modo de empregar o trabalho dessa população que maximize a utilidade do produto (JEVONS, 1996:187. Grifos da fonte).

O “balaio de elementos” que autor reúne está composto de: certa população; diversas necessidades; meios de produção (e outras matérias primas); trabalho dessa população; maximizar a utilidade do produto. Com isso, Jevons aponta alguns elementos argumentativos que se fazem necessários para atingir um fim: “maximizar a utilidade do produto”. O texto carece de definição de todos os elementos e de estabelecer as relações entre estes mesmo elementos para a obtenção do resultado esperado.

Mesmo com uma linguagem que restringe a discussão à maximização da utilidade, ele diz da “população com diversas necessidades e meios de produção”. Esta foi uma oportunidade para ele relacionar produção de mercadorias e a sua circulação (troca). Ele veria que os possuidores de meios de produção compram forças de trabalho e assim, acumulam riquezas. Assim, ele levaria a discussão sobre os lucros a um patamar mais aprofundado, e descobrir a relação entre a característica essencial dos capitalistas e os seus lucros por serem a classe dominante na sociedade em que vivem.

Depois disso, podemos voltar à proposição inicial da citação de que “o fato de os trabalhadores não serem os seus próprios capitalistas acrescenta certa complexidade ao problema”. Agora sim! Os trabalhadores não são remunerados pela prática de abstinência exatamente por não serem capitalistas. Para ele, isto fundamenta a distinção de interesses entre as duas classes sociais. Uma situação histórica, que pode ser superada, desponta como sendo o contexto de sua teoria, e, prefere conciliar as classes.

Se os trabalhadores fossem os seus próprios capitalistas poderia ser a utopia de Jevons. Ele descobre um problema e busca conciliar o que é antagônico: a classe capitalista e a classe trabalhadora. Ele anuncia, mas não prossegue na elaboração da sua própria utopia. Ele não ultrapassou os limites do seu tempo, e se comprometeu com a classe capitalista dominante. Quando quer elaborar uma utopia, ele não conseguiu ir para além do que está posto. Sem exercitar uma imaginação criadora associada à afirmação do que ainda não tem lugar (*οὐ τόπος*) busca afirmar o tempo presente como sendo a sua utopia, e, se posiciona de modo doutrinário e sicofanta (DUSSEL, 1989:39).

Se Jevons tivessem avançado nas suas teorizações acerca de os trabalhadores se tornassem os seus próprios capitalistas, ele poderia ter proposto a constituição uma sociedade dominada pelo modo de produção cooperativista.

Isócrates definiu como *sicofanta* a postura de quem se compromete com a chamada “ordem social” querendo-a imóvel e eterna, “esconde e disfarça” a ausência de comportamento ético, e, se acomodar diante de um poder político autoritário e não democrático, num período grego. O termo *sicofanta* (*ζυκοφαντα*) se refere às posturas sociais e

políticos expressas em três conteúdos conexos, que os usos em idiomas atuais comportam: 1) a sintonia que é expressa pelo prefixo *SI* [$\Sigma\iota$]; 2) a consonância com a dominação política de classe é expressa pelo prefixo *CO* [Ko]; e; 3) a expressão falada e escrita que está contida no radical linguístico *FANTA* (fala, discurso) [$\varphi\alpha\eta\tau\alpha$], com a classe privilegiada de uma ordem antipopular e de dominação e de exploração. Como ele fez parte dos professores que preferiram ignorar as contribuições de Marx quanto a crítica e a superação das formações sociais capitalistas, a sua teoria terminou com uma questão a ser respondida: que tipo de sociedade os trabalhadores poderiam ter os seus interesses atendidos? (ISÓCRATES, 1979:76-77, 81 e 87-88; MARX, 1988e:165-177).

Considerações finais

Jevons procura sustentar as argumentações marginalistas com base nas manifestações dos fatos restringindo-os aos aspectos aparentes e com fundamentos epistemológicos idealistas, mesmo quando pretende se assumir como sendo positivista. Quando assume a ocorrência dos fatos, para depois se posicionar de maneira idealista, ele toma a realidade presente como sendo a que se apresenta como definitiva. Mas mesmo assim, acena para uma possibilidade utópica quando considera as formas de remuneração do capitalista e do trabalhador com relação às atividades produtivas de ambos.

Depois de procurar fundamentar as remunerações dos capitalistas que resultam em lucros como provenientes de comportamentos sustentados na abstinência, justifica o não enriquecimento dos trabalhadores, cujos rendimentos são provenientes do trabalho assalariado. Depois, ele lembra que, enquanto os primeiros são os patrões, os segundos são empregados dos primeiros. A “utopia” de Jevons se limita a lamentar que os trabalhadores não possam ser seus próprios capitalistas.

Os esforços teóricos de Jevons se mantiveram na defesa da assim chamada ordem social capitalista em que a propriedade dos meios de produção são forma privada de uma classe que além de realizar a exploração de classe, mantém o controle do poder político. Depois de arrogar que a Economia Política seja uma ciência matemática exata tendo os fatos como base e ponto de partida, se consolida como um doutrinário e sicofanta da classe dominante assim como outros professores a que recorre para fundamentar a própria produção teórica. E, quando ele quis superar as próprias fontes preferiu se esquivar de apontar fundamentos e limites, e, ainda, se tornar um solecista.

Referências

ABRANCHES, José Israel. “Foto do Pelourinho de Mariana – MG”. In. *Revista Visitando Ouro Preto, Mariana e Congonhas: Ouro Preto Turismo Receptivo Ltda. S/D*, p. 26 e 56.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. “Analíticos Posteriores”. In. IDEM. *Órganon: categorias, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutação dos sofistas*. 2ª edição. Bauru, EDIPRO, 2010a: 266-267).

_____. “Tópicos”. In. IDEM. *Órganon. Categorias. Da Interpretação. Analíticos anteriores e posteriores. Tópicos. Refutações Sofísticas*. 2ª Ed. São Paulo: EDIPRO, 2010b: 347-371.

_____. “A refutação dos sofistas”. In. IDEM, *Órganon: categorias, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutação dos sofistas*. 2ª edição. Bauru, EDIPRO, 2010c: 545-608.

ARQUIVO NACIONAL Governadores das Armas. <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/156-comandante-das-armas>. Acesso em 08/09/2021).

AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. História do pensamento católico no Brasil. Vol. 1. São Paulo: 1987.

BACON, Francis. *Novum organum, ou, verdadeiras indicações acerca da interpretação da Natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas 1817-1824*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA DE PROMULGAÇÃO DO CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. *Código de Direito Canônico*. 1983.

DUSSEL, Enrique. “Filosofia de la liberación desde la práxis de los oprimidos”. In. *Revista Libertação – Liberación*, Vol. 2, (1991) p. 7-15.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou matéria e forma de um governo eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. *Diálogo entre um filósofo e um jurista*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ISÓCRATES. “Recurso contra Calímaco XVIII”. *Discursos I*. Madrid: Editorial Gredos. 1979, p. 71-88.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

JEVONS, William. Stanley. *A teoria da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. “A mercadoria”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988a:45-78.

_____. “O processo de troca”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988b:79-85.

_____. “Processo de trabalho, processo de valorização”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988c:142-156.

_____. “Capital constante e capital variável”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988d:157-164.

_____. “A taxa de mais valia”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988e:165-177.

_____. “O salário por peça”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988f:133-138.

_____. “A assim chamada acumulação primitiva”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988g:251-284.

_____. “A teoria da moderna colonização”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988h:285-292.

_____. “Lei da queda tendencial da taxa de lucro”. In. IDEM. *O Capital. Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988i:154-167.

_____. *GRUNDRISSE. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política*. São Paulo: BOITEMPO, 2011.

_____. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In. IDEM. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, 183- 314.

MBEMBE, Aquile. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

_____. “Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”. In. *Revista ARTES & ENSAIOS*, vol. 15, nº1, (2018), p. 11-40.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PACHUKANIS, E. B. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RICHELIEU, Armand du Plessis. Cardeal Conde de. *Testamento político*. São Paulo: EDIPRO, 1996.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STUAT MILL, John. *O utilitarismo*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

SUBSTANTIVO PLURAL. “A amada do dom quixote e outras personagens femininas que compõem a trama da novela imortal escrita por Miguel de Cervantes – 1605-1615”. (<http://substantivoplural.com.br>. Acesso em 13 de agosto de 2022).

VALENTE, Vasco Pulido. *Os militares e a política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

Daniela Aparecida dos Santos



Pedagoga, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Terapeuta ABA, Professora dos Anos Iniciais da Educação do Estado de São Paulo

Heloisa Marson Pinton Carraro



Pedagoga. Professora dos Anos Iniciais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Especialização em Educação Infantil pela Universidade Castelo Branco.

DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM: O DESPERTAR INDIVIDUAL DO ESTUDANTE

Introdução

Os estudantes dos Anos Iniciais possuem Professor Polivalente, ou seja, um Professor capacitado para ensinar ou ser provedor do conhecimento da maioria dos componentes curriculares das diversas áreas do conhecimento. Geralmente este Professor tem como formação licenciatura plena em Pedagogia, pautado pela flexibilização funcional, em que planeja, coordena e desenvolve as atividades para aprimorar o ensino e a aprendizagem na promoção do desempenho integral dos estudantes levando em conta suas necessidades e potencialidades.

Pensando também na proposta de progressão continuada, o estudante deve obter suas habilidades, competências e conhecimento dentro dos ciclos. Os ciclos são de três em três anos: do 1º ao 3º ano – alfabetização, do 4º ao 6º ano – nível intermediário e do 7º ao 9º ano – anos finais. Desse modo, a expressão progressão continuada indica que o estudante está sempre aprendendo, desenvolvendo, cada um no seu ritmo. A promoção automática passa a ser um mecanismo de aprovação, permitindo registrar o sucesso ou o fracasso. Baseado nisso, o planejamento para o desenvolvimento de estudantes do 5º ano é que possa ter a possibilidade de todas as habilidades do ano série consolidadas inseridas nos eixos temáticos de como a proposta curricular é organizada.

A progressão continuada apresenta-se como desafio ao propor aos professores o acesso do estudante à escola e que ele percorra tal processo de modo significativo. Se aplicado apenas menções numéricas cujo objetivo é apresentar uma equivalência à sua qualidade de aprendizagem e que proporcione a este estudante que esteja apto a prosseguir para a série/ano seguinte, tal instrumento demonstra que a escola não justifica seu conhecimento, apenas demonstra quantidade e não qualidade.

A progressão continuada deve existir desenvolvendo as habilidades e competências tão valorizadas na educação, como o é na educação infantil (Macedo, 2005). Portanto, se faz necessário desenvolver ações educacionais na prática pedagógica que busquem novas habilidades e novas competências dos estudantes. Desta forma, o professor apresenta condições e situações em que os estudantes permitam refletir na resolução

do problema que é analisar o seu desempenho pessoal na aprendizagem, buscando o seu protagonismo.

Os documentos de orientação educacional apresentam teorias que estimulam tais ações educacionais, oferta avaliações que representam as habilidades do ensino para o segmento da série/ano, mas não as exemplifica. O educador se vê numa condição de criar estas práticas pedagógicas.

Num processo de análise no decorrer do ano de 2022 foi apresentado aos estudantes um formato de autoanálise do seu desempenho através de gráfico como recurso visual e compreensão da sua própria atuação a partir das devolutivas das Sequências Digitais realizadas, compostas por indicadores referentes a cores quanto ao seu desempenho entre abaixo do básico, básico, adequado e avançado.

Ao assumir a prática como reflexão na tomada de consciência (MACEDO, 2005) é dada a possibilidade de transformar a ação dos estudantes em um objeto concreto para visualização de seu desempenho. Assim, acredita-se que a pesquisa realizada e descrita neste artigo possa contribuir com professores e educadores que desejem aplicar-se como mediadores no processo de autonomia dos estudantes a partir dos instrumentos ofertados pelo sistema de educação, como as avaliações externas.

O início da prática pedagógica partiu da necessidade de o estudante autoavaliar-se e ter ciência da continuidade da sua aprendizagem, colocando-se como protagonista dos seus estudos e apresentar o professor como o mediador para este protagonismo.

Foi ofertado pela professora do 5º ano uma sequência de simulados com habilidades voltadas para a avaliação SARESP, questões de múltipla escolha. Cada simulado era apresentado mensalmente, ora impresso ora digital. A cada simulado realizado, a professora apenas organizava os dados dos estudantes – suas alternativas elencadas – em tabelas e por estes dados considerava a quantidade de acertos para qualificá-lo entre os níveis de proficiência apresentado pela avaliação citada (abaixo do básico, básico, adequado, avançado).

Ao estudante, a devolutiva era realizada após a tabulação ter sido efetuada. Com ele – e com toda a sala –, a professora realizava a leitura de cada uma das questões, analisava as resoluções de cada uma delas, considerava as questões assertivas e justificava as questões distratoras.

A ação proporcionava ao estudante a reflexão da necessidade de atenção empenhada, de ofertas distratoras que as avaliações apresentam, de estratégias equivocadas. A correção do simulado, o formato das anotações, simbologia de como identificar as alternativas corretas, era realizado prioritariamente pelo próprio estudante por meio da intervenção

da professora. A validação do seu pensamento na resolução de cada uma das questões era o ponto principal que o levava ao reconhecimento do seu desempenho no processo de ensino-aprendizagem: onde e como ele poderia melhorar?

Nesse processo de autoavaliação o estudante desenvolve atitudes e ações na compreensão do próprio desempenho da aprendizagem e diante da análise percebe que é possível apresentar resultados exitosos de progressão, dos conteúdos e das metas. Refletir para agir e refletir sobre a ação realizada: corrigir erros, reconhecer acertos, reconhecer a importância da leitura da experiência, imaginar obstáculos a enfrentar e os modos de superá-los (MACEDO, 2005).

Terminada a devolutiva, o estudante recebia seu gráfico de desempenho do rendimento escolar segundo suas habilidades. O preenchimento era realizado pelo próprio estudante após a analisar a devolutiva. A cada estudante era apontado a quantidade de acertos e também a qual nível de proficiência esta quantidade se verificava. Por exemplo, se o simulado apresentava 10 questões, o nível de proficiência era dividido em de 0 a 4 acertos – abaixo do básico; de 5 a 7 acertos – básico; com 8 ou 9 acertos, adequado; e, por fim, 10 acertos – avançado. Cada nível era representado na legenda por uma cor e o estudante pintava seu gráfico com as cores representadas na legenda.

Na legenda, cada nível alcançado era representado pelas seguintes cores: o abaixo do básico de vermelho, o básico de amarelo, o adequado de verde e o avançado de azul. A legenda era apresentada em formato de progressão, ou seja, o último quadrinho da legenda, era a cor vermelha, o que leva o estudante a buscar estratégias de melhoria no processo de ensino-aprendizagem para conseguir sair da cor apontada, buscando a cor amarelo; aqueles que se apresentavam com a cor amarela, sabiam que não estavam no nível desejado, pois embora estivesse amarelo, o que ele representava não estava do seu próprio agrado por tratar-se de estudante de 5º ano. Por isso, buscavam o mais alto das cores: verde para o adequado ou azul, para a avançado.

A cada simulado, tais dados tinham dois direcionamentos. O primeiro, à professora, que, ponderando os erros, qualificava a importância deste conteúdo ser retomado, mantido ou aprofundado nas aulas e para o alcance dos estudantes buscava novas estratégias, novas metodologias para as aulas. O segundo, aos estudantes, que se autoanalisavam na busca de ações e atitudes para melhorarem seus próprios desempenhos. Neste caso, todas as práticas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem entram como reflexão: estou realizando as lições de casa frequentemente? Participo com atenção das correções destas lições? Realizo a leitura do livro da biblioteca da escola e apresento as devolutivas orais ou por escrito, conforme o combinado com a Professora? Minha frequência é suficiente para aprimorar o resultado do

desempenho? Sou assíduo? Sou participante? Contribuo com reflexões de novos pensamentos nas aulas de língua portuguesa, matemática, ou outras disciplinas, para meu envolvimento e comprometimento com o avanço do nível? Ou seja, em todas as atividades envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, qual era o grau de envolvimento e comprometimento do estudante.

No decorrer dos meses e do processo direcionado pela Professora conduzindo à reflexão sobre o seu próprio desempenho, o estudante observava pelas sequências de cores no gráfico, que a cada simulado realizado e devolutivo que havia, sim, avanço, porém, de modo lento e não muito imediato, mesmo assim, reconhece que as cores indicam seu avanço, seu progresso ou sua permanência no nível apresentado. Isto é de fundamental importância para que o estudante percebesse que não se fazia suficiente que se empenhasse em apenas uma das atividades envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, mas que ele se empenhasse em todas elas.

Este protagonismo se fortalecia ao passo que o estudante reconhecia esta reflexão, o que provocava sua autonomia no aprendizado e na responsabilidade do processo de aprendizagem e de avaliação. Numa escola para todos o desafio é a educação inclusiva, pedagogia diferenciada, promoção de forma significativa, avaliação certificativa e formativa (MACEDO, 2005).

Há que se observar que, no decorrer do ano em que o estudo foi realizado, os simulados mensais seguiam as habilidades da avaliação SARESP acompanhando os conteúdos do Programa Ler e Escrever (Língua Portuguesa) e do Programa EMAI (Matemática) de cada mês, este ano foi agregado no material o Currículo em Ação, com os componentes curriculares incluídos nos anos iniciais. Assim, os estudantes observavam seu desempenho preparando-se para a tal avaliação partindo do conteúdo aprendido com o material didático.

No mesmo ano, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo apresenta aos profissionais da educação a Plataforma CAEd. Esta Plataforma fez parte do Programa de Recuperação e Aprofundamento da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cujo objetivo visava apoiar profissionais e estudantes da rede pública estadual no processo de ensino e aprendizagem, no que diz respeito principalmente a priorização curricular, atividades escolares, avaliação da aprendizagem, orientações pedagógicas e desenvolvimento profissional. Nesta plataforma os estudantes realizavam suas Sequências Digitais e Avaliações com o intuito de serem avaliados a partir dos Marcos do Desenvolvimento e a devolutiva aos estudantes seria dada por percentual de acerto: até 25%, muito baixo; até 50%, baixo; até 75%, bom; até 100%, muito bom, referindo respectivamente, abaixo do básico, básico, adequado e avançado.

Formação das equipes

A formação de Professores refere-se a formação continuada, pois a cada planejamento há acompanhamento e estudo de cada ação. Numa escola a formação é o que norteia esse planejamento, com formação comparando à autores que possam dar amostra de resultados satisfatórios, sempre como planejamento principal o desenvolvimento do estudante com o apoio da Equipe Docente. Neste estudo, a análise do material didático foi o motivo para complementar os materiais para os estudantes na aplicação do bimestre para análise.

Nas Sequências Digitais da Plataforma São Paulo/ CAEd, as questões eram científicas e não se relacionavam com o conteúdo estudado nos materiais didáticos disponíveis. Portanto, o professor, por melhor que desempenhasse suas aulas e suas mediações no processo de ensino, a questão não permitia que o estudante compreendesse o contexto, tamanha dificuldade em relacionar a linguagem da questão.

Ao realizar o estudo do material com as equipes docentes de outras escolas, planejamento das aulas, o material de análise dos anos iniciais pelo percentual de acertos atingido de cada questão na devolutiva da plataforma comprova que as questões objetivas remetiam ao conteúdo, mas não as contemplavam, pois mesmo com 100% de participação na Sequência Digital e a busca ativa com resultado positivo, o conhecimento do estudante ficava aquém das Sequências Digitais.

Análise do resultado e feedback

A partir do planejamento das aulas e da condução dos estudantes no processo de aprendizagem por meio de avaliação diagnóstica individual da leitura e compreensão do texto, ocorreu o mapeamento bimestral de análise dos eixos temáticos

Os objetivos específicos incluem identificar a prática voltada para o protagonismo do estudante, compreender o papel do professor nesse processo de desempenho da aprendizagem, refletir sobre os resultados apresentados na aplicação da análise de desempenho da aprendizagem. Neste processo, o estímulo e a mediação ao autoconhecimento do estudante era para que avançasse na sua própria aprendizagem e reconhecesse o caminho a percorrer. O relatório abaixo demonstra estas análises.

Análise das Sequências Digitais

Análise da 1º Sequência Digita l- 4º ano “A” - houve 100% de participação dos estudantes

Na primeira sequência os estudantes realizaram a avaliação no mesmo dia até duas avaliações com a visão de uma ação interdisciplinar

com a Professora Regente e da Oficina Pedagógica (Componente Curricular). Depois da “observação de sala de aula” e devolutiva aos Professores do 4º ano (Regente e Especialista do Componente Curricular) com objetivo de qualificar o ensino aprendizagem dos estudantes como indica os resultados houve a necessidade de replanejar e adaptar o material pedagógico. Para melhor adaptação do material houve formação em Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) de estudo do material diante de adaptação das atividades, não só em oficinas mostrando o concreto, mas também atividade complementares com questões objetivas e devolutivas das avaliações internas mostrando o “erro” como distrator, valorizando o raciocínio, mas mostrando a resposta que melhor “descreve”, ou seja, como chegar na resposta correta, (Fichas de devolutiva, ação do MMR). A formação aos Professores em ATPC fora aplicada pela Coordenadora de Gestão Pedagógica (CGP) da Unidade Escolar (U.E.) e a Coordenadora Geral Pedagógica de Agrupamentos de Escola (CGPAE).

Ciências da Natureza

H 01 (EF03CI04)

Identificar características sobre o modo de vida (hábitos alimentares, reprodução, locomoção, entre outros) dos animais do seu cotidiano comparando-os aos de outros ambientes.

35%

H 02 (EF04CI04)

Analisar e construir cadeias alimentares simples, reconhecendo a posição ocupada pelos seres vivos nessas cadeias e o papel do Sol como fonte primária de energia na produção de alimentos.

33%

H 03 (EF04CI05)

Descrever e associar o ciclo da matéria e o fluxo de energia que se estabelecem entre os componentes vivos e não vivos de um ecossistema.

35%

H 04 (EF04CI06)

Reconhecer a participação de fungos e bactérias no processo de decomposição bem como a importância ambiental desse processo.

24%

H 05 (EF04CI07)

Explicar a participação de microrganismos na produção de alimentos, combustíveis, medicamentos, entre outros.

37%

Rosa dos ventos

Geografia

H 01 (EF04GE09)

Utilizar as direções cardiais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.

20%

H 02 (EF04GE11)

Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (relevo, cobertura vegetal, hidrografia entre outros) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação...

36%

H 03 (EF04GE17)

Identificar os pontos cardiais, colaterais e subcolaterais como referenciais de orientação espacial, a partir dos lugares de vivência.

28%

H 04 (EF04GE18)

Identificar e comparar diferentes formas de representação, como as imagens de satélite, fotografias aéreas, planta pictórica, plantas, croquis entre outros.

40%

H 05 (G005)

Identificar características de diferentes tipos de paisagens.

43%

H 06 (G006)

Identificar diferentes intervenções humanas na transformação das paisagens.

30%

História

H 01 (EF04HI01)

Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.

28%

H 02 (EF04HI02)

Identificar mudanças e permanências ao longo do tempo, discutindo os sentidos dos grandes marcos da história ocidental (nomadismo, desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, criação da...

25%

H 03 (EF04HI03)

Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.

25%

H 04 (EF04HI09)

Identificar as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços e avaliar o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino.

33%

H 05 (H005)

Compreender processos migratórios em diferentes tempos e espaços.

33%

Análise da 1ª Sequência Digital - 5º Ano "A" - houve 100% de participação dos estudantes

Ciências da Natureza

H 01 (EF04CI02)

Investigar as transformações que ocorrem nos materiais quando expostos a diferentes condições (aquecimento, resfriamento, luz e umidade), registrando as evidências observadas em experimentos e...

36%

H 02 (EF05CI02)

Reconhecer as mudanças de estado físico da água estabelecendo relação com o ciclo hidrológico e suas implicações na agricultura, no clima, na geração de energia elétrica, na produção tecnológica...

35%

H 03 (EF05CI03)

Identificar os efeitos decorrentes da ação do ser humano sobre o equilíbrio ambiental relacionando a vegetação com o ciclo da água e a conservação dos solos, dos cursos de água e da qualidade do ar...

54%

H 04 (EF05CI08)

Organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, sexo, etc.) para...

85%

H 05 (EF05CI09)

Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais como obesidade e subnutrição entre crianças, jovens e adultos, a partir da análise de hábitos individuais ou de grupos sociais (tipos e quantidades...

61%

Geografia

H 01 (EF05GE04)

Reconhecer as características da cidade e analisar as interações entre a cidade e o campo e entre cidades na rede urbana brasileira.

44%

H 02 (EF05GE05)

Identificar e comparar as mudanças dos tipos de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços em diferentes lugares.

46%

H 03 (EF05GE08)

Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes.

56%

H 04 (EF05GE15)

Identificar e interpretar as características do processo de urbanização no Estado de São Paulo e no Brasil, a partir das mudanças políticas, culturais, sociais, econômicas e ambientais entre a...

33%

H 05 (G01)

Analisar transformações nos tipos de trabalho a partir do desenvolvimento tecnológico.

46%

História

H 01 (EF05HI01)

Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado.

39%

H 02 (EF05HI02)

Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social.

58%

H 03 (EF05HI03)

Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos.

69%

H 04 (EF05HI08)

Identificar formas de marcação da passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos.

41%

Análise da 2º Sequência Digital - 4º ano "A" - houve 100% de participação dos estudantes

Análise dos resultados estudado em acompanhamento formativo e planejamento da aplicação das Sequências Digitais diante da adaptação Curricular e da Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) também. Nessa Sequência Digital a realização das sequências digitais foi uma avaliação por dia aplicada pelo Professor Regente do 4º e 5º ano e as AAPs tendo a mesma aplicação planejada que as sequências. Para conseguir a aplicação na data determinada os 2º e 3º ano a aplicação foi impressa realizada em sala de aula e registrada pelo Professor Regente na plataforma, tendo como análise dos resultados mais próximo da realidade no nível de alfabetização. Esse planejamento foi necessário devido ao número de computadores insuficientes para as quatro salas serem aplicadas ao mesmo tempo.

Ciências da Natureza

H 01 (EF04CI010)

Comparar as indicações dos pontos cardiais resultantes da observação das sombras de uma vara (gnômon) com aquelas obtidas por meio de uma bússola.

62% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 02 (EF04CI08)

Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.

54% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 03 (EF04CI09)

Analisar e acompanhar as projeções de sombras de prédios, torres, árvores, tendo como referência os pontos cardiais e descrever as mudanças de projeções nas sombras ao longo do dia e meses.

55% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 04 (EF04CI12)

Identificar atitudes de prevenção de patologias infectocontagiosas com maior incidência no Estado de São Paulo e comunicar informações sobre elas em sua comunidade como uma ação de saúde pública.

45% é o percentual de acerto nesta habilidade

Geografia

H 01 (EF04GE01)

Identificar e selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (índigenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país,...

35% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 02 (EF04GE02)

Descrever processos migratórios internos e externos (europeus, asiáticos, africanos, latino americanos, entre outros) e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

36% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 03 (EF04GE06)

Identificar, descrever e analisar territórios étnico-culturais do Brasil, tais como terras indígenas, comunidades tradicionais e comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade...

32% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 04 (EF04GE12)

Identificar as características do processo migratório no lugar de vivência e no Estado de São Paulo e discutir as implicações decorrentes.

18% é o percentual de acerto nesta habilidade

H 05 (EF04GE13)

Discutir e valorizar as contribuições dos migrantes no lugar de vivência e no Estado de São Paulo, em aspectos como idioma, literatura, religiosidade, hábitos alimentares, ritmos musicais, festas...

57% é o percentual de acerto nesta habilidade

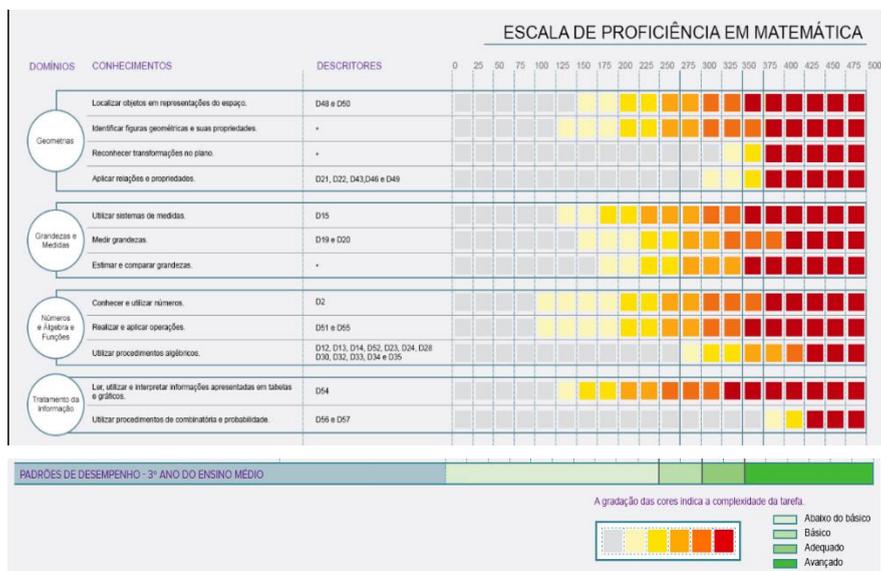
História

| | | | |
|---|--|--|---|
| <p>H 01 (EF04HI04)</p> <p>Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas.</p> <p>33% é o percentual de acerto nesta habilidade</p> | <p>H 02 (EF04HI05)</p> <p>Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções.</p> <p>36% é o percentual de acerto nesta habilidade</p> | <p>H 03 (EF04HI06)</p> <p>Identificar as transformações ocorridas nos processos de deslocamento das pessoas e mercadorias, analisando as formas de adaptação ou marginalização.</p> <p>32% é o percentual de acerto nesta habilidade</p> | <p>H 04 (EF04HI10)</p> <p>Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.</p> <p>59% é o percentual de acerto nesta habilidade</p> |
|---|--|--|---|

Essa análise foi permitida graças a função planejada pela Secretaria Estadual em algumas escolas dentro de um agrupamento escolar. A função de CGPAE (Coordenador Geral Pedagógico de Agrupamento Escolar), função exercida na Diretoria de Ensino, criada pós-período pandêmico com propósito de avanço nos resultados de cada agrupamento de escola. Nesse grupo de cinco escolas, o estudo inicial do diagnóstico foi respeitar cada proposta pedagógica e diante desta análise uma prática idealizada por uma professora apresentou-se a melhor solução para alcançar tal avanço. A escola 1 (R.C.V) onde foi idealizada essa prática, o estudo foi o auxílio na formação da Equipe Docente aprimorando assuntos pertinentes ao roteiro formativo enviado pela “SEDUC” em formação semanal na Diretoria de Ensino realizada pela Supervisora Ponto Focal e, a cada quinze dias, formação diretamente com a própria Secretaria Estadual da Educação de modo remoto com proporção de todas as Diretoria de Ensino. A escola 2 (A.M), obedecendo o mesmo critério de estudo do roteiro formativo proporcionou um aprofundamento nos conteúdos indicados em escala de proficiência, onde esses conteúdos foram identificados as habilidades em cada eixo temático. A escola 3 (M.C.G.R), também obedeceu ao mesmo roteiro formativo pelo raciocínio pedagógico em relação a recuperar a defasagem de aprendizagem e compreender a dificuldade de aprendizagem para afetar no ensino aprendizagem. E na escola 4 (J.S.), o estudo do roteiro formativo foi a de intervir em cada estudante uma análise do levantamento de todas as outras escolas desse agrupamento escolar, pois esta recebia estudantes para o Ensino Médio e Fundamental II. Essa ficha trabalhada a cada bimestre com estudantes analisados individualmente, permitiu planejamento de agrupamentos de estudantes por sala, por nível de proficiência e a demanda sala para nivelamento (recuperação).

Análise reflexiva em reunião de gestão (2021 – MMR)

O planejamento por escala de proficiência é conjunto de números ordenados, obtido pela Teoria de Resposta ao Item (TRI) que mede a proficiência (habilidade) de ter domínio em uma determinada área do conhecimento: a descrição dos conhecimentos e das habilidades que os



Em contrapartida a Equipe Gestora realizou um Plano de Melhoria com a finalidade de identificar o problema e desenvolver ações em etapas para alcançar resultado satisfatório no desenvolvimento do ensino aprendizagem. Essa ficha de devolutiva da avaliação bimestral era uma ação desse plano de melhoria, identificando o problema de defasagem da aprendizagem pelo período das aulas remotas, pois no ensino online por mais que fossem ofertadas ferramentas tecnológicas, não foi possível a intervenção que o estudante necessitava. Além dessa estratégia, o material didático deste ano tinha duas vertentes recuperar e avançar. O “Aprender Sempre” era material de recuperação com atividades do ano/série anterior à matrícula do estudante, cuja finalidade era dar a possibilidade de recuperar habilidades do ano/série anterior. O “Currículo em Ação” apresentava atividades com habilidades do ano/série permitindo o avanço dos estudantes.

Para essa análise, havia avaliações bimestrais através da plataforma CAED. As Sequências Digitais avaliavam o material didático “Aprender Sempre” – habilidades defasadas do ano/série anterior – e a AAP (Avaliação Aprendizagem em Processo) avaliava o Currículo em Ação - conteúdo do ano/série. As avaliações bimestrais eram uma excelente ferramenta para diagnóstico do aprendizado por nível de proficiência. A devolutiva das avaliações no preenchimento das fichas realizadas pelos estudantes, mostrava a cada item quando havia o distrator da questão, que causava o erro, e o estudante compreendia o que o distraiu na compreensão do item, a professora mediando a aprendizagem mostrava o que descrevia a questão, que seria a resposta correta mostrando para Língua Portuguesa

os três domínios (apropriação do sistema da escrita, estratégia de leitura, processamento do texto) e para Matemática os quatros domínios (geometria, grandezas e medidas, números e álgebra e funções, tratamento de informação).

Análise de relatórios do desenvolvimento:

Estudante “A”: estudante com falta de estudo, não reconhecia seu desempenho como parte da sua atuação.

| ADE 5º ano | | 1ª AAP | | 1ª SeqDig | | 2ª SeqDig | | 3ª SeqDig | | 2ª AAP | | 4ª SeqDig | | 3ª AAP | | 5ª SeqDig | | ADE 6º ano | |
|---------------|-----|-----------|-----|--------------|-----|--------------|-----|--------------|-----|-----------|-----|--------------|-----|-----------|-----|--------------|-----|---------------|-----|
| LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Este estudante mostrou-se na primeira avaliação diagnóstica ADE (Avaliação Diagnóstica de Entrada) que no 4º ano a maioria das habilidades foram sanadas e os conteúdos de cada eixo temático foram compreendidos, mostrando-se preparado para o 5º ano. Este estudante permaneceu no mesmo nível de proficiência na primeira avaliação bimestral, tanto no material de recuperação, como no conteúdo bimestral. Houve uma evolução no segundo bimestre. Nota-se que no material de recuperação permaneceu no nível básico de proficiência e no conteúdo bimestral do ano série obteve avanços ascendendo no nível de proficiência. Na última avaliação do quarto bimestre, conforme planejamento inicial, realizou a avaliação de entrada do 6º ano, pois iria mudar de escola – a escola 4 (J.S.) receberia o avanço do 5º ano e tal avaliação de entrada permitiu a forma de reestruturação do conteúdo das salas no início do 6º ano, não mostrando a mesma aptidão do início deste ano. Este estudante foi recebido pela a escola 4 (J.S.) e esta já sabia que necessitava retomar em algumas habilidades até do quarto ano, que deveria ser habilidades que não foram consolidadas e necessárias para o desenvolvimento no ciclo intermediário (4º, 5º e final de ciclo 6º ano). Então, no planejamento de recuperação em sala de nivelamento (recuperação), este Docente estaria preparado, sabendo o que recuperar diante da apresentação do nível de proficiência no gráfico realizado pelo estudante mesmo durante o processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Estudante “B”: estudante com estudo estimulado, protagonista do seu desenvolvimento.

| ADE 5º ano | | 1ª AAP | | 1ª SeqDig | | 2ª SeqDig | | 3ª SeqDig | | 2ª AAP | | 4ª SeqDig | | 3ª AAP | | 5ª SeqDig | | ADE 6º ano | |
|---------------|-----|-----------|-----|--------------|-----|--------------|-----|--------------|-----|-----------|-----|--------------|-----|-----------|-----|--------------|-----|---------------|-----|
| LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Este estudante apresentou o nível de proficiência adequado no ingresso do 5º ano. Na primeira avaliação demonstrou um resultado

abaixo do básico num componente curricular e básico em outro, mas demonstrou que essa atividade permitiu o desenvolvimento com intervenções necessárias para o avanço na aprendizagem. O ingresso no último ano do nível intermediário demonstrou um resultado satisfatório não necessitando ficar num agrupamento de recuperação.

Estudante “C”: estudante com pouca participação que passou a ser protagonista do seu desenvolvimento.

| ADE 5º ano | | 1ª AAP | | 1ª SeqDig | | 2ª SeqDig | | 3ª SeqDig | | 2ª AAP | | 4ª SeqDig | | 3ª AAP | | 5ª SeqDig | | ADE 6º ano | |
|---------------|-------|-----------|------|--------------|------|--------------|-------|--------------|------|-----------|------|--------------|--------|-----------|------|--------------|-------|---------------|--------|
| LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT | LP | MAT |
| Red | Green | Blue | Blue | Blue | Blue | Green | Green | Blue | Blue | Blue | Blue | Green | Yellow | Green | Blue | Green | Green | Yellow | Yellow |

Este estudante, em um componente curricular da avaliação de entrada apresentou não compreender os três domínios de conhecimento para o ingresso no 5º ano, ou seja, a retomada no material de recuperação foi necessária, demonstrou que passou pelo processo e foi bem sucedido. A retomada é importante para identificar qual habilidade não está sanada e possibilitando a retomada, há avanços. Este estudante foi protagonista em seu processo de desenvolvimento, pois na avaliação de entrada para o ingresso no último ano do ciclo intermediário demonstrou estar no nível básico de proficiência, significando que no último ano do ciclo – o 6º ano – deverá se comprometer com o conteúdo em sala de aula, passível de participar do grupo de nivelamento, porém esse ingresso não se mostra necessário, uma vez que na participação do estudante nas avaliações compreende-se que é capaz de acompanhar com comprometimento o ensino aprendizagem do ano/série.

Conclusão

O processo de aprendizagem acontece a partir da aquisição de conhecimento, habilidades, valores e atitudes do estudo, do ensino ou da experiência. A construção de conhecimentos em sala de aula deve se constituir de forma gradativa adequando-se a cada estágio do desenvolvimento da criança. O diagnóstico é a forma mais adequada na identificação do processo. Essa ficha de devolutiva é um diagnóstico onde a criança participa desse processo, permitindo que ela saiba como perceber, em quê e como precisa se empenhar; é um dos caminhos que condiciona o fator que está impedindo de ascender em seu desenvolvimento e é percebido pelo próprio sujeito nesse processo de ensino aprendizagem. Em contrapartida, a proposta de trabalhar em escala de proficiência apontando os domínios do conhecimento dentro do eixo temático, permitiu também ao Professor saber qual direção tomar diante de tantas incertezas após um período longo de maneira remota (online).

O demonstrativo da participação dos estudantes na avaliação externa permitiu essa reflexão, pois nem todas as escolas desse

agrupamento utilizaram-se dessa ferramenta tendo o estudante como protagonista. A escola (A.M.), utilizou-o como ferramenta para Professor saber o nível de proficiência, embora não houve o processo de ser realizado pelos estudantes, disponibilizava ao Professor uma planilha utilizando as mesmas cores. Na escola (A.R.P.), o estudante foi protagonista, pois realizado nas três salas do ciclo intermediário (4º, 5º e 6º) e também nos anos finais (7º, 8º e 9º), atingiu um bom resultado na avaliação externa. A escola (R.C.V.) atingiu um bom resultado na avaliação externa, – fora nesta escola que a Professora criou a ficha, estimulada pela reflexão durante uma formação baseada na obra do autor Lino de Macedo. A criação dessa ficha foi o caminho que permitiu cada estudantes estar cognoscente e ser cognoscível em seu desenvolvimento cognitivo e acadêmico.

Referências

MACEDO, L. Ensaios Pedagógicos: como construir uma escola para todos. Porto Alegre, Artmed Editora, 2005.

CAEd UFJF. Plataforma São Paulo/CAEd, 2022.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Níveis de proficiência. Governo do Estado de São Paulo.

MIMNISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escala de Proficiência do SAEB: Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB. República Federativa do Brasil, Brasília, agosto/ 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletins de resultados. São Paulo, 2023. <https://saesp.fde.sp.gov.br/Boletins.aspx>

Eliane Soares Santos Barbosa



Professora da Educação Básica (Rede Estadual do Espírito Santo/ES) na função de Técnica do Programa Capixaba de Fomento à Implementação de escolas municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PROETI) – SRE São Mateus/ES. Licenciada em Pedagogia da Terra (UFES) e em Ciências Biológicas (UNIMES). Especialista em Gestão Escolar Integradora (UCB), Educação Ambiental (UNIVEM) e em Ensino de Ciências (UFES). Mestre em Ensino na Educação Básica (UFES) com foco no ensino de Educação Ambiental.

IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO NA BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA E A IMPORTÂNCIA DAS LEGUMINOSAS

Introdução

A Mata Atlântica, localizada no Litoral Norte do Espírito Santo, constitui um bioma de extraordinária importância para a conservação da biodiversidade global, destacando-se por sua diversidade de ecossistemas que incluem florestas tropicais, manguezais, restingas e ecossistemas costeiros. Esta região abriga uma ampla variedade de espécies de flora e fauna, muitas das quais são endêmicas e se encontram em estado de ameaça. Além disso, a área é caracterizada por uma rica hidrologia, marcada pela presença da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, que desempenha um papel crucial no sustento das comunidades locais e na manutenção da biodiversidade regional (AGERH, 2018; PORTO, 2022).

O principal rio dessa bacia é o rio Itaúnas, com nascente aos pés da serra que separa o Espírito Santo de Minas Gerais e percorre 174 km de extensão longitudinal até o deságue em Conceição da Barra/ES. Os principais afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas são os Córregos Barreado, Dezoito, Angelim e Dourado; os subafluentes, ribeirões Itauninhas e Suzano; e os rios Preto do Norte, do Sul, Santana e São Domingos (AGERH, 2018).

No Espírito Santo é típico o clima tropical úmido. Em média, a temperatura varia entre os 22° e 23° C e, durante o verão principalmente, o volume de precipitação é superior a 1.400 mm (PORTO, 2022). A bacia hidrográfica do rio Itaúnas localiza-se numa faixa de planície da Baixada Espírito-Santense, que representa 40% da área total do Estado. Esse manancial está entre os principais rios do Estado e integra as Bacias Costeiras do Sudeste com o rio Doce, São Mateus, Itapemirim e Jucu (PORTO, 2022).

Antes da ocupação humana, no Estado do Espírito Santo, predominava a floresta tropical, a Mata Atlântica (SEDU/IJSN, 2011; PORTO, 2022). No entanto, observa-se atualmente, menos de 7% da vegetação nativa, decorrentes das ações extrativistas. Com a supressão da floresta nativa, a bacia do rio Itaúnas, foi consideravelmente degradada, sobretudo em virtude do avanço dos monocultivos do eucalipto e cana-de-açúcar (SEDU/IJSN, 2011).

No entanto, o crescimento urbano e o desenvolvimento na região têm imposto pressões significativas sobre este ecossistema, resultando na degradação ambiental e na perda de biodiversidade. A expansão urbana, acompanhada pela conversão de habitats naturais em áreas agrícolas e urbanas, principalmente para o cultivo de eucalipto e cana-de-açúcar, tem levado a uma redução dramática da cobertura vegetal nativa, colocando em risco a sobrevivência de espécies endêmicas e ameaçadas (SEDU/IJSN, 2011; PORTO, 2022).

Diante deste cenário, torna-se relevante compreender e abordar os impactos da urbanização sobre a biodiversidade da Mata Atlântica, enfatizando a necessidade de conservação e restauração ecológica. A importância da conservação da biodiversidade transcende os limites regionais, considerando-se o papel fundamental que a Mata Atlântica desempenha no equilíbrio ecológico global, na regulação climática e na sustentação de serviços ecossistêmicos essenciais para a vida humana.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente artigo é abordar os impactos da urbanização na biodiversidade da Mata Atlântica no Litoral Norte do Espírito Santo, visando compreender as dinâmicas de alteração e perda de habitats e seus efeitos sobre as espécies locais. Para tanto, os objetivos específicos são: Identificar as espécies de flora e fauna afetadas pela urbanização. Avaliar as mudanças nos ecossistemas da Mata Atlântica decorrentes da expansão urbana e do desenvolvimento agrícola, com foco especial nos impactos sobre os ecossistemas costeiros, como manguezais e restingas. E por fim, propor estratégias de conservação e restauração ecológica, enfatizando o papel das leguminosas na recuperação de áreas degradadas e na manutenção da integridade ecológica da Mata Atlântica.

A relevância deste estudo reside não apenas na necessidade de preservar um dos biomas mais biodiversos do planeta, mas também na urgência de desenvolver e implementar práticas sustentáveis que garantam a coexistência harmoniosa entre o desenvolvimento humano e a conservação da natureza.

Referencial Teórico

Pressões Ambientais

A região Norte do Espírito Santo tem experimentado um crescimento urbano significativo nas últimas décadas. Este crescimento é frequentemente associado à expansão industrial e ao aumento da demanda por habitação, o que tem levado à conversão de áreas de Mata Atlântica em zonas urbanas e industriais. O processo de urbanização, desacompanhado de planejamento ambiental adequado, resulta na fragmentação de habitats, um dos maiores vetores de pressão sobre a biodiversidade local (SILVA et al., 2018).

As atividades urbanas são fontes significativas de poluição, afetando tanto a qualidade do ar quanto dos recursos hídricos na região. O escoamento superficial urbano carrega uma grande quantidade de poluentes para os rios e córregos, afetando a qualidade da água e a vida aquática. Além disso, a alteração dos cursos d'água para atender às necessidades urbanas e industriais compromete os ecossistemas aquáticos e suas funções ecológicas (COSTA e FERNANDES, 2019).

Por outro lado, a expansão agrícola tem se mostrado uma das principais causas do desmatamento na Mata Atlântica, incluindo a região Norte do Espírito Santo. O avanço da fronteira agrícola, principalmente o cultivo de monoculturas como o café e a cana-de-açúcar, tem resultado na eliminação extensiva de áreas florestais. O desmatamento não apenas reduz a cobertura florestal, mas também impacta na perda de biodiversidade e na alteração dos serviços ecossistêmicos (ROCHA et al., 2017).

Há também a exploração de recursos naturais, incluindo a mineração e a extração de madeira, que contribui significativamente para a degradação ambiental na Mata Atlântica. Essas atividades levam à perda de habitat, erosão do solo e contaminação de cursos d'água, afetando tanto a biodiversidade quanto a qualidade de vida das comunidades locais (MELO et al., 2020).

A fragmentação de habitats é um fenômeno ambiental crítico que impacta negativamente a biodiversidade e os processos ecológicos. Este processo é particularmente evidente na Mata Atlântica do Norte do Espírito Santo, onde extensas áreas de habitat natural são divididas em fragmentos menores e isolados por matrizes alteradas, como áreas urbanizadas e agrícolas. A fragmentação resulta em várias consequências ecológicas negativas, incluindo a perda de biodiversidade, efeitos de borda, e isolamento populacional, cada um contribuindo para a degradação ambiental e a perda de serviços ecossistêmicos.

A perda de biodiversidade é uma consequência direta da fragmentação de habitats, onde fragmentos menores são incapazes de suportar a mesma diversidade de espécies presentes em áreas contínuas, particularmente afetando espécies de maior porte ou com requisitos de grandes áreas para sua sobrevivência (Fonseca et al., 2019). Além disso, os efeitos de borda, caracterizados por uma maior exposição dos fragmentos a fatores externos, como a incidência de luz solar e ventos, alteram as condições ambientais originais, afetando adversamente as espécies nativas e facilitando a invasão de espécies exóticas (ALVES et al., 2021).

O isolamento de populações em fragmentos pequenos pode levar a uma depressão por endogamia e a uma diminuição da variabilidade genética, o que compromete a viabilidade populacional a longo prazo, limitando a capacidade das espécies de se adaptarem a mudanças

ambientais e reduzindo a resiliência dos ecossistemas (SANTOS et al., 2018).

Além da fragmentação, o desmatamento desempenha um papel substancial na perda direta de biodiversidade e na alteração de processos ecossistêmicos essenciais. A remoção da cobertura vegetal impacta negativamente serviços ecossistêmicos, como a regulação climática e o ciclo hidrológico, afetando tanto as espécies silvestres quanto as comunidades humanas locais. Ademais, o desmatamento na Mata Atlântica contribui significativamente para as emissões de CO₂, exacerbando as mudanças climáticas globais (COSTA e FERNANDES, 2019; MELO et al., 2020).

A poluição, originada de fontes urbanas, industriais e agrícolas, apresenta múltiplos impactos adversos sobre os ecossistemas da Mata Atlântica. A poluição da água, através do escoamento de pesticidas e fertilizantes, compromete a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, além de afetar a disponibilidade de água para consumo humano e agricultura. A poluição do ar, por sua vez, pode alterar a composição química do ar, impactando negativamente a saúde humana e causando danos às plantas, como a redução da fotossíntese e o enfraquecimento da resistência a doenças e pragas (SILVA et al., 2018; ROCHA et al., 2017).

Nesse sentido, tendo a compreensão dos efeitos da fragmentação de habitats, do desmatamento e da poluição é possível ter uma breve noção da importância das áreas de conservação para o meio ambiente.

Unidades de Conservação

As unidades de conservação no Litoral Norte do Espírito Santo representam elementos fundamentais na estratégia de conservação da Mata Atlântica, bioma reconhecido por sua elevada biodiversidade e endemismo, mas também por seu alto grau de ameaça. A importância dessas áreas protegidas pode ser analisada sob diversas perspectivas, incluindo a preservação da biodiversidade, a manutenção de serviços ecossistêmicos, o fomento à pesquisa científica, a educação e conscientização ambiental, e o incentivo ao desenvolvimento sustentável.

A preservação da biodiversidade é uma das principais funções das unidades de conservação, que protegem habitats críticos para a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção. Estas áreas são essenciais para manter a diversidade genética, que é a base para a resiliência ecológica e a capacidade dos ecossistemas de responder a mudanças ambientais (SILVA et al., 2017). A proteção de habitats críticos assegura a continuidade dos processos ecológicos e evolutivos que sustentam a biodiversidade.

Além disso, as áreas protegidas desempenham um papel crucial na manutenção de serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima, proteção do solo, purificação da água, e polinização. Estes serviços são vitais não apenas para a sustentabilidade dos ecossistemas naturais, mas também para o bem-estar humano, sustentando atividades econômicas e garantindo a disponibilidade de recursos naturais (ROCHA et al., 2018).

As unidades de conservação também são cenários fundamentais para a pesquisa científica, oferecendo locais únicos para o estudo de processos ecológicos, impactos humanos sobre o ambiente e o desenvolvimento de estratégias de conservação. A pesquisa realizada nessas áreas contribui para o conhecimento científico global e informa políticas de conservação e manejo de recursos naturais (COSTA et al., 2019).

No aspecto educacional, as unidades de conservação proporcionam espaços incomparáveis para a educação ambiental e a sensibilização da sociedade. Por meio de visitas guiadas, trilhas interpretativas e programas educacionais, estas áreas permitem que as pessoas experimentem diretamente a natureza e compreendam a importância de proteger o ambiente natural. Esta conscientização é fundamental para a formação de uma sociedade mais sustentável e para o apoio às iniciativas de conservação (ALMEIDA e LIMA, 2020).

Finalmente, as áreas específicas de conservação no Litoral Norte do Espírito Santo, tais como o Parque Estadual de Itaúnas e a Reserva Biológica de Sooretama, fomentam o desenvolvimento sustentável ao estimular atividades econômicas de baixo impacto ambiental, destacando-se o ecoturismo. Ao promover um equilíbrio entre a proteção dos ecossistemas e o avanço econômico, tais unidades de conservação demonstram ser pilares no suporte ao desenvolvimento sustentável da região (SANTOS et al., 2021). Cada uma dessas unidades de conservação oferece um habitat único e essencial para a proteção da biodiversidade, além de servirem como locais para pesquisas científicas, educação ambiental e ecoturismo.

A Reserva Biológica de Comboios, por exemplo, é essencial para a conservação da biodiversidade no Espírito Santo, abrigando uma diversidade significativa de fauna e flora, inclusive espécies ameaçadas de extinção. Esta área protegida é dedicada exclusivamente à preservação ambiental e à realização de pesquisas científicas, destacando-se pela sua contribuição ao conhecimento e proteção da biodiversidade (SOUZA, J.M. de; SILVA, A.L. da, 2020).

O Parque Estadual de Itaúnas, conhecido por suas características naturais únicas, como dunas, praias, restingas e manguezais, desempenha um papel fundamental como refúgio para diversas espécies da fauna e flora da Mata Atlântica. Sua localização estratégica no extremo norte do Espírito

Santo, próximo à divisa com a Bahia, adiciona valor à sua importância ecológica e turística, contribuindo significativamente para a conservação da biodiversidade regional (MARTINS, L.B.; ROCHA, C.T. da, 2019).

A Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra engloba uma vasta área que inclui ecossistemas costeiros de grande importância ecológica, como manguezais, restingas e trechos de Mata Atlântica. Esta APA é um exemplo de como a conservação da natureza pode ser conciliada com o uso sustentável dos recursos, promovendo a proteção ambiental enquanto permite atividades humanas compatíveis com a conservação (FERNANDES, P.R.; GONÇALVES, E.F., 2021).

O Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz tem como objetivo proteger áreas significativas de restinga e manguezais, essenciais para a manutenção da biodiversidade local. Esta unidade de conservação é crucial para a preservação de habitats que suportam uma rica biodiversidade, incluindo aves migratórias e espécies endêmicas, reforçando a necessidade de proteção específica para ecossistemas vulneráveis (CARVALHO, D.S. de; MEDEIROS, M.A. de, 2018).

A Estação Ecológica de Cariacica, no Município de Cariacica, apesar de sua localização mais ao sul, é vital para a proteção da Mata Atlântica no Espírito Santo. Com uma área significativa de floresta nativa, esta estação ecológica serve como um importante local para pesquisa e conservação, evidenciando o papel essencial das estações ecológicas na preservação de ecossistemas florestais e na promoção do conhecimento científico sobre a biodiversidade (ALMEIDA, R.F. de; SANTOS, J.P. dos, 2022).

Subsistência e cultura

Algumas comunidades locais no Litoral Norte do Espírito Santo mantêm uma relação de dependência vital com a Mata Atlântica para sua subsistência. Esta floresta, um dos ecossistemas mais biodiversos do mundo, serve como fonte de uma vasta gama de recursos naturais essenciais para o dia a dia dessas comunidades. Alimentos, medicamentos e materiais para construção são obtidos diretamente do bioma, evidenciando não apenas a importância da Mata Atlântica para a sobrevivência física, mas também para a manutenção e transmissão de conhecimentos tradicionais profundamente enraizados nessas comunidades. A coleta de frutas, raízes, e ervas medicinais, por exemplo, não se baseia apenas na utilização desses recursos, mas também no conhecimento acumulado sobre suas propriedades, usos e épocas de colheita, demonstrando uma compreensão intrincada dos ciclos naturais e da biodiversidade local (DIEGUES, 2000).

A prática de manejo sustentável desses recursos, que é transmitida de geração em geração, reflete uma relação de respeito e equilíbrio com o

ambiente. Essas práticas não apenas garantem a disponibilidade contínua desses recursos, mas também fortalecem a conexão cultural e espiritual das comunidades com a floresta. A construção de habitações utilizando técnicas e materiais locais, por exemplo, não apenas minimiza o impacto ambiental, mas também reforça a identidade cultural e a autonomia das comunidades em relação aos modos de vida contemporâneos e urbanos (ALVES et al., 2012).

Este modelo de subsistência baseado no uso sustentável dos recursos da Mata Atlântica também contribui para a conservação do bioma. Ao valorizar e utilizar a biodiversidade de maneira equilibrada, as comunidades locais tornam-se agentes ativos na proteção e preservação da Mata Atlântica, enfrentando desafios como o desmatamento, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade. Essa interdependência entre conservação ambiental e práticas de subsistência tradicionais destaca a importância de políticas de conservação que reconheçam e integrem o conhecimento e as necessidades das comunidades locais, assegurando a proteção do bioma e a continuidade das suas tradições e modos de vida (BERKES, 1999).

Ainda, por sua diversidade as comunidades locais desenvolveram uma série de práticas culturais profundamente enraizadas na observação dos ciclos naturais e na interação respeitosa com o ambiente. Essas práticas, que incluem festividades, rituais e cerimônias, não apenas refletem a conexão intrínseca entre as comunidades e a natureza, mas também funcionam como veículos para a transmissão de conhecimento ecológico e princípios de conservação ambiental.

O reconhecimento da Mata Atlântica como um ente vital e sagrado, cuja preservação é fundamental para o bem-estar das comunidades locais, permeia as práticas culturais observadas. Rituais que celebram as mudanças das estações e agradecem pelas colheitas, bem como cerimônias que solicitam proteção e prosperidade, evidenciam um tema recorrente de gratidão e respeito pela natureza. Essas práticas culturais emergem não apenas como expressões de identidade comunitária, mas também como estratégias eficazes para a conservação do meio ambiente, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais através da transmissão intergeracional de conhecimento ecológico (DIEGUES, 2000; CUNHA e ALMEIDA, 2000).

A visão de mundo dessas comunidades destaca a interdependência entre humanos e o ambiente natural, atribuindo à Mata Atlântica uma agência e um poder próprios. Lendas, mitos e contos locais frequentemente apresentam animais e plantas como entidades sagradas, encarregadas de preservar uma sabedoria ancestral. Por meio dessas narrativas, a floresta é personificada, adquirindo um status de membro respeitado da comunidade, cuja saúde é vista como fundamental para a sobrevivência humana (SANTOS, 2002).

Adicionalmente, muitas dessas tradições estão diretamente ligadas ao manejo sustentável da biodiversidade. A coleta seletiva de plantas medicinais, por exemplo, respeita os ciclos de vida das espécies e a capacidade de regeneração da floresta, garantindo a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Este aspecto das práticas culturais não apenas sustenta a conservação da Mata Atlântica, mas também assegura a disponibilidade contínua desses recursos essenciais (ALVES e ROSA, 2007).

Os impactos da Urbanização

A expansão urbana nas regiões análogas à Mata Atlântica tem demonstrado impactos significativos na estrutura e funcionalidade dos ecossistemas locais. O processo de urbanização acarreta a fragmentação dos habitats, uma alteração substancial nos padrões de uso do solo e um aumento considerável na poluição do ar e da água. Esta dinâmica resulta em uma severa redução da conectividade entre os habitats, isolando populações de espécies e limitando tanto sua capacidade de dispersão quanto a diversidade genética essencial para a adaptação às mudanças ambientais (HADDAD et al., 2015). A conversão de áreas naturais em urbanizadas ou semiurbanizadas diminui drasticamente a disponibilidade de espaços para habitats naturais, forçando as espécies a enfrentarem desafios de adaptação, migração ou até mesmo extinção.

A urbanização impacta a biodiversidade de maneiras complexas e variadas. A diminuição dos habitats naturais leva a uma redução da diversidade de espécies, impactando primordialmente as espécies endêmicas e especializadas, que possuem maior dificuldade de adaptação a novos ambientes. Adicionalmente, as espécies invasoras, que se beneficiam das condições alteradas pelo avanço urbano, podem suplantar as espécies nativas através de competição direta ou predação, provocando uma reestruturação das comunidades biológicas e afetando negativamente a integridade ecológica (GAERTNER et al., 2017).

Os poluentes atmosféricos, efluentes industriais e urbanos, e o aumento de sedimentos em corpos d'água contribuem para a deterioração da qualidade ambiental, afetando negativamente a saúde e a reprodução das espécies. Esses contaminantes podem levar a alterações bioquímicas e fisiológicas nos organismos, comprometendo a sobrevivência de populações inteiras e reduzindo a biodiversidade (GRIMM et al., 2008).

Nesse sentido, a urbanização introduz alterações nos padrões climáticos locais, especialmente por meio da formação de "ilhas de calor urbano". Esse fenômeno, caracterizado por temperaturas mais elevadas em áreas urbanizadas comparativamente às zonas rurais circundantes, pode alterar os ciclos de vida das espécies, seus padrões de distribuição e interferir em processos ecológicos críticos, como a polinização. Essas

mudanças climáticas induzidas localmente têm o potencial de afetar adversamente a biodiversidade, desencadeando desequilíbrios ecológicos que podem comprometer a funcionalidade dos ecossistemas (PICKETT et al., 2011).

Cabe, portanto, reconhecer e abordar os múltiplos impactos da urbanização sobre a biodiversidade e os ecossistemas. A implementação de políticas de planejamento urbano e de conservação que minimizem a fragmentação de habitats, controlem a poluição e mantenham a conectividade ecológica é crucial para preservar a biodiversidade e garantir a sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos em regiões impactadas pela urbanização.

As leguminosas como estratégia de conservação

As leguminosas, integrantes da família *Fabaceae*, desempenham um papel essencial na conservação da Mata Atlântica no Litoral Norte do Espírito Santo, oferecendo uma abordagem crucial para a restauração e sustentação da biodiversidade e saúde ecológica. Essas espécies são notáveis por sua habilidade de fixar o nitrogênio atmosférico no solo, em simbiose com bactérias do gênero *Rhizobium* e outros microrganismos fixadores de nitrogênio. Tal capacidade não apenas contribui para a fertilidade do solo, mas também minimiza a dependência de fertilizantes químicos, oferecendo benefícios ecológicos e de conservação significativos.

A fixação de nitrogênio pelas leguminosas é um processo que naturalmente enriquece o solo, sendo especialmente relevante para a recuperação de áreas anteriormente degradadas da Mata Atlântica. A melhoria da qualidade do solo facilita o desenvolvimento de uma gama diversificada de espécies vegetais, fortalecendo a biodiversidade e a resiliência ecológica. Este processo é essencial para a restauração de ecossistemas anteriormente comprometidos por práticas agrícolas insustentáveis ou desflorestamento, promovendo a regeneração natural e o equilíbrio ecológico (SPRENT, 2009).

A incorporação de leguminosas na flora da Mata Atlântica amplia a biodiversidade, criando habitats e fontes de alimento para uma vasta gama de organismos. As flores dessas plantas atraem polinizadores, enquanto suas vagens e sementes são recursos alimentares para aves e mamíferos. A presença de leguminosas, portanto, sustenta as cadeias alimentares e contribui para a complexidade estrutural da floresta, apoiando a sobrevivência e diversidade de espécies animais (BUCKERIDGE et al., 2020).

Além de promover a biodiversidade e a fertilidade do solo, as leguminosas contribuem para o sequestro de carbono, processo pelo qual o dióxido de carbono é capturado da atmosfera e armazenado, mitigando as mudanças climáticas. O crescimento acelerado e a significativa

biomassa dessas plantas possibilitam a absorção eficaz de CO₂, evidenciando o papel vital das leguminosas na regulação climática e no suporte à conservação da Mata Atlântica (NAIR et al., 2009).

Leguminosas desempenham um papel preponderante em programas de reflorestamento e na recuperação de áreas degradadas, destacando-se por sua contribuição substancial na revitalização da qualidade do solo e no apoio ao estabelecimento subsequente de flora diversificada. Sua robustez em condições adversas as qualifica como agentes iniciadores na sucessão ecológica, essenciais para a reabilitação da cobertura vegetal nativa e para a restauração ecológica em regiões afetadas da Mata Atlântica. A funcionalidade das leguminosas em fixar nitrogênio atmosférico, através da simbiose com microrganismos fixadores como *Rhizobium*, é um mecanismo chave que impulsiona a fertilidade do solo, mitigando a necessidade de intervenção química e favorecendo um processo de recuperação ambiental mais sustentável (SPRENT, J.I., 2001).

Além disso, a integração dessas espécies em práticas de reflorestamento é crucial para a reconstituição da biodiversidade. As leguminosas atraem e sustentam uma variedade de polinizadores e fauna dispersora de sementes, facilitando a regeneração de ecossistemas e a restauração de cadeias alimentares. Este aspecto é de particular importância para a Mata Atlântica, onde a biodiversidade enfrenta pressões significativas devido à degradação ambiental (RODRIGUES, R.R. et al., 2009).

Portanto a utilização de leguminosas são fundamentais nas estratégias de recuperação de áreas degradadas, não apenas pela melhoria da qualidade do solo, mas também pelo seu papel em restaurar a complexidade ecológica e a biodiversidade. Essas espécies facilitam a reconexão de fragmentos de habitats, promovendo a integridade ecológica e a sustentabilidade dos ecossistemas restaurados na Mata Atlântica (SILVA, F.B.V. et al., 2017).

Considerações Finais

Na conclusão deste artigo voltado para o estudo dos impactos da urbanização na Mata Atlântica do Litoral Norte do Espírito Santo, cabe destacar os desafios enfrentados por este bioma em virtude da expansão urbana, atividades humanas e fragmentação de habitats. Estas pressões têm contribuído significativamente para a alteração dos ecossistemas locais, impondo riscos à biodiversidade e à continuidade de serviços ecossistêmicos essenciais.

A análise demonstra que a urbanização acelerada, associada à alteração dos padrões de uso do solo, tem levado a uma diminuição da cobertura vegetal nativa, contribuindo para a fragmentação de habitats. Por sua vez, essa fragmentação compromete a conectividade ecológica,

essencial para a dispersão de espécies e a manutenção da variabilidade genética, fatores críticos para a resiliência de populações frente a mudanças ambientais.

O estudo enfatizou também, a importância das comunidades locais e de suas práticas de subsistência, que estão intrinsecamente ligadas à saúde e à integridade da Mata Atlântica. A dependência dessas comunidades dos recursos fornecidos pelo bioma ressalta a necessidade de estratégias de conservação que incorporem o conhecimento tradicional e promovam a gestão ambiental participativa, reconhecendo o valor das práticas culturais na conservação da biodiversidade

Nesse sentido, identificou-se a utilização das leguminosas como possível recurso na restauração ecológica da Mata Atlântica. Devido à sua capacidade de fixação biológica de nitrogênio, as leguminosas melhoram a qualidade do solo, promovem a recuperação de áreas degradadas e aumentam a biodiversidade, constituindo uma ferramenta eficaz tanto para a conservação ambiental quanto para a mitigação das mudanças climáticas, através do sequestro de carbono.

Conclui-se, portanto, que a conservação efetiva da Mata Atlântica no Litoral Norte do Espírito Santo requer uma abordagem que integre a proteção ambiental, o reconhecimento e a valorização das práticas culturais locais, e a implementação de técnicas de restauração ecológica baseadas na ciência, como o uso de leguminosas. A colaboração entre entidades governamentais, organizações não governamentais, comunidades locais e o meio acadêmico é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de manejo que assegurem a preservação deste bioma para as futuras gerações, reconhecendo sua importância não apenas ecológica, mas também cultural.

Referências

AGERH, Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, 2018.

ALMEIDA, R. F. de; SANTOS, J. P. dos. Floresta e Pesquisa: A Importância da Estação Ecológica de Cariacica para a Mata Atlântica. Cariacica: Editora Verde Capixaba, 2022.

ALVES, R. J. V. et al. Efeitos de Borda e a Conservação da Biodiversidade em Fragmentos Florestais. *Ciência Florestal*, v. 31, n. 1, p. 345-356, 2021.

ALVES, R. R. N. et al. O uso de recursos naturais com perspectivas para a conservação ambiental e a sustentabilidade social. *Ambiente & Sociedade*, v. XV, n. 3, p. 117-134, 2012.

BEGOSSI, A. Uso de recursos na Mata Atlântica: o caso da Ponta da Almada (Ubatuba, Brasil). *Interciencia*, v. 21, n. 6, p. 268-276, 1996.

BERKES, F. *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management*. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

BUCKERIDGE, M. S. et al. Seed dispersal by bats in the degraded Brazilian Atlantic Forest. *Conservation Biology*, v. 14, p. 2086-2095, 2000.

CARVALHO, D. S. de; MEDEIROS, M. A. de. *Conservação de Restingas e Manguezais: Desafios no Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz*. Santa Cruz: Editora Mangue Vivo, 2018.

COSTA, H. S.; FERNANDES, G. W. Emissões de Gases de Efeito Estufa e Desmatamento: Perspectivas para a Mata Atlântica. *Mudanças Climáticas e Impactos Ambientais*, v. 8, n. 1, p. 80-94, 2019.

COSTA, L. D.; FERNANDES, L. A. Impactos da urbanização sobre os recursos hídricos na Mata Atlântica. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 6, n. 1, p. 202-216, 2019.

DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERNANDES, P. R.; GONÇALVES, E. F. *Gestão Ambiental e Uso Sustentável na Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra*. Conceição da Barra: Editora Sol do Atlântico, 2021.

FONSECA, G. A. B. et al. Impactos da Fragmentação de Habitats na Biodiversidade: Estudos de Caso na Mata Atlântica. *Revista de Biologia Tropical*, v. 67, n. 2, p. 123-135, 2019.

GAERTNER, M. et al. Urban sprawl and the spread of invasive alien species: a global review of impacts and policy recommendations. *Biological Invasions*, v. 19, n. 11, p. 3189-3207, 2017. doi:10.1007/s10530-017-1535-x.

GRAHAM, P. H.; VANCE, C. P. Nitrogen fixation in perspective: an overview of research and extension needs. *Field Crops Research*, v. 65, p. 93-106, 2000.

GRIMM, N. B. et al. Global change and the ecology of cities. *Science*, v. 319, n. 5864, p. 756-760, 2008. doi:10.1126/science.1150195.

HADDAD, N. L. et al. Habitat fragmentation and its lasting impact on Earth's ecosystems. *Science*, v. 349, n. 6254, aac4016, 2015. doi:10.1126/science.aac4016.

MARTINS, L. B.; ROCHA, C. T. da. *Dunas, Praias e Biodiversidade: Um Estudo no Parque Estadual de Itaúnas*. 2. ed. São Mateus: Editora Vale do Rio Doce, 2019.

MELO, F. P. L. et al. Desmatamento e Serviços Ecosistêmicos: Uma Análise Integrada na Mata Atlântica. *Ecologia e Aplicação*, v. 22, n. 4, p. 562-578, 2020.

MMM, Ministério do meio Ambiente. Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa; organizadores Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer . –Brasília: 2010.

PICKETT, S. T. A. et al. Urban ecological systems: Linking terrestrial ecological, social, and economic components to understand urban sustainability. *Urban Ecosystems*, v. 14, n. 4, p. 491-510, 2011. doi:10.1007/s11252-011-0196-y.

PORTO, Lidiane. Geografia do Espírito Santo. Publicado em: <https://escolaeducacao.com.br/geografia-do-espírito-santo/> (2022).

ROCHA, C. D. et al. Agricultura e desmatamento na Mata Atlântica: desafios para a conservação. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 17, n. 2, p. 42-56, 2017.

RODRIGUES, R. R. et al. Strategies for the restoration of degraded ecosystems associated with pasture in São Paulo State, Brazil. *Restoration Ecology*, v. 17, p. 529-536, 2009.

SANTOS, A. R. et al. Isolamento Populacional e Perda de Variabilidade Genética: Desafios para a Conservação. *Genética na Conservação*, v. 15, n. 3, p. 689-703, 2018.

SANTOS, J. E. dos. Os povos da Mata Atlântica: história, cultura e conservação. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 135-158, 2002.

SEDU/IJSN, Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo. Vitória, ES/2011.

SILVA, F. B. V. et al. Leguminosas na recuperação de áreas degradadas na Mata Atlântica: potencial e desafios. *Revista de Biologia Tropical*, v. 65, p. 123-135, 2017.

SILVA, J. M. C. et al. Poluição da Água e Seus Efeitos sobre Ecossistemas Aquáticos na Mata Atlântica. *Gestão da Água*, v. 12, n. 2, p. 215-229, 2018.

SOUZA, J. M. de; SILVA, A. L. da. Biodiversidade e Conservação na Reserva Biológica de Comboios. Vitória: Editora da Universidade do Espírito Santo, 2020.

SPRENT, J. I. Nodulation in legumes. Kew: Royal Botanic Gardens, 2001.



Fabiana de Moura Cabral Malta

Doutora, Gestora e Professora
Universitária, Advogada, Pedagoga.

professorafabianamalta@yahoo.com

Marizângela Melo Vasconcelos

Mestra, Gestora e Professora
Universitária, Servidora Pública
Estadual.

marymalte@hotmail.com



Patrícia Paula Soares Santos Oliveira

Mestra, Gestora e Professora Universitária,
Advogada.

ppsoliveira@gmail.com



OS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO COMO MEIO EFICAZ DE APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Introdução

Ao falarmos sobre direitos humanos verificamos que seus conceitos e características se materializam na dignidade humana, isto é, são os direitos básicos e que estão relacionados com os Direitos Fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988.

Os Direitos Fundamentais são imprescindíveis para a materialização da dignidade da pessoa humana. Assim sendo, observa-se que os direitos humanos e os direitos fundamentais são expressões afins, e que são utilizadas da seguinte forma: quando se faz referência aos direitos positivados na ordem jurídica interna do País, usa-se a expressão ‘Direitos Fundamentais’, quando a referência está relacionada aos direitos positivados na ordem internacional, a expressão utilizada é ‘Direitos Humanos’.

Nesta perspectiva, observamos que os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais são regidos por vários princípios norteadores que passam a ser a garantia para a efetivação e a eficácia de direitos.

Outrossim, dentro do conjunto desses princípios, podemos destacar o princípio de acesso à justiça, que na atual conjuntura vem sendo cada vez mais aprimorado com novos meios e ferramentas. É pelo exercício do acesso à justiça que os demais direitos são reconhecidos, sendo este princípio um dos principais direitos do ser humano.

Mencionou Carlos Alberto Menezes¹:

[...] maior esforço que a ciência do direito pode oferecer para assegurar os direitos humanos é voltar-se, precipuamente, para a construção de meios necessários à sua realização nos Estados e, ainda, para o fortalecimento dos modos necessários de acesso à Justiça com vistas ao melhoramento e celeridade da prestação jurisdicional.

¹ MENEZES, Carlos Alberto. Direito, A prestação jurisdicional e a efetividade dos direitos declarados, Revista da EMERJ, v. 1, n.º. 1, 1998, p. 142.

Nessa mesma direção discorre Turbay Júnior² que o acesso à justiça é elemento integrante dos Direitos Humanos, sendo um dos pilares do Estado de Direito e da democracia, objetiva a reivindicação de direitos e o cumprimento de leis por todos e para todos. Entende que cada cidadão merece ter sua pretensão reconhecida.

Observa-se que o efetivo acesso à justiça não apenas coopera com a “[...] função jurídica do Estado, mas, além disso, com a função política e social, nutrindo o exercício da cidadania em busca de uma cultura solidificada na paz”³

Nesse contexto, surgem os métodos adequados de resolução de conflitos, na perspectiva do sistema multiportas, que demonstram que o Judiciário não seria o único meio possível para a solução das controvérsias.

Partindo desse pressuposto, é importante compreender o seu surgimento e quais os meios de solução que integram o sistema multiportas/tribunal multiportas, tendo em vista que, para cada situação haverá um meio adequado, meio este que é integrado com outros meios que também podem se revelar como adequado para o caso.⁴

O presente artigo visa realizar uma interlocução entre a efetividade dos direitos humanos com a utilização dos métodos adequados de resolução de conflito, demonstrando os meios autocompositivos e heterocompositivos disponíveis dentro das perspectivas do sistema multiportas.

Surgimento do sistema multiportas e o direito brasileiro

O surgimento do sistema multiportas ocorreu em 1976, quando o professor Frank Sander de Havard, inseriu no mundo jurídico uma ideia denominada “centro abrangente de justiça”, que após algum tempo ficaria conhecida como “Tribunal Multiportas”.

Assim sendo, o “Tribunal Multiportas” é um meio que levaria os conflitos que lhes são apresentados ao método mais adequado de resolução. Portanto, a ideia é analisar as diferentes formas de resolução de conflito e compreender no caso concreto qual é a mais adequada.

² TURBAY JÚNIOR, Albino Gabriel; DIAS, Bruno Smolarek; ARAÚJO, José Laurindo de Souza Neto. Acesso à justiça: democracia, jurisdição e concretização de direito. Florianópolis: Qualis Editora, 2020. Disponível em: https://pos.unipar.br/files/publicacao_academica/23e42e484c5af4e7c97d64708dcecc25.pdf. Acesso em: 18/10/2023

³ ZANETI JR., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada para conflitos. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 665. (Coleção grandes temas do novo CPC, v. 9).

⁴ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense: 2020.

Demonstrando que não é apenas por meio da jurisdição estatal que os conflitos são resolvidos e cuidados, abrindo novos caminhos para que as pessoas possam utilizar de maneira segura os meios para solucionar as suas controvérsias.

Verifica-se que a partir dessa nova concepção de resolução de conflito, nasce a necessidade de uma nova cultura, tanto para os jurisdicionados, que estão habituados a ideia de que apenas o Judiciário é quem pode resolver os problemas, como também, o próprio Estado – Juiz, de compreender e fomentar a utilização dos métodos.

Assim sendo, o nosso ordenamento jurídico vem adotando o Sistema Multiportas nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça, bem como, com o Código de Processo Civil entre outros.

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ editou a Resolução nº 125/2012⁵, que estabeleceu política pública de tratamento adequado de resolução de conflitos, estimulando a autocomposição por meio da negociação, conciliação e mediação.

Na mesma direção, segue o Código de Processo Civil de 2015⁶, que entrou em vigor em 2016, recepcionando os métodos adequados de solução de conflito, conforme se depreende da leitura do art. 3º, §3º:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e o outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Some-se a isso em 2015, contamos com a entrada em vigor da Lei nº 13.140, a chamada Lei da Mediação⁷, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a

⁵ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução Nº 125/2010 alterado pela Resolução Nº 356 de 26/06/2020. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3366> Acesso em: 16 out. 2023.

⁶ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

⁷ BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Lei da Mediação. Diário Oficial da União, Brasília, 2015c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública conforme dispões em seu art.1^o.

É importante salientar que o nosso ordenamento jurídico se destaca, além do processo tradicional e dos métodos autocompositivos, a arbitragem. O tema ganha relevância nos dias atuais, sobretudo pelo abarrotamento do Judiciário em meio a uma crescente conflitualidade, o que acaba comprometendo a própria prestação jurisdicional. Verifica-se, portanto, que o Tribunal Multiportas prestigia o princípio da adaptabilidade e, segundo Dinamarco⁸ (2001), potencializa a celeridade e eficiência do curso processual.

A doutrina brasileira corrobora com a nova sistematização de aplicação do sistema multiportas discorrendo, entre outros doutrinadores, Fredie Didier⁹, que entende que a Resolução nº 125/2012 do Conselho Nacional de Justiça já estabeleceu a política pública do tratamento adequado de conflitos, estimulando a autocomposição. O Conselho Nacional de Justiça vem exercendo um relevante papel como gestor desta política pública, no âmbito do Poder Judiciário.¹⁰

No sistema multiportas, os métodos de resolução de conflitos caminham juntos, razão pela qual não há oposição entre a justiça contenciosa *versus* a coexistencial. Pelo contrário, deve-se verificar qual delas amolda-se para a mais completa solução do problema. Reconhece-se o direito à solução do conflito, concepção muito mais ampla do que a ideia de bater às portas do Poder Judiciário e observar as garantias processuais.¹¹

Ada Pellegrini Grinover¹² destacou como,

⁸ DINAMARCO, Candido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. 1. São Paulo: Malheiros, 2001

⁹ DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 7ª ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

¹⁰ Idem.

¹¹ WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e os meios consensuais de solução de conflitos. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; e CRESPO, Mariana Hernandez. Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 88-89. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10361/Tribunal%20Multiportas.pdf?sequence=1>. Acesso em 18.10.2023.

¹² GRINOVER, Ada Pellegrini. Mediação paraprocessual. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; e CRESPO, Mariana Hernandez. Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 95. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10361/Tribunal%20Multiportas.pdf?sequence=1>. Acesso em 18.10.2023.

[...] fundamentos da justiça conciliativa: o fundamento social, qual seja, a verdadeira pacificação social, que não se consegue por intermédio do processo jurisdicional, que se limita a solucionar a parcela do conflito levado aos autos, sem se preocupar com o conflito sociológico que está em sua base; o fundamento político, pela participação dos cidadãos que solucionam diretamente suas próprias controvérsias, contando com a colaboração de outro cidadão (o conciliador e o mediador) no papel de facilitador dessa mesma solução; e o fundamento funcional, objetivando diminuir a crise da justiça, pela instituição de instrumentos (ditos alternativos) capazes de desafogá-la.

E a doutrina continua mencionando “É inegável a ampliação da visão, nos últimos anos, no sentido de que o processo judicial não constitui a via adequada para a composição de todos os conflitos, devendo o Estado oferecer outros mecanismos para garantir o acesso a justiça.”¹³

Os meios autocompositivos e heterocompositivos.

A autocomposição e a heterocomposição são meios utilizados para a solução de conflitos, fazem parte dos métodos adequados de resolução de conflitos.

Estão inseridos no conjunto da autocomposição os métodos da negociação, conciliação, mediação e a Justiça Restaurativa, por outra banda, o conjunto que compõe a heterocomposição, é formado pela arbitragem e pela jurisdição.

Os métodos consensuais, na forma autocompositiva, são aqueles em que não há decisão por terceiros e as soluções são encontradas pelos próprios envolvidos – se necessário com auxílio de um terceiro facilitador imparcial que nada decide e só estimula a manifestação por meio de indagações criativas, a fim de que os próprios interessados encontrem suas respostas. O método consensual não admite produção de provas, não há decisão por terceiros, e os interessados são ouvidos em seus interesses sem que haja ato formal de contestação ou impugnação.¹⁴

Enquanto os Métodos adversariais, na forma heterocompositiva, são aqueles em que as soluções independem da vontade dos litigantes e são tomadas por um terceiro a partir da colheita de informações, produção de provas e da análise dos argumentos materializados nos pedidos, contestações, impugnações, agravos, embargos por eles apresentados. Em outras palavras, são aqueles métodos em que as soluções são encontradas por um terceiro imparcial (juiz ou árbitro) que decide a questão em substituição dos envolvidos. As questões são resolvidas nos limites em que

¹³ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos Conflitos Cíveis*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed.Método, 2016.

¹⁴ BACELLAR, Roberto Portugal. *Mediação e arbitragem*. São Paulo: Saraiva, 2012

são apresentadas, e o terceiro substitui a vontade das partes e decide conforme estabelecido pela lei ou pela convenção arbitral¹⁵

Ante o exposto, é importante compreender as características de cada método adequado de resolução de conflito, suas nuances e técnicas, pontos que irão demonstrar o quanto a utilização de tais meios proporcionam e efetiva o princípio do acesso à justiça, garantido os direitos humanos enquanto direitos fundamentais.

MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: UMA BREVE ANÁLISE DOS MEIOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO

As formas de enfrentamento dos conflitos existentes nos dias atuais, buscam meios de desburocratizar, tornando céleres os reparos das relações desconstruídas. Visando contornar a morosidade da justiça, mas sem qualquer imposição do Poder Judiciário, os Métodos Adequados de Soluções de Conflitos são, além de eficientes na solução dos embates oriundos das relações pessoais, simples e econômicos, levando as partes a um consenso, evitando o deslinde judicial.

Conforme prevê o Código de Processo Civil¹⁶ em seu artigo 3º, parágrafo 3º, é dever de advogados, Defensores Públicos, membros do Ministério Público e Juízes estimularem os métodos adequados de resolução de conflitos, no curso do processo judicial. Antes difundidos como meios extrajudiciais para a solução de lides, os MASC – Métodos Adequados de Solução de Conflitos ganharam notoriedade e confiança dentre os mais variados profissionais das carreiras jurídicas, bem como entre as partes que pleiteiam por uma resolução justa.

Cada um dos métodos possui características próprias, cabendo às partes ou profissionais envolvidos decidirem qual o melhor método se adequa ao conflito apresentado. Entretanto, buscando conhecer de forma rápida e objetiva os métodos de autocomposição, passaremos a explicar brevemente sobre cada um deles, quais sejam: a negociação, a conciliação e a mediação.

Da Negociação: um acordo agradável propiciado por meio da comunicação bilateral

Este método é utilizado para conflitos, ou melhor, quaisquer divergências entre as partes, desde que não envolva afetividade entre elas.

¹⁵ Idem. p.39

¹⁶BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

A negociação, geralmente diz respeito a conflitos de ordem material, sendo o acordo, também chamado de negócio, alcançado pelas próprias partes envolvidas, sem que haja a necessidade da intervenção e/ou participação de um terceiro, alheio à situação conflitante.

Na negociação a escuta ativa deve estar presente entre os negociantes, pois ambos devem buscar ouvir o que o outro tem a falar e, assim compreenderão reciprocamente os interesses ali envolvidos. Enfatize-se que, o elemento mais importante e significativo em uma negociação, sem dúvidas é a informação. Esta, poderá ser obtida de forma mais clara e precisa, através da fala do outro e, por isso, é tão importante que os envolvidos estejam preparados para escutar.

De acordo com Rachel Girão Sobreira Mota¹⁷ (2014, p.28):

Numa visão mais abrangente ou pluralista, a negociação é um processo de comunicação bilateral que tem por objetivo chegar a uma decisão conjunta através de um processo de comunicação, com o propósito de atingir um acordo agradável que produza efeitos duradouros ao relacionamento dos participantes.

Os interesses apresentados, quando identificados por meio da escuta, propiciam a solução almejada por ambas as partes, evitando assim, a disputa por posições. Uma comunicação clara facilita o entendimento de ambos os posicionamentos, ensejadores do conflito negociável. As partes negociantes precisam entender o que está por trás do conflito apresentado, ou melhor, daquele posicionamento afirmado. Assim, compreendendo os negociadores os reais interesses reciprocamente envolvidos, ensejadores da discórdia; um oponente, em detrimento do outro, poderá atender aos anseios daquele, sem, contudo, prejudicar os seus próprios objetivos.

Vale dizer que, quando da escolha desse método, os advogados nomeados pelas partes poderão participar, representando, cada um, o interesse do seu patrocinado. Desta feita, por tratar-se de um método autocompositivo, nenhuma solução poderá ser imposta por um terceiro, cabendo apenas às partes negociantes o acordo almejado. Em suma, o problema que enseja a negociação, precisa ser resolvido pelas partes e, tão somente por elas.

¹⁷MOTA, Rachel Girão Sobreira. Métodos de Tratamento Adequados de Conflitos no Poder Judiciário. p. 28. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclfeindmkaj/https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2014/12/PDF7.pdf> Acesso em: 17 out. 2023.

Da Conciliação: a intervenção de um terceiro na chegada a um acordo

A conciliação é uma das formas mais céleres de se resolver os conflitos mais simples, circunstanciais e temporários. Desta feita, com o auxílio de um terceiro, chamado de “conciliador”. Este, vai trabalhar na escuta das partes e, por sua vez, deve ser uma pessoa neutra e imparcial que pode intervir diretamente, sugestionando possíveis soluções para o conflito. O conciliador pode e deve interferir ativamente na conciliação, estimulando sempre a chegada a um acordo. Suas propostas sugeridas devem ser avaliadas pelas partes, cabendo às mesmas a concordarem ou não com a solução apontada.

Segundo alude Juan Carlos Vezzulla:¹⁸

A conciliação como técnica é de grande utilidade nos problemas que não envolvem relacionamento entre as partes, o que permite trabalhar sobre a apresentação superficial (verdade formal ou posição) para alcançar uma solução de compromisso sem repercussão especial no futuro de suas vidas.

A conciliação deve prezar pela confidencialidade. Tudo que é trazido pelas partes em audiência é mantido em sigilo e, qualquer divulgação inerente ao momento, precisa necessariamente ser autorizada pelas partes.

Ao conciliador é exigida a competência de conduzir o caso que lhe foi apresentado com sabedoria, visando articular bem a situação concreta, sem qualquer envolvimento emocional. Exige-se também deste profissional, como inicialmente apontado, a imparcialidade na tomada de decisões, devendo as partes conflitantes serem cientificadas dos papéis que executarão em decorrência da decisão consentida.

O conciliador, ressalte-se, uma vez garantida a imparcialidade, diante do conflito apresentado, gozará de total autonomia na condução do caso. O mesmo possui independência para a tomada de decisões. Vale dizer que as partes podem também propor soluções. Estas, uma vez empoderadas, não precisam apenas acatar as soluções apresentadas, ou melhor, propostas pelo conciliador.

Em suma, vale dizer que, o objetivo almejado pela conciliação é tornar o diálogo entre as partes legítimo, considerando as decisões justas para ambas as partes, satisfatórias, porém, irreversíveis.

¹⁸ VEZZULA, Juan Carlos. Mediação: guia para usuários e profissionais. Florianópolis: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, 2001. p. 43

Da Mediação: o desfecho do conflito dar-se-á por mérito das partes envolvidas sem a intervenção de um terceiro.

Muito se confunde esse método com a conciliação, porém, ambos possuem características próprias determinantes que distanciam um conceito do outro. Na mediação, apesar da eleição de um terceiro neutro e imparcial, chamado de “mediador”, este, ao contrário da conciliação, não pode intervir no conflito, apresentando quaisquer sugestões. Na mediação, o que se pretende é o restabelecimento da comunicação das partes envolvidas, de modo que elas apresentem a solução para o desfecho do caso em discussão. A solução apresentada precisa ser satisfatória para ambas as partes.

O papel desempenhado pelo terceiro, denominado mediador, é meramente de orientação, objetivamente a construção de um diálogo, evidenciando as convergências aludidas, sem sugerir solução, permitindo que as partes apresentem uma solução satisfatória reciprocamente.

Nas palavras de Lília Maia de Moraes Sales¹⁹:

Na mediação procura-se evidenciar que o conflito é natural, inerente aos seres humanos. Sem o conflito seria impossível o progresso e provavelmente as relações sociais estariam estagnadas em algum momento da história. Se não houver insatisfação, as situações da vida permaneceriam iguais, constantes.

O conflito permite o progresso, posto denota-se alguma insatisfação gerada em decorrência de uma mudança ou transformação. Com isso, é oportuno demonstrar a relevância do diálogo nas relações pessoais. A resolução ou prevenção do conflito será permitido por meio dessa cooperação através da comunicação. Essa comunicação enseja na retomada da autodeterminação das partes e, uma possível reparação, como produto da administração da lide apresentada.

A mediação é um meio de pacificação social, posto presta assistência às partes conflitantes, facilitando os acordos entre elas e propiciando um ambiente colaborativo. De acordo com este método, as partes são estimuladas a dialogar de forma produtiva sobre suas necessidades, decidindo as mesmas a melhor e mais justa solução encontrada. Trata-se de uma mudança cultural, que preza pelo diálogo do início ao fim da mediação.

Para a realização de uma mediação, é importante que as partes estejam dispostas a buscar o consenso. O objetivo primordial é resolver o conflito. A confidencialidade faz parte do método, assim como o

¹⁹ SALES, Lillian Maia de Moraes. Mediação de Conflitos. Imprensa: Florianópolis, Conceito, 2007.p. 21

empoderamento dos envolvidos. A independência e autonomia na busca pela solução do litígio é responsabilidade das partes, não sendo possível qualquer intervenção do terceiro, denominado de mediador. Este, por sua vez, precisa ser competente, devidamente treinado e imparcial na orientação da mediação, permitindo às partes alcançarem de forma satisfatória o objetivo almejado, ou melhor, o acordo mútuo firmado. É imprescindível que o mediador não se posicione, bem como não force acordo nenhum e, preze realmente pela imparcialidade exigida, pois só dessa forma, a mediação será exitosa.

A informalidade, oralidade, boa fé e simplicidade fazem parte da construção da mediação. Contudo, devem ser respeitadas as leis vigentes e a ordem pública.

Na mediação, a origem do conflito deve ser compreendida pelas partes, abrindo estas, mão de uma demanda judicial, possibilitando assim, uma solução mais assertiva, bem como uma maior qualidade de vida aos envolvidos, já que a decisão cabe a elas.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM MÉTODO ADEQUADO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Da indeterminação e/ou mutação conceitual ao reconhecimento do objetivo global.

A Justiça Restaurativa não possui um conceito fechado, o que dificulta sua percepção, causando insegurança em uma sociedade adepta a regras de conduta previamente estabelecidas mediante a publicação de uma lei, ou seja, somos orientados de acordo com planos legislativos e vivemos sob o prisma do sistema judicial.

Atrelada a uma não conceituação definida, os reflexos tendem a fragilizar o seu objetivo, qual seja, tornar possível e/ou aceitável conciliação e reconciliação entre os sujeitos, viabilizando assim a restauração dos laços anteriormente desfeitos, o reconhecimento do mal provocado e capacitando as partes alcançarem a paz entre si e a coletividade.

Partindo do ponto da ineficiência do modelo tradicional de justiça criminal, as práticas restaurativas (Justiça Restaurativa), inspirada na teoria anglo-saxônica, ressurgem a partir de um programa comunitário, desenvolvido na cidade de Kitchener, Ontario, no Canadá, no ano de 1974, que buscava interceder provocando a reconciliação entre vítima e o seu agressor após a sentença judicial ser aplicada. Na época a justiça

restaurativa apresentou-se como “[...] importante movimento social em favor da reforma da justiça criminal.”²⁰

Para John Braithwaite, a justiça restaurativa é meio alternativo à forma de justiça criminal vigente, tem “[...] o objetivo de superar o processo penal contemporâneo e outorgar à vítima e à comunidade maior participação no processo para que o infrator não seja apenas punido, mas compreenda o dano por ele produzido.”²¹

Mesmo compreendendo que o conceito de justiça restaurativo não possua uma única definição, ou até seja uma definição fechada como dito anteriormente, algo em comum é possível perceber ante a sua prática em diversos países, qual seja, a abertura de diálogo entre a vítima e o ofensor, fazendo com que a direta participação dos sujeitos viabilize o encontro de soluções, bem como o reconhecimento e a dimensão do dano provocado.

Conclui-se que o objetivo não é reconhecer o crime como a simples violação de uma lei, mas sim, como um dano causado a uma pessoa, promovendo o retorno ao *status quo ante*, se assim for possível, ou ao menos a minimização dos seus efeitos.

Com expõe Vincenzo Ruggiero²², a justiça restaurativa é “[...] um processo que traz os atores e a comunidade afetada por uma situação problemática de volta à condição na qual o problema surgiu.” Para a eficácia desse modelo de justiça é fator primordial que as partes estejam conscientes de que a atuação direta de todos os envolvidos é necessária ao alcance da solução para o problema existente.

Por apresentar um conceito aberto é possível admitir que a justiça restaurativa mantém o estado “pensante” da evolução, adequando a realidade social, bem como as experiências encaradas como positivas. Sua constante evolução permite a descoberta de novos meios apresentados como eficazes, pois que diante de situações distintas exige-se e/ou carece que as soluções também sejam diferentes.

Baseando-se nas inúmeras variantes conceituais do modelo de justiça restaurativa faz-se necessário o conhecimento de suas bases

²⁰ ACHUTTI, Daniel. Justiça restaurativa no brasil possibilidades a partir da experiência belga. In: Dossiê: Violência e Sociedade. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 13 (1) Jan-Apr 2013. p. 156. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/njgHrbLpgbm6T454QrfMtMx/#>. Acesso 18.10.2023

²¹ PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça restaurativa: da teoria à prática 1.ed. São Paulo : IBCCRIM, 2009. p. 35

²² RUGGIERO, Vincenzo. 2011 *apud* ACHUTTI, Daniel. Justiça restaurativa no brasil possibilidades a partir da experiência belga. In: Dossiê: Violência e Sociedade. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 13 (1) Jan-Apr 2013. p.158. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/njgHrbLpgbm6T454QrfMtMx/#>. Acesso 18.10.2023

principlológicas, valores propagados, bem como suas três principais concepções explanadas por Johnstone e Van Ness²³

Concepções e valores restaurativos. Concepções do Encontro, da Reparação e da Transformação

Na Concepção do Encontro, vítima e ofensor, assim como os outros interessados devem ter oportunidade de se encontrar em um ambiente desprovido da formalidade, ou seja, afasta-se das partes o ambiente dominado por especialistas, a exemplo dos tribunais e fóruns.²⁴

Nesta, a justiça restaurativa tem o condão de propiciar as partes envolvidas com a conduta delituosa (agressor, vítima e interessados) a posição ativa nas prováveis tomadas de decisões ou discussões relativas a o fato gerador (crime e/ou dano), da relação problema entre as partes, sendo auxiliados por um mediador (facilitador) capacitado para tal.

A dinâmica na Concepção do Encontro é pautada na fala e escuta respeitosa, sendo um processo dialogado, oposto ao da justiça criminal comum. O que se propõe é o afastamento do protagonismo do juiz quando da sua análise de conduta e variação da culpa à futura aplicação da pena, sendo atores principais as partes, autor e vítima, abrindo-se o diálogo. A parte ofendida terá a oportunidade de revelar ao agressor a sua visão e reflexos da conduta praticada, ou seja, relatará suas dores e consequências provocadas através do dano suportado por ela. Ao passo que, ao agressor, será oportunizado a tomar consciência do prejuízo trazido a vítima, se acercando do sofrimento vivenciado por aquela. Presume-se que tanto a vítima e o ofensor irão se beneficiar, uma vez que faz florescer o sentimento de justiça, ou seja vivencia-se justiça e não tão-somente que a justiça fora feita.

Já na Concepção da Reparação, entende que o dano à vítima deve ser reparado, sendo esta reparação suficiente para que exista justiça, não necessitando que o ofensor/agressor sinta dor ou sofrimento. Vale dizer, a visão restauradora propiciaria além da reparação da vítima a viabilidade de “(re)integração” do sujeito ativo da conduta danosa, bem como o reparo da comunidade contrariada pelo fato criminoso. Para esta concepção, não se questiona o que fazer com o ofensor, mas sim o que pode ser feito para que a situação provocada seja corrigida.²⁵

²³ JOHNSTONE, Gerry ; VAN NESS, Daniel W. *apud* PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça restaurativa: da teoria à prática 1.ed. São Paulo : IBCCRIM, 2009.

²⁴ PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça restaurativa: da teoria à prática 1.ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009. p. 57

²⁵ Idem. p. 57

Nesta concepção sendo o a conduta criminosa um ato lesivo, então é mais que necessário que a justiça deva reparar a lesão provocada, bem como promover a busca da cura em relação a vítima, oportunizando a reconciliação entre as partes. Sendo assim, a reparação ou restituição é tão fundamental quanto a retribuição pelo delito (ou dano) praticado.²⁶

No que diz respeito a Concepção da Transformação, está por sua vez entende que a justiça restaurativa é uma forma e/ou estilo (modelo) de vida a ser adotada, rejeitando qualquer hierarquia entre os seres humanos, afastando-se assim do conceito das concepções anteriormente retratadas. Para tal concepção, não há distinção entre crime e condutas danosas, seriam conceitos equivalentes, pois todas as condutas seriam igualmente lesivas, sendo prioridade a identificação de quem sofreu os danos e quais suas reais necessidades, possibilitando desta forma sua rápida e eficaz correção.²⁷

Salienta-se que mesmo as concepções apresentando distinções entre si, são visões aplicadas ao movimento restaurativo possuindo entre todas um ponto comum de atuação, o que iria diferenciá-las será o foco de atuação.

Dos valores restaurativos

É possível compreender que a justiça restaurativa apresenta-se como um modelo de natureza transformadora, mas não somente em vista de uma justiça penal comum, mas sim ante a todo uma sistemática legal impregnada na sociedade.

Assim como o conceito de justiça restaurativa não possui uma rigidez modular, seus valores também não são estáticos, estes serão construídos a partir das experiências da aplicação do modelo autocompositivo de resolução de conflito. Os valores restaurativos estão pautados em documentos internacionais que tem como objetivo a promoção do respeito aos direitos humanos, bem como retirados de experiências quando da aplicação aos casos concretos do procedimento restaurativos.

Dentre os principais valores podemos destacar: 1) não dominação entre os envolvidos; 2) empoderamento dos participantes (vítima ser reconhecida como tal, bem como ofensor ter consciência do seu papel); 3) Proibição de qualquer forma humilhante de “sanção” como resultado do procedimento restaurativo; 4) escuta respeitosa; 5) observação igualitária das necessidades dos participantes (vítima, ofensor e comunidade

²⁶ ZEHR, Howar. *Apud* PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. *Justiça restaurativa: da teoria à prática* 1.ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

²⁷ Idem

afetada); 6) Ser dada a opção de participar de um procedimento restaurativo (é ato voluntário); 7) Ser os Direitos Humanos respeitados.²⁸

Das Práticas Restaurativas

Podemos citar três principais práticas restaurativas segundo Zehr²⁹ desenvolvida em vários países. São elas: a) encontro vítima-ofensor (EUA); b) Conferência de grupos familiares (Nova Zelândia) e c) Processos Circulares (Canadá).

O procedimento restaurativo consistente no Encontro Vítima-Ofensor é desenvolvido, como o próprio nome diz, através do encontro entre os participantes do evento danoso. Promove-se inicialmente encontros individuais com a vítima e o ofensor, sendo cada encontro conduzido por um facilitador capacitado. Após os encontros individuais e com a permissão de cada participante e oportunizado o encontro entre ambos, em ambiente neutro e auxiliado por facilitador, para que os valores restaurativos sejam garantidos. O desfecho, apresenta-se em forma de acordo de restituição de bens que será firmado por ambos (vítima e ofensor). Neste, não é dado aos familiares a oportunidade de participação direta, apenas poderão o fazer de forma indireta exercendo a função de apoiadores.³⁰ (SIMÃO, 2023)

Já a prática restaurativa na forma de Conferência de Grupos Familiares, trata-se de modelo focado na mudança comportamental do ofensor, pois tal conferência será composta por familiares ou pessoas de grande importância às partes envolvidas, que foram afetadas diretamente com a prática da conduta danosa. O coordenador da conferência, numa primeira fase, promove encontros com as partes e respectivos familiares de forma separada, com o intuito de desenvolver propostas que serão ofertadas ao outro grupo. Tem esta modalidade restaurativa como objetivo derradeiro a elaboração de um plano de atuação, envolvendo elementos de reparação, prevenção e punição, e que haverá a anuência e atenta a necessidade de todos os participantes, bem como a responsabilização do ofensor.

Os Processos Circulares, ou também denominados como “Círculo de Construção da Paz”, originários da comunidade indígena do Canadá, possui como forma de atuação o uso do instrumento da fala. Os participantes fazem um grande círculo e com o “bastão da fala” tem a

²⁸ PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. *Justiça restaurativa: da teoria à prática* 1.ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

²⁹ ZEHR, Howar. *Apud* PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. *Justiça restaurativa: da teoria à prática* 1.ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

³⁰SIMÃO, Bárbara Nobrega. *Justiça restaurativa no Brasil: análise histórico-crítica da sua implementação*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Selo Serviço Social, 2023.

oportunidade de se expressar, sendo desempenhado pelo facilitador a liderança do círculo. Trata-se de uma forma mais ampliada do procedimento restaurativo, tendo em vista que podem participar os envolvidos diretamente com a conduta danosa, seus familiares, bem como membros da comunidade atingidos indiretamente com a ofensa. Assim como em uma comunidade indígena, o problema será resolvido levando em consideração a participação de todos, fortalecendo de uma forma geral os relacionamentos entre todos. Perceptível nesta modalidade que a responsabilização pelo ocorrido para a ser dividido entre todos, uma vez que diferentes “olhares” sobre o fato se apresentará, e juntos alcancem o melhor resultado no intuito de satisfazer as necessidades dos envolvidos direto e indiretamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora exposto, percebe-se que os métodos de resolução de conflitos apresentam-se de diversas formas e nos mais diversos ramos da seara jurídica, atuando em demandas cíveis, consumeristas, familiaristas, criminais, dentre outras.

Nos últimos tempos vivencia-se a aplicação e ampliação da utilização dos mencionados métodos em escala global. No que tange a realidade brasileira, também vivemos a expansão de tais métodos, em especial com o advento do Código de Processo Civil em 2015 e a consolidação do Tribunal Multiportas.

Nessa senda, percebe-se claramente que a adoção de métodos autocompositivos concretizam o acesso à justiça, direito basilar do cidadão. Ademais, trata-se um mecanismo efetivador da Dignidade da pessoa humana, pois para além de se ter o mencionado acesso, vislumbra-se o respeito aos direitos do cidadão e a atenção aos princípios e valores norteadores de uma sociedade livre, justa e igualitária, primando pela consolidação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel. **Justiça restaurativa no brasil possibilidades a partir da experiência belga**. In: Dossiê: Violência e Sociedade. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 13 (1) Jan-Apr 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/njgHrbLpgbm6T454QrfMtMx/#>. Acesso 18.10.2023

AMORIM, Caio Vinícius. **A evolução da Justiça Restaurativa no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-da-justica-restaurativa-no-brasil/394792812>. Acesso em: 18.10.2023

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução Nº 125/2010 alterado pela Resolução Nº 356 de 26/06/2020**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3366> Acesso em: 16 out. 2023.

_____. Lei nº 9.307, de 23 de setembro 1996. **Lei da Arbitragem**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm. Acesso: 16. out. 2023.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei da Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense: 2020**

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 7ª ed.** Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 1. São Paulo: Malheiros, 2001

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Mediação paraprocessual**. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; e CRESPO, Mariana Hernandez. Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 95. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10361/Tribunal%20Multiportas.pdf?sequence=1>. Acesso em 18.10.2023.

LIMA, Larissa Pinho de Alencar. **Implantação da Justiça Restaurativa no Brasil exige reflexão pragmática**. 2019. Disponível em [https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/larissa-pinho-implantacao-justica-restaurativa-exige-reflexao#:~:text=Implanta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20Restaurativa%20no%20Brasil%20exige%20reflex%C3%A3o%20pragm%C3%A1tica&text=A%20busca%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da,%C3%A0s%20normativas%20legais%20dos%20pa%C3%ADses](https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/larissa-pinho-implantacao-justica-restaurativa-exige-reflexao#:~:text=Implanta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20Restaurativa%20no%20Brasil%20exige%20reflex%C3%A3o%20pragm%C3%A1tica&text=A%20busca%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da,%C3%A0s%20normativas%20legais%20dos%20pa%C3%ADses.). Acesso em 18.10.2023

MARASCHIN, Márcia Uggeri. **Manual de Negociação – Baseado na Teoria de Havard** Disponível: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produto_s/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Manual-de-negociacao-baseado-na-teoria-Harvard.pdf Acesso em: 17 out. 2023.

MENEZES, Carlos Alberto. **Direito, A prestação jurisdicional e a efetividade dos direitos declarados**, Revista da EMERJ, v. 1, nº. 1, 1998, p. 142.

MOTA, Rachel Girão Sobreira. **Métodos de Tratamento Adequados de Conflitos no Poder Judiciário**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnkcbpcqjglplefindmkkaj/https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2014/12/PDF7.pdf> Acesso em: 17 out. 2023.

SALES, Lílian Maia de Moraes. **Mediação de Conflitos**. Imprensa: Florianópolis, Conceito, 2007.

SIMÃO, Bárbara Nobrega. **Justiça restaurativa no Brasil: análise histórico-crítica da sua implementação**. Juiz de Fora: Editora UFJF / Selo Serviço Social, 2023.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed.Método, 2016.

TURBAY JÚNIOR, Albino Gabriel; DIAS, Bruno Smolarek; ARAÚJO, José Laurindo de Souza Neto. **Acesso à justiça: democracia, jurisdição e concretização de direito**. Florianópolis: Qualis Editora, 2020. Disponível em: https://pos.unipar.br/files/publicacao_academica/23e42e484c5af4e7c97d64708dcecc25.pdf. Acesso em: 18/10/2023

VASCONCELOS, Tatiana Dias. **Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem: métodos adequados para soluções de conflitos**. Acesso em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/negociacao-conciliacao-mediacao-e-arbitragem-metodos-adequados-para-solucoes-de-conflitos/760592354>. Acesso 18.10.2023

VEZZULA, Juan Carlos. **Mediação**: guia para usuários e profissionais. Florianópolis: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, 2001.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça restaurativa**: da teoria à prática 1.ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à justiça e os meios consensuais de solução de conflitos**. In: ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; e CRESPO, Mariana Hernandez. Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 88-89. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10361/Tribunal%20Multiportas.pdf?sequence=1>. Acesso em 18.10.2023.

ZANETI JR., Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada para conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2017. (Coleção grandes temas do novo CPC, v. 9).

Fabiana Flaviana dos Santos Barreto



Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Especializada em Neuroeducação pela Faculdade Faiara atualmente exerce a função de Professora de Educação Especial.
fabianafsbarreto@gmail.com

Ivo Lino Junior Dias



Graduado e licenciado em História – UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1998.

E-mail ivojuniordias@gmail.com

O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR E A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL

Introdução

O cérebro desempenha um papel fundamental no controle das funções corporais, abrangendo áreas responsáveis por emoções, processamento de informações, sentidos, motivação, e, crucialmente, a psicomotricidade - a capacidade de planejar e realizar movimentos corporais. O desenvolvimento cerebral inicia-se após a concepção, continuando após o nascimento. Lesões cerebrais não progressivas, como as que levam à Paralisia Cerebral (PC), podem ocorrer durante o parto, comprometendo áreas específicas e resultando em sequelas permanentes.

Ao longo da história, indivíduos com deficiência enfrentaram estigmas, sendo negados direitos, incluindo o acesso à educação. No entanto, transformações nas políticas educacionais recentes visam a inclusão, reconhecendo a importância da educação para a humanização e participação social.

A Psicomotricidade, historicamente associada ao estudo do corpo, ganhou destaque no século XIX com neurologistas e psiquiatras buscando compreender as relações entre o cognitivo e a motricidade. Henri Wallon é considerado pioneiro ao explorar a reeducação psicomotora.

No contexto da Paralisia Cerebral, caracterizada por distúrbios permanentes do movimento e postura, originados de lesões não progressivas no cérebro, é essencial ir além da deficiência. Este artigo objetiva explorar a Psicomotricidade em crianças com Paralisia Cerebral, abordando seu conceito, histórico de desenvolvimento no Brasil, processo de intervenção e sua relevância no estudo do desenvolvimento infantil nesse contexto.

A compreensão da Paralisia Cerebral requer uma visão que transcenda a deficiência, enfatizando as potencialidades do indivíduo e considerando o contexto que o envolve. Este estudo visa contribuir para a compreensão e promoção do desenvolvimento de crianças com Paralisia Cerebral por meio da Psicomotricidade.

Com o nome científico de Encefalopatia Crônica não Progressiva da Infância, e popularmente conhecida como Paralisia Cerebral (PC), essa

manifestação clínica é caracterizada por uma lesão no cérebro que pode acontecer de três formas: durante o pré-natal, através de infecções, do uso de drogas, alcoolismo e desnutrição da mãe; no período perinatal, com o feto ainda em formação, podendo ocorrer por falta de oxigênio no cérebro do bebê, atrasos no nascimento e toques desnecessários; e Pós-natal, num período até dois anos após o nascimento, e neste caso pode ser provocada por traumatismos, envenenamentos ou doenças graves, como sarampo e meningite.

Dependendo do local do cérebro onde ocorre a lesão e do número de células atingidas, a paralisia danifica o funcionamento de diferentes partes do corpo.

A Paralisia Cerebral acomete o indivíduo de diferentes formas, dependendo da área do sistema nervoso afetada. Seu portador apresenta alterações neuromusculares, como variações de tônus muscular, persistência de reflexos primitivos, rigidez, entre outros. As pessoas com paralisia cerebral podem ser classificadas, de acordo com a característica clínica mais dominante, como relata Fernandes:

A paralisia cerebral espástica ou piramidal, a paralisia cerebral atetóide, a paralisia cerebral atáxica e a paralisia cerebral mista. 13 Paralisia cerebral espástica ou piramidal ocorre quando a lesão está localizada no córtex motor, área responsável pelos movimentos voluntários, o tônus muscular é aumentado, isto é, os músculos apresentam hipertonia e os reflexos exacerbados. A forma espástica tem como tipos clínicos a tetraplegia, a hemiplegia e a diplegia. Foram encontrados índices de ocorrências entre 50% e 75 % dos casos. A paralisia cerebral atetóide ocorre quando a lesão está localizada nos núcleos da base, áreas que regulam ou modificam os movimentos, a criança apresenta movimentos involuntários, fora do seu controle e os movimentos voluntários apresentam-se prejudicados. Os movimentos da face frequentemente interferem na fala e na alimentação. Foram encontrados índices de ocorrência entre 9% e 22% dos casos. A paralisia cerebral atáxica está relacionada com lesões cerebelares. A função principal do cerebelo é controlar o equilíbrio e coordenar os movimentos. As pessoas com Paralisia Cerebral atáxica apresentam marcha pouco firme, por causa da deficiência de equilíbrio e falta de coordenação motora, com incapacidade de realizar movimentos alternados rápidos e dificuldade de atingir um alvo. Há hipotonia muscular no momento do nascimento e retardo das habilidades motoras e verbais. É o caso mais raro e a incidência está entre 1% e 2% dos casos. A paralisia cerebral mista é a combinação entre os três diferentes tipos. Com índices entre 9% a 22%. Fernandes et al. (2007).

Os sintomas variam de acordo com a área de extensão da lesão, podendo incluir: tiques; perturbação da marcha; espasmos; convulsões e fraco tônus muscular.

Trata-se de limitações concretas e amplamente reconhecidas, porém não atrapalham no desenvolvimento cognitivo da criança como é relato na APCC.

A criança com Paralisia Cerebral pode ter inteligência normal ou até acima do normal, mas também pode ter atraso intelectual, não só devido às lesões cerebrais, mas também pela falta de experiência resultante das suas deficiências. Os esgares da face e deficiência na fala, devidos ao descontrolo dos movimentos, podem fazer aparentar um atraso mental que na realidade não existe. (APCC- ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIBRA)

A psicomotricidade privilegia a interação entre o domínio cognitivo, afetivo e motor visando uma educação ou reeducação do movimento, havendo assim uma íntima ligação com a motricidade. De acordo com Corrêa, Costa & Fernandes (2004), todas as crianças com PC apresentam atraso no desenvolvimento motor, dificuldades para a formação sensório-perceptivo-motora, ampliando ainda mais o comprometimento do aprendizado além de déficits de exploração sensorial pela falta de exploração do ambiente. Em consequência destas dificuldades, a criança com PC pode apresentar lacunas tanto nas áreas perceptivas como nas áreas cognitivas, havendo assim a necessidade de estimulação através de atividades psicomotoras específicas.

Oliveira (2002) afirma que aprender significa usar sinapses normalmente não usadas, ou seja, o uso maior ou menor de sinapses condiciona a aprendizagem no sentido neurológico. Deste modo, a atividade psicomotora estará ajudando a criança a diferenciar seu sistema nervoso, ampliando o número de sinapses e facilitando o aprendizado motor. Esta afirmação confirma o quanto à criança com PC precisa ser estimulada em todo seu contexto neuropsicomotor.

A psicomotricidade é de grande importância na reabilitação da criança com PC. Para compreendermos melhor, vamos imaginar uma circunferência e no centro desta circunferência neurônios mortos, devido a lesão ocasionada no cérebro, e em volta desta parte lesionada neurônios em sofrimento, que poderão ser recuperados através de estimulações que a psicomotricidade utiliza. Se a criança não for estimulada o quanto antes, estes neurônios que estão em sofrimento morreram, e isso acarretará uma reabilitação mais lenta. A doença não evolui, mas os sintomas pioram.

Esses sintomas acabam acarretando dificuldades de Aprendizagem, dificuldades na fala e na alimentação: devido à lesão cerebral ocorrida, muitas crianças com PC apresentam problemas de comunicação verbal e dificuldades para se alimentar, devido ao tônus flutuante dos músculos da face, o que prejudica a pronúncia das palavras com movimentos corretos.

Outros problemas que podem acompanhar o PC são as dificuldades auditivas, disartria, déficits sensoriais, escoliose, contraturas musculares, problemas odontológicos, salivação incontrolável, entre outros. Todos estes problemas podem surgir associados ou isoladamente na dependência direta do tipo de PC que a criança apresentar, já que seus

déficits motores afetam seus movimentos motores e seu comportamento emocional e social, que podem resultar num desenvolvimento global atrasado, que muitas vezes ainda é confundido com capacidade cognitiva pobre.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOMOTRICIDADE EM RELAÇÃO À PEDAGOGIA

A Psicomotricidade é uma prática pedagógica que visa contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo os aspectos físicos, mentais, afetivo-emocionais e socioculturais, buscando estar sempre condizente com a realidade dos educandos, destacando habilidades como coordenação motora ampla; coordenação motora fina; lateralidade; desenvolvimento da percepção musical; desenvolvimento da percepção olfativa; gustativa; espacial; temporal e corporal. Gonçalves, relata em sua obra:

Como se pode notar, Psicomotricidade tem o objetivo de enxergar o ser humano em sua totalidade, nunca separando o corpo (sinestésico), o sujeito (relacional) e a afetividade; sendo assim, ela busca, por meio da ação motora, estabelecer o equilíbrio desse ser, dando-lhe possibilidades de encontrar seu espaço e de se identificar com o meio do qual faz parte (GONÇALVES, 2011, p. 21).

Ou seja, o significado da psicomotricidade está relacionado ao emocional, ao cognitivo, ao movimento humano e às etapas da vida do ser humano.

Trata-se de uma ciência que utiliza aquisições de numerosas ciências constituídas pela biologia, psicologia, psicanálise, sociologia e linguística, com o objetivo de estudar o homem por meio do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo externo e interno, bem como as possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo, ao longo de toda sua vida.

Para Wallon, a psicomotricidade parte de um ponto fundamental do desenvolvimento humano: a emoção. Ele acrescenta que através do conceito de esquema corporal é introduzido, possivelmente, dados neurológicos nas suas concepções, que o difere de Piaget, um dos maiores influenciadores da psicomotricidade. Wallon relata ainda que o esquema corporal é um elemento que tem sua base para o desenvolvimento da personalidade da criança.

Para Associação Brasileira de Psicomotricidade:

Art 1º - A Psicomotricidade é uma ciência que tem como objetivo, o estudo do homem através do seu corpo em movimento, em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem

das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. Psicomotricidade, portanto, é um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito, cuja ação é resultante de sua individualidade e sua socialização (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE).

Para Costa (2002), ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, fisiológicos, antropológicos e relacionais, que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o objetivo de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e outros sujeitos. O RCNEI ressalta também a psicomotricidade como um movimento em uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana.

“As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento. Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo”. (RCNEI, 1998, v. 03, p. 15)

A psicomotricidade é produto de uma relação do conhecimento obtido através do intelecto entre a criança e o meio, através dos mesmos a consciência se materializa.

A psicomotricidade enfoca a unidade da educação dos movimentos, ao mesmo tempo em que põem em jogo as funções intelectuais. Dessa forma, as atividades motoras desempenham na vida da criança um papel importantíssimo, em muitas das suas primeiras iniciativas intelectuais. Enquanto explora o mundo que a rodeia com todos os órgãos dos sentidos, ela percebe também os meios como quais farão grande parte dos seus contatos sociais. Portanto, a educação psicomotora na idade escolar deve ser antes de tudo uma experiência ativa, onde a criança se confronta com o meio.

O DESENVOLVIMENTO DA PSICOMOTRICIDADE NA CRIANÇA

A formação do esquema corporal do ser humano dá-se a partir da maturação neurológica e da evolução sensório motor, podendo também ser através da relação com o corpo do outro e com os objetos, como cita Galvão:

É pela interação com os objetos e com o seu próprio corpo - em atitudes como colocar o dedo nas orelhas, pegar os pés, segurar uma

mão com a outra - que a criança estabelece relações entre seus movimentos e suas sensações e experimenta, sistematicamente, a diferença de sensibilidade existente entre o que pertence ao mundo exterior e o que pertence a seu próprio corpo. Por essas experiências torna-se capaz de reconhecer, no plano das sensações, os limites de seu corpo, isto é, constrói-se o recorte corporal. (GALVÃO, 1995, p. 50).

Gera-se então, um movimento, e este movimento será uma resposta muscular a estimulação sensorial, levando em consideração a informação motora do corpo.

É a partir dos movimentos que as crianças descobrem, utilizam e controlam seu corpo, passando a utilizá-lo na relação com o meio no qual vive.

Estes movimentos são principalmente aflorados nos primeiros 6 anos de vida da criança, sendo de extrema importância para o desenvolvimento das suas capacidades, pois se a mesma não tem um desenvolvimento motor adequado acarretará consequências na aprendizagem da leitura e escrita, ocasionando déficits nas noções básicas para o desenvolvimento intelectual.

A Educação Psicomotora constitui-se numa formação de base indispensável a toda criança normal ou com necessidades especiais, assegurando o seu desenvolvimento funcional, levando em conta as suas possibilidades, e ajudando-lhe na sua afetividade, a expandir-se e a equilibrar-se através do intercâmbio com o outro ou com objetos, auxiliando-lhe a adaptar-se ao meio ambiente. (SOUSA, 2004).

PSICOMOTRICIDADE NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL

A educação psicomotora é uma técnica, que através de exercícios e jogos adequados a cada faixa etária leva a criança ao desenvolvimento ao desenvolvimento global de ser. Devendo estimular, de tal forma, de tal forma toda uma atitude relacionada ao corpo, respeitando as diferenças individuais (o ser é único, diferenciado e especial) e levando a autonomia do indivíduo como lugar de percepção, expressão e criação em todo o seu potencial. (NEGRINE, 1995, p. 15)

A psicomotricidade exerce papel fundamental no processo de habilitação e reabilitação de um indivíduo com Paralisia Cerebral, seja uma criança, um adolescente ou um adulto, e por esta razão deve ser proposta desde a escola maternal e não pode ser desprezado durante os primeiros iniciais, como nos afirma Le Boulch.

A educação psicomotora deve ser enfatizada e iniciada na escola primária. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares e escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência. (LE BOULCH, 1984, p. 24).

Independentemente da idade, a atividade psicomotora e o lúdico muito podem auxiliar um paralisado cerebral na execução de suas atividades da vida diária, nas suas atividades de lazer, de trabalho e, principalmente, de socialização. (BENFICA, 2009).

Dessa maneira e de acordo com o desenvolvimento psicomotor do indivíduo, a atividade psicomotora pode respaldar-se em uma das ciências da educação, a fim de abranger o desenvolvimento funcional de todo o corpo e suas partes. Essa ciência foi gerada a partir da concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua socialização. (S.B.P, 1999)

Geralmente este desenvolvimento está dividido em vários fatores psicomotores. Segundo Fonseca (2009), apresenta sete fatores, os quais são a tonicidade, o equilíbrio, a lateralidade, a noção corporal, a estruturação espaço-temporal e praxias fina e global.

Crianças com PC, ainda sofrem muito preconceito, a sociedade e a própria família impõem barreiras, muitas vezes que nunca serão quebradas, e quem perde é a criança que em graus mais graves da paralisia, não se desenvolve, os membros do seu corpo atrofia, não tem força para se locomover, não tem flexibilidade e torna-se seres totalmente dependente durante toda sua vida.

Daí a importância da psicomotricidade no desenvolvimento da criança com paralisia. O desenvolvimento, principalmente, dessas crianças deve se iniciar já nos primeiros dias de nascimento do bebê, com estimulações que poderão ser feitas pelos pais ou por profissionais da área. Devendo sempre levar em consideração o interesse da criança por objetos, brinquedos, músicas, vídeos infantis, desenhos, entre outros. Nunca forçar algo não seja do interesse da criança, para que não essa atividade não venha a tornar-se desprazerosa e ao invés de proporcionar aprendizagem, traz sofrimento e desconforto para o aprendiz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto buscou aprofundar o entendimento sobre a psicomotricidade aplicada a crianças com Paralisia Cerebral, destacando a relevância dessa abordagem no desenvolvimento integral desses indivíduos. Ao longo da análise, foi possível perceber a complexidade e a singularidade que envolvem essa condição, bem como a importância de estratégias psicomotoras na promoção de uma melhor qualidade de vida.

A Paralisia Cerebral, caracterizada por lesões cerebrais não progressivas durante o período pré, ou pós-natal, apresenta-se de maneiras diversas, afetando o controle motor, tônus muscular e, em muitos casos, as habilidades cognitivas. A compreensão das diferentes formas de

manifestação da condição é essencial para direcionar abordagens terapêuticas mais eficazes.

Ficou evidente ao longo do projeto que a psicomotricidade não se restringe apenas a aspectos motores, mas se estende a uma abordagem multidisciplinar, integrando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. A promoção do desenvolvimento motor, aliada à estimulação de habilidades perceptivas e cognitivas, destaca a importância de uma educação psicomotora desde os primeiros anos de vida.

A inclusão social e educacional emergiu como uma meta essencial. O papel da psicomotricidade na escola regular, facilitando a participação ativa das crianças com Paralisia Cerebral, mostra-se crucial para quebrar estigmas e promover um ambiente inclusivo. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas é fundamental para a implementação eficaz dessas práticas.

Ao concluir, reiteramos a importância contínua da pesquisa nesse campo. O chamado à ação é claro: é necessário continuar aprimorando as abordagens psicomotoras, explorar novas tecnologias e promover a conscientização para assegurar que crianças com Paralisia Cerebral tenham oportunidades equitativas para desenvolver todo o seu potencial.

Este projeto é mais do que uma análise acadêmica; é um apelo à compreensão, empatia e ação. Ao avançarmos, é imperativo que continuemos a trabalhar em direção a uma sociedade que valorize e apoie plenamente o desenvolvimento de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Psicomotricidade. <http://psicomotricidade.com.br/sobre/o-que-e-psicomotricidade/>. Acesso em 12 de dezembro 2023.

BENFICA, D. T. **Estudo de caso:** análise da contribuição da prática psicomotora nas atividades cotidianas de um paralisado cerebral. In: VII Simpósio de Extensão Universitária, Viçosa, MG, 2009.

Cérebro e comportamento Eric. R. Kandel Este texto é uma tradução feita pela Profa. Maria Carolina Doretto do capítulo "Brain and Behavior", do livro Principles of Neural Sciences, Second Edition, Eric R. Kandel e James H. Schwartz, Elsevier, 1985.

COMPARAÇÃO DO DESEMPENHO DE ATIVIDADES FUNCIONAIS EM CRIANÇAS COM DESENVOLVIMENTO NORMAL E CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL Marisa C. Mancini¹, Patrícia M. Fiúza², Jerusa M. Rebelo², Lívia C. Magalhães³, Zélia A. C. Coelho⁴, Maria Lúcia Paixão⁵, Ana Paula B. Gontijo⁶, Sérgio T. Fonseca⁷

FERNANDES, Antonio C. et al. AACD - Medicina e reabilitação: princípios e prática. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

FONSECA, Vítor da. **Manual de Observação Psicomotora**: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONÇALVES, Fátima. *Do andar ao escrever: um caminho psicomotor*. São Paulo: Cultural RBL, 2011.

LE BOULCH, Jean. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

_____. **Psicomotricidade**. 2^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil: psicomotricidade: alternativas pedagógicas. Porto alegre: Prodil, 1995.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Petrópolis: Vozes, 1997.

Revista neurociência/artigo Paralisia cerebral Aspectos Fisioterapêuticos e Clínicos Jaqueline Maria Resende Silveira Leite, Gilmar Fernandes do Prado2
<http://www.apc-coimbra.org.pt>. Visita 11/01/2024 horário:21:32

Fernando Bicchí Canova

Docente do Centro Universitário Piaget

Maíra Campos Marinho Nonato

Coordenadora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Piaget

UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO SONO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA QUALIDADE DE VIDA

Contextualização

Quando pensamos no termo qualidade de vida, podemos rapidamente associar com bem-estar físico. Porém, o termo é muito mais abrangente, envolvendo além do bem-estar físico, o bem-estar espiritual, psicológico emocional, nossos relacionamentos sociais, educação, poder de compra, habitação, saneamento básico, saúde, além de muitos outros fatores que possam envolver nossa vida (ORSEL, 1995; CAPELA, 2009). Dessa forma, um termo que aparentemente parece simples de se explicar, torna-se complexo, causando muitas interpretações e divergências conceituais por diversos estudiosos. Assim, qualidade de vida pode ser definida como sendo algo unicamente humano, pois buscamos o bem-estar sob todas as formas possíveis (CARDOSO, 2017). E além do mais, ela é individual, um parâmetro pode não servir para todos os indivíduos de um grupo, um relacionamento amoroso pode ser bom para um, mas não ser bom para o outro, o que nos dá a possibilidade de fazermos uma comparação entre a expectativa e a realidade e quanto menor a distância entre os dois, melhor a qualidade de vida do indivíduo. Estas comparações não param por aí, podemos ainda comparar do ponto de vista histórico o que nossas bisavós consideravam bons para eles, provavelmente eram diferentes de nossos avós e de nossos pais e acredito que o que você aceite como sendo ter ou não uma boa qualidade de vida seja diferente de todos estes. Não é difícil entender por que seja assim, a sociedade era diferente, problemas atuais não existiam na época de nossos avós e problemas daquela época talvez não sejam mais relevantes.

Devemos considerar também as tradições e os aspectos culturais de um determinado povo ou grupo, uma determinada tradição pode parecer estranha para pessoas fora daquele grupo, posso citar como exemplo, uma tradição romana de alimentar os mortos com água e mel como forma de agradecimento. Tal tradição pode ser vista com outros olhos por pessoas que não viveram naquela época, porém era uma atividade comum. Imagine que daqui a cinquenta anos as tarefas que achamos comuns atualmente sejam consideradas de mau gosto ou simplesmente inconcebíveis. Afinal, consideramos estranha uma pessoa que não possua um celular conectado à internet. Outro ponto que devemos considerar ao falarmos de qualidade de vida é o das diferentes classes

sociais. A desigualdade social muito acentuada reflete em diferentes padrões de bem-estar, dessa forma, a ideia de qualidade de vida está relacionada com os degraus mais altos da sociedade e ultrapassar os limiares sociais se relaciona com melhor qualidade de vida. Um ponto bastante interessante, diz respeito da relação entre a qualidade de vida e o meio ambiente.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 225, diz:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

Podemos compreender nesse momento, o quão importante é este tema, pois mereceu um espaço na Constituição Federal, de fato, não estamos na melhor época para se relacionar política com preservação do meio ambiente, e infelizmente, podemos considerar que o reflexo pelo descaso com o meio ambiente cairá sobre a população e sua qualidade de vida. Basta avaliar pessoas que vivem em grandes centros urbanos com pouca vegetação e pessoas que vivem próximas a áreas verdes, ou ainda, quando viajamos para locais mais próximos a natureza e podemos perceber o bem-estar que essa mudança causa. Não podemos simplesmente dizer que o desenvolvimento é um coisa ruim e que veio unicamente para prejudicar, muito pelo contrário, o desenvolvimento tecnológico vem justamente para contribuir com a qualidade de vida, com a chegada dos carros, trens e aviões, por exemplo, pudemos alcançar distâncias enormes em poucos minutos, coisa que levaríamos dias ou até meses para fazer a pé ou com utilização da força animal, contudo, as consequências negativas não vem diretamente do desenvolvimento, vem da má política de preservação ambiental, exploração excessiva dos recursos naturais e não preocupação com o indivíduo e sim apenas com a massa.

A preocupação com a manutenção do meio ambiente deveria ser um dos pilares nas propostas políticas, porém, é deixado de lado e visto apenas como ideologias de alguns grupos, deveria sim, ter um espaço de destaque, uma vez que juntamente com os tópicos Educação, Saúde, Emprego e Segurança, formam uma corrente, onde um tópico influencia diretamente no outro, e quando um dos elos é fraco, compromete toda a estrutura. No passado, a interação do homem com a natureza não era tão impactante, pois o que ele retirava do meio era de alguma forma devolvido, porém, com a revolução industrial do século XVIII, este delicado equilíbrio foi abalado, o rápido desenvolvimento das indústrias exigiu mais recursos naturais, os quais não eram repostos, claro, naquele momento, o que buscavam era justamente o desenvolvimento, sem se importar com as consequências da falta de controle na busca dos recursos ao ambiente.

Com o passar do tempo, as consequências acabariam aparecendo, buraco na camada de ozônio, efeito estufa, aumento na ocorrência de Tsunamis, aquecimento global, desertificação, entre outros inúmeros tópicos. Com o avanço das queimadas, poluição do ar, do solo, da água, em alguns anos provavelmente estaremos não mais vivendo no planeta e sim sobrevivendo, buscando os poucos recursos que ainda restarem, considerando seriamente a frase “os mais aptos sobrevivem”. Buscar políticas de preservação ambiental é mais do nunca necessário não apenas para preservar animais ou plantas, mas sim, para nossa própria sobrevivência, ou melhoramos ou sucumbimos.

Quando se busca entender as diferentes faces do conceito da qualidade de vida, devemos levar em conta todos os fatores que podem influenciar em uma melhor ou pior qualidade de vida, a Organização Mundial da Saúde considerando diversas variáveis finalizou no ano de 1994 o instrumento WHOQOL, o qual foi elaborado em parceria com quinze centros de pesquisas de diferentes culturas. Existem diversas versões deste instrumento, WHOQOL – 100, WHOQOL – Bref, WHOQOL – Old, WHOQOL – 7 e WHOQOL – SRBP, cada um com suas características e especificidades, por exemplo, o WHOQOL – 100 consiste em 100 perguntas que avaliam seis domínios, sendo eles: Físico, Psicológico, Nível de Independência, Relações sociais, Meio ambiente e Espiritualidade, o WHOQOL - Bref, é uma versão abreviada, composta por 26 questões extraídas do WHOQOL-100. Esta versão abreviada é composta por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente. Diversos grupos utilizam as diferentes versões para avaliar a qualidade de vida da população. Muitos optam pela versão abreviada, pois levam em conta o tempo de aplicação, um grupo que é bastante estudado é o dos profissionais da saúde, devido a rotina de trabalho que levam, muitos trabalham em turnos, comprometendo a qualidade de seu sono, aumentando o estresse e conseqüentemente diminuindo a qualidade de vida daquele profissional.

O sono desempenha papel fundamental na manutenção da qualidade de vida, tendo em vista que desde a antiguidade, o ser humano empenha-se em entender o sono, como Aristóteles que discorreu no livro *De Somno*, sobre a ideia de que o sono é a privação da vigília e que para manter a percepção era necessário dormir, enquanto Hipócrates, filósofo ateniense - conhecido como pai da medicina ocidental - relacionava a insônia à chateação, tristeza e até delírios. Desse modo, muitos tentaram explicar tal estado de consciência, gerando, até mais ou menos o século XII a concepção de que o sono era um estado passivo de inconsciência. Independentemente de ser um tema que despertou interesse ao longo da humanidade, o primeiro trabalho que contestou a hipótese de passividade e dependência do ambiente externo foi do físico, Jean-Jacques de Mairan, no século XVIII, onde ao observar que as folhas da planta *Mimosa pudica*, se fecham todos os dias ao entardecer, supôs que isso acontecia pela diminuição da luminosidade, então colocou-a dentro de um baú no porão

de sua casa e admirou-se quando viu que as folhas tornaram-se a fechar, mesmo com a mudança brusca ocasionada.

Tendo em vista os diversos estudos que foram e ainda estão sendo feitos, descobriram que o ciclo vigília-sono é um ritmo circadiano, ou seja, cicla a cada 24 horas, afinal, a repetição diária do ato de dormir é um dos ritmos da vida mais popular. Em condições naturais, ocorre a sincronização com fatores ambientais, ou seja, alternância do dia e da noite e endogenamente esse ciclo é regulado pelos núcleos supraquiasmáticos, um par de núcleos pequenos que recebem informações de neurônios provenientes da retina, mais conhecido como oscilador biológico do sistema temporizador, antigamente denominado relógio biológico (MARQUES, 2003; MADRID, 2006; MADRID, 2011).

O sono é definido como um processo fisiológico natural de estado de consciência diferenciado e vital para o organismo, pois ele equilibra partes do sistema nervoso central (SNC), auxiliando em diversas áreas biopsicossociais (MENNA BARRETO, 2005; BEERSMA, 2007; KANDEL, 2014). Sendo composto por dois estados: sono NREM (*Non Rapid Eye Movements*) que representa de 75% a 80% do sono, onde a atividade parassimpática aumenta, a simpática diminui e as ondas são sincronizadas devido ao potencial rítmico inibitório e excitatório e o sono REM (*Rapid Eye Movements*) exclusivo de animais endotérmicos que retrata de 20% a 25% do sono, no qual o fluxo sanguíneo cerebral, pressão arterial, frequência cardíaca e respiratória aumentam e as ondas são dessincronizadas, pois o padrão eletroencefalográfico é análogo ao da vigília com ausência de tônus muscular. Em 8 horas de sono esse ciclo entre sono NREM e sono REM se repete várias vezes, sendo que ao longo da noite, o tempo de cada estágio fica maior (LENT, 2004; DIJK; SCHANTZ, 2005; TUFIK, 2008; HIRSHKOWITZ, 2015; BEAR, 2017).

Em função da periodicidade intrínseca do relógio, o comportamento circadiano persiste mesmo na ausência de luz ou outras influências do ambiente, como demonstrado no experimento de Jean-Jacques de Mairan. Diante disso, principalmente em voos transmeridianos quando ocorre uma mudança brusca no fuso horário, chamado *jet lag*, o oscilador se ajusta e o indivíduo passa a ter seu ciclo normalizado após alguns dias. Dessa forma, considera-se que os relógios biológicos são ajustáveis ao ambiente pela ação de sistemas temporizadores constituídos por células sensoriais, vias aferentes e o próprio núcleo supraquiasmático (BORBELY; ACHERMANN, 1992; MARQUES; MENNA-BARRETO, 2003)

Apenas em 1982, foi descrito por Alexander Borbély, um modelo que explicasse a interação entre esses sistemas, onde o componente circadiano foi definido como C e o homeostático como S. Em tese, o processo S é responsável pelo desígnio ao sono, enquanto o processo C é caracterizado pela administração da vigília. Sendo assim, para que ocorra

o sono, o processo S deve atingir um limiar superior e o processo C deve estar abaixo de seu limite inferior. Consequentemente, existe uma propensão individual pela escolha do momento em um período de 24 horas, em que o indivíduo desempenha suas atividades com melhor qualidade e em qual horário prefere descansar, definindo assim, seu cronotipo. As pessoas podem ser classificadas em três categorias, de acordo com seu perfil cronobiológico: matutino, vespertino e intermediário, sendo que, segundo a literatura, a maioria da população é classificada como intermediária. Por essa razão, indivíduos matutinos preferem dormir e acordar cedo sem dificuldades, ou seja, apresentam bom nível de alerta pela manhã. Em contraposição, os vespertinos preferem dormir e acordar tarde, com melhor disposição no período da tarde e início da noite, e intermediário entre os dois, estão classificados os indiferentes que tem grande flexibilidade entre esses horários (HORNE; OSTBERG, 1976; MADRID; DE LAMA, 2006; SILVA 2014).

Estas diferenças individuais se refletem na expressão rítmica de diversas variáveis, tais como o desempenho cognitivo, que parece ser melhor nos horários de preferência circadiana, sugerindo um efeito de sincronia, que também é indicado como um fator possivelmente relacionado à variação da memória ao longo do dia (BAILEY; HEITKEMPER, 2001; MADRID; DE LAMA, 2006). Um exemplo que podemos utilizar é o de estudantes universitários brasileiros, devido a rotina de aprendizagem, manifestam um padrão de sono inconstante, muito oscilante. Por consequência, dormem menos do que a população em geral e não possuem uma boa qualidade de sono sendo atingidos por transtornos do sono (CARDOSO, 2009; ARÁUJO, 2012; DUARTE, 2012; CARVALHO, 2013; COSTA, 2017; FACCHINI 2017). À vista disso, pesquisas têm mostrado que o trabalho e o estudo como sendo importantes sincronizadores sociais do ciclo vigília-sono; neste caso, ocasionando sonolência excessiva, fadiga, distúrbios de humor, alteração das habilidades cognitivas, detrimento das relações familiares e doenças cardiovasculares e intestinais graves. E ainda, o indivíduo que trabalha e estuda manifesta maior probabilidade de apresentar essas consequências o que favorece, infelizmente, o declínio produtivo e má conduta profissional (MELO, 2008; PEREIRA 2011; SOUZA, 2012).

A relação existente entre a qualidade do sono e sua relação com o cronotipo, requer compreensão de quão bem um indivíduo se sente quanto ao seu sono e até que nível isso afeta seu funcionamento diário, com tal característica, alguns dados subjetivos como qualidade ou intensidade do estado de repouso, indicam o status da sonolência. O baixo rendimento pode estar associado ao diagnóstico de sonolência diurna excessiva e à péssima qualidade de sono, independente do turno de estudo e/ou trabalho (SPIEGEL, 1999; TAGAYA, 2004; MILLMAN, 2005; FULLER, 2006; OWENS, 2014; LIMA, 2015; PEREIRA, 2015; ALSAGGAF, 2021). Juntamente a este fato, se considerarmos que parte da população se

encontra em desequilíbrio quanto ao seu cronotipo, podemos considerar que seu desempenho tanto no trabalho quanto nos estudos, está ainda mais comprometido e dessa forma, não possuindo uma plena qualidade de vida. Sabendo agora a influência do sono para a qualidade de vida, podemos também associar a isto o estresse negativo, que todos nós de alguma forma estamos suscetíveis.

A Organização Mundial de Saúde apelidou o Estresse de “Epidemia de Saúde do século 21”. O estresse varia entre pessoas dependendo da resiliência e da vulnerabilidade individual, sendo ele uma manifestação particular do indivíduo. Hans Selye em 1936 foi o primeiro a conceituar de uma forma mais genérica o estresse, definindo-o como uma resposta não específica do corpo a qualquer demanda, sendo algo que não pode ser evitado e de fato, isso não pode ser evitado, pois para ele já disponibilizamos muita energia pelo simples fato de nos mantermos vivos; mesmo quando o indivíduo está dormindo, seu coração, sistema nervoso, aparelho respiratório entre outros órgãos continuam funcionando, presumindo que só estaremos libertos do estresse após a morte (FINK, 2017). Em 2016 o professor Fink, titular do Centro de Neurociência da Universidade de Melbourne explicou que a importância que é atribuída ao estresse e suas consequências fisiológicas são induzidas pela consciência do indivíduo e de sua capacidade de lidar com aquilo que o leva ao esgotamento. A definição funcional do estresse se insere em muitas situações humanas, significando uma circunstância na qual um ser é excitado tornando-o ansioso por um incontrolável desafio que pode levá-lo a uma condição danosa.

O estresse leva a um sentimento de medo e ansiedade e dependendo do momento pode levá-lo a uma reação fisiológica chamada de luta ou fuga (LISTON, 2009). Podemos exemplificar esta situação com os estudantes, especificamente o grupo de universitários, imaginem as mudanças que ocorrem nestas pessoas. Alguns precisam morar em outra cidade para estudar, ficam responsáveis pela sua saúde, mantendo uma nova rotina escolar e ainda considerando a situação financeira de cada um (ANTUNES, 2015). Dessa maneira, anos de faculdade são definidos como um dos períodos mais estressantes, onde muitos destes estudantes deixam a saúde de lado para se dedicar a outros pontos, por exemplo, a pressão nas avaliações, a qualidade de vida é deixada parcialmente de lado em virtude das boas notas (MOTIVALA, 2007). Justamente é o momento em que os jovens precisariam administrar de forma correta suas próprias vidas. Estudantes universitários, principalmente durante os dois primeiros anos, estão em uma adolescência tardia, período em que as causas de seus estresses e suas manifestações podem ser diferentes em relação a um aumento das suas responsabilidades pessoais. Um estudo identificou que 75% dos estudantes universitários percebem um nível moderado e 12% tiveram um alto nível de estresse (CRUZ, 2010; COSTA, 2011). Os universitários muitas vezes mostram altos níveis de estresse em

comparação com a população geral (LUNDBERG, 1999; CRESS, 2007; PIERCEALL, 2009; CAVALLO, 2016). Muitas vezes este comportamento está diretamente relacionado com a falta de sono, ou em outras palavras, padrões ruins de sono dos estudantes de faculdade prejudicam a atenção, a memória, o desempenho e a capacidade de resolver problemas acadêmicos. O sono assim como a qualidade de vida de forma geral, deve ser algo imprescindível, dormir mal ou menos acarreta em um menor desempenho acadêmico, aumentando consequentemente as chances de uma variedade de problemas de saúde, diminuição da produtividade, problemas físicos e psicológicos levando ao estresse negativo e ansiedade. Por fim, pode-se encontrar muitos estudos sobre a qualidade de vida relacionada à ansiedade e depressão, visto que, ao saber dos malefícios causados por estes dois transtornos, causam grande decréscimo na qualidade de vida.

Muitos estudos apresentam resultados onde observa-se a influência da depressão na qualidade de vida, mostrando que pessoas com o transtorno depressivo apresentam qualidade de vida baixa ou muito baixa, entretanto, esta associação não é comprovada na literatura, visto que vários aspectos devem ser considerados para a avaliação destes níveis. Precisa-se considerar alguns aspectos para esta avaliação: a qualidade de vida e a depressão podem ser baseadas em um modelo teórico de bem-estar, o que, em prática, seria um indivíduo com depressão avaliar sua qualidade de vida em boa ou má (AXELROAD, 1984; CLAUDINO 2006; LIMA, 2009; MARCHI, 2013; VICTÓRIA, 2013; VASCONCELOS, 2014; CARVALHO, 2015; LANGAM, 2016; MEDEIROS, 2017; LEÃO, 2018).

Resumindo, a boa qualidade de vida é fundamental para qualquer pessoa; fatores como falta de um ambiente de qualidade, má qualidade de sono, estresse negativo, e diversos outros fatores podem afetar de forma prejudicial nossa vida e consequentemente levar a transtornos mais graves (MULLER, 2007). É fundamental que os governantes considerem a qualidade de vida nos planos de governo, sendo este, não apenas um simples detalhe em sua campanha, mas sim, um dos pilares de sustentação.

Referências

ALSAGGAF, M. A.; WALL, S. O.; MERDAD, R. A.; MERDAD, L. A. Sleep quantity, quality, and insomnia symptoms of medical students during clinical years. Relationship with stress and academic performance. **Saudi Medical Journal**, v. 37, p. 173-182, 2016.

ANTUNES, A. B. V. Estilos de vida, estresse, ansiedade, depressão e adaptação acadêmica em alunos universitários de 1º ano. **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, Dissertação de Mestrado, LISBOA – PT, 2015.

ARAÚJO, D. F.; ALMONDES, K. M. Qualidade e sono e sua relação com o rendimento acadêmico em estudantes universitários em turnos distintos. **PSICO**, v. 43, p. 350-359, 2012.

AXELROD, J.; REISINE, T.D. Stress hormones: their interaction and regulation. **Science**, v. 4, p. 452-459, 1984.

BAILEY, S. L.; HEITKEMPER, M. M. Circadian rhythmicity of cortisol and body temperature: morningness eveningness effects. **Chronobiology International**, v. 18, p. 249-61, 2001.

BARROS, M. V. G.; NAHAS M. V. Comportamentos de risco, autoavaliação do nível de saúde e percepção de estresse entre trabalhadores da indústria. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, p. 554-563, 2001.

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso**. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

BEERSMA, D. G. M.; GORDIJN, M. C. M. Circadian control of the sleep-wake cycle. **Physiology and Behavior**, v. 28, p.190-5, 2007.

BORBÉLY, A. A.; ACHERMANN, P. Concepts and models of sleep regulation: an overview. **Journal of Sleep Research**, v.1, p.63-79, 1992.

CAPELA, C.; MARQUES, A. P.; ASSUMPCÃO, A.; SAUER, J. F.; CAVALCANTE, A. B.; CHALOT, S. D. Associação da qualidade de vida com dor, ansiedade e depressão. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, v. 16, p. 263-268, 2009.

CARDOSO, H. C.; BUENO, F. C. C.; MATA, J. C.; ALVES, A. P. R.; JOCHIMS, I. FILHO, I. H. R. V.; HANNA, M. M. Avaliação da qualidade do sono em estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, p. 349-355, 2009.

CARDOSO, N. C. Associação entre ansiedade, depressão e qualidade de vida em estudantes de ciências biológicas. **Revista Científica da UMC**, v. 5, 2020.

CARVALHO, E. A.; BERLOTINI, S. M. M.; MILANI, R. G.; MARTINS, M. C. Índice de ansiedade em universitários ingressantes e concluintes de uma instituição de ensino superior. **Revista Ciência Cuidado e Saúde**, v. 3, 2015.

CARVALHO, T. M. C. S.; JUNIOR, I. I. S.; SIQUEIRA, P. P. S.; ALMEIDA, J. O. SOARES, A. F.; LIMA, A. M. J. Qualidade do sono e sonolência diurna entre estudantes universitários de diferentes áreas. **Revista de Neurociência**, v. 21, p. 383-387, 2013.

CAVALLO, P.; CARPINELLI, L.; SAVARESE, G. Perceived stress and bruxism in university students. **BMC Research Notes**, v. 9, p. 514, 2016.

CLAUDINO, J. CORDEIRO, R. Níveis de ansiedade e depressão nos alunos do curso de licenciatura em enfermagem: o caso particular dos alunos da Escola Superior de Saúde de Portalegre. **Revista Millenium: Journal of Education Technologies, and Health**, v. 32, p. 197-210, 2006.

COSTA A. L. Estresse em estudantes de enfermagem: construção dos fatores determinantes. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 11, p. 414-9, 2007.

COSTA, F. A. S. Avaliação da qualidade do sono e sonolência em estudantes de ciências biológicas. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Mogi das Cruzes, 2017.

CRESS, V. C.; LAMPMAN, C. Hardiness, stress, and health-promoting behaviors among college students. **Psi Chi Journal of Undergraduate Research**, v. 12, p. 18-23, 2007.

CRUZ, C. M. V. M. C.; PINTO, J. R.; ALMEIDA, M.; ALELUIA, S. Ansiedade nos estudantes do ensino superior: um estudo com estudantes do 4º ano do curso de licenciatura em enfermagem da Escola Superior de Saúde de Viseu. **Revista Millenium**, v. 38, p. 223-242, 2010.

DIJK, D.J.; SCHANTZ, M. Timing and consolidation of human sleep, wakefulness, and performance by a symphony of oscillators. **Journal of Biological Rhythms**, v. 20, p.279-290, 2005.

DUARTE, M.; SILVA, C. A. Identificação do cronotipo e perfil cronobiológico de uma população de acadêmicos de Ciências Biológicas da Unimep. **Revista em Saúde**, v. 12, p. 53-60, 2012.

FACCHINI, F. S.; PINHEIRO, L. G. F.; CANOVA, F. Identificação de cronotipos em estudantes de ciências biológicas. **Neurociência & Psicologia**, v. 13, n. 2, 2017.

FINK, G. Stress, definitions, mechanisms, and effects outlined: lessons from anxiety. Florey Institute of Neuroscience and Mental Health, University of Melbourne, Australia - Elsevier, 2016.

FINK, G. Stress: concepts, definition and history. Florey Institute of Neuroscience and Mental Health, University of Melbourne, Melbourne, Australia - Elsevier, 2017.

FULLER P. M.; GOOLEY J. J.; SAPER C. B. Neurobiology of the sleep-wake cycle: sleep architecture, circadian regulation and regulatory feedback. **Journal of Biological Rhythms**, v. 21, p. 482-93, 2006.

HIRSHKOWITZ, M.; WHITON, K.; ALBERT, S. M.; ALESSI, C.; BRUNI, O.; DONCARLOS, L.; HAZEN, N.; HERMAN, J.; KATZ, E. S.; KHEIRANDISH-GOZAL, L.; NEUBAUER, D. N.; O'DONNELL, A. E.; OHAYON, M.; PEEVER, J.; RAWDING, R.; SACHDEVA, R. C.; SETTERS, B.; VITIELLO, M. V.; WARE, J. C.; HILLARD, P. J. A. National sleep foundation's sleep time duration recommendations: methodology and results summary. **Sleep Health**, v. 1, n. 1, 2015.

HORNE, J. A.; OSTBERG, O. A self-assessment questionnaire to determine morningness-eveningness in human circadian rhythms. **International Journal of Chronobiology**, v. 4, p. 97-110, 1976.

HUNTER, R. G.; MCEWEN, B. S. Stress and anxiety across the lifespan: structural plasticity and epigenetic regulation. **Epigenomics**, v. 5, p.177-94, 2013.

KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H.; JESSEL, T. M.; SIEGELBAUM, S. A.; HUDSPETH, A. J. Princípios de Neurociências. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

LANGAM, A. P.; NETO, J. A. P.; MELO, L. N. B.; CASTELANO, M. L. C.; CUNHA, M.; FERREIRA, R. E. Qualidade de vida do estudante universitário e o rendimento acadêmico. **Revista Brasileira de Promoção à Saúde**, v. 3, p. 313-325, 2016.

LEÃO, A. M.; GOMES, L. P.; FERREIRA, M. J. M.; CAVALCANTI, L. P. G.; Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, p.55-65, 2018.

LENT, R. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais da neurociência. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2004.

LIMA, A. F. B. S.; FLECK, M. P. A. Qualidade de vida e depressão: uma revisão da literatura. **Revista de Psiquiátrica do Rio Grande do Sul**, v. 31, n. 3, 2009.

LIMA, I. M.; SANTOS, J. C.; SOUZA, E. A.; CABRAL, M. M. S. Horas de sono e estado de sonolência em universitários da área da saúde. **Sleep Science**, v. 8, p. 169-255, 2015.

LISTON, C.; MCEWEN, B. S.; CASEY, B. J. Psychosocial stress reversibly disrupts prefrontal processing and attentional control. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 20, p. 912-7, 2009.

LUNDBERG, U.; FRANKENHAEUSER, M. Stress and workload of men and women in high-ranking positions. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 4, p. 142-151, 1999.

MADRID J. A.; LAMA A. R. (Org.). Cronobiología Básica y Clínica. 1ª ed. Madrid: Editec@red. 2006.

MAGALHÃES, F. A. C. Estresse ocupacional e fatores associados entre servidores da UFMT, campus Cuiabá MT. Tese de mestrado em saúde coletiva, Cuiabá/MT, 2011.

MARCHI, K. C.; BARBARO, A. M.; MIASSO, A. I.; TIRAPELLI, C. R. Ansiedade e consumo de ansiolíticos entre estudantes de enfermagem de uma universidade pública. **Revista Eletrônica de Enfermagem: Ribeirão Preto**, v. 15, n. 3, 2013.

MARQUES, N.; MENNA-BARRETO, L. S. Cronobiologia: princípios e aplicações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MENNA-BARRETO, L. Relógio biológico - prazo de validade esgotado? **Revista Neurociências**, v. 2, p. 190- 193, 2005.

MEDEIROS, P. P.; BITTENCOURT, F. O. Fatores associados à ansiedade em estudantes de uma faculdade particular. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10, p. 43-55, 2017.

MELLO, M. T.; TUKIF, S.; SILVA, R. S.; BITTENCOURT, L. R. A.; PIRES, M. L. N. Sono: aspectos profissionais e suas interfaces na saúde. 1ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

MILLMAN R. P. Working group on sleepiness in adolescents/young adults, AAP committee on adolescence. Excessive sleepiness in adolescents and young adults: causes, consequences, and treatment strategies. **Pediatrics**, v. 115, p. 1774-86, 2005.

MOTIVALA S.; IRWIN, M. R. Sleep and immunity: cytokine pathways linking sleep and health outcomes. *Directions in Psychological Science*, v. 16, p. 21–25, 2007.

MULLER, M. R.; GUIMARÃES, S. S. Impacto dos transtornos do sono sobre o funcionamento diário e a qualidade de vida. **Estudos de Psicologia**, v. 24, p. 519-528, 2007.

ORSEL, S.; AKDEMIR, A. Dag I. The sensitivity of quality of life scale WHOQOL-100 to psychopathological measures in schizophrenia. **Comprehensive Psychiatry**, v. 45, p.57-6, 2004.

OWENS, J. Insufficient sleep in adolescents and young adults: an update on causes and consequences. **Pediatric**, v. 134, p. e921-32,2014.

PEREIRA, E. F.; BARBOSA, D. G.; ANDRADE, R. D.; CLAUMANN, G. S.; PELEGRINI, A.; LOUZADA, F. M. Sono e adolescência: quantas horas os adolescentes precisam dormir? **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 64, p. 40-44, 2015.

PEREIRA, E. F.; BERNARDO, M. P. S. L.; ALMEIDA, V.; LOUZADA, F. M. Sono, trabalho e estudo: duração do sono em estudantes trabalhadores e não trabalhadores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 975-984, 2011.

PIERCEALL, E. A.; KEIM, M. C. Stress and coping strategies among community college students. **Community College Journal of Research**, v. 31, p. 386-387, 2009.

SELYE, H. J. H. A syndrome produced by diverse nocuous agents. **Nature**, v. 138, p. 32 1936.

SILVA, R. M.; ZEITOUNE, R. C. G.; BECK, C. L. C.; LORO, M. M. Matutino, vespertino ou indiferente? Produção do conhecimento sobre o cronotipo na enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 4, p. 835-843, 2014.

SILVA, R. M.; ZEITOUNE, R. C. G.; BECK, C. L. C.; MARTINO, M. M.; PRESTES, F. C.; LORO, M. M. Cronotipo e turno de trabalho em trabalhadores de enfermagem de hospitais universitários. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 1009-1015, 2017.

SILVA, M. Sleep quality determinants among nursing students. Future Academy®'s Multidisciplinary Conference - Elsevier, Portugal, 2016.

SOUZA, S. B. C.; TAVARES, J. P.; MACEDO, A. B. T.; MOREIRA, P. W.; LAUTERT, L. Influência do turno de trabalho e cronotipo na qualidade de vida dos trabalhadores de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, p. 79-85, 2012.

SPIEGEL, K.; LEPROULT, R.; VAN CAUTER, E. Impact of sleep debt on metabolic and endocrine function. **Lancet**, v. 23, p. 1435-9, 1999.

TAGAYA, H.; UCHIYAMA, M.; OHIDA, T.; KAMEI, Y.; SHIBUI, K.; OZAKI, A.; TAN, X.; SUZUKI, H.; ARITAKE, S.; LI, L.; TAKAHASHI, K. Sleep habits and factors associated with short sleep duration among Japanese high-school students: A community study. **Sleep and Biological Rhythms**, v. 2, p. 57-54, 2004.

TUFIK, S. Medicina e biologia do sono. 1ª ed. Barueri: Manole, 2008.

VASCONCELOS, T. C.; TAVARES, B. R.; ANDRADE, L. R.; MELO, G. F. BARBOSA, L. B.; SOUZA, E. Prevalência de sintomas de ansiedade e depressão em estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, p. 135-142, 2014.

VICTÓRIA, M. S. Níveis de ansiedade e depressão em graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 25, 2013.

Francisco do Livramento Andrade



Pedagogo pela UFPA, Especialista em Educação do campo pelo UFSC, Filósofo pela UEMA. Mestre em Ciências da Educação. Doutor em Humanidade e Educação. Mestrando Em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordenador Pedagógico no município de Açailândia. Professor contribuinte na Casa Familiar Rural de

Açailândia. Professor na Faculdade Vale do Aço. Membro do GAEC- Grupo de Articulação em Educação do Campo, e pesquisador pelo PRONERA- Programa de Educação nas Áreas de Reforma Agraria-UFMA

TRILHANDO OS CAMINHOS DA EPISTEMOLOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DO CONHECIMENTO

O conhecimento é um dos pilares fundamentais que sustentam a compreensão humana do mundo que nos rodeia. Contudo, ao adentrarmos nas intrincadas camadas da epistemologia, somos confrontados com um desafio filosófico intrigante e complexo o problema do conhecimento. Este dilema transcende as fronteiras das disciplinas acadêmicas, convidando-nos a mergulhar nas profundezas da natureza e origem do saber.

Ao longo dos séculos, pensadores e filósofos de diversas correntes têm se dedicado a decifrar os enigmas que permeiam a aquisição, validade e alcance do conhecimento. Desde os diálogos platônicos até as investigações empiristas, a busca pela compreensão do que é verdadeiramente conhecer, tem sido uma jornada incessante.

Neste artigo, propomos uma breve exploração de ideias de alguns autores que discutem o conhecimento numa perspectiva epistemológica, delineando algumas ramificações em diferentes correntes filosóficas e destacando as questões contemporâneas que continuam a desafiar nossa compreensão.

Convidamos o leitor a embarcar nessa jornada intelectual, que envolve a natureza do conhecimento, suas limitações intrínsecas e as implicações que reverberam a forma como percebemos a realidade. E para garantir esse propósito serão tecidos alguns comentários e reflexões sobre as citações dos autores selecionados para auxiliar na compreensão da epistemologia do conhecimento.

O conhecimento, como uma luz que ilumina as sombras da ignorância, é o motor impulsionador da evolução humana. Desde tempos imemoriais, a busca pelo entendimento, a exploração das fronteiras do saber e a incessante sede de compreender o mundo têm sido características intrínsecas à natureza humana.

O conhecimento não é apenas um acúmulo de fatos e informações, mas uma teia complexa de compreensão, insight e consciência. É uma jornada contínua de descobertas, na qual os seres humanos se aventuram para desvendar os mistérios que envolve a existência, a natureza e a própria essência da vida.

No entanto, o conhecimento não é uma entidade estática; é dinâmico, moldando-se e sendo moldado pelas mentes curiosas que o buscam. A trajetória do conhecimento é pavimentada por teorias desafiadoras, experimentos inovadores e, por vezes, revoluções intelectuais que redefinem paradigmas estabelecidos.

A diversidade de fontes e métodos que alimentam o conhecimento é tão vasta quanto a própria gama de disciplinas que o compõem. Desde a observação meticulosa até a reflexão filosófica, desde a experimentação científica até a introspecção artística, cada abordagem oferece uma perspectiva única para a compreensão do universo que nos cerca.

No entanto, o conhecimento não está isento de desafios e questionamentos. O problema do conhecimento, intrínseco à filosofia epistemológica, levanta indagações sobre a validade, os limites e as fontes legítimas do saber. Como discernir entre a verdade e a ilusão? Até que ponto podemos confiar em nossos sentidos e em nossa razão?

Este vasto território de descobertas e questionamentos revela que o conhecimento não é apenas um destino final, mas uma jornada incessante. Cada resposta desvela novas perguntas, cada descoberta abre portas para um vasto horizonte de possibilidades ainda não exploradas.

Assim, o conhecimento transcende as fronteiras do individual e se torna um legado coletivo da humanidade. É uma tapeçaria rica e intrincada que conecta gerações, culturas e mentes criativas. Ao nos aprofundarmos nesse oceano de sabedoria, percebemos que, por mais que saibamos, há sempre mais a aprender, mais a descobrir, perpetuando a eterna busca pelo entendimento que define a jornada humana.

O conhecimento que adquirimos da realidade existente baseia-se principalmente nas atividades de interação que construímos a partir dos nossos sentidos, que são instrumentos de acesso à realidade. Assim, há necessidade de estarmos sempre pensando nas atividades que nos preparamos para realizar, pois são justamente essas ações que têm possibilitado construirmos aprendizagens na realidade em que estamos inseridos.

Essa realidade é, genericamente falando, a do animal no homem. Quer dizer: fechando-se ao conhecimento médico-biológico de Lorenz, fecha-se às formas animais de saber que os animais, e mesmo o homem, possuem. “Não tento humanizar os animais (...). É preciso entender que o que é demasiado humano é quase sempre pré-humano e, portanto, é o que partilhamos com os animais superiores. Pela minha fé, não projeto características humanas no animal; pelo contrário, mostro a quantidade de herança de origem animal que ainda persiste na humanidade”. (CANDELERO, 2012, p.37)

Isso parece sugerir que, em um sentido amplo, os seres humanos compartilham uma essência animal. Somos produtos de uma longa

evolução biológica e muitos dos nossos comportamentos, instintos e características têm raízes na natureza animal.

Esta reflexão parece indicar que ao ignorarmos ou negarmos a compreensão médico-biológica, como proposta por Lorenz, estamos também perdendo a oportunidade de compreender aspectos essenciais da nossa própria natureza animal. O autor sugere que muitos traços humanos têm origens pré-humanas e são compartilhados com animais "superiores". Isso pode ser interpretado como um apelo para que reconheçamos a continuidade entre humanos e outros animais. A reflexão sobre a nossa relação com os animais, destacando a importância de reconhecermos e compreendermos a nossa própria natureza animal, e como isso pode nos ajudar a entender melhor a nós mesmos e o mundo ao nosso redor.

Compreender o conhecimento a partir da realidade implica reconhecer que o saber não é um conceito isolado, mas sim uma construção contínua baseada na interação com o mundo que nos cerca. O conhecimento muitas vezes se origina da experiência direta e sensorial com o ambiente. A observação, a escuta, o toque e outros sentidos são ferramentas fundamentais para aquisição de informações que, por sua vez, contribuem para a construção do conhecimento.

A realidade é fortemente influenciada pelo contexto cultural, e o conhecimento é moldado pelas nuances culturais que permeiam a experiência humana. A compreensão do conhecimento a partir da realidade reconhece a importância de considerar a diversidade cultural na construção do saber. A aprendizagem ocorre por meio da interação com outros seres humanos. A realidade social contribui significativamente para a formação do conhecimento, à medida que as pessoas compartilham experiências, ideias e perspectivas, enriquecendo assim o entendimento coletivo.

A realidade oferece um laboratório constante para a experimentação e observação. A ciência, por exemplo, baseia-se na observação cuidadosa e em experimentos controlados para expandir o conhecimento sobre os fenômenos naturais. A construção do conhecimento não é um evento instantâneo, mas sim um processo gradual que ocorre ao longo do tempo. A realidade fornece constantemente novos dados e desafios, exigindo uma adaptação contínua das estruturas de entendimento existentes.

A realidade está sujeita a mudanças, e o conhecimento é dinâmico em resposta a essas mudanças. A habilidade de se adaptar e revisar o conhecimento em face de novas informações é uma característica essencial da compreensão que se origina da realidade. A passagem do tempo influencia a nossa percepção da realidade e, conseqüentemente, a construção do conhecimento. Eventos históricos, mudanças sociais e avanços tecnológicos impactam a maneira como entendemos o mundo ao

nosso redor. Assim, ver o conhecimento a partir da realidade implica reconhecer a inseparabilidade entre a aquisição de informações e a experiência do mundo. É um processo iterativo e contínuo que incorpora diversas perspectivas, contextos e modos de interação com a realidade em constante evolução.

Continuando nossa reflexão sobre a construção do conhecimento, é possível apresentar a seguinte afirmativa,

...Duas coisas que devemos esclarecer. Primeiro, que essa consciência não deve ser pensada sozinha, mas incorporada. Segunda, que esse veículo de um corpo consciente com as coisas do mundo, além de sempre já anterior e historicamente constitutivo da subjetividade, é excedente e, portanto, sempre cognitivamente incerto. (PONTY, 2011 p.134)

De acordo com essa afirmação é possível compreender que nosso corpo proporciona a realização de muitas práticas. Assim, tanto o nosso corpo como a nossa mente são instrumentos de captação e percepção da realidade concreta. De certa forma, o corpo e a mente estão conectados, e assim produzem conhecimento e aprendizado na sua relação com os elementos da natureza.

Merleau-Ponty parece sugerir que a consciência não é algo isolado ou separado do mundo externo. Pelo contrário, ela está intimamente ligada à nossa experiência corporal e sensorial. A consciência é moldada e influenciada pelas interações com o ambiente, e não pode ser entendida sem levar em consideração essa incorporação.

O outor está discutindo a relação entre o corpo consciente e o mundo externo. Ele sugere que essa relação não é apenas algo que acontece no presente, mas também é influenciada por nossas experiências passadas e pela história. Além disso, ele argumenta que essa relação é "excedente", o que significa que vai além da compreensão puramente cognitiva. Isso implica que a nossa interação com o mundo é sempre permeada por uma certa dose de incerteza e ambiguidade.

Essa reflexão nos convida a repensar a noção tradicional de consciência como algo separado e objetivo. Em vez disso, Merleau-Ponty nos desafia a considerar a consciência como algo incorporado e inseparável do corpo e do mundo ao nosso redor. Além disso, ele nos lembra da complexidade e da incerteza inerentes à nossa relação com o mundo, sugerindo que nossa compreensão do mundo é sempre parcial e sujeita a interpretação. Essa abordagem fenomenológica nos convida a uma maior reflexão sobre a natureza da consciência e da experiência humana.

Com base nas afirmações apresentadas acima, é possível entender que o conhecimento é uma construção a partir da percepção, ação, reflexão e interpretação advinda do intelecto humano, e assim gera e produz interação social com as situações que surgem e com o ambiente,

produzindo assimilação de informação e aprendizagem. Assim, todo conhecimento produzido é armazenado por processos cognitivos, revisados pelo exemplo, pela oralidade, pelos suportes físicos e tecnológicos da humanidade.

Ainda segundo Merleau Ponty (2011), o corpo que temos não é primariamente um objeto - ali na frente, estendido, é um corpo-móvel, que se comporta, e em tal trânsito ou atividade se dá a conhecer ao homem que o exerce. Ele se vê vendo, toca-se ao tocar, é visível e sensível a si mesmo.

Sabe-se que o corpo tem menos participação na construção do conhecimento, se comparado com a alma. Por isso só é possível chegar à verdade através da alma, pois o conhecimento pertence ao ser humano que é dono de uma alma, ou seja, que possui capacidades cognitivas para buscar, desenvolver, sistematizar e utilizar o conhecimento produzido. O processo de construção do conhecimento pode se desenvolver da forma mais coerente, quando o homem tiver consciência de sua ação, pois nesta ação sobre a natureza o homem tem a possibilidade de se transformar.

A relação entre o conhecimento, o corpo e a alma é uma questão profundamente entrelaçada na filosofia e em diversas tradições de pensamento. Essa interconexão pode ser abordada de várias maneiras, dependendo das perspectivas filosóficas, religiosas ou culturais.

Algumas tradições filosóficas, como o dualismo cartesiano, sugerem uma clara distinção entre a mente (ou alma) e o corpo. Nesse contexto, a mente é frequentemente associada à capacidade de conhecimento, enquanto o corpo é visto como o veículo através do qual a mente interage com o mundo. Essa separação pode influenciar como percebemos a origem e a natureza do conhecimento.

Nessa visão, a mente (ou alma) e o corpo são entidades separadas e distintas. A mente é vista como a fonte do conhecimento e da consciência, enquanto o corpo é considerado uma entidade material separada, sujeita às leis da física. Nesse contexto, o conhecimento é frequentemente associado à mente, enquanto o corpo é visto como um veículo através do qual a mente interage com o mundo físico.

Em contraste com o dualismo, algumas perspectivas filosóficas adotam um monismo materialista, que sugere que apenas existe a dimensão física e material. Nessa visão, o conhecimento é frequentemente explicado como um processo puramente físico, emergindo da atividade neural no cérebro. Nesse sentido, o corpo e o conhecimento são inseparáveis, pois ambos são produtos da matéria e da física. A mente e corpo são aspectos inseparáveis de uma única realidade. Sob essa perspectiva, o conhecimento não é apenas uma função mental, mas uma expressão integrada que emerge da totalidade da experiência humana, incluindo aspectos físicos e mentais.

A relação entre o conhecimento, o corpo e a alma é uma questão complexa que tem sido explorada por filósofos, pensadores e estudiosos ao longo da história. Essa reflexão transcende diferentes tradições filosóficas e religiosas e continua a intrigar a humanidade até os dias de hoje.

Algumas abordagens filosóficas buscam integrar mente, corpo e alma em uma única compreensão holística da experiência humana. Por exemplo, na tradição da filosofia fenomenológica, autores como Maurice Merleau-Ponty enfatizam a importância da corporalidade na formação da experiência e do conhecimento. Nessa perspectiva, o corpo não é apenas um veículo para a mente, mas é fundamental na própria constituição do conhecimento e da consciência. Essa abordagem propõe uma visão mais holística, onde mente e corpo são vistos como partes integradas de um todo indivisível. Nessa visão, o conhecimento é obtido por meio da harmonia e interação equilibrada entre os aspectos físicos e mentais da existência.

Assim, a relação entre o conhecimento, o corpo e a alma é uma questão multifacetada que tem sido abordada de várias maneiras ao longo da história da filosofia, da religião e da ciência. Essa reflexão continua a desafiar e inspirar a humanidade a buscar uma compreensão mais profunda da natureza da existência humana e do universo.

Em tradições como o hinduísmo e o budismo, a concepção de mente e corpo está muitas vezes vinculada ao conceito de "mente" (ou alma) como uma entidade que transcende o corpo físico. A busca do conhecimento, nesses contextos, muitas vezes envolve transcender as limitações do corpo para alcançar uma compreensão mais profunda.

A perspectiva da neurociência contemporânea enfatiza a interação entre o corpo (especificamente o cérebro) e a mente na formação do conhecimento. O cérebro é considerado o órgão central para processar informações e a experiência corporal desempenha um papel significativo na forma como percebemos e compreendemos o mundo.

Algumas abordagens contemporâneas destacam a importância da experiência somática (experiência corporal) na formação do conhecimento. A ideia é que não apenas a mente mas também o corpo contribui para a nossa compreensão do mundo, especialmente através da vivência direta e das experiências físicas.

As diferentes perspectivas sobre a relação entre o conhecimento, o corpo e a alma refletem a riqueza da diversidade de pensamento ao longo da história e entre culturas. Essas abordagens variadas moldam como concebemos a natureza do conhecimento e o papel do corpo e da alma em nossa busca por compreensão e significado.

Já o empirismo surge como uma resposta crítica à compreensão de que o conhecimento se dá como pronto no ser humano. Para Locke (1978), o conhecimento não pode ser explicado através da natureza das

almas. Ao contrário desta opinião estabelecida de que existem princípios inatos na alma humana, Locke defende que o conhecimento é adquirido pela internalização do ambiente. Sua proposta é: o ser humano nasce como tabula rasa e a experiência sensível será essencial para o ato de conhecer.

É interessante explorar o pensamento de Locke, um dos filósofos mais influentes da história, especialmente quando se trata de sua visão sobre o conhecimento e sua relação com a natureza das almas. Locke, em seu trabalho "Ensaio Acerca do Entendimento Humano" de 1689, desafia a ideia de que o conhecimento pode ser explicado através da natureza das almas, questionando a noção de conhecimento inato.

Para Locke (1978), a mente humana é como uma tabula rasa, ou seja, uma "folha em branco", que não possui ideias inatas pré-existentes. Ele argumenta que todo o conhecimento humano deriva da experiência sensorial e da reflexão sobre essa experiência. Em outras palavras, o conhecimento é adquirido através da percepção sensorial do mundo ao nosso redor e da análise e reflexão sobre essas percepções.

Ao rejeitar a ideia de conhecimento inato baseado na natureza das almas, Locke destaca a importância da experiência empírica como fonte primária de conhecimento. Ele enfatiza que não há ideias ou princípios universais que são inerentes à mente humana desde o nascimento, mas sim que todo conhecimento é construído a partir da observação e interação com o mundo físico.

Essa perspectiva de Locke teve um impacto significativo no desenvolvimento da filosofia moderna e na forma como entendemos a natureza e a origem do conhecimento. Sua ênfase na experiência sensorial e na razão como fontes fundamentais de conhecimento influenciou o pensamento de outros filósofos e ajudou a moldar o método científico moderno.

Ao questionar a ideia de conhecimento inato baseado na natureza das almas, Locke (1978), destaca a importância da experiência empírica e da reflexão como fundamentos do conhecimento humano. Sua abordagem empirista continua a ser uma influência poderosa na filosofia.

Nesse sentido, de acordo com Locke, Ponty entende o corpo como um elemento essencialmente necessário para a construção do conhecimento, portanto não é apenas um objeto ou sensações, mas sim algo que possibilita o desenvolvimento cognitivo e racional a partir de suas percepções.

Ponty, apresenta uma visão única sobre a importância do corpo na construção do conhecimento. Ele desafia a concepção tradicional do corpo como simplesmente um objeto físico ou um conjunto de sensações. Ponty argumenta que o corpo é essencialmente necessário para o processo de

conhecimento e que suas percepções desempenham um papel fundamental na formação da compreensão humana.

Para Ponty (2011), o corpo não é apenas uma entidade física, mas também é o meio através do qual nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. É por meio das percepções corporais - como a visão, o tato, a audição - que experimentamos o mundo e começamos a entender nossa própria existência dentro dele. Assim, o corpo não é apenas um recipiente passivo de sensações, mas um participante ativo no processo de conhecimento.

Ponty (2011), enfatiza que as percepções corporais não são meramente sensoriais, mas também são carregadas de significado e intencionalidade. Por exemplo, ao tocar em um objeto, não apenas sentimos sua textura, mas também nos envolvemos em um ato intencional de exploração e compreensão. Essa dimensão intencional das percepções corporais é essencial para a construção do conhecimento humano.

Além disso, o autor argumenta que o corpo está intrinsecamente ligado à mente e à consciência. Ele rejeita a dicotomia tradicional entre corpo e mente, sugerindo que são inseparáveis e interdependentes. Assim, o corpo não apenas percebe o mundo, mas também participa ativamente na elaboração de nossas experiências e na formação de nossas ideias e concepções.

Nesse sentido, Ponty nos convida a repensar nossa compreensão do papel do corpo na construção do conhecimento. Não se trata apenas de um receptáculo para sensações, mas sim de um elemento essencial e ativo no processo cognitivo humano. Ao reconhecer a importância das percepções corporais, podemos desenvolver uma compreensão mais profunda e integrada do mundo ao nosso redor e de nós mesmos.

Ainda tentando compreender as ideias sobre a construção do conhecimento a partir de uma reflexão epistemológica, vejamos algumas ideias de E. Flichmam, sobre o processo científico e alertando para isso

O processo científico não é concebido como uma evolução em direção a algo, em direção a um objetivo específico, em direção a uma meta a ser alcançada, em direção à verdade, mas sim é um processo evolutivo baseado no conhecimento disponível na história da ciência, que revela que o processo científico progresso ocorreu sem a necessidade de uma verdade científica fixa e permanente, da qual cada etapa científica era uma abordagem a ela. (FLICHMAM, 1996, p. 39)

Diante da afirmação de Flichmam, é possível refletir sobre as formas como têm ocorrido os avanços científicos contemporâneos no que diz respeito às ciências naturais, uma vez que é necessário está atento aos métodos em que esta ciência está inserida e como ela é utilizada para a confirmação desses avanços ocorridos. Sabe-se que ao longo dos anos a ciência natural tem sido questionada por isso uma análise dos métodos e

do processo em que atua é fundamental para corroborar com esses conceitos que a cada hora são expostos.

Assim, entendemos também que o desenvolvimento científico ocorre através de processos complexos e profundos e que, portanto, há motivos para verificar detalhadamente o seu desenvolvimento, e se é necessário criticar esses métodos utilizados para que tal desenvolvimento ocorra.

Quando falamos em ciência surgem vários questionamentos, pois se sabe que existe um fundamento básico para que qualquer hipótese seja considerada uma teoria científica e essa hipótese deve necessariamente ser testada. Com isso podemos afirmar que a “evolução científica” é resultado de complexos históricos que dependem necessariamente da ação do homem na natureza para produzir conhecimento.

A evolução científica é caracterizada pela acumulação gradual de conhecimento ao longo das gerações. Cada nova descoberta, teoria ou experimento constrói sobre as bases estabelecidas por aqueles que vieram antes, expandindo e refinando nosso entendimento do mundo natural e das leis que o regem.

Embora seja geralmente um processo gradual, também é pontuada por revoluções científicas, momentos em que paradigmas estabelecidos são desafiados e substituídos por novos modelos de entendimento. Exemplos notáveis incluem a revolução copernicana na astronomia e a teoria da evolução de Darwin na biologia.

A evolução científica muitas vezes transcende fronteiras disciplinares, com descobertas em uma área do conhecimento frequentemente influenciando e sendo influenciadas por avanços em outras áreas. Isso destaca a interconexão e interdependência das diferentes disciplinas científicas. Também é caracterizada pela revisão contínua e refinamento das teorias e conceitos existentes à luz de novas evidências e insights. Nenhum conhecimento científico é considerado absoluto ou imutável, e a ciência está sempre aberta a revisão e correção.

Além de ampliar nosso entendimento do mundo natural, a evolução científica frequentemente leva a avanços tecnológicos e aplicações práticas que impactam diretamente a sociedade. Da medicina à engenharia, da agricultura à comunicação, os benefícios da evolução científica são vastos e multifacetados. À medida que a ciência avança, surgem novos desafios éticos e sociais, levantando questões sobre o uso responsável do conhecimento científico, os impactos ambientais e o papel da ciência na promoção do bem-estar humano e da justiça social.

Com isso entendemos que a evolução científica é um processo dinâmico e multifacetado que molda não apenas nossa compreensão do mundo natural, mas também nossa sociedade, nossa tecnologia e nossa

visão do futuro. É um testemunho do poder da curiosidade humana, da investigação sistemática e da colaboração intelectual na busca do conhecimento.

Dando continuidade à reflexão já iniciada sobre a complexa evolução da ciência, e segundo Flichmam (1996), é possível ler o seguinte: “Se pudermos aprender a substituir a evolução em direção ao que somos, se quisermos saber por evolução a partir do que sabemos, muitos problemas difíceis desapareceriam no processo.

A afirmação de Flichmam destaca a importância de aprender a substituir a evolução em direção ao que somos, em vez de tentar entender a evolução a partir do que já sabemos. Essa mudança de perspectiva pode ter implicações significativas na forma como abordamos os desafios complexos que enfrentamos.

Ao invés de tentar encaixar novas descobertas ou conceitos dentro de nossos paradigmas existentes, a abordagem proposta sugere uma mentalidade mais aberta e flexível. Isso implica estar disposto a reavaliar nossas suposições e aceitar que o conhecimento está em constante evolução.

Essa mudança de mentalidade pode levar a uma abordagem mais criativa e inovadora para resolver problemas difíceis. Ao invés de nos prendermos a soluções pré-determinadas, podemos explorar novas possibilidades e perspectivas que antes não considerávamos.

Com isso ao aprender a substituir a evolução em direção ao que somos, abrimos as portas para um processo contínuo de aprendizado e crescimento. Muitos dos problemas difíceis que enfrentamos podem encontrar soluções inesperadas quando estamos dispostos a deixar de lado nossas preconceções e abraçar a mudança.

Diante do que já foi exposto, é possível acreditar que a ciência está em constante mudança, com suas diversas incertezas, e por isso muitas teorias estão sendo superadas por novas. O que era considerado verdade no passado não é mais verdade hoje. Diante disso, acredita-se que a ciência não contém verdades puras e absolutas, mas também não podemos negar o poder de multiplicar suas capacidades e aumentar suas descobertas.

Uma teoria é sempre objeto de estudo, e é por isso que algumas dessas teorias persistem até hoje, como por exemplo: a teoria da evolução de Charles Darwin, que afirma que todos os animais se originaram da mesma espécie; a teoria do big bang, de Alexander Friedmann, que diz que a expansão do universo ocorreu a partir de uma grande explosão; e a teoria da relatividade, de Albert Einstein, que diz que tempo e espaço são grandezas interrelacionadas que não podem ser separadas, e cujas ideias são fundamentais para estabelecer leis invariantes em relação ao sistema de referência de outros conhecimentos.

Quando essas certezas passam a ser embaralhadas e as explicações para os fenômenos começam a ser contrariadas, ou quando outras explicações são apresentadas em eventos científicos com tendência à aceitação e quando as práticas laboratoriais seguem principalmente teorias mais recentes e adotam outros procedimentos metodológicos, produzindo resultados mais cientistas facilmente aceitos, outro paradigma científico se instalam.

A ciência como conhecimento moderno nos oferece a ferramenta para enfrentar infinitos desafios e nos ajuda a compreender o mundo em que vivemos. O conhecimento científico é de extrema importância para a sociedade, pois é a partir dele que é possível a transformação social e tecnológica. A comunicação científica é o instrumento que os atores de uma determinada área do conhecimento dispõem, visando divulgar suas reflexões e práticas aos pares.

Em relação aos desafios contemporâneos enfrentados pela epistemologia, estes refletem as mudanças e complexidades do mundo atual. Em um contexto globalizado e em constante evolução, a busca pelo conhecimento enfrenta uma série de desafios que exigem reflexão e adaptação por parte dos epistemólogos e estudiosos da área.

Um dos principais desafios é o avanço da tecnologia e sua influência na produção e disseminação do conhecimento. A era digital trouxe consigo uma explosão de informações acessíveis instantaneamente, o que levanta questões sobre a confiabilidade e a validade dessas fontes de conhecimento. Como podemos discernir entre informações precisas e falsas em um ambiente onde a desinformação e a manipulação são tão comuns?

Além disso, a epistemologia enfrenta desafios relacionados à diversidade de perspectivas culturais e sociais. Em um mundo cada vez mais pluralista, diferentes tradições de conhecimento coexistem e muitas vezes entram em conflito. Isso levanta questões sobre a universalidade do conhecimento e a validade das diferentes formas de saber.

Outro desafio importante é o da interdisciplinaridade. À medida que os problemas enfrentados pela humanidade se tornam mais complexos e interconectados, a epistemologia precisa lidar com a necessidade de integrar insights e métodos de diferentes disciplinas. Isso requer uma abordagem colaborativa e uma disposição para superar as barreiras tradicionais entre as áreas do conhecimento.

Por fim, a própria natureza do conhecimento está em constante evolução, o que implica que a epistemologia deve estar sempre aberta a novas ideias e abordagens. O entendimento do que é conhecimento, como é adquirido e como pode ser aplicado está em constante transformação, exigindo uma reflexão contínua sobre os fundamentos da epistemologia.

Diante desses desafios, a epistemologia enfrenta a necessidade de se reinventar e se adaptar para continuar relevante em um mundo em rápida mudança. Isso requer uma abordagem flexível e inclusiva, que reconheça a complexidade e a diversidade do conhecimento humano e busque formas de integrar e harmonizar essas diferentes perspectivas. Em última análise, os desafios contemporâneos enfrentados pela epistemologia oferecem oportunidades para uma reflexão mais profunda sobre a natureza do conhecimento e seu papel na sociedade atual.

Para concluir as reflexões já feitas até aqui, pode-se dizer que existem critérios para determinar a regra científica de uma teoria, uma teoria que não é passível de refutação não pode ser considerada científica; porque todos os testes são tentativas de refutar uma teoria. As descobertas de novos fatos de acordo com as previsões de uma teoria não confirmam esta teoria, mas apenas a corroboram.

Sendo que uma teoria quando corroborada e não refutada por evidências adquire força, mas não a confirma. Nesse sentido, pode-se pensar que o critério da irrefutabilidade visa a divisão entre o discurso científico e outros tipos de conhecimento. Assim, é perceptível que as afirmações metafísicas não possuem base científica, uma vez que não podem ser falsificadas, porém, pode-se falar em metafísica mesmo que esta não seja considerada ciência.

Na intrincada tapeçaria do conhecimento, tecida pelas interações entre corpo e alma, dualismos filosóficos e perspectivas integradoras, emergem reflexões profundas sobre a natureza da compreensão humana. O conhecimento, como arte da realidade, transcende as fronteiras do intelecto e da experiência sensorial, incorporando os matizes da cultura, da ciência e da filosofia. Esta jornada incessante de descobrimento é um compromisso vital com a exploração do que significa verdadeiramente conhecer.

Ao equilibrarmos os domínios físicos e mentais, a singularidade da experiência individual e a riqueza da interação social, moldamos o nosso entendimento em constante evolução. O conhecimento, assim concebido, não é apenas um acumulado de fatos, mas um processo dinâmico, uma busca incessante por iluminação em meio às complexidades do mundo. Nesse constante diálogo entre mente e corpo, entre o tangível e o efêmero, encontramos não apenas respostas, mas uma amplidão de questionamentos que perpetuam a jornada intelectual da humanidade.

REFERÊNCIAS

CANDELERO, Neudo. Ciência, Arte, Religião, Observações Filosóficas 3, Cidade Teórica, Rosário, 2012, Capítulo III “Por entre Popper e Lorenz.

_____, Diferente da eliminação, Cidade Teórica, Rosário, 2011.

FLICHMAM, Eduardo H. O Pacífico, o Pensamento Científico, A Controvérsia Epistemológica Natural.

LOCKE, John. A coleção de pensadores. Carta sobre tolerância; Segundo tratado sobre governo; Ensaio sobre a compreensão humana. Tradução: Ano Aiex e E. Jacy Monteiro. 2ª edição. San Pablo: Cultural Abril de 1978.

MENDOZA, F.W. Neuropsicologia. Suzano: Faculdade Padre João Bagozzi, 2004. Notas de aula do Curso de Especialização em Psicopedagogia.

MOHONEY, A. A. Introdução. In: Henri Wallon – Psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2000.

PONTY Merleau, de Neldo Candelerio, Diferente de Descartes, 2011

MOLL, L.C. Vygotsky e a educação. Porto Alegre/RS: Artmed 1999.

ROGERS, Carlos; Sobre poder pessoal. No caso das mulheres.

POOPER, Karl. A lógica da Pesquisa Científica. Pablo: Abril Cultural, 1980.

_____. O futuro está aberto. Lisboa. Fragmentos editoriais, s/d.p 3

Geisa Cavalcante Carbone Sato



Advogada, docente efetiva de Direito no Instituto Federal de São Paulo, Mestre em Direito, Doutora em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais e doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento.

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável coloca em discussão as variadas formas que a sociedade humana se relaciona com o meio, seja ele o meio natural ou o meio alterado pela mesma. É inegável que o ser humano possui uma necessidade intrínseca de se relacionar com a natureza e que este não existiria sem essa, todavia, o meio ambiente existe independentemente da presença humana. Ao passo em que a natureza nos fornece condições propícias à vida, recursos naturais e sustenta a nossa vida social e biológica, a sociedade retribui com rejeitos em leitos de rios, descargas de gases estufa na atmosfera, resíduos no solo e diversas atividades extrativistas e predatórias, que mantêm o nosso ciclo de vida funcionando (Higuchi e Azevedo, 2004).

Através desse ciclo, surgem interrelações que são constantemente remodeladas, ao mesmo tempo em que ocorrem as interações intra-sociais que dão origem à cultura, tecnologia, relações econômicas e demais atividades sociais. Tais atividades, no lugar de promover o desenvolvimento igualitário da sociedade, apresentam um quadro de degradação social que já tem afetado gravemente também o lado ambiental. A partir dessa análise, Higuchi e Azevedo (2004) sugerem questionamentos e discussões que buscam compreender e reverter essa situação, como por exemplo: Como desenvolver nossa sociedade sem prejudicar a existência de outras espécies e recursos, bem como a nossa própria existência? Como transformar o que parece não ter outro jeito de acontecer? A resposta para essas questões é a busca pelo desenvolvimento sustentável. Não é simples alcançar a sustentabilidade, pois não há uma fórmula única e objetiva para tal. É um objetivo coletivo e depende da mudança da consciência e do diálogo entre a sociedade como um todo.

Nesse sentido, as universidades aparecem com seu papel transformador e educador, construindo modelos para a formação do pensamento sustentável crítico, adotando medidas que levam a um sistema de gestão ambiental da própria instituição, bem como conceitos inovadores para a disseminação da consciência sustentável entre docentes, discentes e toda a comunidade acadêmica.

De acordo com Araújo (2004), o papel da educação superior nas discussões sobre sustentabilidade vai além da relação ensino/aprendizagem vista em salas de aula; ela avança no sentido de projetos extraclasse envolvendo a comunidade do entorno, visando soluções efetivas para a população local, embora apresente o papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência sócio-ambiental sustentável, a educação per se não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tome medidas concretas (Jucker, 2002).

Assim, as IES devem colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável de sucesso para a comunidade, influenciando com resultados as organizações as quais os seus formandos irão fazer parte, visando a construção de um desenvolvimento social mais sustentável e justo.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR – UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Durante a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992 no Rio de Janeiro (Rio 92), observou-se a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável, ou ecopedagogia. Também chamada de educação sustentável, a ecopedagogia engloba mais do que a educação ambiental; ela vai além, mostrando interesse pela harmonia entre o homem e o ambiente, incorporando e oferecendo estratégias, propostas e meios para a realização concreta do desenvolvimento sustentável (BENFICA, 2007). Nota-se então que, para atingir o desenvolvimento sustentável, é necessária uma abordagem global, interdisciplinar e holística do assunto. Sendo assim, as IES apresentam um papel estratégico para atingir as metas de sustentabilidade (Mayot, 1998).

A educação ambiental colabora para compreender as relações de interdependências entre humanidade e meio ambiente, trazendo noções de ética ambiental pública na busca de um equilíbrio ecológico e qualidade de vida, despertando nos indivíduos e nos grupos sociais organizados o desejo de participar da construção de sua cidadania (Zitzke, 2002).

Dessa forma, se faz necessária a construção de um projeto político-pedagógico que dê subsídios para a formação do homem-cidadão ativo na sociedade para pensar e construir o desenvolvimento sustentável. Ou seja, um cidadão consciente de sua realidade socioambiental mediante a obtenção de vários tipos de conhecimento sobre ela. Através dessa ideia de interdisciplinaridade construída por Zitzke, percebe-se que a educação ambiental não é apresentada ao discente como um conteúdo de uma disciplina, mas integrada aos valores e conceitos tratados em cada assunto. Seja no ensino ou na pesquisa, a proposta eco-desenvolvimentista integra-se ao conteúdo formal, fomentando o ‘pensamento verde’.

As noções de preservação ambiental devem permear o ensino, a pesquisa e a extensão, criando novas possibilidades. Pode-se, a respeito dessas possibilidades, listar alguns posicionamentos favoráveis à sustentabilidade:

a) Conceitos eco-desenvolvimentistas na graduação: pode-se considerar esse nível o maior desafio de adaptação para as IES no que diz respeito à busca pela existência sustentável. É necessário estimular a reformulação pedagógica de todo o corpo docente, buscando integrar os conceitos 'verdes' aos conceitos formais das disciplinas. Mais que isso, é preciso mudar também a postura dos docentes; é importante que estes estejam sintonizados com a política sustentável adotada pela instituição. Ao integrar os valores tradicionais e sustentáveis ao longo da graduação, é esperado que o discente já ao longo do curso comece a ser capaz de racionalizar problemas inerentes ao seu futuro campo de atuação, buscando alternativas viáveis para o problema ambiental (Araújo, 2004). Também é nesse nível onde se obtém o maior alcance e futura potencialização dos valores eco-desenvolvimentistas. Por concentrar o maior número de alunos de uma IES, a graduação também é o período da formação profissional crítica do indivíduo, fazendo-o se deparar com diversas situações em que ele terá de escolher entre várias alternativas, aquela que melhor se encaixará no perfil do seu lugar de trabalho, bem como de seu perfil profissional (Carletto et al, 2006).

b) A pesquisa e a sustentabilidade: o papel da pesquisa é encontrar novos meios e técnicas para resolver problemas que constantemente assolam a sociedade. No que tange aos problemas ambientais, não é diferente. A pesquisa gera conhecimento científico (ou conhecimento formal), portanto, também é essencial no papel das IES como unidades transformadoras da sociedade. Com a atuação dos profissionais em seu dia a dia, através de buscas e análises de conflitos entre produção industrial e meio ambiente, os pesquisadores através de programas de iniciação científica e pós-graduação têm o desafio de conciliar a produção industrial elevada (com todos os seus inerentes problemas ambientais) com o uso racional de energia e insumos e redução de resíduos, bem como as boas práticas de gestão sustentável. A tarefa de elaborar novas técnicas e medidas não é fácil, uma vez que não basta desenvolver técnicas que tenham baixo impacto financeiro no planejamento e execução de um sistema de gestão ambiental (SGA) para as organizações, mas é necessário mudar uma cultura de mercado consumista e imediatista, o que é trabalhoso e necessita bastante esforço por parte dos pesquisadores e da própria IES, como sugere Carletto et al (2004), mas que tem sido atingido em alguns pontos. A prática da pesquisa voltada ao desenvolvimento sustentável traz ainda a fundamentação teórica para a realização de projetos socioambientais pela iniciativa pública e privada.

c) Projetos de extensão e seu poder modificador: com relação à extensão, as oportunidades são claras: práticas concretas de ações de sustentabilidade. Projetos de extensão são ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico e/ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Podem ser vinculados a um programa específico da IES (o projeto faz parte de uma nucleação de ações, normalmente direcionadas pelo projeto político-pedagógico) ou ainda, podem ser projetos isolados. No caso em estudo, essas ações provocam impacto direto na comunidade em que a IES está inserida. Na extensão, busca-se a união do caráter ambiental ao sócio-educativo, o que é essencial para o desenvolvimento sustentável, como observado por Jacobi (2003).

Esses projetos podem incluir a educação ambiental de crianças e jovens em escolas de ensino básico da região, ações de reciclagem, fóruns e simpósios com palestras e debates sobre a questão ambiental, projetos de conscientização sobre uso racional de recursos dentre muitos outros. O ponto central é que, na extensão, encontra-se um caráter prático, ativo e dinâmico nas discussões e medidas sustentáveis por parte dos docentes e discentes, agindo em conjunto com a comunidade do entorno. Dessa forma, a multiplicação do pensamento verde vai ganhando força e a própria sociedade começa a exercer pressões para a criação de novos produtos e serviços que levem em conta os danos ambientais causados durante todo o seu ciclo de vida.

Através da integração dos três eixos da universidade, a construção de uma nova consciência, preocupada com a intervenção humana no meio ambiente e as consequências problemáticas decorrentes da mesma, é possível despertar a vontade de agir e buscar novos métodos profissionais, novas formas de gerenciar organizações, explorar o ambiente, enfim, novas práticas que visem desenvolver a economia e a sociedade, sem que o meio ambiente carregue o fardo de equilibrar o consumo desordenado da sociedade. Esse espírito sustentável não é apenas do egresso da IES, mas da sociedade do entorno que participa, ou é levada a participar, das ações educativas propostas pela instituição de ensino. No entanto, é necessário que a própria IES assuma práticas gerenciais que sejam condizentes com aquilo que tem sido exposto e buscado nas salas de aula, como observaram Jucker (2002) e Benfica (2007).

O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL UNIVERSITÁRIO

A implantação do SGA deve considerar as atividades de todos os departamentos, disciplinas e estruturas de gestão de uma instituição de ensino superior, incluindo no processo todos os stakeholders envolvidos direta ou indiretamente. Com relação ao sistema gerencial e administrativo da IES, deve-se elaborar um planejamento global, que crie uma identidade ambiental da instituição e também um planejamento local, centralizado

em cada campus, considerando suas peculiaridades de gestão e funcionamento.

De acordo com Tauchen e Brandli (2006), as faculdades e universidades podem ser comparadas com pequenos núcleos urbanos, envolvendo diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação por meio de bares, restaurantes, alojamentos, centros de conveniência, entre outras facilidades. Além disso, um campus precisa de infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento e coleta de águas pluviais e vias de acesso. Ainda, como consequência das atividades de operação do campus há geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, consumo de recursos naturais, ou seja, a visão industrial de entradas e saídas.

Através dessa visão industrial dos campi pode-se implantar um SGA baseado no ciclo PDCA e, obviamente, nas regulamentações e normas voltadas à gestão ambiental. Segundo Barbieri (2006) e Dropa et al (2010), ciclo PDCA é uma forma de gestão que objetiva a melhoria contínua, alcançando metas traçadas e planejando metas futuras. O ciclo PDCA pode ser observado em quatro diferentes etapas:

1. Plan (Planejar): estabelecer uma meta e identificar o problema (um problema tem o sentido daquilo que impede o alcance dos resultados esperados, ou seja, o alcance da meta); analisar o fenômeno (analisar os dados relacionados ao problema); analisar o processo (descobrir as causas fundamentais dos problemas) e elaborar um plano de ação.

2. Do (Fazer): passo onde é realizada a implantação dos processos definidos de acordo com o plano de ação;

3. Check (Verificar): monitorar e avaliar periodicamente os resultados, avaliar processos e resultados, confrontando-os com o planejado, objetivos, especificações e estado desejado, consolidando as informações, eventualmente confeccionando relatórios. Atualizar ou implantar a gestão à vista;

4. Action (Agir): Agir de acordo com o avaliado e de acordo com os relatórios, eventualmente determinar e confeccionar novos planos de ação, de forma a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia, aprimorando a execução e corrigindo eventuais falhas. De fato, um conceito de gestão de qualidade pode ser adaptado para o viés ambiental e aplicado nas IES, adaptando-se às suas peculiaridades.

Cada etapa deve estar de acordo com as necessidades e metas observadas pela administração. É importante notar que a gestão ambiental trata, além de assuntos de responsabilidade direta da instituição, dos assuntos relacionados aos seus contratos de produtos e serviços terceirizados, ou seja, a visão deve ser holística e contemplar todos os stakeholders ligados à IES.

O CICLO PDCA E A GESTÃO AMBIENTAL DA IES

Dropa et al (2010) apresenta características gerais de cada etapa do ciclo PDCA, as quais alinhadas com os conceitos de SGA propostos por Tauchen e Brandli (2006) pode-se verificar que:

PLANEJAR:

O planejamento do SGA deve ser elaborado por um grupo que concentre responsáveis por vários níveis de administração, pois precisa alcançar todos os envolvidos no processo. Dessa forma, deve-se mapear o funcionamento organizacional, contratação de serviços e produtos e o impacto das atividades na comunidade e no ambiente. Assim, evidencia-se o problema da geração de resíduos sólidos secos e úmidos, descarga de efluentes, do consumo de energia e um fator humano: a resistência ao novo modelo de gestão. O planejamento deve então desenvolver um plano de ação que tenha como objetivo mitigar ou anular o problema. Nesse caso, para a redução de consumo energético e geração de resíduos e efluentes talvez seja necessária a mudança da infraestrutura da IES, visando o consumo inteligente dos recursos naturais; ou em caso de universidades que estejam em fase de implantação, é primordial que o projeto-base da IES já contemple medidas sustentáveis para a infraestrutura física. É interessante notar que também é importante contratação de empresas (seja para os serviços prestados à IES ou para os fornecedores de materiais) que também sejam ambientalmente responsáveis, para que todo o ciclo de vida de produtos e serviços seja afetado. Quanto ao fator humano, devem-se efetuar medidas que visem à conscientização e educação ambiental, seja através de feiras, palestras ou cursos de reciclagem, capacitação e aperfeiçoamento profissional. A integração entre envolvidos e metas deve ser total, portanto, sem essa interação quase que simbiótica, o SGA não surtirá efeito prático.

FAZER:

Antes de colocar em prática o plano de ação desenvolvido pelos gestores, se faz necessário uma etapa preliminar, voltada à comunicação entre gestores e os demais envolvidos no processo. Nessa etapa, as informações sobre os objetivos propostos no planejamento, as formas de execução e as práticas a serem adotadas devem ser explicitadas a todos, através de procedimentos educativos e treinamentos. Os treinamentos desempenham o papel integrador da execução do SGA, pois alinha os vários setores para uma meta coletiva a ser alcançada. Ainda, os responsáveis operacionais também devem notar que mesmo com o caráter de importância assumido pela implantação do SGA, o fato de colocá-lo em prática não pode comprometer a atividade fim das IES, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, deve haver uma flexibilidade da equipe na

implantação de processos e até mesmo uma divisão por etapas, observando a melhor ordem de execução particular para alcançar a implantação como um todo. Durante a execução do SGA, é fundamental da comunicação entre os setores da IES (interna) e entre a IES e a comunidade acadêmica (externa), que objetiva a motivação dos empregados, divulgação das ações da administração, definição do fluxo interno de informações e melhoria do relacionamento com a comunidade (Dropa et al, 2010).

VERIFICAR:

Após a execução de todas as etapas de implantação do SGA inicia-se a etapa de verificação. Nesse período, os gestores realizam uma avaliação dos resultados após a execução, comparando-os com o plano de ação traçado e os dados colhidos na fase de execução (Dropa et al, 2010). É uma fase de grande importância, pois detecta novos problemas, problemas antigos - mas que ainda persistem – e permite ainda a detecção de problemas durante a própria execução. De posse das informações de campo, colhidas ao final da implantação do SGA, a administração pode elaborar medidas que visem sanar os problemas encontrados ou melhorar ainda mais os pontos que já deram certo. Essa atualização da gestão é o que deve ser buscado nessa etapa, uma espécie de nova versão do planejamento, também chamada de gestão de vista, uma vez que a busca pela melhoria é constante. Alguns fatores como a constante atualização do treinamento dos profissionais, problemas com gestão de resíduos, substituição de contratos terceirizados, atualização do plano de gestão ambiental de acordo com as alterações nos planos de ensino da universidade, são exemplos de situações comuns que fazem parte dessa etapa do ciclo PDCA. A sinergia também se faz necessária nessa etapa, uma vez que a verificação deve ser feita por todos os níveis hierárquicos da gestão da IES, a fim de buscar as melhores medidas a serem tomadas.

AGIR:

Identificados os problemas encontrados e os novos desafios que surgiram durante a execução do SGA, devem-se tomar decisões e medidas de acordo com os relatórios gerados na etapa de verificação. Ou seja, podem-se elaborar novos planos de ação, sejam estruturais, educacionais ou gerenciais, para alcançar a melhor qualidade. Durante esse processo, a administração irá buscar a melhor eficiência e eficácia de suas medidas para a implantação do sistema de gestão ambiental, traçando novos objetivos e aprimorando, sempre com base no que já foi feito anteriormente, a execução, corrigindo possíveis falhas no processo e reavaliando métodos (Dropa et al, 2010). Essa etapa tem importância peculiar para a IES, pois as medidas a serem tomadas nem sempre são intuitivas. Todos os níveis hierárquicos de gestão devem estar atentos, pois ao elaborar um plano de ação para corrigir uma eventual falha, podem

interferir na ação de outro setor, seja ele administrativo, pedagógico ou até mesmo a comunidade do entorno de forma que provoque uma falha ainda mais grave. Portanto, essa característica holística do SGA implantado via ciclo PDCA deve ser mantida durante todo o processo, o que mostra a importância de toda a equipe de gestão procurar a sinergia.

Concomitantemente com o ciclo PDCA, a IES pode buscar as certificações da família NBR ISO 14000, que são normas que definem os requisitos para estabelecer e operar um SGA controlando custos, reduzindo os riscos e melhorando o desempenho da gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver numa sociedade sustentável parece, hoje em dia, a única forma de se viver em sociedade. No entanto, os caminhos para a sustentabilidade não são tão fáceis de trilhar. Para agir sustentavelmente é preciso pensar sustentavelmente e, para tanto, se faz necessária a mudança de consciência na hora de explorar os recursos naturais. Contudo, essa também é uma tarefa árdua. Vê-se na educação um poder formidável de transformação, pois é ela que molda o caráter e transforma o indivíduo em cidadão. Dessa forma, é por meio da educação que se pode alcançar uma sociedade sustentável.

A principal meta do trabalho era traçar diretrizes básicas para alcançar a sustentabilidade no ensino superior, pois uma universidade é um ensaio para a sociedade como um todo. Os campi são como as cidades e os alunos são os cidadãos sendo formados. Como futuros profissionais, serão eles os futuros gestores das verdadeiras cidades e, assim, deixam o laboratório didático e passam a tomar medidas para o combate real às práticas atuais não-sustentáveis. Apresentando medidas na esfera educacional, espera-se que sejam fornecidos modelos para a elaboração de projetos pedagógicos que, de fato, introduzam a questão ambiental no dia a dia dos alunos, de forma dinâmica e interdisciplinar, independentemente do eixo envolvido.

A prática da educação ambiental permite verificar uma possível mudança concreta na forma de pensar e agir profissionalmente do egresso, o que pode conduzir à ações sustentáveis no ambiente de trabalho dos mesmos.

Por meio da esfera gerencial, procura-se mostrar que é possível administrar uma instituição de ensino superior de forma sustentável importando e adaptando conceitos e valores já aplicados em diversas empresas, superando os desafios da sociedade atual e fornecendo modelos de gestão ambiental que obtiveram sucesso para empresas da comunidade em que a IES se insere.

A implantação de um SGA traz inúmeros benefícios a qualquer instituição, como redução de custos energéticos, de consumo de materiais e insumos e aumento de produtividade. Um SGA implantado por uma IES traz ainda os benefícios sociais e pedagógicos, evidencia a preocupação da universidade não só com a educação formal, mas também com as boas práticas de sustentabilidade, que hoje já são extremamente consideradas e apreciadas pela sociedade, embora sua prática efetiva ainda não tenha a mesma popularidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. I de O. A universidade e a formação de professores para a educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, n. 0, p.71-78, nov. 2004. Trimestral.

FOUTO, A. R. F. O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais. Dissertação. (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente), 2002.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, n. 0, p. 63-70, nov. 2004. Trimestral.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 2003, no. 118: 189-205. JUCKER, R. "Sustainability? Never heard of it" Some basics we shouldn't ignore when engaging in education for sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 3, 1, 8-18. 2002.

MAYOR, F. Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável. In: *Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI*. Anais. Paris: 1998.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 13, n. 3, p.503-515, 30 nov. 2006. Quadrimestral.

Helene Rosa da Costa



Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG. Atuou na formação de professores e no Conselho Municipal de Educação/CMEUDI, em Uberlândia. Como crítica literária, contribui com o Blog Feminário Conexões:

<https://feminarioconexoes.blogspot.com/>. Organizou as antologias *Flores e Aromas: inspirações poéticas* (Ed. Subsolo/2016) e *Rodas de Contação de Histórias Eliane Potiguara e Conceição Evaristo* (Ed. Subsolo/2022).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5138-3430> E-mail:

hrosacosta@yahoo.com.br

Instagram: [heliene.rosa.965](https://www.instagram.com/heliene.rosa.965)

POÉTICAS DA SUBVERSÃO: PLURIVERSO AMAZÔNICO E EXALTAÇÃO DO FEMININO EM MARTA CORTEZÃO

Considerações Iniciais: A Obra

O livro *Amazonidades: gesta das águas* (2021), de autoria de Marta Cortezão teve sua edição preparada pela Editora Penalux e foi lançado no ano de 2021. Apresenta atraente capa, onde predominam cores claras em tons de azul e de verde, com belas imagens do leito de um rio, parte de uma floresta e um céu azul, de onde se vislumbram algumas nuvens. Em primeiro plano, aparece uma canoa que é vista de dentro, e de onde se pode mirar, a uma pequena distância, uma casa-flutuante. As imagens coloridas que povoam a capa alcançam a lombada e a contracapa do livro. Há um efeito bonito e surpreendente na composição imagética desta capa que forma uma espécie de espelho nas águas: céu e rio parecem se misturar, em um movimento poético natural.

Nas páginas do primeiro livro de poemas de Marta Cortezão, *Banzeiro Manso* (2018), encontramos versos que comunicam a beleza desse fenômeno luminoso que liga céu e terra pela profundidade do azul refletido nas águas do rio. Aqui transcrito o poema *Janela para o Tempo*:

Aos primeiros raios de sol,
caudaloso espelho de águas avistava.
Meu ser, como um farol,

com tal magnitude, se iluminava.
De minha janela,
humilde tapera.
Que lembranças tão belas!

Sendeiro de águas viajantes,
caminhos múltiplos, incertos destinos...
Correntezas de amores flutuantes...
No peito, gritam desatinos.

Daquela janela,
do tempo de minha tapera,
que lembranças tão belas!
(CORTEZÃO, 2018, p.123)

A voz narrativa convida a contemplar o espetáculo luminoso, do interior da casa/tapera: “De minha janela”. O sujeito lírico feminino, de forma simples e hospitaleira, abre as portas da sua morada e convida poeticamente para a partilha das suas belas lembranças da infância, do mistério do rio e da claridade da luz, na intensidade da sua poesia.

O segundo livro publicado pela autora, *Amazonidades* é um livro-rio, cuidadosamente elaborado, composto por trovas que tematizam o universo amazônico. A encadernação traz orelhas duplas, na primeira, que se constitui uma extensão da capa, pode-se ler uma resenha do escritor paraense, radicado em Manaus, Zemaria Pinto. Já a segunda, carrega a biografia mínima e uma imagem da autora.

A obra é dedicada ao “Povo das Doces Águas” e iniciada por uma citação em que o antropólogo e etnógrafo Câmara Cascudo lembra a importância de cada indivíduo carregar consigo a essência das suas origens. Nas palavras dele, carregar: “...debaixo dos pés da alma, a areia de sua terra...” para superar as adversidades do caminho, sem ter subtraída a identidade de origem.

A apresentação conta com dois textos: “Desatracando o barco: das múltiplas identidades”, da premiada escritora paulista Sandra Godinho, radicada no Amazonas e; “Deslizando Águas: Da Poética Tupeba”, do escritor acreano Isaac Melo. Enquanto o texto de Sandra Godinho ressalta a movência identitária da autora e seus reflexos em sua lírica imersão no contexto da Amazônia, Isaac Melo explora o rio, como símbolo fogo para realçar o vocabulário amazônico e a sensualidade poética dos versos de Marta Cortezão.

O miolo é dividido em cinco capítulos: I. Dos Acesumes, onde se pode contemplar: “O terno encontro das águas” dos rios Negro e Solimões; II. Das Comilanças, em que se celebra a culinária local: “Jaraqui na frigideira / é convite alvissareiro...”; III. Das Leseiras, que desvela a esperteza cabocla travestida em suposta preguiça. De acordo com Vânia Alvarez, a poética de Marta Cortezão traz mesmo estes elementos: “...poesia popular, a voz bem-humorada do povo, a cadência musical poética que lembra diversão e as coisas simples da vida e de nossa gente.” (ALVAREZ, p. 92, 2021).

A pesquisadora reafirma essa base tripla sobre a qual se ancoram as trovas da poeta. Assim, lemos em seu artigo, no posfácio da obra:

Pertencendo à literatura oral e ao folclore, as trovas escritas por Cortezão vêm completar as influências portuguesas e populares de sua poética. Suas trovas, recheadas da sabença popular, revelam as marcas do pensar coletivo do amazônida, que não dispensa uma boa pilhéria, e que se revela intangível em sua simplicidade cabocla. (ALVAREZ, 2021, p.92)

A forte presença da oralidade, das tradições e dos falares do povo na constituição da escrita poética que recheia a obra estão ligados à complexidade da população do Estado do Amazonas. Tal complexidade pode ser compreendida a partir do histórico da ocupação do lugar e da heterogeneidade constitutiva das pessoas que habitam a região. E, não apenas a partir das grandes dimensões territoriais e das muitas nações indígenas distribuídas pela floresta.

Ainda sobre o capítulo III, a “sabença popular” se manifesta, marcadamente, na trova: “Amizade de invejoso / e ferrada de mutuca! / Eu num quero é nem com nojo: / sorve a alma e o sangue suga!”. Aqui a voz poética aborda a aversão à inveja, por meio da aproximação comparativa de dois elementos: “amizade de invejoso” e “ferrada de mutuca”, a partir daquilo que ambas apresentam em comum, a capacidade de provocar ‘dor’, para além do corpo, “sorvem a alma e o sangue suga”.

O capítulo IV, Das Caboquices, parece sugerir uma tentativa de passar em revista o cotidiano e a simplicidade caboclas, aquele jeitinho amazonense de viver a vida: “Dia de tanta incerteza... / um barracão inclinado / lata d’água na cabeça, / sol quente que tá danado!”. E, por último, o capítulo V, Dos Encantados, em que as trovas da poeta surgem ricas em histórias de pertencimento identitário dos muitos povos do lugar: “Mani da taba Tupi / dormiu seu sono profundo; / e pra alimento da tribo / fez-se maniva no mundo.”

No Rio V, há muitas outras figuras femininas, como: a Boiúna, Mani, a figura feminina encantada pelo Dom Juan dos rios- o boto, a Caipora, Boitátá que é a cobra de fogo, Jaci que é a Lua, a indígena macuxi: mito que narra sobre a indígena que é culpada de abrir a cumbuca de todos os males tal qual o mito de Pandora, a Mãe do Mato, Puraê que se apaixona pelo indígena Piripari, a indígena Naiá que se transforma em Vitória-régia, a serpente Tuluperê, a indígena Caboré que se transforma em uma frondosa castanheira, entre outras apenas mencionadas na trama poética.

O interessante artigo intitulado Atracando o Barco: das Trovas Amazônicas, da professora doutora Vânia Maria do S. Alvarez, (*In Memoriam*), parcialmente reproduzido no posfácio, encerra o volume. Nesse artigo, ressalta-se a tradição de trovar que artistas e intelectuais amazônicos sempre cultivaram, atentando-se para as diferenças entre as trovas populares nessa região do Brasil e as trovas aqui deixadas pelos portugueses. Nessa digressão pela literatura amazônica, a pesquisadora situa a poética de Marta Cortezão, valorizando seu caráter popular e a forte influência da oralidade. Vânia Alvarez finaliza situando a escrita de Marta Cortezão em um patamar de beleza e grandiosidade, no contexto da produção poética amazônica.

Na quarta capa, se lê um fragmento do já referido artigo “Deslizando Águas: Da Poética Tupeba”, em que o escritor Isaac Melo assevera o caráter

telúrico da obra. Nas palavras dele: “*Amazonidades: gesta das águas* é um livro marcadamente telúrico. Ou melhor, *fluviolírico*. Pois se trata, antes de tudo, de uma poética dos rios e das águas (hidrolíricas). Águas, cujas forças impulsionam o intrépido e perene barco da poesia.

O livro, de forma geral, constitui uma apologia à força das águas. A tessitura da narrativa, desenha, desde o sumário, uma viagem, onde se percebem as ações de forma muito evidente: desatracar o barco, deslizar águas e navegar pelos cinco rios; ao final, no porto, é chegada a hora de atracar o barco.

Nesse contexto, me pareceu bastante oportuno, e eu não poderia deixar de citar o acontecimento em torno do qual esse livro chegou até minhas mãos. A autora esteve no Brasil, em férias, aproveitou essa temporada para lançar seu livro, a partir das terras amazonenses.

Assim, estando em Manaus, remeteu-me um exemplar de sua obra, que chegou até mim, em Minas Gerais, trazida pelos Correios. Recebi-o no início do mês de fevereiro e, como esse período coincide com o início do ano letivo em nossas escolas, encontrava-me no trabalho, no momento em que o carteiro esteve em minha residência.

Dessa forma, o livro foi depositado na caixinha de correspondências. O mais interessante é que esse período do ano coincide também com a época das chuvas e choveu torrencialmente durante o restante do dia. Ao chegar em casa, resgatei o livro, literalmente, submerso. Ele chegou até mim e foi recebido em meio às águas. Sequei-o, rapidamente, para evitar maiores danos, mas o aspecto de livro que passou pela experiência da água continuou a estampar-lhe a capa, da mesma forma que o conteúdo hidrolírico, sugerido por Isaac Melo.

A Poética da Subversão: as Águas e o Feminino em Marta Cortezão

O terno encontro das águas
Inspirava-lhe o abraço,
Aquele que não foi dado,
vítima de velhas mágoas.
(CORTEZÃO 2021, p.29)

A epígrafe mostra a aproximação das águas com a subjetividade feminina que acontece na obra da poeta Marta Cortezão, moça nascida na cidade de Tefé, região do Médio Solimões, no Amazonas. Ela cresceu brincando nas águas dos rios amazônicos e a força dessas vivências acende memórias poéticas das águas doces de sua terra natal. Essa fome de rio move a escritora que se derrama em versos caudalosos, evocadores da infância nas águas amazônicas. Nesse contexto, ela reconstrói sua infância e adolescência em trovas que carregam reminiscências do mágico local da

bacia do rio Uairini, cenário do encontro entre o rio Negro e o rio Solimões. Este lugar onde a autora afirma ter passado a infância.

A respeito desse período de sua vida, ela relatou a mim, com emoção: “tínhamos uma casa bem na Boca do rio Uarini, meus pais eram agricultores e regatões; com o barco Comandante Monte Sinai, compravam e vendiam produtos agrícolas, peixe liso, pirarucu e, especialmente, a farinha amarela; o destino final destes produtos era Tefé – há alguns poemas do meu livro “Banzeiro Manso” que tocam esta temática; nas minhas memórias, a presença feminina é muito forte; como meu pai sempre viajava regateando pelos rios, eu sempre estava com minha mãe e minhas irmãs, mas muitas vezes íamos juntos no barco a singrar águas. Quando eu era muito pequena, talvez tivesse uns 3 anos, ficava com a indígena Tikuna, descida desde o Peru, segundo narrativa de minha mãe que precisava ir para a roça, portanto me deixava com a “dona Maria Lacerda”, como era conhecida. Essa memória é muito longínqua e fragmentada, mas lembro que ela me carregava na tipóia, pegada ao corpo dela, enquanto cuidava dos canteiros e preparava o almoço. Minha mãe tinha muitas comadres com as quais se relacionava e que muito se ajudavam mutuamente nas atividades cotidianas e na partilha de alimentos e das receitas de medicina caseira. Tinha uns 6 a 7 anos, e lembro de minha mãe aconselhando uma de suas comadres que havia escapado da morte, numa tentativa de feminicídio, o marido a esfaqueou várias vezes, próximo ao pescoço e em uma das coxas. Minha mãe era a conselheira e estava sempre pronta a ajudar – no “Banzeiro” essa voz feminina também se faz presente”.

A poesia flui magicamente a partir dessa interação entre a terra natal, o rio e a força da presença feminina. Desse universo, as memórias da infância fluem a partir do contato com a água. Um fenômeno explanado por Gaston Bachelard em seu ensaio sobre a água e os sonhos, no qual o narrador se deixa levar por imagens de poetas:

Mas a terra natal é menos uma extensão que uma matéria; é um granito ou uma terra, um vento ou uma seca, uma água ou uma luz. É nela que materializamos os nossos devaneios; é por ela que nosso sonho adquire sua exata substância; é a ela que pedimos nossa cor fundamental. Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água, à água verde e clara; à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura... Não é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança sai de todas as fontes.

(BACHELARD, 2018, p.9)

Neste prolegômeno do livro de Bachelard, fica evidenciado o potencial de evocação das memórias e dos sonhos que os rios possuem, principalmente quando estão relacionados às vivências na terra natal,

essas primeiras e infantis memórias que constituem a ventura de cada ser. Esta é também a base sobre a qual está ancorada a poética que Marta Cortezão ostenta em *Amazonidades: gesta das águas* (2021). Ao se revisitar suas memórias ribeirinhas, ela costuma afirmar, informalmente, em tom galhofeiro, que quando criança, quase criou escamas, tanto tempo permaneceu brincando nas águas dos rios.

Assim, uma poética adensada nas vivências da infância revela conexões entre pessoas e rios, verificadas de modo bastante intenso na região amazônica. Tal simbiose é discutida também por alguns estudiosos da cultura local, como João Jesus Paes Loureiro (2001), em cujos postulados, o rio extrapola em muitos aspectos seu caráter geográfico, vindo a se firmar como um constructo material e simbólico na vida das pessoas. De acordo com ele: “O rio é tudo”. Nas palavras de Loureiro (2015, p.135):

Os rios na Amazônia constituem uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcionais. O rio é fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo.

A dominância dos rios no modo de vida amazonense, revelada por Loureiro, pode ser percebida também na poesia de outros autores amazônicos. Um oportuno exemplo disso é a obra da escritora indígena, amazonense do Alto Solimões, Márcia Wayna Kambeba. A moça, nascida no seio do povo das águas, faz questão de reafirmar sua origem Omágua/Kambeba. Ela informa: “o povo Kambeba, segundo os sábios, nasceu de uma gota d’água que cai, topa numa folha de samaumeira, chega ao igarapé e daí nasce o homem e a mulher” (Kambeba, 2018, p.10). Seus versos revelam em grandiosas imagens a profunda conexão do povo amazônico com os rios. De seu livro *Saberes da Floresta*, apresentamos o poema Rio:

O rio que leva sedimentos
Leva pessoas, sonhos
É abrigo, encanto
Leva cultura, educação
Fazendo Banzeiro
Ensinando canção.

Levando corpos, alma
Regando plantas
Sedentas de proteção.
O rio que leva sedimentos
Une pensamentos
Constrói sentimentos
Fortalece pertencimentos
Canta ninando
O berço da civilização.

É pai, irmão amante,
Beija a menina
Com amor e paixão
Eita rio! Meu irmão!
Vou deslizando na palma de tua mão.
(KAMBEBA, 2020, p.159)

O poema de Márcia Kambeba flagra o rio em suas múltiplas facetas e reitera as ponderações de Bachelard (2018) e Loureiro (2015). O movimento das águas favorece o trânsito de pessoas e de mercadorias, carrega sonhos, serve como fonte de alimento e de prazer, une pessoas, cria histórias e marca pertencimentos.

Nesse contexto literário, tanto o “*Banzeiro Manso*”, de Marta Cortezão publicado em 2017, quanto “*Amazonidades: gesta das águas*”, de 2021, carregam em suas páginas, o universo amazônico por reafirmarem, em muitos dos seus versos, esta ligação profunda. Este modo singular de se relacionar com o meio parece determinar outro modo, igualmente singular, de expressar a realidade por meio da linguagem. Neste contexto, a arte de poetizar o cotidiano vivido carrega sentidos outros e, de maneira muito particular e idiossincrática, permite sobrepôr um leque semântico à função comunicativa da linguagem.

Não se trata de apenas resgatar fatos e imagens da memória a fim de preencher lacunas ou reviver emoções contidas, como se poderia presumir à primeira vista, já que a escritora reside na Europa, há mais de uma década. A gesta protagonizada por ela, mais marcadamente no livro *Amazonidades*, é reativada pelo aspecto popularesco da trova e tem um caráter inaugural ao subverter a ordenação da própria linguagem com seus múltiplos sentidos.

Cortezão insiste em comunicar a expressão de um modo feminino de ser e de encarar o mundo, a partir de sua produção escrita, - para além da função precípua da língua. A expressão de uma singularidade poética que se derrama em versos estonteantemente sensuais, onde a natureza se move, metaforicamente, para além do eixo dionisíaco, em redundante gozo. Assim, lemos: “A chuva molhava as vulvas / sedentas das margaridas / que gozavam gozo plúvio / e se abriam mais garridas” (Cortezão, 2021, p.59).

Nesse ínterim, a autora também compõe versos que celebram a ancestralidade mítica das mulheres amazônicas, de forma a, estrategicamente, realçar a importância do protagonismo feminino, a partir do modo como estas mulheres transformam a história e se elevam mutuamente:

Mulheres Icamiabas
Vencedoras de Orellana;
Ancestrais e matriarcas
Das caboclas Amazonas.

(CORTEZÃO, 2021, p.87)

A expressão “Mulheres Icamiabas” remete às mulheres guerreiras que não se submeteram aos homens e ficaram conhecidas como “Amazonas” em função de uma outra lenda da mitologia grega. Do contexto depreende-se que a verve das mulheres amazônicas vem de uma força ancestral, que é legado das guerreiras icamiabas. De acordo com a pesquisadora Vânia Alvarez: “...o mito das Icamiabas pode ser simbolicamente a representação da mulher que procura seu espaço na sociedade e sabe que, para conquistá-lo e mantê-lo, não irá precisar de mais ninguém.” (Cortezão, 2021, p.97). Para ela, as Icamiabas estão associadas, hoje, à figura da mulher contemporânea que trabalha para se manter e, muitas vezes, precisa garantir a sobrevivência da família, - chefiando, sozinha, o seu lar.

As composições poéticas da autora revelam fortes laços com o conceito de sororidade. Essa noção é basilar para o desenvolvimento das ações dos coletivos femininos nos quais Marta Cortezão toma parte, muitas vezes, no papel de protagonista e de idealizadora de ações e projetos. Esta marca da personalidade da autora remete às raízes das suas vivências na infância.

Tal afirmação fundamenta-se em um texto preparado pela autora, para o evento virtual "Café com Português", que aconteceu durante a pandemia do Corona vírus, segundo relato dela própria, em Galiza, na Espanha. Um espaço pensado para a promoção de livros, artigos, partilhas e conversas sobre o que está a ser produzido por mulheres, em Língua Portuguesa. Os encontros foram intitulados “O espaço do ser: poesia feminina em Língua Portuguesa” e são realizados com o objetivo de reunir poetisas dos países de Língua Portuguesa. De acordo com a autora, o texto acabou não sendo utilizado no referido evento, tendo permanecido guardado na gaveta de sua escrivaninha.

Esse texto foi gentilmente cedido por Cortezão para um artigo sobre sua obra que será publicado no *Blog Feminário Conexões*, cujo objetivo é divulgar a produção literária feminina em espaços virtuais. Transcrevo-o a seguir:

A minha poética tem essa voz do feminino permeando meus versos. As mulheres com as quais convivi na infância e daquelas que a história me chegou pela oralidade, contada com amor, delas eu continuo me alimentando. Fui uma feminista sem a consciência de sê-lo até bem recentemente. Hoje, por onde ande, faço questão de dizer que sou feminista. É preciso aprofundar diálogos sobre esse conceito, ele foi demasiadamente esvaziado de seu significado e caiu num desgaste

muito bem administrado pelo discurso reverso do patriarcado. O feminismo trata de uma filosofia profundamente humana, aquela que busca por equidade de justiça social para a humanidade, uma sociedade onde nós mulheres possamos viver sem o medo diário e em comunhão umas com as outras, e tenhamos nossos corpos respeitados, simplesmente e principalmente, por sermos mulheres. Através da consciência feminista podemos chegar a uma sociedade melhor, porque estaremos vigilantes de nossa prática ao exercer nossa humanidade no mundo. Não vamos rir daquela piada sem graça que ridiculariza outra mulher, por exemplo; não vamos achar normal compartilhar um vídeo onde há uma mulher sendo agredida pelo “seu esposo”, ou ainda criticar as vestes de uma mulher quando esta sofreu uma agressão sexual, não vamos continuar reproduzindo inúmeras outras atitudes que fortalecem a misoginia, o sexismo, o machismo, o ódio gratuito a mulheres. (CORTEZÃO, 2021, S/P)

A subjetividade desvelada nesse depoimento de Marta Cortezão é esclarecedora de posturas e pensamentos voltados para o universo feminino/feminista e que podem ser, na maioria das vezes, capturados a partir da leitura de seus versos. A poeta amazonense se dedica a deslindar o feminismo, partindo do seu ponto de vista, carregado de sororidade. O resultado é esse depoimento contundente que faz referência ao convívio com as mulheres que povoaram a sua infância.

No escopo destas considerações, a poética de Cortezão enaltece a mulher e a poesia caboclas, em cujo cerne sua voz lírica se imiscui:

Sou cabocla perrechê,
domino a língua dos rios.
Minha força vem da fé
em meu canto ribeirinho.

Minha poesia cabocla
é rio correndo tarado
por detrás do olho de boto
em suruba de palavras.
(CORTEZÃO, 2021, p.64)

A imagem da mulher cabocla dominando a língua dos rios e extraíndo força deste universo das águas fundamenta a expressão “Fluviolírico”, empregada pelo escritor Isaac Melo, em referência à obra Amazonidades, onde se materializa sua poética dos rios e das águas. Ele defende que a voz da poeta “é peculiar, obviamente, não pelo tema que aborda. Antes, porém, pelo modo como sente, diz, sintetiza, traduz e escreve, e inscreve, em nosso espírito, toda a sentimentalidade amazônica” (Cortezão, 2021, s/p).

Em seus versos, a poesia cabocla confunde-se com o correr das águas dos rios, turbilhonando êxtases e sentidos em uma atrevida “suruba” de palavras. Ler as trovas de Cortezão é como viajar pela topografia amazônica e sentir o cheiro do peixe moqueado, encantar-se com a gastronomia local e se deliciar com os falares da região.

Esta experiência de resistir ao modelo normativo de expressão da língua, - estabelecido por alguns gramáticos como padrão, normalmente, sabota as subjetividades das mulheres, por subtrair sua genuína expressão - constitui traço importante da irreverência dessa poeta amazônica radicada na Europa. Assim, a poeta assume o papel de uma Icamiaba pós-moderna gritando trovas poéticas.

As estratégias de composição da escrita autoral de Marta Cortezão, - relacionadas à proximidade com a oralidade, com a linguagem popular dos povos amazônicos (caboclos, ribeirinhos, indígenas, entre outros) e focadas no universo feminino, tudo isso, acrescido da complexidade de uma poeta que possui identidades em trânsito – interferem em sua produção literária.

A fruição estética da leitura se assemelha, em parte, a um deslocamento: como se as formas curvilíneas e escorregadias desenhadas pelo movimento das águas doces, fecundas e misteriosas que trafegam nos leitos dos rios pudessem falar também dessa nova linguagem. Desse jeito feminino, interiorano, caboclo de se expressar, ao mesmo tempo sensual e ostensivo.

Assim, a leitura da obra convida a adentrar a singularidade poética de Cortezão, que exalta os valores da feminilidade ao mesmo tempo em que relativiza a rigidez inerente à linguagem formal. Lúcia Castelo Branco, em seu estudo sobre a escrita feminina, corrobora essa estratégia de resistência, quando esclarece:

O que pretendo sugerir é que a escrita feminina vai colocar em jogo uma língua outra, uma língua mátria, que não busca o preenchimento (O Grande Sentido, conforme já foi dito), a certeza, a resolução do conflito, a comunicação da mensagem, mas a carícia que o som, o ritmo, a modulação da voz e a respiração possam produzir na orelha do leitor (como um leve sopro na orelha do bebê). (CASTELO BRANCO, 1991, p.49-50)

A subversão apontada por Castelo Branco pode remeter, entre outros aspectos, ao predomínio da oralidade no registro das inspirações poéticas. Como se fossem reminiscências de carícias das vozes maternas se insurgindo no corpo do poema, no resgate da beleza e da sonoridade dos falares locais. Diante destes pressupostos, lemos em *Amazonidades: gesta das águas*, (Cortezão, 2021, p.53):

Diacho, deixe de bestagem!
Chega já de teimosura!
Quem caçoa de visagem
acaba vendo misura!

Boca da noite caindo,
ela acende a lamparina,
lê o livro um bocadinho...
Que pretume nas narinas!

No trecho, a sabedoria popular alerta sobre o risco do desrespeito aos elementos de um mundo mágico dominado pelos seres sobrenaturais. Na primeira trova, ouve-se a voz da sabedoria materna avisando a filha sobre os mistérios do mundo. Talvez seja a forma poética de rememorar episódios em que mãe lhe ralhava. A expressão da potência poética revelada na análise de Lúcia Castelo Branco fala exatamente dessa modulação e dessa carícia da voz.

Em relação à terminologia, percebe-se que a palavra “visagem” remete a um universo encantado que povoa o imaginário popular. A esse respeito, lemos no livro *Árvore de Carne* (2012), de autoria dos escritores indígenas amazonenses Lia Minápoty e Yaguarê Yamã:

Reza a lenda que era lá na morada do Zorak ou Kãwéras – os homens morcegos, demônios criados por Anhãga e inimigo dos índios maraguás. Dizem que viviam em cavernas localizadas na ilha, de onde saíam todas as vezes que queriam comer carne humana. Mas reza a lenda também que esses demônios não mais existem por lá. Foram mortos ou fugiram para outro lugar. Deixando a lagoa livre de sua presença grotesca, o que não faz muita diferença, porque continua sendo morada de grande parte dos demônios e visajes que fazem parte do imaginário e da imensa lista de seres fantásticos da mitologia maraguá, como Kunhãgwéra, a Ypuré, o Bikoroti, a Pókuãra, a Matintaperwéra, a Trairaboia, a Guaribaboia, o Mapynguari, o Zuruãgã... e assim por diante. (MINÁPOTY & YAMÃ:2012, p.20-21)

Do povo Maraguá, do Amazonas, a magia das histórias de assombração e dos contos de arrepiar vem impregnada da oralidade que influencia essas culturas populares e recheia os falares do lugar. A variação na forma de grafar o termo “visagem/visaje” pode ser atribuída às influências do idioma indígena Maraguá no conto pesquisado. Aqui a poética de Cortezão evidencia as fortes conexões com saberes e falares envolvidos na complexidade do universo amazônico. Além de evidenciar intencionalidades ligadas ao imaginário do povo das águas.

A multiculturalidade dos povos amazônicos como marca também da já referida complexidade amazônida tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores. A respeito da cultura cabocla, nesse contexto, a pesquisadora Auxiliadora dos Santos Pinto, em sua obra *Literatura e História: vozes e marcas identitárias dos sujeitos amazônicos na produção literária de Porto Velho e Guajará-Mirim/RO* (2021, p.102) reitera: “...na Amazônia há várias correntes e grupos culturais, resultando em características antropológicas e culturais diversas como ritos, magias, costumes e linguagem, os quais influenciaram o viver amazônico e que são percebidos até os dias atuais.” Neste caldeirão, onde muitos povos e muitas culturas se mesclam dialeticamente, a partir do contato, as manifestações artísticas e culturais são, necessariamente, reflexos desse pluriverso.

Concernente a isso, a pesquisadora Isa Corgosinho (2022), em artigo sobre a obra *Amazonidades: a gesta das águas*, corrobora:

Ao poetizar o seu chão de águas da infância, da adolescência e da vida adulta, a poeta é resgatada no processo de conhecimento como autora de sua história e, conseqüentemente, como coautora de construções coletivas junto aos ribeirinhos de sua terra. Reafirma-se: o sujeito e o meio onde ele está inserido tornam-se codependentes, ressaltando que este meio não é entendido como algo predeterminado, mas sempre uma construção em dialógica interação com o sujeito. O caminhar sobre as amazonidades só acontece quando existe a interação entre os passos deslizantes da poeta e as gestas das águas. Privilegiados somos nós, seus leitores, que bebemos nos igarapés, nos braços e fontes dos rios que não cessam de nos maravilhar, ensinar sobre o potencial criativo de suas águas. (CORGOSINHO, 2022, s/p)

No ponto em que as histórias individuais e coletivas se tocam, como frisa Corgosinho, a “gesta das águas” movimentada a expressão poética de Marta Cortezão. Assim, a palavra poética segue seu curso irregular que parece, algumas vezes, rumorejar nas encostas suaves e curvilíneas dos leitos. Outras vezes, parece explodir no encontro voluptuosamente violento das águas, como no encontro dos gigantes Negro e Solimões: “Em meus olhos tudo cabe: / até aquele Rio barrento / copulando com o Negro / em longo dia calorento” (CORTEZÃO, 2021, p.22)

Vem do *Banzeiro Manso* a personificação do rio. No poema *Pororoca*, um rio fêmea, em alvoroço, convida para a cópula:

Minhas águas são rios
que fluem loucamente
em tua direção, com ânsia
de, na tua praia, quebrar-me.

Sou maré alta e quero banzeirar-me,
violentamente, em teus braços.
Sou o estrondo abrupto
das impetuosas ondas
aniquilando silêncios de outrora.

Desejo sitiar teus castelos de areia
e adornar-me de todo teu reino...
Lançar-me em cavalgada ligeira
como se fosse vez derradeira.

Porque o céu é o limite de amar
e o amor tanto nos importa...
Quando o meu rio encontrar
com tua delirante preamar
vai ser linda a nossa pororoca!
(CORTEZÃO, 2018, p.139)

A sensualidade feminina viceja nas páginas do *Banzeiro*. Na poética de Marta Cortezão, a voz narrativa assume sua versão rio e expressa o desejo idílico de uma pororoca. Já nas trovas que compõem *Amazonidades*, os rios rimam com cios: “Quando cançava as águas / e me remava de rios / sacava-me o vento a saia / na fértil relva de cios”

(Cortezão, 2021, p.22). Assim, a sensualidade vai se insinuando nas águas femininas da escrita poética da autora, que correm para desaguar versos em trovas, em um contínuo, no tempo perene da poesia.

A obra *Amazonidades* contempla a diversidade múltipla dos povos amazônicos também quando representa, poeticamente, as mulheres indígenas e suas culturas, seus falares, suas histórias e suas subjetividades. No capítulo Rio V Dos Encantados, lemos:

Iara, se ouvisse Orfeu
doce e ledó canto teu,
a lira te brindaria;
de ti vassalo seria

Fértil e virgem Ceiuci,
louca fome mapati
goteja, por entre as coxas,
clamar a Jurupari.

Amemo-nos Macuxi,
beijos ternos araçá;
bebamos do caxiri,
pra sempre Tambatajá.

Arrumou seu quiriri
no balaio das luxúrias;
cantou a Jurupari
proezas e travessuras.
(CORTEZÃO, 2021, p.77)

No encantamento da mata, a evocação das vozes ancestrais, por meio das histórias de pertencimento das mulheres indígenas da Amazônia. Nesses versos transitam seres encantados como Iara, Ceiuci, Matinta e muitos outros para o resgate das origens míticas da força dessas mulheres. Desta feita, os versos de Marta Cortezão convidam os leitores e as leitoras a empreenderem uma viagem pelo universo plurissignificativo da Amazônia real.

Considerações finais

Amazonidades: gesta das águas (2021) e *Banzeiro Manso* (2018) são dois livros que se complementam e fazem reverberar a veia poética desta icamiaba-pós-moderna-desterritorializada que, no entanto, faz ressoar a sua essência amazônica em cada verso, em cada trova compondo uma escrita feminina, intensa, voraz e muito singular.

A pena da poeta tefeense verte poemas que aproximam personagens clássicos e seres encantados da floresta, em dinâmica interação. Enquanto isso, desejos e luxúrias fazem a vida fluir liquidamente desaguardo prazeres nas correntezas dos rios. Formam longos e velozes braços que deslizam em direção ao mar.

O feminino se impõe através da escrita poética de Marta Cortezão e se autoprojeta em sabedoria, em pertencimento e em volúpia. Uma escrita que transcende a si própria e se estabelece como mecanismo de luta por visibilidade e pelo reconhecimento do valor das produções femininas, tanto no mercado editorial quanto no funil estreito do cânone literário que permanece marcando desigualdades entre a escrita de autores e de autoras.

Referências

ALVAREZ, Vânia Maria do Socorro. **Navegando para além das fronteiras da Amazônia: uma leitura do imaginário Tupeba e da poética de Marta Cortezão.** Artigo em: Revista Eletrônica Falas Breves. Nr.10, 2021. Disponível em: <https://www.falasbreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-brevs/article/view/231/0> (Acesso em julho de 2022).

BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria.** Tradução Antonio de Pádua Danesi. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

CASTELO BRANCO, Leila. **O que é escrita feminina.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CORGOSINHO, Isa. **A Relação Sistêmica Autopoiética Nas Gestas Das Águas – Nas Trovas Das Amazonidades. Blog Feminário Conexões, 2022.** Resenha. Disponível em: <https://feminarioco nexoes.blogspot.com/2022/06/literatura-feminina-contemporanea.html> (Acesso em março de 2022)

CORTEZÃO, Marta. **Amazonidades: Gesta das Águas.** Guaratinguetá, SP: Penalux, 2021.

CORTEZÃO, Marta. **Banheiro Manso.** Gramado/RS:Porto de Lenha Editora, 2018.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade.** 2ed. São Paulo: Pólen, 2018.

-----, **Saberes da Floresta.** São Paulo: Jandaíra, 2020.

LOUREIRO, João Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário.** 4 ed. Belém-PA: Cultural Brasil, 2015.

MINÁPOTY, Lia & YAMÃ, Yaguarê. **A Árvore de Carne e outros contos.** São Paulo: Tordesilhinhas, 2012.

PINTO, Auxiliadora dos Santos. **Literatura e História: vozes e marcas identitárias dos sujeitos amazônicos na produção literária de Porto Velho e Guajará-Mirim/RO.** Porto Velho: Temática Editora, 2021.

Jaqueline Balthazar Silva

Licenciada em Letras, Bacharel em Teologia, Especialista em Ética e Educação e em Docência na EaD, Mestre em Bioética.

GUERRA "SANTA": UM DIÁLOGO SOBRE O TERMO E A GUERRA NA PALESTINA

Você já deve ter ouvido falar em guerra "santa" nas aulas de história no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Talvez você não esteja lembrado(a). Gostaria de propor aqui apenas um diálogo sobre a expressão. Não se trata, necessariamente de um artigo acadêmico, na exatidão do termo (artigo). Trata-se mais de uma carta pedagógica com a intenção de levantar questionamentos pertinentes. Não é um artigo de história porque a minha formação é teológica. Por isso, o diálogo aqui é sobre a (in)adequação da expressão guerra santa. Sabe-se que essa nomenclatura foi utilizada para explicar, por exemplo, as guerras entre cristãos e muçulmanos na Terra Santa. Desde muito antes do início do Cristianismo Jerusalém já era o lugar santo para as Religiões monoteístas. Filhos de Israel (aqui não se trata do Estado de Israel), os filhos e descendentes de Abraão sempre travaram batalhas pelo território porque, sendo filhos do Patriarca, consideram-se os donos da Terra Santa. Há, porém, divergências de interpretação quando se é muçulmano, cristão ou judeu. O que vemos hoje na Palestina é uma nova batalha que se reivindica a propriedade da Palestina. O Estado de Israel, governado por sionistas, que visam um estado judeu independente, porém, nem todo judeu é sionista e isso precisa ser evidenciado claramente. O Judaísmo é uma religião, o sionismo é o uso da religião com objetivos políticos. A criação do Estado de Israel foi o resultado de uma articulação política que teve início no 1º Congresso Sionista Mundial (1897) cujo objetivo central era o de dominar o mundo - e isso explica muito do que acontece hoje na Palestina. O que queremos propor nesse artigo é discutir sobre o início da querela entre judeus e árabes para que possamos minimamente compreender o que há por trás dessa guerra. Por isso, o artigo é mais uma carta com perguntas que querem ser debatidas e não respostas prontas. A ideia é conhecer a verdade sobre os fatos para saber as reais motivações nesse conflito.

INTRODUÇÃO

As origens do conflito entre Israel e o território de Gaza têm raízes na disputa pelo território palestino desde a Primeira Guerra Mundial sendo que a semente do antisemitismo é anterior à subida do nazismo ao poder na década de 1930, ou seja, também anterior à I Guerra. Os judeus

ortodoxos eram considerados manipuladores uma vez que eram ricos e sabiam trabalhar com o dinheiro, mas, a principal acusação que pairava sobre eles era que eram os responsáveis por entregar Jesus aos romanos.

É importante destacar que, assim como o Cristianismo possui correntes que vão da mais conservadora e tradicional até as correntes mais progressistas (tanto dentro do catolicismo como entre os Evangélicos), também não existe apenas um tipo de judaísmo. Entre as correntes judaicas existem os judeus ortodoxos, conservadores e reformistas. Os ortodoxos são os mais radicais no sentido em que não reconhecem a importância de Jesus. Os conservadores e reformistas admitem que Jesus tenha sido um profeta importante. Os ortodoxos foram influenciados por uma versão do Talmud¹ adulterada em que a figura de Jesus foi apresentada como um rebelde, revolucionário e até mesmo um herege. Estes justificam a crucificação como uma pena adequada, estes foram os que entregaram Jesus aos romanos. A leitura do Talmud feita pelos ortodoxos é literal e, considerada sagrada (não se considera a adulteração, que, pode-se dizer, não foi inocente, ou seja, teve uma intenção). Jesus, no judaísmo messiânico, não é considerado um Messias, apenas mais um profeta.

Voltando à origem do conflito, havia, então preconceito econômico e religioso, segundo a Redação Mundo Estranho² (2024). Os arianos³ consideravam os judeus uma “raça deformada” com base em teorias biológicas racistas, e o nazismo foi adepto dessas teorias. Pregavam a pureza racial e não existia apenas o preconceito para com os judeus, mas todas as demais raças que eram consideradas obstáculo à tal pureza racial por eles defendida.

A partir de 1933 os nazistas passaram a distribuir⁴ na Alemanha cópias dos “Protocolos de Sião” para incitar o ódio aos judeus. Quando os nazistas assumiram o governo utilizaram-se desse documento distribuído para criar o preconceito aos judeus.

No Brasil houve também uma versão brasileira daqueles protocolos, encabeçada por Gustavo Barroso, um integralista⁵ conhecido como antisemita e admirador do nazismo.

Em uma versão mexicana dos Protocolos sugere-se que o Holocausto judeu serviu como moeda de troca para a criação do Estado de Israel como forma de reparação. O que se sabe é que houve um plágio e que

¹ O Talmud, além da Torá, é considerado pelos ortodoxos como um livro sagrado.

² Revista Superinteressante disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/por-que-os-nazistas-queriam-exterminar-os-judeus/>.

³ Descendentes das “árias”, uma das etnias que formaram as populações europeias.

⁴ Consta que já em 1919 já havia, na Alemanha, cópias do Protocolos dos Sábios de Sião.

⁵ Movimento fascista que, desde a independência do Brasil, faziam conspirações judaicas em grandes eventos políticos nacionais.

o czar Nicolau chamou Mathieu Golovinski, em 1898, para culpar os judeus pelos problemas econômicos russos. Golovinski, então inseriu trechos do Diálogo no Inferno entre Montesquieu e Maquiavel de um romance de Biarritz.

Isto posto, o que se pode observar é que havia uma intenção de um grupo de judeus, não todos, mas um grupo político-religioso, que pretendia de fato “dominar o mundo” (sionistas) de um lado, e as adulterações dos Protocolos, de outro.

Desse modo é importante destacar que nem todo judeu é sionista. Os sionistas são um grupo político de extrema direita e que se consideram a raça escolhida do povo de Deus. Por isso, para eles os palestinos são considerados indignos e precisam ser exterminados.

A Palestina é o que antigamente se conhecia como a Canaã bíblica e que, para os sionistas, é chamada de Sião. As lutas pelo território são muito antigas. Foi conquistada pelos hebreus ou israelitas em meados de 1200 a.C. depois da saída do Egito.

Dando um pulo na história para sintetizar o assunto, mais tarde, em 638, a Palestina foi dominada mais uma vez⁶, agora já no período de difusão do Islamismo pelos árabes. Várias lutas chamadas de Cruzadas dominaram a Palestina, ora cristãos, ora árabes islâmicos tomavam o poder do território. Até que Theodor Herzl fundou o Movimento Sionista, pregando a restauração do território hebreu com a proposta de criar um Estado judeu (a gênese da criação do atual Estado de Israel).

Durante a primeira Guerra Mundial a Turquia uniu-se a Alemanha e perdeu. Desse modo perdeu as posses em território árabe. A Palestina foi, então, administrada pela Grã-Bretanha por meio de um mandato da Liga das Nações. Isso impulsionou uma imigração de judeus para o território árabe. Temendo conflitos causados pela grande hostilidade aos árabes, estes criaram uma organização paramilitar “Haganah – a princípio voltada para a autodefesa e mais tarde também para operações de ataque contra os árabes”⁷ (CURSO OBJETIVO).

Com o fim da segunda Guerra Mundial a ONU propôs a divisão da Palestina e a criação de dois Estados, um o Estado de Israel e outro o da Palestina. Porém, até hoje, só houve a criação do Estado de Israel e os palestinos vivem em constante conflito com Israel que faz de tudo para tomar o território palestino. O estado de Israel foi proclamado em 14 de maio de 1948. São mais de 70 anos e até agora o Estado da Palestina é apenas um desejo e, desde então são atacados e se mantém reféns de Israel

⁶ Houve diversas outras invasões e divisões.

⁷ Curso Objetivo, A Questão Palestina.

com cortes de água, luz, distribuição de alimentos, ou seja, setenta anos de sofrimento.

Países como o Egito, a Arábia Saudita, a Jordânia, o Iraque, a Síria e o Líbano nunca aceitaram a criação do Estado de Israel. Isto porque não foi criado também o Estado Palestino; o que foi considerado uma grande injustiça. Porém, os árabes foram derrotados e Israel passou a controlar 75% do território palestino. A partir daí, iniciou-se o êxodo dos palestinos para os países vizinhos. Atualmente, esses refugiados somam cerca de 3 milhões. Observe bem, Israel ocupou 75% do território palestino, deixando apenas 25% para a população árabe.

O que vemos aqui, então é uma luta de quase oitenta anos em que os palestinos são expulsos do seu território.

CRONOLOGIA

A seguir um quadro com a cronologia, conforme o Curso Objetivo na aula sobre a Questão Palestina⁸

1947 – A ONU aprova a partilha da Palestina em dois Estados – um judeu e outro árabe. Essa resolução é rejeitada pela Liga dos Estados Árabes.

1948 – Os Judeus proclamam o Estado de Israel, provocando a reação dos países árabes. Primeira Guerra Árabe-Israelense. Vitória de Israel sobre o Egito, Jordânia, Iraque, Síria e Líbano e ampliação do território israelense em relação ao que fora estipulado pela ONU. Centenas de milhares de palestinos são expulsos para os países vizinhos. Como territórios palestinos restaram a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, ocupadas respectivamente por tropas egípcias e jordanianas.

1956 – Guerra entre Israel e o Egito. Embora vitoriosos militarmente, os israelenses retiraram-se da Faixa de Gaza e da parte da Península do Sinai que haviam ocupado.

1964 – Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja pretensão inicial era destruir Israel e criar um Estado Árabe Palestino. Utilizando táticas terroristas e sofrendo pesadas retaliações israelenses, a OLP não alcançou seu objetivo e, com o decorrer do tempo, passou a admitir implicitamente a existência de Israel.

1967 – Guerra dos Seis Dias. Atacando fulminantemente em três frentes, os israelenses ocupam a Faixa de Gaza e a Cisjordânia (territórios

⁸ Disponível em: <https://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro-estudos/questao-palestina.aspx#:~:text=A%20Palestina%20foi%20conquistada%20pelos,onde%20vivera%20por%20alguns%20s%C3%A9culos>.

habitados pelos palestinos) e tomam a Península do Sinai ao Egito, bem como as Colinas de Golan à Síria.

1970 – “Setembro Negro”. Desejando pôr fim às retaliações israelenses contra a Jordânia, de onde provinha a quase totalidade das incursões palestinas contra Israel, o rei Hussein ordena que suas tropas ataquem os refugiados palestinos. Centenas deles são massacrados e a maioria dos sobreviventes se transfere para o Líbano.

1973 – Guerra do Yom Kippur (“Dia do Perdão”). Aproveitando o feriado religioso judaico, Egito e Síria atacam Israel; são, porém, derrotados e os israelenses conservam em seu poder os territórios ocupados em 1967. Para pressionar os países ocidentais, no sentido de diminuir seu apoio a Israel, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) provoca uma forte elevação nos preços do petróleo.

1977 – Pela primeira vez, desde a fundação de Israel, uma coalizão conservadora (o Bloco Likud) obtém maioria parlamentar. O novo primeiro-ministro, Menachem Begin, inicia o assentamento de colonos judeus nos territórios ocupados em 1967.

1979 – Acordo de Camp David. O Egito é o primeiro país árabe a reconhecer o Estado de Israel. Este, em contrapartida, devolve a Península do Sinai ao Egito (cláusula cumprida somente em 1982). Em 1981, militares egípcios contrários à paz com Israel assassinam o presidente Anwar Sadat.

1982 – Israel invade o Líbano (então em plena guerra civil entre cristãos e muçulmanos) e consegue expulsar a OLP do território libanês. Os israelenses chegam a ocupar Beirute, capital do Líbano. Ocorrem massacres de refugiados palestinos pelas milícias cristãs libanesas, com a conivência dos israelenses.

1985 – As tropas israelenses recuam para o sul do Líbano, onde mantêm uma “zona de segurança” com pouco mais de 10 km de largura. Para combater a ocupação israelense, forma-se o Hezbollah (“Partido de Deus”), organização xiita libanesa apoiada pelo governo islâmico fundamentalista do Irã.

1987 – Começa em Gaza (e se estende à Cisjordânia) a Intifada (“Revolta Popular”) dos palestinos contra a ocupação israelense. Basicamente, a Intifada consiste em manifestações diárias da população civil, que arremessa pedras contra os soldados israelenses. Estes frequentemente revidam a bala, provocando mortes e prejudicando a imagem de Israel junto à opinião internacional. Resoluções da ONU a favor dos palestinos são sistematicamente ignoradas pelo governo israelense ou vetadas pelos Estados Unidos. A Intifada termina em 1992.

1993 – Com a mediação do presidente norte-americano Bill Clinton, Yasser Arafat, líder da OLP, e Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, firmam em Washington um acordo prevendo a criação de uma Autoridade Nacional Palestina, com autonomia administrativa e policial em alguns pontos do território palestino. Prevê-se também a progressiva retirada das forças israelenses de Gaza e da Cisjordânia. Em troca, a OLP reconhece o direito de Israel à existência e renúncia formalmente ao terrorismo. Mas duas organizações extremistas palestinas (Hamas e Jihad Islâmica) opõem-se aos termos do acordo, assim como os judeus ultranacionalistas.

1994 – Arafat retorna à Palestina, depois de 27 anos de exílio, como chefe da Autoridade Nacional Palestina (eleições realizadas em 1996 o confirmam como presidente) e se instala em Jericó. Sua jurisdição abrange algumas localidades da Cisjordânia e a Faixa de Gaza – embora nesta última 4 000 colonos judeus permaneçam sob administração e proteção militar israelenses. O mesmo ocorre com os assentamentos na Cisjordânia. Na cidade de Hebron (120 000 habitantes palestinos), por exemplo, 600 colonos vivem com o apoio de tropas de Israel. Nesse mesmo ano, a Jordânia é o segundo país árabe a assinar um tratado de paz com os israelenses.

1995 – Acordo entre Israel e a OLP para conceder autonomia (mas não soberania) a toda a Palestina, em prazo ainda indeterminado. Em 4 de novembro, Rabin é assassinado por um extremista judeu.

1996 – É eleito primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, do Partido Likud (antes denominado Bloco Liked), que paralisa a retirada das tropas de ocupação dos territórios palestinos e intensifica os assentamentos de colonos judeus em Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, em meio à população predominantemente árabe. O processo de pacificação da região entra em compasso de espera, ao mesmo tempo em que recrudescem os atentados terroristas palestinos. Em Israel, o primeiro-ministro (chefe do governo) é eleito pelo voto direto dos cidadãos.

1999 – Ehud Barak, do Partido Trabalhista (ao qual também pertencia Yitzhak Rabin), é eleito primeiro-ministro e retoma as negociações com Arafat, mas sem que se produzam resultados práticos.

2000 – Israel retira-se da “zona de segurança” no sul do Líbano. Enfraquecido politicamente, devido à falta de progresso no caminho da paz, e também devido às ações terroristas palestinas (não obstante as represálias israelenses), Barak renuncia ao cargo de primeiro-ministro. São convocadas novas eleições, nas quais ele se reapresenta como candidato. Mas o vencedor é o general da reserva Ariel Sharon, do Partido Likud, implacável inimigo dos palestinos. Pouco antes das eleições, começa nos territórios ocupados uma nova Intifada.

2001 – Agrava-se o ciclo de violência: manifestações contra a ocupação israelense, atentados suicidas palestinos e graves retaliações israelenses. Nesse contexto, Yasser Arafat, já septuagenário, parece incapaz de manter a autoridade sobre seus compatriotas ou de restabelecer algum tipo de diálogo com Israel, cujo governo por sua vez mantém uma inflexível posição de força.

ATUALIDADE

Depois de 2001 até o momento atual consta-se que Israel desocupou apenas sete cidades da Cisjordânia e uma oitava foi desocupada apenas parcialmente, o que corresponde a apenas 3% do território. 24% do território tem uma ocupação mista entre palestinos e israelenses e 74% do território permanece ocupado. Apenas 29% do território é de jurisdição totalmente palestina. Na faixa de Gaza permanecem tropas israelenses que protegem os colonos de Israel. Ou seja, são menos de 30%. O Estado de Israel foi empurrando os palestinos cada vez mais para as periferias e agora, com o sequestro, pelo Hamas, de cidadãos israelense, se vê uma “oportunidade” de eliminar todos com a desculpa de que se está enfrentando o Hamas.

A população civil está sendo dizimada. Pessoas estão sendo mortas na fila para conseguir comida. E eles justificam isso como sendo um dever religioso, se utilizam do Talmud para justificar as barbaridades.

O presidente Lula teve a coragem e a ousadia de chamar de genocídio o que está acontecendo. A princípio Israel sentiu-se ofendido, exigiu que o nosso presidente pedisse desculpas. Porém, a coragem do presidente fez com que no mundo todo as pessoas fossem às ruas protestar. Essa atitude mexeu com a geopolítica mundial e está afetando, inclusive, as próximas eleições nos EUA. O povo está exigindo posicionamento firme dos líderes mundiais.

Obstáculos⁹

a) A oposição das facções extremistas, tanto palestinas como israelenses.

b) A posição militarista e intransigente do governo Sharon.

c) O estatuto de Jerusalém Oriental, que os palestinos almejam transformar em sua capital mas que já foi incorporada oficialmente ao território israelense, dentro do conceito de que a cidade de Jerusalém “é a capital de Israel, una e indivisível”.

⁹ Segundo o texto do Curso Objetivo sobre a Questão Palestina

d) O problema dos 150 000 colonos existentes em Gaza e na Cisjordânia e que se recusam a deixar seus assentamentos.

e) A disputa pelos recursos hídricos do Rio Jordão, pois parte de seu curso (na fronteira entre a Jordânia e a Cisjordânia) ficaria fora do controle de Israel.

f) O território palestino simplesmente não tem como absorver os quase 3 milhões de refugiados que habitavam terras do atual Estado de Israel e que continuam a viver, na maior parte, em precários campos de refugiados espalhados pelo mundo árabe – notadamente no Líbano.

A Cidade de Jerusalém – Cidade Sagrada

Como iniciamos o nosso texto falando da guerra Santa, temos na cidade de Jerusalém uma disputa de três lugares sagrados a saber:

O muro das Lamentações – considerado o último remanescente do Templo de Jerusalém (judeus);

A Mesquita da Rocha – monumento considerado pelos islâmicos como o local onde Maomé ascendeu ao Paraíso.

Igreja do Santo Sepulcro – onde Jesus foi sepultado e de onde ressuscitou ao terceiro dia.

A disputa pela cidade sagrada acontece entre extremistas religiosos. Na verdade, entre os representantes das três religiões existe aqueles que convivem respeitosamente e que conservam o bom senso e a civilidade. O extremismo é sempre voltado para a eliminação do diferente, não há diálogo possível entre visões de mundo que divergem.

Por isso, numa democracia, o que se defende é o convívio respeitoso entre uma diversidade cultural, religiosa, partidária. Conhecer o diferente não é um perigo, é uma riqueza a mais. Entrar em contato com outras formas de pensar sempre pode acrescentar conhecimento, ninguém precisa ser doutrinado. Quando se tem certeza de suas origens e de seus valores não há como ser doutrinado. Mas, conhecer os valores de outras culturas também nos ajuda a repensar e a rever alguns de nossos conceitos.

Certamente há algumas práticas e costumes entre os árabes que nos causam estranheza, haja vista a posição das mulheres na sociedade. Mas, no momento em que se estão exterminando mulheres e crianças nossos olhos devem estar voltados para a proteção da vida e da dignidade dessas pessoas, antes de tudo. Haverá outro momento para se discutir questões de gênero entre os palestinos. No momento precisamos salvaguardar a existência dessas mulheres e crianças, do contrário não haverá mais a necessidade de se discutir gênero, mas esse é um outro assunto que pode ficar para uma próxima conversa.

Guerra Santa – Primeiro ato

O que foi conhecido como Guerra Santa foram as Cruzadas em que cristão e islâmicos constantemente lutaram pela cidade de Jerusalém. Isso começou a praticamente 925 anos, quase um milênio. Houve pelo menos oito Cruzadas entre cristãos e muçulmanos islâmicos.

No séc. XI os turcos otomanos conquistaram Jerusalém e impediram os cristãos de visitarem o santo sepulcro. Isso fez com que católicos conchassem os fiéis a participarem de uma cruzada para retomar o santo sepulcro. A primeira cruzada foi conhecida como a Cruzada dos Nobres porque foi comandada por membros da aristocracia europeia, durou quatro anos (1095 – 1099) tendo os cristãos uma vitória significativa. Isso permitiu a criação dos Templários e dos Hospitalares (ordens religiosas) que protegiam os fiéis em peregrinação e davam assistência médica, respectivamente.

Como citado anteriormente, foram ao todo 8 cruzadas e, muitas resultaram em muitas mortes que custaram muito caro para a nobreza europeia cristã. A última cruzada ocorreu em 1270. Apesar de tudo trouxeram mudanças importantes para o ocidente medieval uma vez que mobilizou o comércio europeu no norte da Itália, nas rotas dos Alpes ao Reno.

Houve ainda um grande crescimento cultural trazido do oriente para a Europa e o desenvolvimento das universidades. DE um modo geral, as Cruzadas propiciaram a expansão do Ocidente. A reconquista da Península Ibérica foi fundamental para as grandes navegações.

Guerra “Santa” – hoje?

Seria correto chamar uma guerra, seja ela qual for, de santa? Embora haja de ambos os lados justificativas religiosas, o que se vê são extremistas religiosos querendo ser os “donos” de Deus.

O Deus verdadeiro, o Todo Poderoso, o Criador do Universo não fica nem um pouco contente com essa briga de egos. E o mais importante, não cabe em um “recipiente” único e exclusivo. Deus é maior que tudo e, se Deus é Amor, não há como conciliar Amor e Guerra num mesmo lugar. São termos antagônicos, opostos, inversos.

Deus acolhe toda diversidade e está ao lado dos que sofrem, dos mais fracos e mais vulneráveis, sempre. Numa guerra, Deus está lá sofrendo, morrendo e sendo atacado pelos poderosos, pelos arrogantes.

Por isso, nessa situação em que os palestinos estão vivendo, se Jesus Cristo voltasse hoje ele estaria ao lado dos palestinos que estão sendo massacrados, humilhados, exterminados cruelmente pelo governo de Netanyahu.

Netanyahu assumiu o poder em 1996. O povo palestino foi expulso do seu território em 1948, restando para eles apenas a faixa de Gaza e a Cisjordânia. Só em 1964 foi criada a Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

A intifada palestina foi uma Revolta Popular na qual o povo protesta contra as atrocidades de Israel diante do povo palestino. Em 1995 Israel faz um acordo com a OLP (organização de países petrolíferos) em que garante a autonomia, porém não a soberania do povo palestino. Porém, desde que Netanyahu assumiu ele aumentou significativamente os assentamentos judeus em território palestino, com a intenção de exterminar o povo palestino.

O CONFLITO ENTRE ISRAEL E O HAMAS¹⁰

O conflito entre Israel e Hamas tem origem na disputa por territórios que já foram ocupados por diversos povos, como hebreus e filisteus, dos quais descendem israelenses e palestinos. Em diferentes momentos, guerras e ocupações, eles foram expulsos, retomaram terras, ampliaram e as perderam (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Embora tenha havido o acordo de reconhecimento da Autoridade Palestina, esse acordo não prevê a soberania do território palestino. O Hamas é um movimento político islâmico sumita que não aceita a ocupação de judeus israelenses no território palestino. Isso fez com que o Hamas desse um golpe na Autoridade Palestina na faixa de Gaza em que se calcula que vivem 2,6 milhões de habitantes num território de mais de 360 km. Desse modo a Autoridade Palestina não tem poder no território de Gaza.

Em outubro de 2023 o Hamas tomou como reféns 236 israelenses, gerando uma guerra entre Israel e o Hamas que já dura meses.

BBC¹¹

De acordo com o site da BBC

As condições na Faixa de Gaza também não são novas e o bloqueio israelense à região foi estabelecido há mais de 16 anos, quando o Hamas tomou o controle de Gaza.

¹⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/israel-hamas-palestina-entenda-guerra-no-orientemio#:~:text=O%20conflito%20entre%20Israel%20e,terras%2C%20ampliaram%20e%20as%20perderam.> Publicado em 15/10/2023 - 14:16 Por Luiz Claudio Ferreira - Repórter da Agência Brasil - Brasília

¹¹ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8xgx65j7vo#:~:text=Como%20um%20dos%20mais%20radicais,de%20atrapalhar%20um%20poss%C3%ADvel%20acordo.> Julia Braun da BBC News Brasil em São Paulo 09/10/2023.

Por que então ocorreu agora a série de ataques sem precedentes a Israel que está sendo comparada como o dia mais trágico para os judeus desde o fim do Holocausto?

A BBC News Brasil reúne aqui sete fatores que são pano de fundo para os atentados coordenados que mataram mais de 1,2 mil israelenses, incluindo mulheres, crianças e idosos e resultaram no sequestro de pelo menos 100 pessoas (BRAUN, 2023).

A verdade é que no mundo todo existem protestos contra a matança e o genocídio palestino. O mundo reconheceu a fala do presidente Lula e está se mobilizando e exigindo o fim da guerra. Embora os EUA digam em discursos que precisa haver um cessar fogo, na ONU seus representantes continuam vetando. Desse modo, fica sempre sendo um discurso vazio e meramente politiquês na medida em que está em curso uma nova eleição. Na prática, não muda nada, os representantes que têm o poder de mudar a história permanecem mantendo a guerra.

O que a sociedade global precisa se perguntar, de fato é, por que os EUA têm tanto interesse em manter o genocídio? Por que continuam enviando armas para Israel e para a Ucrânia? Por que Israel está impedindo a chegada da ajuda humanitária à população de Gaza?

Como começamos o nosso texto, a ideia aqui não é doutrinar ninguém. O nosso objetivo com o texto é fazer com que o nosso interlocutor busque novas perguntas, deseje conhecer e buscar novas informações.

Como a pretensão foi a de uma carta pedagógica, queremos apenas temperar o debate e promover a busca pela justiça aos que estão sendo dizimados. Precisamos lutar contra todo tipo de extermínio, seja na faixa de Gaza, seja no Congo, seja na Cracolândia, em Santos ou no Rio de Janeiro, seja pelo racismo estrutural que mata generalizadamente pretos e pobres no Brasil todo.

Temos a obrigação de levantar as nossas vozes contra todo tipo de injustiça. Esse texto foi escrito para deixar claro o meu protesto e a minha posição para que eu deixe o meu testemunho.

Einstein, Hannah Arendt, Sidney Hook, entre outros condenaram a criação do Estado de Israel em uma carta publicada em 2 de dezembro de 1948 no jornal americano *The New York Times*. Na os signatários condenavam as ações de Menachem Begin, líder do novo Partido da Liberdade. A seguir a primeira parte da carta¹²:

Entre os fenômenos políticos perturbadores de nossos tempos está a emergência no recém-criado Estado de Israel do "Partido da Liberdade" (Tenuat HaHerut), um partido político estreitamente

¹² <https://vermelho.org.br/2007/05/15/quando-einstein-e-hannah-arendt-condenaram-israelenses/> consultado em 13/03/2024.

assemelhado em sua organização, métodos, filosofia política e apelo social aos partidos Nazista e Fascista (ALBERT EINSTEIN, 1948).

De acordo com a carta o autoproclamado “Partido Liberdade” tinha interesse de exterminar a população para criar um estado puro. Veja o trecho a seguir:

Os membros do Partido da Liberdade não têm nenhuma participação nos logros construtivos na Palestina. Eles não reivindicam nenhuma terra, nenhuma construção de habitações e apenas depreciam a atividade defensiva judaica. Seus esforços de imigração muito propagandeado foram diminutos e devotados principalmente para atraírem compatriotas fascistas (ALBERT EINSTEIN, 1948).

Desde o início da guerra diversos meios de comunicação têm publicado a carta na íntegra, vala a pena ler para compreender o que de fato Israel pretende. Alguns dizem que a carta foi profética. Ao nosso ver ela foi assertiva na medida em que os signatários sabiam de fato das consequências desastrosas porque podiam prever o futuro observando o passado. Na verdade, foi um alerta de quem sabia o que estava dizendo e conhecia muito bem os caminhos a que levaria.

Perguntas que precisamos responder

- Por que o Hamas atacou Israel?
- Por que Israel não aceitou ser comparado com o Holocausto nazista?
- Por que os EUA apoiam Israel?
- Até quando o comércio das armas vai ser mais importante que vidas humanas?

Por que civis, homens, mulheres, crianças e idosos devem pagar pelo grupo terrorista?

Os verdadeiros líderes do Hamas estão em Gaza?

Ainda podemos fazer muitas outras perguntas, essas são apenas as que mais nos indignam. Algumas respostas sabemos, como é o caso dos líderes do Hamas que estão bem distante, protegidos pelo Catar. Israel não ousa atacar o Catar que é muito rico, prefere matar uma população pobre e vulnerável porque o verdadeiro objetivo é exterminar, é sim o genocídio. Só se aproveitou do sequestro para fazer o que sempre quis fazer.

Referências

A QUESTÃO PALESTINA. Curso Objetivo. s/d. Disponível em: <https://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro-estudos/questao-palestina.aspx>.

BRAUN, Julia. Por que o Hamas atacou Israel agora? Bbc.com. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8xgx65j7vo#:~:text=Como%20um%20odos%20mais%20radicais,de%20atrapalhar%20um%20poss%C3%ADvel%20acordo>.

FERREIRA, Luiz Claudio. Israel, Hamas, Palestina: entenda a guerra no Oriente Médio. Agenciabrasil.ebc.com.br. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/israel-hamas-palestina-entenda-guerra-no-oriente-medio#:~:text=O%20conflito%20entre%20Israel%20e,terras%2C%20ampliar%C3%A3o%20as%20perderam>.

POR QUE OS NAZISTAS QUERIAM EXTERMINAR OS JUDEUS? Super.abril.com.br. 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/por-que-os-nazistas-queriam-exterminar-os-judeus/>.

QUANDO EINSTEIN E HANNAH ARENDT CONDENARAM ISRAELENSES. vermelho.org.br. 2007. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2007/05/15/quando-einstein-e-hannah-arendt-condenaram-israelenses/>.

João Luiz Muzinatti



Doutor em Educação Matemática.
Mestre em História da Ciência.
Professor de Matemática e Filosofia
Professor especialista em distúrbios
de aprendizagem em "ciências
exatas".

Ex consultor do Ministério da
Educação e Cultura, em Filosofia - TV
Escola. Criador e diretor do site "A
Matemática e seus Problemas", do
canal de vídeos "Muzinatti" e do blog
"Filopoesia". Engenheiro Mecânico.

ROBINHO, DANIEL ALVES, NEYMAR ... E NOSSOS ESTUDANTES?

Os colégios estão repletos de estudantes! Crianças, adolescentes e até adultos desfilam diariamente dentro da instituição *escola* performando a sublime e sagrada busca do conhecimento. Usam livros, cadernos, computadores, semblantes serenos ou, muitas vezes, inquietos. Caminham seguros e decididos às suas salas de aula, dando-nos a impressão de que buscam as chaves do castelo: o fogo de Prometeu: o poder supremo do saber que habita em cada nova descoberta, nova certeza e (por que não?) novas dúvidas. Em seu trabalho diário, sabemos, manuseiam textos, fazem exercícios, calculam, resolvem provas; sempre tendo como conteúdo central aquilo que a humanidade construiu de melhor nos campos das linguagens, das ciências, da filosofia. Seus mestres se empenham em dar-lhes o máximo em termos de informações e meios para que tudo isso se transforme em conhecimento. A meta é que possam construir melhores repertórios; ou terem boas notas em provas, pelo menos. Porém, em meio a tantas certezas e esperanças, surge uma questão: o que mais poderão estar aprendendo nesse exercício diário de convivência, diálogo e reflexões? Mais ainda: o que está nutrindo seu repertório fará bem, no futuro, para eles e o mundo em que vivem? Aqui, gostaria de sugerir aos mestres que, ao invés de Pitágoras, Darwin, Revolução Francesa ou Urbanização, tratassem, neste momento específico, de *futebol!*

Bobagem? Alucinação? Desserviço? Ataque deliberado à terra santa dos planejamentos em dia?

Pode ser que tal estranhamento (que talvez tenha feito o caro leitor pensar em abortar este texto) venha de um hábito – nosso – de ensinar diariamente sem pensar em: *por que ensinamos, para quê e como ensinamos*. Entretanto, quem sabe, o relaxamento quanto ao formato de nosso trabalho nos esteja impedindo de ver alguma relevância no tema (talvez) mais abordado e discutido pelos estudantes nas escolas brasileiras. E, pergunto aqui: se desejamos dar sentido ao projeto de formarmos seres humanos melhores, não deveríamos auscultar o imaginário e as certezas dos sujeitos desse projeto? Será que os alunos não têm nenhuma sabedoria nas suas escolhas, a ponto de a escola tornar-se um ambiente do qual terão de ouvir sempre que “não sabem nada”, “são fúteis” ou que “são vítimas de uma sociedade alienante” – a qual só não engana os mestres e pedagogos

experts em planejamentos, didáticas etc? Pois ouso, aqui, dizer que, neste momento de nossa história brasileira, o futebol pode ser o melhor meio de pensar em nosso mundo e discutir sobre quem somos e aonde queremos e podemos ir. Senão vejamos.

O futebol pode ser considerado um “saber inútil” ou algo que não nos proporciona nenhum ganho material ou cognitivo. Alienante e banal, dirão alguns, cobertos de razão. Porém, permeia nossas vidas, habita nossa consciência e nosso inconsciente – individual e coletivo. Por estar tão presente, faz parte do rol de objetos de interesse de quase todo mundo. E isto não é absurdo, nem trágico: é humano. Sabemos que, até mesmo no período clássico, na democracia ateniense, os temas mais recorrentes nas *ágoras*¹ não eram necessariamente conceitos de filosofia política ou algo que o valha. Como nos mostra Renato Janine Ribeiro, nas assembleias,

o que esses cidadãos mais decidem? A sociedade grega não conhece a complexidade da economia moderna. Os cidadãos tratam da guerra e da paz, de assuntos políticos, mas parte razoável das discussões parece girar em torno da religião e das festas, também religiosas. [...] [a polis grega é] assembleia a cada nove dias, sim, mas não para tratar de assuntos como os de grêmio estudantil (que é o órgão moderno mais próximo de sua militância). E sim, com alguma frequência, para discutir festas e dividir as tarefas (2001, p. 7).

Sim! Os gregos, assim como nós, tinham preferências por temas pouco profundos em seu cotidiano. Nas discussões, eram recorrentes as conversas sobre festas, intrigas entre famosos da época, opiniões acerca das olimpíadas. E tais assuntos eram também tratados nas reuniões públicas. Qual o mal disso? Assim como no tempo deles, nossas escolas – e até nosso parlamento, por exemplo, apresentam “banalidades” nas conversas que talvez monopolizem o dia-a-dia. Então, por que não tratar do futebol? E, hoje, mais do que nunca, por que não tratar das celebridades do nosso esporte bretão? E das estrelas. Dani Alves, Robinho e Neymar, por exemplo.

Acontece que, para nossos estudantes, esses indivíduos são celebridades do nosso tempo. Superam Newton, Einstein, Platão, Pitágoras ou Sartre. São conhecidos, e, provavelmente, muito conhecidos! Para grande parte de nossos estudantes, são ídolos² – podendo até ser modelos

¹ Praça principal das antigas cidades gregas, local em que se instalava o mercado e que muitas vezes servia para a realização das assembleias do povo; formando um recinto decorado com pórticos, estátuas etc., era tb. um centro religioso”. Dicionário Houaiss, https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#7.

² Ídolos são imagens veneradas, idolatradas. [gr. eidōlon, ou no sentido de 'reprodução de traços, imagem, simulacro, retrato, imagem refletida, imagem concebida pelo espírito', pelo lat. idōlon ou idōlum, i no sentido de 'representação material de uma coisa, imagem, espectro,

de vida, já que construíram notoriedade. E em que tipo de situações esses modelos de sucesso – vitoriosos – estão envolvidos, hoje – e, se observarmos atentamente, já há bastante tempo? Crimes de estupro, por exemplo!

Robinho, Daniel Alves e (há mais de 30 anos) o vitorioso técnico Cuca foram condenados por estupro – após processos pra lá de bem documentados – na Itália, na Espanha e na Suíça. Querem mais? Dois deles cometeram – cada um numa época e num lugar específico – *estupro coletivo* – vários homens violentando uma única mulher. O conhecido e querido “menino Ney” – o famoso Neymar – que não foi condenado por estupro, em 2019, quando a acusação retirou a queixa, agora entrou em cena desembolsando 150 mil euros (aproximadamente 800 mil reais) para que a justiça espanhola concedesse “atenuante de reparação de dano causado” ao amigo e sambista estuprador, Dani Alves. Jogar bem futebol ou ser técnico vitorioso não são os únicos atributos dessas celebridades que chegam ao conhecimento de nossos jovens. Estes, quando estão juntos, ou enviando mensagens ao celular, via de regra falam sobre temas como gols, contratos milionários, mulheres conquistadas e “fofocas” sobre estupro, por exemplo – como os gregos da era clássica faziam com seus *famosos* em situações notáveis ou absurdas, em Atenas. E o que se passa nas aulas? Triângulos retângulos, pronomes pessoais, organelas da ameba, cálculo da gravidade na Lua ...

O que seremos no futuro dependerá, em muito, do que estamos aprendemos a ser – no presente. Os alunos vão à escola ávidos por saber sobre esses assuntos polêmicos e marcantes. Chegam e partem para a discussão com seus pares – pois já estão acostumados com o fato de que não adianta questionarem os professores. Conversam entre si e via de regra são reprimidos por estarem “atrapalhando a aula”. (No tempo transcorrido entre o início da leitura e este momento já deu para que vários alunos fossem reprimidos por ficar “conversando ao invés de prestar atenção à aula”.) O que forma um cidadão – sua capacidade de aprender a fazer escolhas na vida – pode não estar sendo o objetivo principal em nossas escolas. Temas como estupro, sexualidade, machismo ou homofobia, que têm papel indispensável na formação de nossos futuros cidadãos, são deixados de lado, e muitas vezes acabam provocando reprimendas ou repressões. E o aprendizado tem efeito reverso.

Os jovens acabam se desencantando com a escola; e já vi muitos casos em que verbalizam tratar-se de um ambiente onde se cultiva e se cultua o *saber inútil*. Triste esta constatação. A escola bem que poderia ser

imagem de falsas divindades!; ver idol(o)-; f.hist. sXIII idolo, sXIII ydolo.] Dicionário Houaiss: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#8.

um ambiente no qual se pudesse aprender a viver melhor. Como nos aponta Fernando Savater,

ao contrário de outros seres, animados ou inanimados, nós homens podemos inventar e escolher, em parte, nossa forma de vida. Podemos optar pelo que nos parece bom, ou seja, conveniente para nós, em oposição ao que nos parece mau e inconveniente. Como podemos inventar e escolher, podemos nos enganar, o que não acontece com os castores, as abelhas e as térmitas. De modo que parece prudente atentarmos bem para o que fazemos, procurando adquirir um certo saber-viver que nos permita acertar. Esse saber-viver, ou arte de viver, se você preferir, é o que se chama de ética (2004, p. 17).

Ética! Nada a ver com moralismos, com regras de vida. Ele nos fala de um aprendizado acerca da nossa vida prática, feito de investigações, reflexões e discussões. Um suporte diário que haverá de nos capacitar para escolhas mais viáveis, voltadas para nós e nosso entorno. Uma atividade que também é chamada *Educação*. Aquilo do qual as escolas se gabam tanto de dizer que fazem.

E, nessa atividade diária e comum, jovens acabam vendo “esse saber-viver, ou arte de viver” bem distante da escola. A eles resta, em sua curiosidade criativa e criadora, buscar as explicações junto aos seus pares: os demais estudantes enfadados pela rotina escolar. E o futebol segue firme e forte.

Os jovens bem que poderiam observar seus ídolos sob outras óticas. Poderiam, por exemplo, se perguntar por que nenhum jogador brasileiro (que atua no Brasil ou no exterior) tenha comentado acerca dos episódios apontados acima. Ou sobre os dirigentes: ninguém opinou! Técnicos e ex-técnicos não vieram a público – eles que, de certa forma, foram educadores dos estupradores e seus mecenas. A seleção brasileira parece estar fechada quanto a ninguém poder se manifestar. (Já imaginaram a indignação deles todos se, numa situação absurda, algum de nossos craques fosse estuprado por uma torcedora fanática? Na certa, fariam pronunciamentos e até abaixo-assinados.) Poucos jovens comentam tais fatos criticamente. Poucos parecem achar estranho este silêncio em meio a tantas notícias. Será que a razão não seria o fato de as abordagens dos jovens ocorrerem nos banheiros, nas lanchonetes - ou até nos fundos, em forma de sussurros proibidos?

O que acontece com o futebol? Dá ibope em tantos ambientes menos na sala de aula. Coisa fútil, vulgar, indigna do ambiente escolar? Estarão nossas escolas, seguras de que seguem um caminho digno e construtor de cidadania, dispensando e desprezando evidências e a conseqüente participação direta dos estudantes? Se estudar é contribuir para uma participação democrática em nosso mundo, não se deveria aproveitar a visão e o repertório que os estudantes nos trazem a priori?

Quem decide democraticamente os caminhos? Quem é erudito? Não há elementos construtores de cidadania na visão do nosso aluno?

Mais uma vez, vamos observar o que Janine nos comenta.

um princípio da democracia grega — e de todo espírito democrático — é que, se há ofícios em que o fundamental é a capacitação técnica, a cidadania não está entre eles. Aqui, na decisão do bem comum, na aplicação dos valores, todos são iguais — não há filósofo-rei nem tecnocrata (2001, p. 7).

A estruturação da cidadania implica em aprender e crescer na ética, na construção de um espírito crítico que não se conforme com o que é posto e que tenha o hábito de questionar. De onde retirar fatos que nos sirvam como material de discussão e reflexão melhores do que a realidade vivida e percebida pelos aprendizes? Aqui, a presença de professores, livros e outros recursos serão obviamente imprescindíveis. Mas, de nada adiantará podermos contar com todo esse arsenal se nossos jovens não virem razão para deles se utilizar. Nosso trabalho terá sido em vão — pelo menos para quem sonha com algo maior que as boas notas nas provas. Pode ser que o fato de nossos alunos não serem críticos ao futebol e às aberrações de seu ambiente específico — e o aceitarem sem reservas — venha do fato de não observarem o mundo com uma ponta que seja de perplexidade. Não nos esqueçamos de uma dica que nossos alunos nos dão diariamente. Pelo fato de não verem sentido no que aprendem na escola, estão sempre nos indagando: “para que estamos aprendendo isso”? Pois bem, quem sabe não possamos inverter essa tendência com propostas do tipo: “por que o futebol é importante”? Ou, quem sabe, “os seus ídolos poderão ser seus modelos de atitude; e por quê”? Ou, indo mais diretamente ao fato, “o que é ter como ídolo um estuprador”?

Porém, para que algumas destas questões — ou outras melhores que o leitor possa ter — sejam propostas e aceitas em um ambiente de investigação, é preciso que o dia a dia possa ter relevância no ambiente consagrado ao conhecimento. Assim como fatos corriqueiros eram levados à água na famosa democracia ateniense.

22 / 03 / 2024

Referências

RIBEIRO, R. J. *A Democracia*. São Paulo: Publi Folha, 2001 (Folha explica).

SAVATER, F. *Ética para meu filho*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

José Antonio da Silva Pinto



Psicólogo e professor com licenciaturas em Geografia e Letras (Português). Tem especializações nas áreas de **Psicologia**: Neuropsicologia, Neuropsicopedagogia e Psicologia Humanista - Abordagem Centrada na Pessoa; de **Educação**: Educação, Ciência e Contemporaneidade e **Geografia**: Geografia do Semiárido Brasileiro.

O DESAFIO DE FORMAR LEITORES NA ERA DIGITAL: A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO HÁBITO DE LER

INTRODUÇÃO

O despertar do hábito de ler deve ser estimulado desde a infância. Os benefícios da leitura são notados em todas as fases do desenvolvimento de uma criança – e mesmo de um adulto – e estão bem documentados por pesquisadores e especialistas no assunto. Praticar a leitura desde os primeiros anos da infância é a chave para termos um futuro leitor. “Na primeira infância há uma constante e elevada plasticidade cerebral, estimulada pelas experiências vividas. Essas primeiras experiências neste período da vida, são importantíssimas para o desenvolvimento de posteriores habilidades mais complexas nas fases seguintes da vida”. (Pinto e Silva, 2021 p. 144).

O ser humano, ao longo de toda sua vida, é influenciado e influencia o seu meio social, familiar e profissional. Porém, antes da escola, é na no seio familiar que a criança, o adolescente e o jovem começam a fazer suas escolhas, formam sua identidade e buscam seus espaços no mundo, como explicam as autoras Silva e Silva:

“A família é um fator que determina o desenvolvimento do indivíduo e exerce sobre ele uma forte influência, desde a infância até a vida adulta, e é responsável pelos primeiros contatos afetuosos. É na família que se encontra todo o referencial de costumes, crenças e valores e em que a criança inicia sua jornada de vida e evolui de um estado de intensa dependência para uma condição de autonomia pessoal”. (Silva e Silva, 2017).

Não é de hoje que um dos grandes desafios encontrados pelas escolas é adotar formas de ensino que estimulem os alunos a ler e, principalmente, tomar gosto por uma leitura que não seja apenas panfletária. Dessa forma, cabe não só a escola, mas também a família ser mediadora no processo de desenvolvimento de leitores, a partir dos exemplos dos membros desta família.

A leitura tem que ser mostrada como algo que pode proporcionar prazer, não como um castigo ou uma ação obrigatória. O educador Paulo Freire, em sua obra *A importância do ato de ler* (1999), explica que ler não é simplesmente decifrar cada palavra escrita e sim fazer com que a mente

compreenda o sentido de um todo e tão somente assim pode ocorrer a comunicação pelas letras.

Apesar da importância da leitura no desenvolvimento cognitivo do sujeito, não tem sido fácil convencer as crianças, adolescentes e jovens sobre os seus benefícios, sobretudo com o advento dos novos dispositivos eletrônicos interligados à internet, que têm atraído a atenção do público em geral e particularmente das crianças e jovens. No contexto contemporâneo, as novas tecnologias da comunicação e da informação (NTICs) têm proporcionado novas formas de nos relacionar, agir, viver e também de ler e escrever.

Em sua essência o livro eletrônico, ou e-book parece mantém a mesma função do livro impresso, o que abrange seu referencial estético e conceitual, porém a forma de interagir com ele muda de acordo com os suportes e plataformas que dão acesso a seu conteúdo. Percebe-se que com o surgimento de equipamentos com conteúdo literário, o ato de ler vem sofrendo modificações não só no seu formato, mas também em suas concepções. Temos visto que com a crescente digitalização, os leitores cada vez mais têm colocado o livro - no seu formato tradicional impresso em papel - num segundo plano, priorizando o uso de equipamentos digitais que, pelo seu formato dinâmico, onde tudo é mais rápido e disponível a um simples clique, acaba tornando o texto mais acessível, porém estimula uma leitura fragmentada, porque o leitor é induzido a usar links que leva a outras informações e discursos superficiais. Maryanne Wolf (2019, neurocientista cognitiva americana, estuda a dificuldade das pessoas para se concentrar em textos longos ou "mergulhar" na leitura de forma profunda como era possível no passado recente. Conforme ela explica, os hábitos digitais provocam mudanças radicais na forma como é processada a interpretação da informação.

Não há contraindicação no uso de e-books e internet para a ato de decifrar o conteúdo escrito. O problema é que, a criança e o adolescente, de posse destes instrumentos sem nenhuma orientação, acabam tendo mais acessos a uma grande quantidade de informação, porém, sem filtro, sem consistência e confiabilidade duvidosa. Sobre esta questão as autoras Fim e Pezzi (2019), afirmam que a leitura deve ir além dos propósitos de entretenimento que muitas vezes se busca nas tecnologias cibernéticas.

"Diferentemente das gerações anteriores, a internet ofereceu ao sujeito contemporâneo as mais variadas possibilidades, uma vez que ultrapassar as fronteiras das realidades geográficas, sociais, culturais, profissionais e afetivas se tornou simples e corriqueiro. (...) Assim, o advento da tecnologia e a grande quantidade de informações têm propiciado alterações significativas no modo de ser e estar no mundo, ou seja, nos valores éticos, morais, sociais e na qualidade das inter-relações na atualidade". (Fim e Pezzi, 2019).

Vários pesquisadores estão alertando sobre o modo como o uso excessivo de celulares e internet atinge os adolescentes de forma social, afetiva e cognitiva.

Em verdade, estamos vivendo um momento de transição entre o livro impresso e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), conforme define o Marçal (2018), e ainda é muito cedo para se medir as consequências desta mudança no processo cognitivo do leitor resultante destas mudanças. Segundo o autor, pode ocorrer que a informação superficial dos sites de informação fragmentadas e rasas podem trazer prejuízos à compreensão do todo. Por exemplo, em muitos sites disponíveis na internet, facilmente acessados pelos adolescentes, muitos assuntos são descritos de forma simplista e superficial, desta forma, acredita-se que não é possível se obter uma compreensão linear necessária em textos resumidos disponíveis para leituras rápidas. Assim, é possível dizer que aqui a informação não está sendo processada nem associada a outras para gerar um juízo com convicção. É necessário ter a habilidade de transformar toda informação em conhecimento, exercendo a criticidade ao se deparar com o texto escrito, e ter competência para selecionar o que se busca na internet. Sobre esta questão Silva e Silva acrescentam:

“A utilização da tecnologia de forma indiscriminada pelos adolescentes provoca o desequilíbrio cognitivo do ser. Com isso, ela potencializa os transtornos de atenção, transtornos obsessivos, de ansiedade e problemas com a linguagem e a comunicação, o que afeta diretamente a aprendizagem.” (Silva e Silva, 2017).

A excessiva estimulação presente nos equipamentos digitais e a obtenção de respostas imediatas, interferem negativamente, na capacidade de atenção e na habilidade de saber esperar, contribuindo para a impulsividade, hiperatividade, baixa tolerância às frustrações, irritabilidade e estresse. O comportamento passivo da criança frente às telas pode também fomentar uma predileção por atividades que exijam menos cognitivamente, debilitando assim a capacidade criativa e crítica dos pequenos. Conforme explica a neurologista Frances Jensen, este comportamento tem consequências neurais que ainda não é possível dimensionar. Ainda sobre o assunto a autora esclarece:

“Nosso cérebro, em essência, é construído por nós mesmos. (...) É moldado pelas experiências pessoais do indivíduo. Na neurociência, referimo-nos à singular capacidade de moldagem do cérebro humano pelo termo neuroplasticidade”. (Jensen, 2016, p.67).

Apesar da capacidade do nosso cérebro construir novas sinapses a partir de novas e diferentes experiências com outros dispositivos de leitura, ainda assim, muitos estudiosos acreditam que é importante que a criança desenvolva primeiramente a leitura em impressos pois esta estimula a criatividade e o raciocínio para só depois utilizar os meios eletrônicos modernos desde que supervisionada e guiada pelos pais ou responsáveis,

para não se tornar dependente da tecnologia digital ou se dispersar a leitura por causas de figuras e luzes das telas destes instrumentos. Segundo a neurocientista Maryanne Wolf, o papel é menos dispersivo que a tela do computador, pois esta causa mais distração, enquanto os e-books estão no meio por causa do seu formato e outras características que atenuam o esforço de leitura.

Ainda sobre o uso de dispositivos eletrônicos, ressalta-se que o novo modo de leitura e escrita, com o uso de equipamentos digitais e e-books tem sua importância. Neste contexto, se destaca a hipertextualização que nos dias de hoje tende a determinar a condução de uma leitura pelo leitor, pois este, ao dominar as ferramentas usadas no ciberespaço, tem a possibilidade de ser coautor, participando do processo de modificação estrutural de um texto.

Ainda que haja divergências sobre a melhor forma de se praticar a leitura, ler costuma trazer diversos benefícios, não importa como essa atividade se desenvolva.

DESENVOLVIMENTO

A introdução das novas tecnologias de informação e posteriormente as de comunicação a elas acopladas, proporcionaram a realização mais eficaz de muitas funções em praticamente todos os aspectos da vida humana. Esse desenvolvimento tecnológico emerge os seres humanos num universo cada vez mais desconhecido e que continua a crescer num ritmo descomunal e a influenciar significativamente as relações humanas, principalmente no que se refere às comunicações e na velocidade da informação.

Na contemporaneidade, o surgimento de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), provoca uma mudança na postura do ser humano perante o mundo que está se digitalizando rapidamente, incorporando novos hábitos e criando espaços de leitura e compreensão do mundo. O avanço tecnológico possibilitou a universalização das informações e o acesso a elas tem alterado significativamente a vida das pessoas, seus costumes, suas ações e também o modo de ler e de se relacionar com a leitura. Além do texto impresso, hoje a leitura pode ser feita por meio de smartphone, tabletes notebooks e outros dispositivos de leituras digitais.

Integrada à dinâmica da realidade contemporânea, mudanças de postura são necessárias no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento do hábito de ler. Na era das tecnologias digitais as mudanças e incorporações de novos dispositivos tem afetado tanto a forma como as pessoas acessam o conteúdo escrito quanto a maneira como interagem com as informações. Com o advento da internet, dos tabletes e smartphones, a leitura digital se popularizou e trouxe

consigo uma série de possibilidades. Uma das principais vantagens da leitura no ambiente digital é a acessibilidade do conteúdo. Através de dispositivos conectados à internet, é possível ter acesso a uma infinidade de textos digitais, artigos científicos, livros, revistas e jornais online. Além disso, com a facilidade do download e da sincronização de arquivos, é possível levar inúmeras obras em um único aparelho para onde for. Desta forma, ocorre uma mistura de diferentes linguagens, estilos literários e modos de ler proporcionados pelos equipamentos digitais. Neste contexto, a internet se transformou num canal que permite ao leitor; criar, recriar, adaptar e transformar textos (CUNHA, 2015).

Outro aspecto importante é a interatividade proporcionada por estes equipamentos. Nos e-books, por exemplo, é possível fazer marcações, adicionar notas, realizar buscas e até mesmo ter acesso a definições de palavras com apenas um toque na tela. Isso facilita a compreensão e a aprendizagem durante a leitura. Além de tudo isso, as redes sociais e os aplicativos de mensagens também têm impactado o ato de ler. Compartilhar trechos de livros, recomendar obras e discutir sobre leituras tornou-se mais fácil e rápido. Grupos de leitura online e fóruns virtuais possibilitam uma ampla troca de informações e opiniões sobre diferentes obras literárias. Segundo, Fernandes e Isidório (2018), diante desta mudança, o processo de ensino/aprendizagem entre professores e alunos torna-se um paradoxo, pois ao mesmo tempo que os equipamentos eletrônicos e a internet têm sido considerados, por muitos estudiosos no assunto, como uma grande vilã, fazendo com que os alunos da geração atual não tenham paciência para ler texto clássicos e considerados grandes, volumosos e mais complexos, outros observadores ver estes mesmos recursos como novas possibilidades de prática de leitura. Em meio a este contexto, há muitos educadores que acreditam que a diversidade de conteúdos disponíveis online pode levar a uma dispersão maior durante a leitura com o usuário sendo facilmente distraído por notificações de aplicativos ou links de sites. Estudos tem demonstrado que a leitura em equipamentos digitais tende a ser mais superficial, com menor retenção e compreensão de conteúdo, ou seja, a leitura é mais fragmentada, menos linear, menos profunda, porém mais extensiva do que a praticada por meio de textos impressos em papel.

Conforme explica Wolf (2019), há a necessidade de usar os livros impressos com os pequenos, porque estes causam experiências táteis importantes que irão contribuir para a formação de futuros leitores. Não é questão de tirar o aparelho eletrônico dos pequenos, mas sim de saber dosar o uso. A autora afirma ainda que não é contra o uso das telas, mas é preciso saber das consequências e ter consciência do quanto a utilização sem controle de equipamentos eletrônicos pode prejudicar o desenvolvimento da criança, do adolescente ou do jovem leitor ainda em formação, tornando-os dependentes do uso destes dispositivos eletrônicos.

Sobre as inferências das tecnologias no processo de leitura e aprendizagem Wolf explica que:

“As implicações da plasticidade de nossos cérebros leitores não são nem simples nem transitórias. As conexões entre como e o que lemos e o que está escrito têm importância crucial para a sociedade de hoje. Num meio que nos defronta continuamente com um excesso de informações, a grande tentação de muitos é se retirar para depósitos conhecidos de informações facilmente digeríveis, menos densas, intelectualmente menos exigentes. A ilusão de estarmos informados por um dilúvio diário de informações dimensionadas eletronicamente para o olho pode dificultar uma análise crítica de nossas realidades complexas”. (WOLF, 2019 p. 14).

Apesar das questões e desafios aqui expostos, é indiscutível que as tecnologias digitais vieram para ficar e modificar o modo como fazemos, como lemos, sem contar que têm papel fundamental na promoção de novos hábitos. O leitor encontra uma nova realidade nas práticas de leitura por meios de e-books. Os recursos digitais permitem a um maior número de pessoas o acesso a obras literárias, pois não dependem da disponibilidade física de livros nas bibliotecas. Além disso, a leitura digital pode ser mais acessível para pessoas com deficiências visuais, por exemplo, através do uso de dispositivos com recursos de acessibilidade e aumento do tamanho das letras para pessoas com problemas de oculares.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, ou seja, um levantamento do conhecimento acerca de como o uso das novas tecnologias da informática está produzindo impactos sociais, cognitivos em seus usuários e o desafio de criar hábito de leitura em crianças e adolescentes conectados às tecnologias digitais.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de textos e outras obras de referências teóricas do assunto e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. O resultado final pode (ou não) responder ao problema proposto sobre os impactos sociais, cognitivos e afetivos a respeito da geração de adolescentes que conectados às tecnologias digitais estão perdendo o hábito de leitura de textos impressos em livros considerados grandes e complexos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na perspectiva histórica, é sabido que o aprendizado por meio da leitura transformou os circuitos neurais do cérebro e o desenvolvimento intelectual da espécie humana. Ler é um conjunto adquirido de habilidades que literalmente desenvolve a capacidade intelectual. Da mesma forma, a transição para uma época digital está afetando todo os aspectos da nossa

vida, incluindo o desenvolvimento intelectual do novo leitor. Segundo Wolf, (2019), o cérebro das crianças leitoras não é mais o mesmo. Mudanças evolutivas estão acontecendo e é necessário que educadores e professores reflitam não apenas sobre o futuro dos livros, mas sobre o que está acontecendo com os leitores que hoje somos e naqueles que estão se formando em nossas escolas. Ainda segundo esta autora, o texto impresso é visualmente menos exigente do que o texto digital, porém este tem por característica ser mais dispersivo em razão dos estímulos emanados da tela. É de primordial importância acompanhar os impactos crescentes das diferentes mídias, se tivermos que preparar nossas crianças, onde quer que vivam, para que leiam em profundidade e bem, em qualquer mídia, explica a neurocientista.

Há um desafio em conciliar o hábito da leitura e o uso das novas tecnologias, uma vez que as crianças e jovens já estão inseridos na cultura da interatividade através de dispositivos como computadores e smartphones, porém, não estão desenvolvendo o hábito da leitura significativa, capaz de promover o desenvolvimento intelectual, pois a leitura se encerra em pequenos textos ou resumos que não promovem a reflexão necessária. A solução não está em proibir o uso da internet e redes sociais eletrônicas, mas educar para o uso consciente e controlado destes aplicativos. Faz-se necessário uma análise crítica das tecnologias utilizadas, com o objetivo de promover reflexões sobre a necessidade de adequação das mesmas aos propósitos comunicativos dos usuários.

Há que se destacar, ainda, a importância da aprendizagem contínua da leitura e escrita, especialmente no ambiente familiar. A influência que o leitor recebe quando vive em uma família de leitores é percebida na cadeia de operações, que vai desde querer comprar um livro, seleção e acesso para a leitura, passando especialmente pela escrita, visto que são manifestações comuns a quem tem o hábito de ler. A este respeito Danielle Brito afirma que:

“Podemos ressaltar que a leitura não se constitui em um ato solitário, nem em atividades individuais, o leitor é sempre parte de um grupo social, certamente carregará para esse grupo elementos de sua leitura, do mesmo modo que a leitura trará vivências oriundas do social, de sua experiência prévia e individual do mundo e da vida”. (Brito, 2010).

Como se percebe, a internet e todos os aplicativos acoplados a este meio de comunicação, estão originando novos tipos de letramentos e novas práticas. A automatização digital coloca em competição textos escritos e imagens no espaço virtual, o que reflete na fragmentação e empobrecimento da leitura e da elaboração crítica pela desatenção hipertextual. As tecnologias de leitura digital, pela sua diversidade de opções, links e hiperlinks, oferecem dispersão e excitação dos sentidos, o que dificulta a capacidade de assimilar as informações e a detenção do conhecimento.

As tecnologias digitais, os computadores, celulares, tablets, e outros dispositivos podem ser prejudiciais às crianças, enquanto papel de entretenimento, pois podem modificar seus comportamentos, o desempenho em outros tipos de atividades, a aprendizagem e a interação familiar e com outras pessoas, tornando-se um “vício” a ser prevenido e combatido. Porém, estas mesmas tecnologias, sendo usadas de forma metódica podem contribuir com o desenvolvimento do letramento do sujeito. Por fim, não tem como negar que as tecnologias transformam, de uma forma ou de outra, o nosso contato com a leitura e os objetos artísticos, proporcionando novas experiências através destas. As pesquisas sobre as mudanças que vem ocorrendo com a chegada da chamada era digital, apontam para a necessidade de refletirmos sobre as necessárias adaptações na forma de educar. Portanto, nos resta educarmos as crianças e reeducarmos para os novos modelos de prática de leitura, pois esta, já é uma realidade incorporada na rotina de muitas crianças, jovens e adultos.

CONCLUSÃO

Mesmo com todos os louvores ao avanço tecnológico, ainda há divergências de opiniões a respeito do uso destes equipamentos para a leitura. Há quem acredite na possibilidade de que os adolescentes não desenvolvam ou até mesmo percam o hábito de ler como o conhecemos, ou seja analógica, devido à utilização da internet e aplicativos de leitura. Porém, dentre as referências consultadas, há autores que afirmam que isso é um engano, tendo em vista que os jovens que usam dispositivos eletrônicos acabam lendo mais quando buscam assuntos de seus próprios interesses. E, do ponto de vista neurológico, a plasticidade neuronal sempre ocorrerá através da leitura, em todas as formas como ela se processa, ativando várias áreas cerebrais, proporcionando mudanças estruturais e funcionais dos neurônios. Portanto, de alguma forma, toda leitura enriquece as conexões do nosso cérebro, favorecendo o desenvolvimento intelectual do sujeito.

É na experiência própria experiência através dos meios digitais ou tradicionais que o leitor, junto à obra, opera gestos intercambiáveis de leitura e escrita. O leitor, ao assimilar um novo modo de ler vai buscar novos significativos, e através de seu modo de ser e estar no mundo, encontra novas conexões que possam fornecer uma integração entre o seu eu e o objeto de leitura.

Para uma compreensão com mais profundidade sobre o tema leitura e a escrita na contemporaneidade, não devemos renunciar às múltiplas maneiras de se utilizar os equipamentos digitais nesta tarefa, precisamos estar em sintonia tanto com as contradições como com às novas possibilidades modernas que compreendem as formas de ler e se comunicar. Os campos de experiências ativados pela cultura digital podem reativar as curiosidades sensoriais que passam pelas mãos, pelas emoções,

pela motricidade, pelos diálogos e descobertas cognitivas, a partir dos múltiplos elementos de letramentos.

Na sociedade contemporânea, as práticas humanas estão praticamente todas, de alguma forma relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), isto é, estamos vivendo a cibercultura. A educação formal e a prática da leitura podem ficar isoladas deste movimento e das transformações ocasionadas pelo acesso e utilização das TICs.

Em resumo, as novas tecnologias trouxeram novas possibilidades de acesso ao conteúdo escrito e interação com as informações. A leitura digital se mostrou mais acessível, interativa e compartilhável, ampliando o alcance do texto. No entanto, é fundamental buscar um equilíbrio entre o uso das tecnologias e a leitura de textos impressos em papel, garantindo uma experiência de leitura mais tátil, completa e significativa. Entendemos que o hábito de ler é uma construção histórica que se dá a partir do hábito e nunca como uma imposição ou obrigação, antes de tudo, deve ser um ato prazeroso e enriquecedor, em qualquer modalidade ou instrumento que possibilite a leitura.

REFERÊNCIAS

BRITO, Danielle Santos de. **A importância da leitura na formação social do indivíduo.** Revela Periódico de Divulgação Científica da FALS. Ano 6 nº 8. Jun. 2010. Disponível em: https://fals.com.br/novofals/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_edo8.pdf Acessado em 22 dez. 2023.

CUNHA, Sílvia Helena Muniz da. **Práticas de leitura na cultura digital: pensando o aprendizado da leitura no ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul, 123 f. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/215/1/SilviaHelenaMunizCunha.pdf> Acesso em: 12 Dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo. Cortez.1998

FIM, Tamara Raquel; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki. **Internet e adolescência: uma intervenção com os adolescentes, pais e professores.**

Psicologia em Revista. Vol.25 no.3. Belo Horizonte set./dez. 2019. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000300002 Acessado em: 14 dez. 2023.

JENSEN, Frances E. **O cérebro adolescente – guia de sobrevivência para criar adolescentes e jovens adultos.** Rio de Janeiro. Intrínseca. 2016.

MARÇAL, Quele Pinheiro Valença. **A leitura no mundo digital: reflexões acerca do livro eletrônico**. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/82565>
Acessado em 20 fev. 2024.

PINTO, José Antonio; SILVA, Ednaldo José. A primeira infância e os princípios da formação da personalidade. In: Habilidades socioemocionais. Moreira, Ivana (Org.). São Paulo. Literare Books Internacional. 2021

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. **Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais**. Revista Psicopedagogia vol.34 n^o.103. São Paulo 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009
Acessado em: 16 dez. 2023.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: Os desafios da leitura na nossa era**. São Paulo: Contexto. 2019.

Ivelton A. Schwertner

Professor Licenciado em Pedagogia, Lucas do Rio Verde/MT
Email: ivelton05leo02@gmail.com

Joyce R. Gonçalves

Professora de Física/Matemática/Intérprete de Libras, Lucas do Rio Verde/MT. Email: joyceribeirogoncalves@gmail.com

Marta L.K.A. Brizolla

Professora de Língua Portuguesa/Inglesa, Lucas do Rio Verde/MT.
Email: malubrizolla@gmail.com

Rogério L. Murji

Professor de Ciências, Lucas do Rio Verde/MT.
Email: profbiorogério6681@gmail.com

Adriana F.C. Sol

Professora Licenciada em Pedagogia, Lucas do Rio Verde/MT.
Email: adri.sol44@hotmail.com

Andreia B. Stefanello

Professora Licenciada em Pedagogia, Lucas do Rio Verde/MT.
Email: a.basso.stefanello@gmail.com

Janaina M. Bernardi

Professora Licenciada em Letras – Língua Portuguesa/Inglesa, Lucas do Rio Verde/MT. Email: janam Bernardi@gmail.com

Bárbara A. Bazanella

Professora Licenciada em História, Lucas do Rio Verde/MT.
Email: babi.bazanella@gmail.com

Nádia C.G. Mendes

Professora Licenciada em Pedagogia, Filosofia e Educação Especial, Lucas do Rio Verde/MT. Email: nadiafacesm@gmail.com

Marli D. Costa

Professora Licenciada em Pedagogia e Matemática, Lucas do Rio Verde/MT. Email: marli.htinha@hotmail.com

TAXONOMIA DE BLOOM: APRENDIZAGEM COLABORATIVA NA EDUCAÇÃO

Introdução

Nos últimos anos uma variedade de discursos sobre a avaliação da aprendizagem tem circulado no âmbito educacional, considerando que cada vez mais a sociedade em geral tem se preocupado com o ato de educar e aprender, promovendo discursos de avaliação democrática e inclusiva, ideias que muitas vezes permanecem apenas no papel, adornos para um planejamento escolar que, na maioria dos casos, não se efetiva de fato.

Com o avanço tecnológico, e a disseminação de informações, o professor deixa de ser o centro do processo de ensino e aprendizagem, pois este não é mais o único detentor de conhecimento, pelo contrário. Crianças e adolescentes constantemente recebem milhares de informações na internet, por meio de redes sociais e compartilhamento entre elas mesmo, em grupos de Whatsapp, por exemplo. Contudo, há ressalvas, afinal é preciso ressaltar que informação, difere de conhecimento.

Diante deste novo cenário inconstante e imprevisível, que implica em mudanças constantes, os docentes devem ser qualificados e competentes para guiar os discentes, tornando-os capazes de solucionar problemas, trabalhar em grupo, compartilhar informações e atender as exigências atuais. Desta forma, o presente estudo possui como escopo apresentar os conceitos sobre a Taxonomia de Bloom como instrumento de análise e avaliação das etapas do planejamento didático pedagógico na Aprendizagem Colaborativa, com vistas a contemplar as demandas educacionais contemporâneas.

O embasamento deste artigo é derivado de pesquisas realizadas por autores conceituados, os quais exploram as temáticas abordadas. Essas investigações são fundamentadas em estudos e anotações provenientes desta pesquisa bibliográfica, buscando compreender de que maneira essa estrutura conceitual pode contribuir para a definição de objetivos de aprendizagem. A relevância deste estudo, encontra-se na oportunidade de apresentar os benefícios da Taxonomia de Bloom na Aprendizagem Colaborativa, visando efetivamente promover melhorias no processo de ensino.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A Taxonomia de Bloom é um modelo educacional desenvolvido por Benjamin Bloom e seus colaboradores na década de 1950, que categoriza os objetivos de aprendizagem em diferentes níveis de complexidade cognitiva. O modelo original consiste em seis níveis, organizados em uma hierarquia crescente: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Cada nível representa um conjunto específico de habilidades cognitivas que os alunos podem desenvolver ao longo do processo educacional. (FOREHAND, 2005).

Os seis níveis da Taxonomia de Bloom proporcionam uma hierarquia estruturada que categoriza os objetivos de aprendizagem, refletindo diferentes graus de complexidade cognitiva. No nível mais básico, "Conhecimento", os alunos são desafiados a recordar informações, fatos e conceitos. Em seguida, o nível "Compreensão" envolve a demonstração da capacidade de compreender ideias e conceitos, interpretando informações e explicando-as em suas próprias palavras. O terceiro nível, "Aplicação", demanda que os alunos apliquem o conhecimento adquirido em novas situações ou contextos práticos.

À medida que ascendemos na hierarquia, entramos nos níveis mais complexos, como "Análise", onde os alunos desconstruem informações em partes constituintes para examinar relações e padrões. O nível "Síntese" implica a capacidade de integrar informações e conceitos para formar novas ideias ou produtos, enquanto o nível mais alto, "Avaliação", requer julgamento crítico e a capacidade de avaliar a validade de argumentos, decisões ou fenômenos. Essa estrutura taxonômica proporciona uma guia valiosa para educadores na definição de objetivos específicos e no planejamento de atividades que promovam o desenvolvimento cognitivo progressivo dos alunos.

A Taxonomia de Bloom fornece aos educadores uma estrutura valiosa para o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem claros e mensuráveis, permitindo que adaptem suas práticas de ensino para promover a progressão cognitiva dos alunos. Além disso, o modelo pode ser adaptado para diferentes disciplinas e níveis de ensino, tornando-se uma ferramenta versátil para o planejamento curricular. A aplicação eficaz da Taxonomia de Bloom não apenas ajuda os educadores a definir metas educacionais mais precisas, mas também facilita a avaliação do progresso dos alunos, fornecendo uma estrutura abrangente para medir o alcance das habilidades cognitivas ao longo do tempo.

Taxonomia de Bloom

A Taxonomia de Bloom teve sua origem em um contexto educacional significativo no pós-Segunda Guerra Mundial nos Estados

Unidos. Benjamin S. Bloom, um psicólogo educacional, liderou o desenvolvimento dessa estrutura durante a década de 1950, em resposta à necessidade de reavaliar e aprimorar os métodos de ensino e avaliação. (FOREHAND, 2005). O cenário educacional na época refletia um momento de transformações sociais, científicas e tecnológicas, onde as demandas por uma educação mais eficiente e adaptável estavam em ascensão.

O projeto da Taxonomia de Bloom foi formalmente apresentado em 1956, no livro "Taxonomy of Educational Objectives: The Classification of Educational Goals". Benjamin Bloom colaborou com outros especialistas em educação, como Max Engel, Edward Krathwohl, Walter Hill, e outros, para desenvolver uma estrutura que classificasse objetivos de aprendizagem de maneira hierárquica, representando diferentes níveis de complexidade cognitiva. O objetivo central era oferecer aos educadores uma ferramenta que pudesse guiar a elaboração de objetivos claros e mensuráveis, promovendo uma abordagem mais sistemática para o planejamento curricular e a avaliação do aprendizado dos alunos. A Taxonomia de Bloom originalmente consistia em seis níveis: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, cada um representando um estágio progressivamente mais avançado de habilidades cognitivas. (FOREHAND, 2005).

Nesse ínterim, a Taxonomia tornou-se uma referência fundamental na educação, influenciando práticas pedagógicas em diversas disciplinas e níveis educacionais. Sua história reflete não apenas a busca por estratégias mais eficazes de ensino e aprendizagem, mas também a compreensão de que os objetivos educacionais devem e podem ser claros e mensuráveis para promover um desenvolvimento cognitivo mais robusto nos alunos.

Benjamin S. Bloom juntamente com outros educadores e pesquisadores classificou as metas e objetivos educacionais, a fim de desenvolver um sistema de classificação para três domínios, o afetivo, o psicomotor e o cognitivo. Para este último, justificou-se à criação da Taxonomia de Bloom. (KRATHWOHL, 2002).

Conforme Bloom (1973), a aprendizagem do aluno de maneira alguma pode ser medida tão unicamente levando em consideração o conhecimento adquirido naquele instante; é necessário também analisar as habilidades e a destreza que o aluno possui em organizar seu raciocínio, para que seja possível que ele redirecione o conhecimento adquirido para a resolução de problemas reais e situações mais complexas.

A Taxonomia de Bloom, como ficou conhecida, possui como ideia principal organizar hierarquicamente o que os alunos devem saber para atender as principais categorias do domínio cognitivo, sendo:

conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação. Que seguem uma ordem de nível de menor complexidade para o de maior.

Em 2002, David R. Krathwohl, um psicólogo educacional e pesquisador americano conhecido por suas contribuições significativas no campo da educação, desempenhou um papel crucial na revisão da Taxonomia de Bloom. Krathwohl liderou uma equipe de educadores renomados para realizar uma revisão abrangente da Taxonomia de Bloom, resultando em uma proposta conhecida como "A Taxonomia Revisada de Bloom". Essa revisão foi uma resposta à necessidade de atualizar a taxonomia original para refletir as mudanças nas teorias educacionais e nas práticas de sala de aula ao longo das décadas desde a sua criação. (FOREHAND, 2005).

Uma das principais contribuições da revisão de Krathwohl foi a reorganização e expansão da dimensão do conhecimento, que na versão original incluía apenas a categorização simples de fatos e informações. Na proposta de Krathwohl, a dimensão do Conhecimento foi expandida para incluir quatro subcategorias, proporcionando uma visão mais abrangente e sofisticada desse nível cognitivo.

As subcategorias da dimensão do Conhecimento na Taxonomia Revisada de Bloom são:

1.Fatos e Informações: Similar à categoria original, envolve a memorização de dados específicos e informações.

2.Conceitos: Vai além da memorização, exigindo dos alunos a compreensão de conceitos mais amplos e a capacidade de relacionar esses conceitos a contextos diferentes.

3.Procedimentos: Envolve a aplicação prática do conhecimento, exigindo dos alunos a capacidade de utilizar procedimentos e métodos em situações específicas.

4.Metacognição: Representa o mais alto nível da dimensão do Conhecimento, onde os alunos são desafiados a refletir criticamente sobre seu próprio pensamento e processo de aprendizagem, incluindo a compreensão de suas próprias limitações e a busca ativa por estratégias de aprendizagem mais eficazes.

Essa revisão mais refinada da dimensão do Conhecimento na Taxonomia Revisada de Bloom, reflete uma compreensão mais aprofundada da natureza da aprendizagem e da cognição, proporcionando aos educadores uma estrutura mais flexível e abrangente para o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem específicos.

Nesta revisão, a dimensão dos Processos Cognitivos continua a abranger as cinco categorias da taxonomia original, contudo, agora estas são renomeadas; em algumas situações, apenas para suas formas verbais.

A dimensão da categoria Conhecimento passa a ser Lembrar; Compreensão é substituído por Entender; Síntese agora é Criar (sendo promovida para uma categoria de maior hierarquia); Aplicação, Análise e Avaliação tornaram-se respectivamente Aplicar, Analisar e Avaliar, desta maneira o aluno passa a ser a figura central do planejamento de aula.

Na revisão conduzida por Krathwohl e sua equipe, a dimensão dos Processos Cognitivos da Taxonomia de Bloom foi reestruturada, com vistas a tornar a taxonomia mais acessível e alinhada com a linguagem da educação contemporânea:

1. Conhecimento (Knowledge) torna-se Lembrar (Remember): Nesta revisão, a categoria "Conhecimento" foi renomeada para "Lembrar", destacando a ênfase na capacidade dos alunos de recordar fatos, informações e conceitos.

2. Compreensão (Comprehension) é substituído por Entender (Understand): A categoria "Compreensão" foi simplificada para "Entender", refletindo a habilidade dos alunos em interpretar e explicar conceitos de maneira compreensível.

3. Síntese (Synthesis) agora é Criar (Create): A categoria "Síntese", que envolvia a capacidade de integrar informações para formar novas ideias, foi renomeada para "Criar". Essa mudança destaca a natureza criativa desse processo e promove a categoria para uma posição de maior hierarquia.

4. Aplicação (Application), Análise (Analysis) e Avaliação (Evaluation) tornam-se Aplicar (Apply), Analisar (Analyze) e Avaliar (Evaluate): As categorias "Aplicação", "Análise" e "Avaliação" mantiveram suas formas verbais, destacando diretamente as ações cognitivas envolvidas. Os alunos são incentivados a aplicar o conhecimento, analisar informações e avaliar argumentos ou situações.

Essas alterações na nomenclatura foram projetadas para tornar a Taxonomia de Bloom mais acessível e centrada no aluno, enfatizando as ações cognitivas que os estudantes realizam durante o processo de aprendizagem. Ao simplificar e modernizar as categorias, a revisão buscou facilitar a compreensão e a aplicação prática da taxonomia pelos educadores no planejamento de aulas e na definição de objetivos de aprendizagem.

A Taxonomia de Bloom revisada, proposta por David R. Krathwohl e sua equipe, desempenha um papel fundamental no contexto da aprendizagem colaborativa. Ao simplificar e atualizar as categorias cognitivas, a revisão facilita a integração da taxonomia em ambientes educacionais que priorizam a colaboração entre os alunos. As categorias, como "Lembrar", "Entender", "Aplicar", "Analisar", "Avaliar" e "Criar", oferecem uma estrutura clara para o desenvolvimento de objetivos de

aprendizagem que podem ser adaptados para promover interações e construção coletiva de conhecimento. (FOREHAND, 2005).

A ênfase na categoria "Criar" como uma habilidade de maior hierarquia sugere a importância de projetos colaborativos que incentivem os alunos a sintetizar informações e contribuir ativamente para a criação de novos conhecimentos. Assim, a Taxonomia de Bloom revisada fornece um arcabouço pedagógico flexível e alinhado com os princípios da aprendizagem colaborativa, promovendo a participação ativa dos alunos e a construção coletiva de entendimento.

Aprendizagem Colaborativa

A aprendizagem colaborativa não tem uma única origem, mas sim uma evolução ao longo do tempo, com contribuições de diversas teorias e práticas educacionais. A partir dos postulados de Lev Vygotsky, com o movimento da Instrução Programada, as pesquisas de David Johnson e Roger Johnson, o método Jigsaw de Elliot Aronson e as pesquisas contemporâneas são alguns fatores que contribuíram para o desenvolvimento da aprendizagem colaborativa como uma abordagem eficaz no campo educacional. Estas influências refletem uma compreensão crescente da importância da interação social e colaboração no processo de aprendizagem.

A aprendizagem colaborativa teve origens em diferentes áreas e movimentos educacionais ao longo do tempo. Embora não haja um único ponto de origem, alguns eventos e teorias contribuíram para o desenvolvimento e a popularização dessa abordagem educacional. Abaixo estão alguns marcos importantes na história da aprendizagem colaborativa:

1. Trabalhos de Lev Vygotsky (décadas de 1920 e 1930): O psicólogo russo Lev Vygotsky desempenhou um papel crucial na fundamentação teórica da aprendizagem colaborativa. Ele destacou a importância da interação social e da linguagem no desenvolvimento cognitivo das crianças. A ideia de "zona proximal de desenvolvimento" de Vygotsky sugere que os alunos podem atingir níveis mais altos de aprendizado quando colaboram com outros que têm mais conhecimento.

2. Movimento da Instrução Programada (décadas de 1950 e 1960): Durante essa época, com o surgimento da tecnologia educacional e do behaviorismo, a aprendizagem colaborativa começou a ser explorada como uma alternativa à instrução individualizada. A ideia era que os alunos poderiam se beneficiar ao trabalhar juntos para atingir objetivos comuns.

3. Pesquisas de David Johnson e Roger Johnson (década de 1970): O trabalho dos pesquisadores Johnson e Johnson contribuiu significativamente para a compreensão da aprendizagem colaborativa.

Eles desenvolveram teorias e estratégias práticas para promover a cooperação entre os alunos, destacando os benefícios acadêmicos e sociais da aprendizagem em grupo.

4.Método Jigsaw de Elliot Aronson (década de 1970):

Elliot Aronson introduziu o método Jigsaw, uma estratégia de aprendizagem colaborativa onde os alunos se tornam "especialistas" em uma parte do material e depois compartilham suas descobertas com o grupo. Esse método promove a interdependência positiva e a responsabilidade compartilhada.

5.Pesquisas contemporâneas (a partir da década de 1980 em diante): As décadas mais recentes viram um aumento nas pesquisas e práticas relacionadas à aprendizagem colaborativa, especialmente com o avanço da tecnologia. Ambientes online e ferramentas colaborativas tornaram-se parte integrante de muitas abordagens de aprendizagem colaborativa.

A aprendizagem colaborativa, portanto, não surgiu de um único ponto, mas sim de uma combinação de teorias psicológicas, movimentos educacionais e pesquisas que enfatizam a importância da interação social e da colaboração no processo de aprendizagem. Em síntese, surge da proposta de ensino em que os alunos coletivamente constroem seu conhecimento através de uma constante troca de informações, desafios, questionamentos e avaliações. Nesta estratégia de ensino, o conhecimento é resultante de um consenso entre membros que foram encorajados a participar no processo de ensino e aprendizagem ativamente e efetivamente.

Nos últimos anos a aprendizagem colaborativa tem demonstrado ser efetiva para aumentar o nível acadêmico dos estudantes, pois oportuniza a eles a chance de produzirem e crescerem juntos, construindo coletivamente o conhecimento e desenvolvendo habilidades de interação social e autonomia. Segundo Santos (2012), as escolas devem adotar métodos de aprendizagem que tirem os alunos da posição de agentes passivos e os tornem sujeitos atuantes no seu processo de aprendizagem

Para tanto, para a efetivação da aprendizagem colaborativa é preciso viabilizar atividades que auxiliem os estudantes e descubrirem a tirar vantagem da interação entre pares, a fim de garantir que eles sejam conduzidos pelos caminhos adequados para atingirem o objetivo que está sendo proposto, o que na era atual, implica em utilizar a tecnologia educacional como ferramenta auxiliar na proposta de aprendizagem colaborativa. O que coloca o professor, de acordo com Menezes (2010), como figura essencial desse processo, pois é ele quem administra as estratégias de ensino que levarão os alunos a um ensino significativo.

A Taxonomia de Bloom é uma teoria que fundamenta uma organização hierárquica dos processos cognitivos para atingir o desenvolvimento cognitivo esperado, e baseia-se no pensamento de que um indivíduo não consegue de fato compreender um conceito sem antes lembrar dele, de maneira que não pode aplicá-lo, sem antes compreendê-lo. Conforme Conklin (2015), a Taxonomia de Bloom constitui uma das maiores contribuições acadêmicas para educadores, considerando que procura se distanciar dos objetivos tradicionais de ensino que não mais atendem as demandas contemporâneas, e viabiliza um ensino colaborativo, estruturando e organizando o processo educativo.

No cenário contemporâneo, portanto, a aprendizagem colaborativa desempenha um papel crucial na educação, sendo impulsionada pela interconexão global e avanços tecnológicos. A ênfase na colaboração reflete uma compreensão aprofundada da importância não apenas do conteúdo acadêmico, mas também das habilidades sociais e da capacidade de trabalhar em equipe. Ambientes de aprendizagem online, ferramentas colaborativas e plataformas digitais têm ampliado as possibilidades de interação entre alunos, independentemente das barreiras geográficas. A aprendizagem colaborativa não apenas fomenta a troca de conhecimento, mas também promove habilidades como comunicação eficaz, resolução de problemas e pensamento crítico. No mundo contemporâneo, onde a informação está acessível instantaneamente, a aprendizagem colaborativa se destaca como uma abordagem dinâmica e adaptativa, preparando os alunos para os desafios complexos e interdisciplinares que enfrentarão em suas vidas pessoais e profissionais.

Práticas Colaborativas

No cenário educacional contemporâneo, diversas práticas colaborativas têm emergido, aproveitando as oportunidades proporcionadas pela tecnologia e reconhecendo a importância da interação entre os alunos. Ambientes virtuais de aprendizagem, como plataformas online e salas de aula virtuais, oferecem espaços propícios para a colaboração. Projetos de aprendizagem baseados em problemas, nos quais os alunos abordam questões complexas em grupo, promovem a colaboração e o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas. A criação de wikis e fóruns de discussão online permite que os alunos contribuam com suas ideias e perspectivas, construindo conhecimento de forma coletiva.

Além disso, a implementação de metodologias ativas, como a sala de aula invertida, incentiva a cooperação entre os alunos, que podem revisar o material fora da sala de aula e, durante as aulas, participar de atividades práticas que estimulam a aprendizagem colaborativa. Projetos interdisciplinares, onde disciplinas diferentes se entrelaçam para abordar problemas do mundo real, representam outras práticas colaborativas que

promovem a aplicação prática do conhecimento adquirido. Essas práticas destacam a importância da aprendizagem colaborativa no desenvolvimento de habilidades essenciais para os alunos enfrentarem os desafios complexos da sociedade contemporânea.

Considerando o referencial teórico, e que a aprendizagem ocorre simultaneamente e interativamente em, pelo menos, três domínios, sendo eles o afetivo, cognitivo e psicomotor. Onde o primeiro relaciona-se com as percepções, crenças, emoções e valores, o cognitivo com processos de memória, interpretação e pensamento crítico, e o último envolver a arte, esportes e outros procedimentos, a prática deve fazer com que os alunos participem ativamente no processo de construção do seu próprio conhecimento, por meio do debate de ideias entre si, e a resolução dos desafios propostos.

No contexto digital, em síntese, diversas práticas colaborativas têm se destacado, transformando a maneira como a educação é concebida e implementada. Alguns exemplos incluem:

1.Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA): Plataformas como Moodle, Canvas e Google Classroom proporcionam espaços online para interação entre alunos e professores. Esses ambientes oferecem recursos para compartilhamento de materiais, fóruns de discussão, atividades colaborativas e avaliações, promovendo a colaboração de forma assíncrona.

2.Projetos Colaborativos Online: Alunos podem trabalhar em projetos conjuntos usando ferramentas colaborativas, como Google Docs, Sheets e Slides. A edição simultânea desses documentos permite que os alunos contribuam em tempo real, facilitando a coautoria e a troca de ideias, independentemente da localização geográfica.

3.Videoconferências e Webinars: Ferramentas como Zoom, Microsoft Teams e Google Meet permitem a realização de videoconferências e webinars, proporcionando interações face a face, mesmo a distância. Essas plataformas são utilizadas para discussões em grupo, apresentações colaborativas e sessões de aprendizagem interativas.

4.Redes Sociais Educacionais: Plataformas como Edmodo, Schoology e Ning são redes sociais educacionais que oferecem espaços online para interações entre alunos, professores e até mesmo pais. Esses ambientes facilitam a comunicação, a colaboração e o compartilhamento de recursos educacionais.

5.Gamificação Colaborativa: Jogos educacionais online e plataformas de gamificação, como Kahoot! e Quizizz, incentivam a participação ativa dos alunos por meio de competições saudáveis e colaboração em equipe, promovendo o aprendizado colaborativo de forma lúdica.

6. Plataformas de Colaboração em Projetos: Ferramentas como Trello, Asana e Slack são utilizadas para gerenciar e coordenar projetos educacionais colaborativos. Elas facilitam a distribuição de tarefas, a comunicação eficaz e o acompanhamento do progresso do grupo.

Essas práticas colaborativas no cenário digital demonstram como a tecnologia pode ser efetivamente integrada na educação, proporcionando oportunidades significativas de interação e aprendizado colaborativo entre os estudantes.

Considerações Finais

Este artigo tratou sobre a inserção da Taxonomia de Bloom em um contexto de aprendizagem significativa através da utilização de ferramentas tecnológicas de práticas colaborativas, a fim de garantir um processo de aprendizagem que incentive os alunos a desenvolver habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Como apresentado neste artigo, em conformidade com a literatura pertinente, a Taxonomia de Bloom tem sido responsável por grandes modificações nas instituições de ensino, preenchendo um vazio referente às metodologias que consigam de fato atender as demandas atuais, diante de todos os recentes avanços tecnológicos. Os resultados demonstram que é imperativo que mais estudos sobre o tema sejam realizados, objetivando compreensão da Taxonomia de Bloom para a que sejam aprimorados os métodos de avaliação de aprendizagem.

No panorama contemporâneo da educação, a ascensão das práticas colaborativas, impulsionadas pelo cenário digital, redefine profundamente a dinâmica do aprendizado. A interconexão global e as inovações tecnológicas abrem portas para uma abordagem mais participativa, onde os alunos são incentivados a colaborar, criar e compartilhar conhecimento de maneiras inimagináveis anteriormente. A aprendizagem colaborativa, tanto dentro como fora da sala de aula, não apenas destaca a importância da troca de ideias e experiências, mas também realça a necessidade de habilidades interpessoais, como comunicação eficaz e resolução de conflitos.

A tecnologia não é apenas uma ferramenta, mas uma facilitadora poderosa que amplifica a colaboração, ultrapassando fronteiras geográficas e culturais. No entanto, essa transformação não se trata apenas de adotar novas ferramentas, mas de cultivar uma mentalidade colaborativa que prepara os alunos para os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo, onde a capacidade de trabalhar em equipe se torna cada vez mais essencial. A aprendizagem colaborativa no cenário digital não é apenas uma evolução metodológica, mas uma revolução educacional que reflete a natureza interconectada do conhecimento e a crescente importância da coletividade no processo de aprendizagem.

A interseção entre a Taxonomia de Bloom, a aprendizagem colaborativa e os objetivos contemporâneos da educação no século XXI revela uma abordagem integrada e holística para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. A Taxonomia de Bloom fornece uma estrutura sólida para a concepção de objetivos de aprendizagem, abrangendo desde habilidades cognitivas mais básicas até a aplicação, análise, síntese e avaliação. Quando combinada com a aprendizagem colaborativa, essa taxonomia ganha vida ao reconhecer a importância não apenas do conhecimento individual, mas também das habilidades interpessoais e da capacidade de trabalhar eficazmente em grupo.

Os objetivos de aprendizagem no século XXI destacam não apenas a necessidade de domínio de conteúdo, mas também a ênfase em habilidades como pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade. Assim, a taxonomia, quando aplicada de maneira colaborativa, proporciona um caminho para alcançar esses objetivos contemporâneos, preparando os alunos não apenas como receptores de informações, mas como participantes ativos, pensadores críticos e membros colaborativos de uma sociedade em constante evolução. Essa sinergia entre a taxonomia, a aprendizagem colaborativa e os objetivos da educação no século XXI, molda uma abordagem educacional que promove não apenas o conhecimento, mas também as competências fundamentais necessárias para prosperar em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

Referências

- BLOOM, B. S. Taxonomia de objetivos educacionais; compêndio primeiro: domínio cognitivo. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.
- CONKLIN, J. A taxonomy for learning, teaching and assessing: a revision of Blooms's taxonomy of educational objectives. *Educational Horizons*, v. 83, n. 3, p.153-159, 2015.
- FOREHAND, M. "Bloom's taxonomy: Original and revised. In M. Orey (Ed.), *Emerging perspectives on learning, teaching, and technology*". 2005.
- KRATHWOHL, D. R. "A revision of bloom's taxonomy: an overview", In: *Theory into Practice*, n. 41, v. 4, p. 212-218, 2012.
- MENEZES, V. L. (Org.). *Interação e aprendizagem em ambiente virtual*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 405 p.
- SANTOS, E. S. M. A miopia sistêmica no atual modelo de ensino centrado no professor. *Seminário em Administração*, 15, 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2012, p. 1-14.

Eriksen Carpes

Professor Licenciado em Educação Física, Lucas do Rio Verde/MT. Email: eriksencarpes@gmail.com

Alexandre L. Oliveira

Professor Licenciado em Educação Física, Lucas do Rio Verde/MT, Email: alexandrelobadeoliveira@gmail.com

Robson M. A. Silva

Professor Licenciado em Educação Física, Lucas do Rio Verde/MT. Email: hobymas@hotmail.com

Ivelton A. Schwertner

Professor Licenciado em Pedagogia, Lucas do Rio Verde/MT. Email: ivelton05leo02@gmail.com

Marta L.K.A. Brizolla

Professora de Língua Portuguesa/Inglesa, Lucas do Rio Verde/MT. Email: malubrizolla@gmail.com

Nádia C.G. Mendes

Professora Licenciada em Pedagogia, Filosofia e Educação Especial, Lucas do Rio Verde/MT, Email: nadiafacesm@gmail.com

Marli D. Costa

Professora Licenciada em Pedagogia e Matemática, Lucas do Rio Verde/MT. Email: marli.htinha@hotmail.com

Joyce R. Gonçalves

Professora de Física/Matemática/Intérprete de Libras, Lucas do Rio Verde/MT. Email: joyceribeirogoncalves@gmail.com

Adriana F.C. Sol

Professora Licenciada em Pedagogia, Lucas do Rio Verde/MT. Email: adri.sol44@hotmail.com

Geni V. Góis

Professora de Língua Portuguesa/Inglesa, Lucas do Rio Verde/MT. Email: profegenivgois@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO CONTEMPORÂNEO

Introdução

A educação contemporânea enfrenta desafios complexos e dinâmicos que demandam uma abordagem holística para o desenvolvimento dos alunos. A revolução tecnológica, marcada pela omnipresença de dispositivos digitais, reconfigurou não apenas a forma como interagimos com o conhecimento, mas também impactou diretamente os padrões de vida, muitas vezes levando a um estilo de vida sedentário. As mudanças sociais, por sua vez, refletem-se nas relações interpessoais e nas demandas crescentes por habilidades socioemocionais. Em meio a esse cenário multifacetado, a Educação Física emerge como uma disciplina estratégica para responder a esses desafios e moldar indivíduos preparados para os complexos desafios do século XXI.

A relevância da Educação Física vai além da mera prática esportiva ou exercício físico. Ao considerar a importância da disciplina na educação contemporânea, é crucial reconhecer seu papel na promoção de estilos de vida ativos e saudáveis. À medida que a sociedade se torna cada vez mais sedentária, a Educação Física assume um papel preponderante na prevenção de doenças associadas ao sedentarismo, como a obesidade e as doenças cardiovasculares. Destacar a importância da atividade física regular desde a infância é, portanto, fundamental para a construção de uma sociedade mais saudável e resiliente.

Além disso, a Educação Física desempenha um papel crucial no desenvolvimento social dos alunos. As atividades físicas em grupo, como jogos e esportes coletivos, proporcionam um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades sociais, como cooperação, liderança e respeito mútuo. Estas competências não só são valiosas no contexto escolar, mas também têm impactos significativos na capacidade dos alunos de se integrarem positivamente na sociedade, preparando-os para o mundo além dos muros escolares.

Ao analisarmos mais profundamente, percebemos que a Educação Física não é apenas coadjuvante, mas um facilitador essencial para o aprendizado acadêmico. A interconexão entre a atividade física e a cognição é evidente em estudos que demonstram uma correlação positiva entre a participação em atividades físicas e o desempenho escolar. A

disciplina não apenas estimula o corpo, mas também o cérebro, promovendo uma mente saudável e ágil, essencial para a assimilação e aplicação eficaz do conhecimento.

Em síntese, este artigo busca aprofundar a compreensão da importância da Educação Física na educação contemporânea, explorando seus benefícios não apenas como promotora de saúde física, mas também como agente transformador no desenvolvimento social e acadêmico dos alunos. É imperativo reconhecer e fortalecer a presença dessa disciplina nos sistemas educacionais, posicionando-a como uma aliada essencial na formação de cidadãos preparados para os desafios da sociedade moderna.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

A dinâmica do século XXI trouxe consigo uma série de transformações que impactam diretamente o sistema educacional. Nesse contexto, a Educação Física emerge como um componente crucial para o desenvolvimento pleno dos indivíduos, indo muito além das noções tradicionais associadas a atividades físicas e esportes. Ao considerar a educação do século XXI, torna-se evidente que a Educação Física desempenha um papel singular na preparação dos alunos para os desafios contemporâneos. (SOARES, 2012).

Primeiramente, é vital reconhecer a Educação Física como uma ferramenta fundamental na promoção da saúde integral. No cenário atual, caracterizado por um estilo de vida sedentário e pela prevalência de problemas de saúde relacionados, esta disciplina destaca-se como uma aliada na prevenção de doenças crônicas e na promoção do bem-estar físico e mental. Ao cultivar hábitos saudáveis desde a infância, a Educação Física contribui para a formação de adultos mais conscientes da importância da atividade física regular em suas vidas. (BARBOSA, 2004).

Além disso, a disciplina transcende as barreiras físicas, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades socioemocionais exigidas na sociedade atual. A interação social proporcionada por atividades físicas em grupo, sejam elas jogos ou esportes coletivos, promove o entendimento da colaboração, empatia e respeito, competências essenciais em um mundo interconectado e diversificado. Essa dimensão da Educação Física vai além do simples exercício físico, contribuindo para a formação de cidadãos socialmente competentes e conscientes.

Em paralelo, a Educação Física desempenha um papel-chave no fomento da resiliência e da perseverança. Através de desafios físicos e metas alcançáveis, os alunos aprendem a lidar com adversidades, a superar limites e a desenvolver uma mentalidade que os prepara para os desafios

da vida. Esta dimensão psicológica da disciplina contribui para a formação de indivíduos mais capazes de enfrentar os altos e baixos da jornada pessoal e profissional. (LEMOS, 2008).

A Educação Física, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), focaliza a expressão dos estudantes por meio de atividades corporais, que proporcionam vivências sociais, estéticas, emocionais e lúdicas cruciais para a Educação Básica. É um componente curricular essencial para o Ensino Fundamental, enquadrando-se na área de Linguagens, ao lado de disciplinas como Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes. Isso se deve ao fato de possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento, sentido e significado das manifestações da cultura corporal de movimento, considerando as práticas corporais como textos culturais suscetíveis à leitura e produção. (BRASIL, 2018).

Como disciplina escolar, a Educação Física deve abordar as práticas corporais de acordo com as diversas formas de expressão social, uma vez que o movimento humano reflete aspectos culturais. As aulas devem permitir que os alunos construam um conjunto de conhecimentos sobre seus movimentos, promovendo a autonomia em relação à cultura corporal de movimento para o autocuidado e o cuidado com os outros. (BRASIL, 2018). Isso os capacita a atuar de maneira autônoma e confiante na sociedade, abrangendo diversas finalidades humanas relacionadas ao corpo em movimento.

Um diferencial importante da Educação Física em relação a outras áreas do conhecimento é sua não restrição à racionalidade científica que normalmente orienta as práticas pedagógicas. Ela vai além, proporcionando experiências mais amplas que envolvem cultura, lazer e saúde. As práticas corporais são compostas por três elementos fundamentais: o movimento corporal como elemento essencial, uma organização interna com lógica específica em graus variados, e um produto cultural associado ao lazer, entretenimento, cuidado e saúde do corpo. (BRASIL, 2018).

Diante desse panorama, é evidente que a Educação Física transcende a simples prática de exercícios físicos. Sua importância reside na capacidade de moldar não apenas corpos saudáveis, mas também mentes equilibradas e sociedades mais resilientes. Este desenvolvimento integral, que vai além dos aspectos físicos, posiciona a Educação Física como um pilar essencial na construção de uma educação verdadeiramente adaptada às demandas do século XXI.

O Professor de Educação Física no cenário atual

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um

processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (Imbernón, 2001 p.48-49).

Conforme Imbernón (2001), destaca-se a importância da reflexão sobre a prática docente como elemento fundamental para o desenvolvimento profissional do educador. No contexto da Educação Física na educação contemporânea, essa reflexão adquire uma relevância ainda maior devido às demandas e desafios específicos que os professores dessa disciplina enfrentam. O professor de Educação Física na contemporaneidade deve ser, antes de tudo, um profissional reflexivo. Isso implica em um constante questionamento de suas práticas, teorias implícitas, esquemas de funcionamento e atitudes, conforme mencionado na citação. A reflexão não deve ser vista como uma atividade esporádica, mas como um processo contínuo de autoavaliação que orienta o trabalho do professor.

Essa reflexão crítica deve ir além da mera análise superficial da prática educativa. O professor precisa entender sua intervenção educativa como uma ação permeada por pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. Isso significa que ele deve questionar e compreender as influências políticas, sociais e culturais que moldam sua prática, buscando sempre uma abordagem mais consciente e contextualizada. Ao assumir uma postura crítica em relação à intervenção educativa, este docente não apenas se torna mais consciente de suas escolhas pedagógicas, mas também se posiciona como um agente ativo na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Ele deve considerar como suas práticas refletem ou desafiam estereótipos de gênero, padrões corporais e outras questões sociais relevantes. (BARBOSA, 2004).

Além disso, o professor contemporâneo deve estar aberto à inovação e à adaptação, reconhecendo a dinâmica da sociedade e as mudanças nas necessidades e interesses dos alunos. A incorporação de tecnologias educacionais, a promoção da diversidade de atividades físicas e a inclusão de abordagens pedagógicas variadas são aspectos importantes desse processo. Em síntese, deve ser um profissional reflexivo, crítico e comprometido com a promoção de uma educação física que seja inclusiva, contextualizada e sensível às demandas da sociedade atual. Essa abordagem reflexiva não apenas beneficia o desenvolvimento profissional do docente, mas também contribui para uma experiência educacional mais enriquecedora e significativa para os alunos.

A Educação Física Promovendo Saúde, Desenvolvimento Social e Excelência Acadêmica

A Educação Física, no cenário educacional contemporâneo, transcende seu estigma tradicional de mera prática esportiva, emergindo como um componente essencial na formação integral dos indivíduos. Este desenvolvimento abrange diferentes dimensões, destacando-se em três aspectos cruciais. Em primeiro lugar, a promoção da saúde física e mental torna-se um ponto focal, onde a disciplina atua como agente preventivo, combatendo os efeitos nocivos do sedentarismo e contribuindo para a construção de corpos saudáveis e mentes equilibradas. Além disso, a Educação Física desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, fomentando habilidades socioemocionais através de atividades em grupo. Simultaneamente, a disciplina se revela como uma aliada no processo acadêmico, estimulando a cognição e auxiliando no desempenho escolar. Esses aspectos interconectados refletem a importância multifacetada da Educação Física na educação do século XXI, moldando indivíduos preparados não apenas para os desafios físicos, mas também para os desafios sociais e intelectuais que caracterizam o mundo contemporâneo. (IMBERNÓN, 2001).

No palco desafiador da educação contemporânea, onde as demandas da sociedade evoluem rapidamente, a Educação Física emerge como um alicerce essencial na construção de indivíduos completos e preparados para os complexos desafios do século XXI. Este breve percurso de exploração destaca a importância multifacetada da Educação Física, indo além da mera prática esportiva para abraçar dimensões cruciais, como a promoção da saúde física e mental, o desenvolvimento motor e habilidades físicas, a socialização e trabalho em equipe, a melhoria do desempenho acadêmico e a prevenção de comportamentos sedentários.

Cada tópico a seguir revela não apenas o papel da Educação Física como promotora de bem-estar, mas como uma disciplina transformadora que molda mentes e corpos, guiando os alunos para um futuro em que a saúde, habilidades sociais e sucesso acadêmico convergem harmoniosamente:

Promoção da Saúde Física e Mental:

A preocupação crescente com os problemas de saúde relacionados ao estilo de vida na sociedade contemporânea, como a obesidade e o sedentarismo, coloca a Educação Física no epicentro das estratégias para reverter essas tendências alarmantes. A disciplina não se limita apenas à prática de exercícios físicos; ela se consolida como um catalisador para a promoção da saúde física e mental desde as fases iniciais da formação educacional. Ao cultivar a importância da atividade física regular, a Educação Física não apenas combate diretamente os males associados ao

sedentarismo, mas também se torna um veículo para a promoção de estilos de vida ativos desde a infância.

A relação intrínseca entre a Educação Física e a saúde mental ressoa de maneira notável. A prática regular de exercícios físicos não só fortalece os músculos, mas também se revela como uma poderosa ferramenta na gestão do estresse. Em um mundo onde as pressões cotidianas são inegáveis, proporcionar aos alunos um espaço dedicado a atividades físicas não apenas contribui para a sua saúde física, mas também se converte em um refúgio para a mente. A melhoria do humor e o aumento da concentração são dividendos tangíveis dessa abordagem, tornando a Educação Física um aliado estratégico para promover o bem-estar integral dos estudantes.

Ao alinhar os benefícios físicos e mentais, a Educação Física não apenas intervém nos problemas de saúde contemporâneos, mas semeia os alicerces para o sucesso acadêmico. A concentração aprimorada, resultado direto da prática de exercícios físicos, cria um ambiente propício para a absorção e retenção do conhecimento. Dessa forma, a Educação Física se revela não apenas como uma disciplina complementar, mas como uma ferramenta indispensável para a formação de alunos saudáveis, resilientes e prontos para enfrentar os desafios não só da sala de aula, mas da vida em sua plenitude.

Desenvolvimento Motor e Habilidades Físicas:

A Educação Física contribui significativamente para o desenvolvimento motor e a aquisição de habilidades físicas fundamentais. Atividades esportivas, jogos e exercícios promovem o aprimoramento da coordenação motora, equilíbrio e destreza, aspectos essenciais não apenas para a prática esportiva, mas também para a execução de tarefas diárias.

Além de seu papel na promoção da saúde, essa área do conhecimento emerge como uma oficina especializada. Seu impacto transcende as delimitações do campo esportivo, permeando as atividades cotidianas e proporcionando aos alunos uma base sólida para enfrentar os desafios físicos da vida.

Atividades esportivas, jogos e exercícios praticados dentro do contexto da Educação Física se tornam veículos essenciais para o aprimoramento da coordenação motora. A precisão dos movimentos e a sincronia entre mente e corpo, fundamentais em diversas práticas esportivas, extrapolam para as tarefas diárias, onde uma coordenação motora refinada facilita desde as atividades mais simples até as mais complexas. Desse modo, a ela se configura como um espaço dedicado ao desenvolvimento de habilidades que transcendem os limites da quadra esportiva. (AGUIAR; FROTA, 2002). O equilíbrio, outra dimensão prioritária na Educação Física, não é apenas uma habilidade técnica, mas

um alicerce essencial para a execução eficiente de tarefas diárias. Através de desafios que exigem equilíbrio, os alunos não apenas aprimoram sua capacidade física, mas também cultivam uma consciência corporal que reverbera em suas atividades rotineiras.

A destreza, por sua vez, é lapidada em meio a atividades que demandam precisão e habilidade manual. A manipulação consciente do corpo em diferentes contextos esportivos não apenas aprimora a destreza, mas também se traduz em benefícios tangíveis na realização de tarefas diárias que demandam habilidades manuais refinadas. Portanto, a Educação Física se configura como uma plataforma essencial no processo de desenvolvimento motor e na aquisição de habilidades físicas cruciais. Ao transcender a mera prática esportiva, a disciplina se posiciona como um alicerce vital, preparando os alunos não apenas para o sucesso no campo esportivo, mas também para uma vida cotidiana mais fluida e eficiente.

As atividades desenvolvidas na Educação Física para aprimoramento do desenvolvimento motor e aquisição de habilidades físicas fundamentais são diversas e são projetadas para engajar os alunos de maneira dinâmica e construtiva. (LEMOS, 2008). Nesse breve ensaio, apresentamos algumas atividades, exemplos e benefícios que contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos, e que, geralmente são projetadas para serem desafiadoras e adaptáveis às diferentes habilidades e níveis de desenvolvimento dos alunos, proporcionando uma abordagem inclusiva e progressiva para o aprimoramento do desenvolvimento motor e das habilidades físicas na Educação Física:

Coordenação Motora: Atividade: Circuitos de obstáculos.
Descrição: Os alunos percorrem circuitos que incluem obstáculos como cones, túneis e cordas, promovendo o desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa. Isso inclui a realização de movimentos precisos, como pular, equilibrar-se e se movimentar em espaços limitados.

Equilíbrio: Atividade: Jogos de equilíbrio. **Descrição:** Jogos que envolvem desafios de equilíbrio, como caminhar em trilhas estreitas, fazer atividades sobre pernas alternadas ou utilizar plataformas instáveis. Essas atividades estimulam o sistema vestibular e melhoram a consciência corporal.

Destreza: Atividade: Jogos com objetos manipuláveis.
Descrição: Utilização de objetos como bolas, raquetes, bastões ou cordas em jogos que exigem precisão e controle manual. Essas atividades não apenas melhoram a destreza, mas também promovem a coordenação olho-mão.

Atividades Esportivas: Atividade: Esportes como futebol, basquete, vôlei, entre outros. **Descrição:** Participação em esportes coletivos e individuais que demandam uma combinação de habilidades

motoras, como correr, driblar, passar, lançar e receber. O envolvimento nessas atividades esportivas aprimora tanto as habilidades motoras gerais quanto as específicas associadas a cada esporte.

Jogos Cooperativos: Atividade: Jogos de equipe que exigem cooperação. **Descrição:** Jogos que incentivam a cooperação entre os alunos, como correr em equipe, passar objetos entre si ou resolver problemas físicos em conjunto. Essas atividades não apenas desenvolvem habilidades motoras, mas também promovem o trabalho em equipe e a comunicação.

Além das atividades específicas da Educação Física, muitas delas integram elementos de diversas áreas do conhecimento, contribuindo para um aprendizado interdisciplinar e holístico. (DARIDO; RANGEL, 2005). Seguem algumas atividades que não apenas aprimoram as habilidades físicas, mas também incorporam aspectos de outras disciplinas:

Matemática: Atividade: Jogos com contagem de pontos em esportes. **Descrição:** Utilização de atividades esportivas para ensinar conceitos matemáticos, como somar e subtrair pontos durante um jogo. Isso não apenas reforça habilidades motoras, mas também envolve os alunos em raciocínio matemático prático.

Ciências: Atividade: Exploração do corpo humano e seus sistemas durante as aulas de Educação Física. **Descrição:** Discussões sobre o sistema muscular, cardiovascular e respiratório enquanto os alunos participam de atividades físicas. Isso proporciona uma compreensão prática dos conceitos científicos relacionados ao funcionamento do corpo humano.

Artes Visuais: Atividade: Coreografias e expressão corporal. **Descrição:** A criação e execução de coreografias não apenas promovem a expressão artística, mas também aprimoram a consciência corporal. Os alunos podem explorar a relação entre movimento, música e expressão criativa.

Língua Portuguesa: Atividade: Produção de textos sobre esportes ou atividades físicas. **Descrição:** Estimulação da escrita através de reflexões sobre as experiências nas aulas de Educação Física. Os alunos podem relatar suas vivências, desenvolvendo habilidades de escrita e comunicação.

Geografia: Atividade: Exploração de jogos e esportes de diferentes culturas ao redor do mundo. **Descrição:** Estudo de esportes e atividades físicas praticadas globalmente, proporcionando aos alunos uma compreensão mais ampla das tradições culturais e geográficas.

História: Atividade: Investigação sobre a história de esportes específicos. **Descrição:** Exploração das origens e evolução de esportes ao

longo do tempo, promovendo uma compreensão histórica do papel das atividades físicas na sociedade.

Ao integrar essas atividades interdisciplinares, a Educação Física não apenas fortalece o desenvolvimento motor e habilidades físicas, mas também enriquece o aprendizado dos alunos, proporcionando uma abordagem holística que conecta diferentes áreas do conhecimento. Essa abordagem integrada contribui para uma educação mais completa e significativa.

Socialização e Trabalho em Equipe:

A prática esportiva na Educação Física proporciona um ambiente propício para a socialização e o desenvolvimento de habilidades sociais. Afinal, a atividade esportiva transcende as fronteiras do movimento físico, tornando-se um terreno fértil para o cultivo das relações interpessoais. Ao participar de esportes coletivos, os alunos são imersos em um ambiente que demanda não apenas habilidades físicas, mas também uma compreensão profunda da colaboração e interdependência. Este cenário proporciona uma oportunidade única para o desenvolvimento de competências sociais que desempenham um papel crucial na construção de relações ao longo da vida.

A colaboração em atividades físicas não é apenas uma experiência de trabalho em equipe; é uma sinfonia de comunicação eficaz, empatia e resolução de conflitos. Durante jogos e esportes coletivos, os alunos aprendem a se comunicar de maneira clara e eficiente, a entender as perspectivas dos outros e a resolver desafios em conjunto. Estas são habilidades transferíveis que não apenas enriquecem a experiência escolar, mas também moldam indivíduos preparados para a complexidade das interações sociais na vida adulta.

As competências sociais adquiridas através da prática esportiva na Educação Física não se limitam ao ambiente escolar. Elas ecoam em todas as esferas da vida, desde ambientes profissionais até relações pessoais. A capacidade de trabalhar em equipe, a empatia e a habilidade de resolver conflitos pacificamente são características valorizadas em todas as etapas da vida. Portanto, a Educação Física não apenas fortalece os corpos dos alunos, mas também tece habilidades sociais duradouras que contribuem para o florescimento humano em sua totalidade.

Nesse viés, também se destaca como um campo crucial para promover a inclusão. A prática esportiva oferece uma plataforma onde alunos de diferentes habilidades e aptidões podem se unir, compartilhar experiências e contribuir para o sucesso coletivo. Essa dinâmica inclusiva não apenas derruba barreiras físicas, mas também desafia estigmas, criando um ambiente onde a diversidade é celebrada e cada indivíduo é reconhecido por suas contribuições únicas. Ao incorporar princípios de

inclusão, as aulas de Educação Física não apenas proporcionam atividades acessíveis a todos, mas também cultivam uma mentalidade que valoriza a aceitação e o respeito pela diversidade. (IMBERNÓN, 2001).

Isso não apenas empodera os alunos com diferentes habilidades a participar ativamente das atividades esportivas, mas também promove uma cultura inclusiva que se estende para além das quadras e campos. Ao vivenciar a inclusão na prática, os alunos internalizam valores de respeito e empatia, formando uma base sólida para uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Portanto, a Educação Física não é apenas uma disciplina física, mas um catalisador para a construção de comunidades escolares onde todos se sintam valorizados e incluídos. (BARBOSA, 2004).

Melhoria do Desempenho Acadêmico:

Estudos têm demonstrado uma correlação positiva entre a participação em atividades físicas e o desempenho acadêmico. A Educação Física não só contribui para a saúde física, mas também para a cognição. A prática regular de exercícios estimula o cérebro, melhorando a memória, a concentração e a capacidade de aprendizado. Assim, ela se revela como uma aliada na formação de alunos mais capacitados e resilientes.

Essa interconexão entre a participação em atividades físicas e o desempenho acadêmico emerge como um capítulo crucial no enredo da Educação Física contemporânea. A Educação Física, ao estimular o corpo, promove uma orquestração sinérgica com a mente, consolidando-se como uma aliada inestimável na formação de alunos mais preparados para os desafios intelectuais. (GONÇALVEZ, 2009).

A prática regular de exercícios na Educação Física não é meramente um impulso ao sistema cardiovascular, mas também uma injeção de vitalidade ao cérebro. O estímulo físico desencadeia uma cascata de benefícios neurobiológicos, estimulando áreas cerebrais associadas à memória e aprendizado. A melhoria da memória, decorrente do aumento do fluxo sanguíneo e da liberação de substâncias neuroprotetoras, traduz-se em uma capacidade aprimorada de assimilação e retenção de informações.

Além disso, a concentração, uma ferramenta essencial no arsenal acadêmico, floresce sob os auspícios da Educação Física. A disciplina não apenas instiga a habilidade de focar durante as atividades físicas, mas também cultiva a capacidade de direcionar a atenção de forma eficaz em outras áreas do aprendizado. (GALLAHUE; DONNELLY, 2001). A Educação Física, portanto, não é apenas um intervalo entre aulas; é um catalisador que potencializa a mente para absorver e processar conhecimento de maneira mais eficiente.

Ao transcender os limites da sala de aula, essa área revela-se como uma parceira estratégica na formação de alunos capacitados e resilientes. Ao fornecer não apenas uma válvula de escape para a energia física, mas também uma rampa de lançamento para a excelência acadêmica, a disciplina desenha uma ponte vital entre o movimento do corpo e a agilidade da mente, consolidando-se como uma ferramenta integral no arsenal educacional. (GONÇALVEZ, 2009).

Prevenção de Comportamentos Sedentários:

Diante da prevalência de tecnologias que incentivam comportamentos sedentários, a Educação Física desempenha um papel crucial na promoção de um estilo de vida ativo desde a infância. Ao cultivar o gosto pela atividade física desde cedo, contribui-se para a formação de adultos mais conscientes da importância do movimento para a saúde.

A prevalência de tecnologias que seduzem crianças e jovens para um estilo de vida sedentário tem implicações profundas para a saúde a longo prazo. Nesse contexto, a Educação Física se torna uma resposta proativa, oferecendo um contra-ataque essencial ao incentivar a participação ativa em atividades físicas desde as fases iniciais da vida escolar. Através de jogos, exercícios lúdicos e esportes adaptados, a disciplina não apenas proporciona um escape saudável das telas, mas também educa os alunos sobre os benefícios duradouros de um estilo de vida ativo.

Ao cultivar o gosto pela atividade física desde cedo, a Educação Física não apenas fornece uma defesa robusta contra os comportamentos sedentários, mas também prepara os alunos para uma vida adulta onde o movimento é percebido não como uma obrigação, mas como um hábito valioso. O papel proativo da Educação Física na prevenção de comportamentos sedentários transcende o âmbito escolar, gerando impactos positivos na saúde física e mental dos alunos, e estabelecendo um alicerce sólido para uma sociedade mais ativa e saudável.

Em um mundo que testemunha transformações rápidas e desafios complexos, todos esses benefícios proporcionados pela Educação Física na educação contemporânea não são meramente vantagens isoladas, mas sim alicerces vitais que moldam a jornada da vida. Do estímulo à saúde física e mental à promoção de habilidades sociais, do aprimoramento acadêmico à prevenção de comportamentos sedentários, cada faceta desse mosaico contribui não apenas para a formação educacional, mas para a construção de seres humanos íntegros e resilientes. (FERREIRA, 2011).

A Educação Física, ao transcender a ideia de mero exercício físico, se revela como um farol orientador na forja de cidadãos conscientes, ativos e preparados para enfrentar os desafios de uma vida plena. Nessa sinfonia de movimento, mente e interações sociais, a disciplina se consolida como

uma aliada indispensável, não apenas na sala de aula, mas ao longo da jornada que se estende para além dos bancos escolares, permeando a tessitura da vida cotidiana com os benefícios duradouros da Educação Física na contemporaneidade.

Considerações Finais

A Educação Física é um componente indispensável na educação contemporânea, oferecendo benefícios que transcendem o simples aspecto físico. Seu papel na promoção da saúde, no desenvolvimento motor, na socialização e até mesmo no desempenho acadêmico destaca sua relevância na formação integral dos alunos. Portanto, é imperativo que os sistemas educacionais valorizem e fortaleçam a presença da Educação Física, reconhecendo-a como uma ferramenta fundamental na construção de uma sociedade mais saudável e equilibrada.

Essa premissa não representa apenas uma escolha pragmática, mas uma declaração de compromisso com o bem-estar holístico dos estudantes. Através dela, os alunos não apenas desenvolvem corpos mais saudáveis, mas também absorvem lições valiosas sobre trabalho em equipe, superação de desafios e a importância de um estilo de vida ativo. Esses ensinamentos, enraizados nas aulas de Educação Física, reverberam em escolhas de vida conscientes e na formação de adultos resilientes, conscientes da interconexão entre movimento, mente e saúde.

Num mundo onde as demandas educacionais e sociais evoluem, a Educação Física surge como um farol adaptativo. Ao inovar suas abordagens e incorporar práticas que atendam às necessidades em constante mutação dos alunos, a disciplina se torna uma ponte entre o passado e o futuro, conectando os valores eternos do movimento humano aos desafios contemporâneos. Portanto, é preciso não apenas preservar, mas também revitalizar o lugar da Educação Física no cenário educacional, assegurando que ela continue a ser uma influência positiva, capacitadora e duradoura nas vidas dos alunos. Em última análise, ao investir na excelência da Educação Física, investimos no florescimento integral das gerações presentes e futuras.

Em suma, a disciplina emerge como um pilar educacional fundamental, proporcionando aos alunos as habilidades necessárias para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante evolução. Nesse ínterim, ela assume uma posição central na educação contemporânea, promovendo uma formação integral e adaptável às demandas do mundo atual.

A Educação Física surge como alicerce vital, fortalecendo e moldando não apenas corpos, mas mentes ágeis e cidadãos preparados para trilhar com confiança os caminhos dinâmicos e desafiadores do século XXI.

Referências

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado; FROTA, Paulo Rômulo de Oliveira. Educação Física em questão: resgate histórico e evolução conceitual. 2002. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento_2002/GT.1/GT1_5_2002.pdf>. Acesso em 10 de março de 2023.

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. Educação Física Escolar: da alienação à libertação. 4.ed. Petrópolis, SP: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: outubro. 2023.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

FERREIRA, M, S. Aptidão física e saúde na educação física escolar: ampliando e enfoque. Rev Bras Cienc Esp, 2011.

GALLAHUE, David L; DONNELLY, Frances Cleland. Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2001.

GONÇALVEZ, Maria Cristina. Coleção repensando a Educação Física: da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Módulo 2 – Equipe BNL; Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2009.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

LEMONS, Fábio Ricardo Mizuno. Notas sobre os componentes curriculares Arte e Educação Física. Lecturas: Educación Física y Deportes. Buenos Aires, v. 13, n. 123, ago. 2008.

SOARES, Everton Rocha. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. Disponível em: (17): 169, 2012. Acesso em 10 de março de 2023.

Thalles Einstein Felix



Cientista Social, Antropólogo,
Cientista das Religiões,
Eduador Especial, Poeta e
Escritor

PRECONCEITO INDÍGENA: ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o tema da Antropologia Indígena, discorrendo acerca do problema de preconceito contra os indígenas na sociedade contemporânea. Propõe-se analisar quais os reflexos do preconceito sofrido pelas comunidades indígenas.

A escolha de tal tema ocorreu ao analisar-se situação ocorrida na cidade de Passos/MG, quando se percebeu o constrangimento sofrido por indígenas que chegaram na cidade com o objetivo de vender artesanatos, sendo que a comunidade local não foi receptiva com os transeuntes justamente por eles serem indígenas.

Historicamente, verifica-se que a formação étnica do Brasil veio de uma fusão dos povos indígenas, negros e europeus.

Darcy Ribeiro tem uma interpretação própria da formação do povo brasileiro a partir de três matrizes básicas: os índios que habitavam originalmente a terra, o europeu descobridor-colonizador (principalmente os portugueses) e os africanos escravizados.

A palavra “Brasil”, segundo Darcy Ribeiro, surgiu com a necessidade de denominar os primeiros núcleos formados por brasilíndios e afro-brasileiros, pois os mesmos não podiam se confundir com os europeus colonizadores. É possível perceber que nessa época iniciou-se a configuração em solo brasileiro de nova história e nova cultura que se apresentavam e se divergiam das originárias: portuguesa, ameríndia e africana. (RIBEIRO, 2014)

Analisando-se o período de colonização, percebe-se que os europeus, vindos de uma civilização urbana classista e verdadeira potência mercantil, buscavam incessantemente o lucro, enquanto os índios eram considerados vadios, vivendo uma vida fútil, inútil e farta. Inquestionável que os invasores impuseram seu estilo de vida aos povos pré-existentes.

A sociedade colonial da época advinha primordialmente da civilização europeia, em sua versão portuguesa, inclusive com sua hierarquia e regras pertinentes. Contudo, a mestiçagem no Brasil era consequência inevitável da colonização e teria ocorrido de diferentes

formas. Uma delas seria o cunhadismo, prática oriunda de antiga tradição dos índios. As civilizações estavam se mesclando e criando um povo totalmente diferente, os mestiços – que efetivamente ocuparam o Brasil, os quais não seriam futuramente bem quistos pelos povos originais.

A expansão do domínio português terra adentro na constituição do Brasil é obra dos brasilíndios ou mamelucos, que eram filhos impuros da terra, rejeitados pelo pai europeu e pela mãe índia. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

“Os brasilíndios ou mamelucos paulistas foram vítimas de duas rejeições drásticas. A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra, aproveitavam bem seu trabalho quando meninos e rapazes e, depois, os integravam a suas bandeiras, onde muitos deles fizeram carreira. A segunda rejeição era do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita a semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios. Não podendo identificar-se com uns nem com outros de seus ancestrais, que o rejeitavam, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro.” (RIBEIRO, 2014, p. 82-83)

Percebe-se claramente o preconceito sofrido tanto pelos povos pré-existentes à descoberta/colonização, quanto pelas pessoas formadas pela miscigenação, as quais eram marginalizadas pela sociedade tida como “civilizada”.

Verifica-se que, desde o período da descoberta/colonização, os povos indígenas foram vistos como inferiores, tendo sido inclusive alvo da conquista armada por muito tempo.

Contudo, houve época em que alguns poucos tentaram incorporar os índios à civilização e cultura modernas sem desmerecer suas raízes étnicas. Um deles foi Marechal Rondon, aquele que no início do século XX decidiu dedicar sua vida para contatar os indígenas e trazê-los para o mundo “civilizado” sem, contudo, disparar um tiro. Rondon fugia do perfil dos que, antes dele, trataram de conquistar os povos originários pela força das armas, provocando a morte e a destruição de comunidades inteiras. Ele era explícito: “morrer talvez, matar, nunca”. Compartilhava de uma fé positivista de que era possível a vida harmoniosa entre os brancos e os indígenas, desde que esses últimos aceitassem as regras da chamada civilização.

Frise-se que a realidade anterior a Rondon era extremamente cruel: o processo de dizimação e violência estava acabando com os indígenas. A colonização branca dominou a região da Amazônia em busca dos seringais, enquanto na região do sertão o foco era mesmo a posse da terra. A intenção dos invasores era a expulsão dos indígenas para que pudesse vingar a criação de gado. Além disso, também dominaram todo o

espaço da floresta atlântica, indo em direção ao interior, expandindo o cultivo de algodão e café.

Poucas comunidades lograram sobreviver aos massacres e tentativas de “abrasileiramento”. Resistiam alguns núcleos de Potiguara, Kuruxi, Fulniô, mas já bastante mestiçados e sem-terra. Aonde chegavam os brasileiros, os indígenas eram escoraçados. Os Timbiras, no Maranhão resistiram por anos, em longas guerras, mas acabaram se entregando no início do século XX para não perecerem totalmente. Em todos esses lugares, aonde os indígenas iam depondo as armas, o processo de aldeamento se dava a partir do engano, da violência e da destruição. Aonde havia missionários, as crianças eram tiradas das famílias e criadas como se fossem brancas, para deixar de serem índias e se integrarem à sociedade. (RIBEIRO, 1970)

Nesse cenário de horror surgiu a figura do Marechal Rondon que não se conformava com o tratamento dado pelos brancos aos índios. Rondon era adepto do positivismo e acreditava no progresso. Sua proposta era garantir espaços de terra demarcada e abrir escolas para que as crianças indígenas pudessem ser alfabetizadas.

Assim, com a chegada de Rondon e sua forma pacífica de trazer os indígenas para os aldeamentos, as terras foram sendo “limpas” e as fronteiras agrícolas foram se expandindo. O que num primeiro momento parecia ser uma coisa boa, acabou mostrando-se igualmente nocivo, pois, ainda que aldeados sem violência, as comunidades, subtraídas de seu território e de sua forma original de viver iam perdendo a alegria e definhavam, pela fome, doença e desengano. (RIBEIRO, 1970, p.187)

No início do século XX, das 230 etnias encontradas, apenas 105 conseguiam ainda manter seu patrimônio cultural, 57 delas com contatos intermitentes e 29 integradas ao mundo branco. As demais tinham sucumbido ao processo de violência da colonização. (TAVARES, 2018)

Os povos originários foram se colocando na vida nacional utilizando o mecanismo da transfiguração étnica. Ou seja: os indígenas nem foram assimilados, nem foram destruídos, eles se transfiguraram para resistir a uma cultura invasora, violenta e desagregadora dos brancos. Não eram vistos como civilizados, mas de alguma forma tentaram sobreviver à dizimação.

Darcy Ribeiro pontifica: “[...] é o caráter capitalista do sistema econômico vigente e a ordenação sócio-política a ele correspondente que lança a sociedade nacional contra as etnias tribais” (RIBEIRO, 1970, p. 371). O capitalismo arrasa tudo, mas fundamentalmente imprime um profundo processo de destruição e desenraizamento junto aos povos originários.

Por conta desse avanço do capitalismo na realidade mesma dos indígenas, Darcy aponta como vai operando aí a transfiguração étnica, que é esse mudar, sem perder a raiz. Ele mostra que quando o indígena passa de índio tribal para a condição de índio genérico, ou seja, integrado na cultura capitalista, a sua antiga consciência começa a ruir porque mudam todas as condições sociais e culturais. Ainda assim, os elementos fundamentais da cultura permanecem, embora numa outra condição.

Atualmente, há na região sudeste cerca de 200 aldeias indígenas, dos povos guarani, tupi, kaingang, terena, krenak e tupiniquim, maxakali, xakriabá e xukuru-kariri, além de indígenas em situação urbana, de vários povos, que vivem fora de aldeias. Os povos dessa região em sua maioria não tem as terras demarcadas, o que limita a autonomia alimentar plena só com os recursos da terra.

Por conta disso, eles precisam e fazem atividades de geração de renda alternativa, especialmente a venda de artesanato, bem como atividades de visitação turística, o que faz com que eles necessitem sair da aldeia para vender as produções, além de receber visitantes em suas aldeias.

Tais povos conseguiram resistir ao longo do tempo através de uma vida comunitária, de compartilhamento de alimentos e de afazeres cotidianos que é justamente o que lhes deu força.

Contudo, é fato que os indígenas necessitam muitas vezes se deslocar até as cidades, inclusive para ali morar, em decorrência de queimadas e/ou desmatamentos em suas áreas nativas, sendo certo que os índios não são preparados para tal drástica mudança de cultura, o que lhes tornam alvos do preconceito dos brancos. (ABRAMOVAY, 2019)

Percebe-se que grande parte do preconceito sofrido pelos indígenas em relação aos brancos é porque os brancos tendem a ver o índio a partir da perspectiva da cultura branca e não a partir da cultura indígena.

Sobre o problema das queimadas e/ou desmatamentos, verifica-se que as maiores riquezas que a sociedade contemporânea produz na verdade não são riquezas e sim uma produção não sustentável desenfreada. Quais as finalidades de uma produção desenfreada em todos os setores? Quais seriam os impactos de tal produção?

Fato é que, ao longo dos anos, os povos indígenas foram sendo dizimados pelo homem branco, que os escravizava, matava, ocupava suas terras e lhes transmitia suas doenças. Os Carijós, ou índios escravos, como eram chamados pelos colonizadores, foram pouco a pouco perdendo seu espaço.

Esses grupos, que ainda sobrevivem nas reservas, continuam a praticar seus cultos e atividades, ainda preservam usos e costumes, mas

são pobres e doentes, habitam choças, sofrem muita pressão de fazendeiros e recebem pouca assistência dos governos e da sociedade.

"Nós somos índios em qualquer lugar. Não importa onde estamos; não importa se somos reconhecidos... A gente se sente diferente dos outros. A maneira de ser da gente é diferente. Não sei, não sei se é... mas a gente sente assim. A gente precisa é estar junto." (Dona Rosa Aranã, 07/07/2001, apud Núcleo de Educação Escolar Indígena/SEE/MG)

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho tem a finalidade de investigar a causa dos preconceitos sofridos pelos indígenas na sociedade atual.

Para aprofundar a reflexão sobre violência contra os Povos Indígenas no Brasil, é necessário discutir temas específicos que estimulam a compreensão dessa complexa e violenta realidade enfrentada pelos indígenas em todo o Brasil, seja nas cidades seja nos territórios demarcados ou reivindicados. Dentre estes temas estão: as queimadas em terras indígenas; a importância do julgamento realizado pela Corte Interamericana sobre o caso do povo Xukuru; a população encarcerada indígena no Brasil; uma análise orçamentária da política indigenista; reflexões sobre a prática de suicídio entre os indígenas; as atuais ameaças aos povos indígenas livres ou isolados; e, por último, uma análise sobre a utilização, feita pelo governo, de conceitos já superados para restringir os direitos indígenas.

O Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reitera o retrato de uma realidade extremamente perversa e preocupante do Brasil indígena. A intensificação das expropriações de terras indígenas, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável.

Para além de materializar o reconhecimento de um direito originário, as terras indígenas são, comprovadamente, as áreas que mais protegem as matas e os seus ricos ecossistemas. Historicamente, a presença dos povos dentro de seus territórios faz com que eles funcionem como verdadeiras barreiras ao avanço do desmatamento e de outros processos de espoliação. No entanto, os dados de 2019 revelam que os povos e seus territórios tradicionais estão sendo, explicitamente, usurpados.

A “explosão” de incêndios criminosos que devastaram a Amazônia e o Cerrado em 2019, com ampla repercussão internacional, deve ser inserida nessa perspectiva mais ampla de esbulho dos territórios indígenas. Muitas vezes, as queimadas são parte essencial de um esquema

criminoso de grilagem, em que a “limpeza” de extensas áreas de mata é feita para possibilitar a implantação de empreendimentos agropecuários, por exemplo. De modo resumido, assim funciona esta cadeia: os invasores desmatam, vendem as madeiras, tocam fogo na mata, iniciam as pastagens, cercam a área e, finalmente, com a área “limpa”, colocam gado e, posteriormente, plantam soja ou milho.

No relatório, em relação aos três tipos de “Violência contra o Patrimônio” foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (829 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (35 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (256 casos registrados); totalizando o registro de 1.120 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas em 2019.

Cabe ressaltar que das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 829, um total de 536 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado.

Como já informado, em 2019 houve o registro de 256 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados. Uma análise mais minuciosa das fichas descritivas de cada um destes 256 casos revela que na maioria das situações de invasão/exploração/dano houve o registro de mais de um tipo de dano/conflito, totalizando 544 ocorrências. Desse modo, é possível verificar um desdobramento dos 256 casos consolidados de acordo com as seguintes motivações:

- 208 para invasão;
- 89 para exploração ilegal de madeira/desmatamento;
- 39 para garimpo e exploração mineral;
- 37 para fazendas agropecuárias (gado, soja e milho);
- 31 para incêndios;
- 31 para pesca predatória;
- 30 para grilagem/loteamento ilegal;
- 25 para caça predatória;
- 25 para empreendimentos de infraestrutura (rodovia, ferrovia, energia elétrica);
- 14 para exploração ilegal de recursos (areia, mármore, piçarra, palmito);
- 7 para contaminação da água e/ou de alimentos por agrotóxicos;
- 5 para empreendimentos turísticos;

- 3 para rota para tráfico de drogas.

Cabe ainda ressaltar que estes 256 casos incluíram 107 ocorrências de danos ao meio ambiente (77) e danos ao patrimônio (30), denunciados pelos povos indígenas em suas terras.

Em relação à “Violência contra a Pessoa”, de acordo com o relatório foram registrados os seguintes dados em 2019: abuso de poder (13); ameaça de morte (33); ameaças várias (34); assassinatos (113); homicídio culposo (20); lesões corporais dolosas (13); racismo e discriminação étnico cultural (16); tentativa de assassinato (25); e violência sexual (10); totalizando o registro de 277 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2019.

Além disso, de acordo com o relatório, foram registrados 267 casos de “Violência por Omissão do Poder Público” em todo o país em 2019: suicídios (133); casos de mortalidade na infância – crianças de 0 a 5 anos (825); desassistência geral (65); desassistência na área de educação escolar indígena (66); desassistência na área de saúde (85); disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (20); e morte por desassistência à saúde (31).

Da mesma importância de referido relatório, tem-se a plataforma CACI, que é um mapa digital que reúne as informações sobre os assassinatos de indígenas no Brasil. De acordo com a Cartografia de Ataques Contra Indígenas – CACI, há uma compilação de 1.193 casos de assassinatos de indígenas ocorridos desde 1985. (CACI, 2019)

Assim, verifica-se a importância do presente trabalho para se analisar as origens e consequências do preconceito sofrido pelos indígenas.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

Analisar o preconceito contra os Indígenas na Sociedade Contemporânea.

Analisar os impactos que o preconceito traz para o futuro dos povos indígenas.

Objetivos Específicos:

Analisar a origem do preconceito indígena: seu início e desdobramentos.

Analisar as consequências desse problema.

DESENVOLVIMENTO (FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA)

O presente projeto de pesquisa se faz necessário para estudar as origens do preconceito sofrido pelos indígenas. Constata-se que os índios não foram inseridos na sociedade contemporânea, pois são vistos como marginais, preguiçosos e vadios, sendo que na realidade são vítimas da violência cultural.

Tais consequências nefastas do preconceito sofrido pelos indígenas decorrem de problemas e dificuldades do sistema estrutural da sociedade, como problemas ambientais, educacionais, habitacionais, além das dificuldades decorrentes da divergência cultural entre os povos indígenas e a chamada civilização.

Martins discute o problema da Reforma Agrária correlacionando o tema com os conceitos de exclusão, trabalho escravo, migrações e socialismo. Esse importante sociólogo aborda a questão do lento processo de recuperação dos direitos dominiais sobre o território nacional por parte do Estado brasileiro que se inicia a partir da Revolução de 30, como uma forma de superar os erros provocados pela Lei de Terras de 1850. (MARTINS, 2000)

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX, a moradia torna-se mercadoria pelas mãos de investidores “rentistas”, que produzem os cortiços, as vilas e os “correrres de casa”, ao mesmo tempo que emerge o primeiro “problema habitacional” brasileiro, formulado na época por médicos e engenheiros como uma “questão sanitária” decorrente do congestionamento e da precariedade física das construções. Ante a impossibilidade de estabelecer cordões sanitários, em razão do modelo espacial ainda pouco segregado das cidades (vale dizer, Rio de Janeiro e São Paulo), as elites buscaram soluções mediante a concessão pelo Estado de incentivos à constituição de empresas que se interessassem em construir moradias higiênicas para alugar aos “pobres” e pela intervenção autoritária na reforma dos espaços populares. (BONDUKI, 1998)

Percebe-se claramente que os indígenas fazem parte da população de baixa renda. Contudo, justamente devido ao preconceito sofrido por eles, os indígenas são colocados em situação ainda pior, posto que tem de enfrentar a segregação racial.

A periferia é o lugar de residência das parcelas da população trabalhadora caracterizada como de “baixa renda”. Diferencia-se do resto da cidade tanto pela precariedade da configuração espacial quanto pelo segmento da população que os habita. Aí, tudo é exclusão: habitações precariamente construídas pelo próprio morador, em suas horas de descanso, sem infraestrutura urbana adequada, isto é, sem coleta de esgoto que corre a céu aberto poluindo córregos e gerando problemas de salubridade; sem guias ou sarjetas, sem pavimentação; com vias internas

que mal permitem a circulação de veículos, impedindo o acesso de caminhões coletores de lixo ou ambulâncias, sem nenhum equipamento que caracteriza a vida urbana. (GROSTEIN, 1990)

E é essa estrutura que querem dar não só para as pessoas de baixa renda, mas também para os indígenas que migram para as cidades? Será que isso não teria de ser repensado para a melhor habitação e dignidade das pessoas em geral?

Ao longo do século XX, o termo clandestino serviu para eximir o poder público da responsabilidade sobre estas áreas da cidade. Foi a alegação necessária para dirigir os investimentos públicos para outras áreas. Afinal, em ruas que não eram oficiais aquele estava isento da obrigação de prestar serviços públicos. (GROSTEIN, 1990)

Assim, a sociedade encontrou sozinha, com a conivência do Poder Público, a alternativa habitacional possível para o assentamento da população de baixa renda, bem como os indígenas: o loteamento popular irregular ou clandestino.

Dessa forma, perpetuaram-se os males causados às populações indígenas, que eram e ainda são obrigadas a migrar para as cidades na busca por sobrevivência através da geração de renda, mas se deparam com a dura e triste realidade da segregação racial.

Atualmente, existem 13 (treze) etnias indígenas que vivem no Estado de Minas Gerais: Aranã, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Mucuriñ, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Puris, Tuxá, Xacriabá e Xukuru-Kariri.

Essas treze etnias são pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê e contam aproximadamente com quinze mil indivíduos aldeados. Há uma grande população de indígenas que vivem nos centros urbanos. Estima-se que na região metropolitana de Belo Horizonte tenha de dois mil a três mil indígenas. O número de etnias também não é estático, sendo que o processo de etnogênese e as migrações são dinâmicos.

Esses povos se formaram ao longo de um processo histórico marcado pelo caráter violento da expansão econômica sobre a região sudeste, originalmente de densa mata atlântica, onde diversos grupos de ‘Botocudos’ – resistindo à colonização em outras zonas já ‘conquistadas’ pelos brancos – se abrigaram até meados do Século XX.

Os Botocudos – nome com o qual os portugueses pejorativamente designavam os indígenas, em referência aos adornos usados nas orelhas e nos lábios – ou Borum – termo que significa ‘gente’, em língua indígena, e que segundo o qual os índios designam hoje a si, em oposição aos Kraí, os não-índios – eram falantes de praticamente uma mesma língua, apesar das

significativas variações dialetais que serviam para demarcar diferenças entre os diversos grupos nos quais se compunham.

Esses grupos indígenas foram os últimos a negociar com as autoridades governamentais seu processo de ‘pacificação’ e ‘civilização’, ocorrido logo no início dos trabalhos do recém-inaugurado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1911. Hoje os indígenas sofrem com a situação de seu território tradicional que além de ser diminuto, onde não comporta a população de uma forma saudável, ainda tem as pressões e violações dos empreendimentos e da sociedade externa que destruíram o Watu, com a construção da UHE de Aimorés e o acidente/crime do rompimento da barragem das empresas Samarco/Vale/BHP Billinton. As comunidades indígenas ainda sofrem com a demora da demarcação dos territórios tradicionais que envolvem vários Parques Estaduais.

Alguns desses povos indígenas foram aldeados pelos missionários capuchinhos em 1873, no Aldeamento Central Nossa Senhora da Conceição do Rio Doce, onde grassaram epidemias que dizimaram a população. Alguns sobreviventes migraram para o Aldeamento de Itambacuri, de onde saíram seus ancestrais para o trabalho em fazendas na região do Vale do Jequitinhonha. Hoje os grupos indígenas lutam para que os territórios sejam identificados e homologados.

Esses grupos viveram o processo da etnogênese, pois ficaram durante dezenas de anos vivendo da invisibilidade étnica para se esquivarem do pré-conceito e da violência. Hoje, alguns territórios tradicionais já foram identificados e publicados pela FUNAI, mas o processo da homologação da terra ainda é muito moroso.

Fato é que estes grupos migraram para o centro urbano em busca de uma qualidade de vida melhor, já que muitos perderam o território ao longo da história de ocupação das áreas indígenas no interior do país. Os grupos que vivem na cidade possuem direitos e devem se organizar para buscá-los e reivindicá-los perante o Estado e a sociedade envolvente. (CAMARO e LIMA, 2017)

Nas palavras de um chefe Yanomami: “Hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo um pouco a sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. A meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em Yanomami. Sei também que se formos viver em suas cidades, seremos infelizes. Então, eles acabarão com a floresta e nunca mais deixarão nenhum lugar onde possamos viver longe deles. Não poderemos mais caçar, nem plantar nada. Nossos filhos vão passar fome. Quando penso em tudo isso, fico tomado de tristeza e de raiva. Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se

expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte.” (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 75)

Parafrazeando Mércio Pereira Gomes, antropólogo e ex-presidente da Funai, a "Antropologia é uma palavra iluminante", posto que tal área é alguma coisa especial no mundo do conhecimento do homem. (GOMES, 2009)

Na Antropologia, cabe o estudo tanto da cultura, da sociedade, do parentesco, de rituais e simbolismos. Tendo isso em vista, reitero a necessidade dessa proposta de pesquisa sobre o preconceito sofrido pelos indígenas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Floresta Amazônica em perigo com Ricardo Abramovay (parte 1)**. Ano: 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ibeTKG5HJMw&t=30s> Acesso em: 1º/11/2020.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Cidade e partilha: Ricardo Abramovay at TEDxJardins City2.0**. Ano: 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=quJQviOrAM> Acesso em: 1º/11/2020.

ARANTES, Vera Maria. **Índios do Brasil 1**. Secretaria de Educação à Distância – Secretaria de Educação Fundamental. Reimpressão. Brasília MEC - SEED SEF: 2001. Cadernos da TV Escola. 96 páginas, ilustrado.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CACI – Cartografia de Ataques Contra Indígenas. Ano: 2019. Disponível em: <http://caci.cimi.org.br/#/!/?loc=-13.068776734357694,-63.80859374999999,4> Acesso em: 1º/11/2020.

CAMARO, Pablo Matos e LIMA, Ana Paula Ferreira. **Povos indígenas em Minas Gerais**. CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Ano: 2017. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/> Acesso em: 1º/11/2020.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/> Acesso em: 1º/11/2020.

DELGADO, Paulo Sergio e JESUS, Naine Terena de. **Povos indígenas no Brasil: perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual.** Curitiba: 2018. Brazil Publishing. 244 páginas.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia.** Edição 48. Ano 6. São Paulo: 2009. Editora Contexto. 237 páginas.

GROSTEIN, Marta Dora. **Uma cidade por refazer: a periferia paulistana.** Revista USP – mar./abr./mai. 1990.

IBGE. Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas – Indígenas e Quilombolas 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=oque-e> Acesso em: 1º/11/2020.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1ª edição. São Paulo: 2015. Editora Companhia das Letras.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: 2000. EDUSP.

Núcleo de Educação Escolar Indígena/SEE/MG apud SENAC Minas Gerais – Descubra Minas Gerais. Disponível em: http://www.descubraminas.com.br/minasgerais/pagina.aspx?cod_pgi=1814 Acesso em 1º/11/2020.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal Acesso em: 1º/11/2020.

Povos Indígenas em Minas Gerais. Disponível em: https://www.indios.org.br/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_em_Minas_Gerais Acesso em: 1º/11/2020.

Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf> Aceso em: 1º/11/2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 1ª edição digital. São Paulo: 2014. Global Editora. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_povo_brasileiro.html?id=ophkBQAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10/10/2020.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 3ª edição. São Paulo: 1970. Editora Vozes. 508 páginas.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Discussão sobre as origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria de Nabil Bonduki.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, núm. 1, mayo, 1999, pp. 177-179. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Recife, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952491015> Acesso em: 1º/11/2020.

SPEZIA, Adi e MIOTTO, Tiago. **Em 2019, terras indígenas foram invadidas de modo ostensivo de norte a sul do Brasil.** Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/em-2019-terras-indigenas-invadidas-modo-ostensivo-brasil/> Acesso em: 1º/11/2020.

TAVARES, Elaine. **Darcy Ribeiro e os povos indígenas: acertos e equívocos.** REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos, v. 8, n.1. jan./abr. 2018.

Djalma Correia da Silva Neto



33 anos, natural de Teresina, Piauí, atualmente residindo em Brasília. Graduado em Gestão de Pessoas pela Faculdade de Tecnologia SENAC-DF em 2012, e atualmente concluindo a graduação em Direito na UNIFOR. Possui experiência em tecnologia em Serviço Jurídico. cursou pós-graduação em Estratégia de Pessoas com Coaching na UniNovafapi e MBA em Projetos, embora não tenha concluído ambas as especializações.

O USO ILEGAL DE DADOS E A FISCALIZAÇÃO DA LGPD: O TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

Introdução

Alguns dos principais objetivos da Lei de Proteção Geral de Dados Pessoais (BRASIL, 2018) foram garantir a privacidade de dados e assegurar direitos básicos, liberdade e o livre desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. Desse modo, há a necessidade de mensurar dados e o dever de fiscalizar se esses estão sendo utilizados de forma legal. Logo, as regras gerais da LGPD (BRASIL, 2018) são de interesse nacional, sendo analisadas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Esse instrumento normativo visa, portanto, ao atendimento de sua finalidade pública e à persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

De acordo com a LGPD (BRASIL, 2018), dado pessoal é uma “informação relacionada ao indivíduo natural identificada ou identificável”. Trata-se de um conceito que dependerá da devida contextualização. Assim, o tratamento de dados individuais somente poderá ser realizado em algumas situações específicas, ou seja, somente com a autorização da pessoa e para o cumprimento legal que a lei permite.

Garrido (2023, p. 19) justifica a relevância do controle visto que a regulamentação de proteção de dados pessoais é uma legislação principiológica, como já foi dito. Desse modo, tanto na origem europeia como na versão nacional, a LGPD (BRASIL, 2018) traz um rol de princípios que precisam ser atendidos. A melhor forma de se analisar a lei é por meio da verificação da conformidade dos itens de controle. Nesse sentido, se o controle não estiver presente, aplicado e implementado, o princípio não estará atendido.

Este artigo se propõe a responder ao seguinte problema: “Quais são os incidentes que mais ocorrem para estabelecer políticas de prevenção da fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pelo uso ilegal, abusivo e discriminatório de dados?”. É necessário, por conseguinte, determinar os incidentes que mais ocorrem para estabelecer políticas de prevenção da fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

(BRASIL, 2018) pelo uso ilegal, abusivo e discriminatório, como os órgãos competentes estão fiscalizando o cumprimento da obrigação legal.

De acordo com Lima (2021), a intenção dos algoritmos é, na maioria das vezes, tomar decisões sobre o futuro baseadas em estatísticas pretéritas, realizando a predição de uma situação. Todavia, usar dados históricos para treinar algoritmos pode significar a reprodução de erros ocorridos no passado pelas próprias máquinas.

Com isso, a tecnologia pode agravar a discriminação nas tomadas de decisões do gestor de recursos humanos ao utilizar dados tendenciosos ou que contenham preconceitos institucionalizados. Essa é a primeira possibilidade para o desenvolvimento de um algoritmo discriminatório, conforme dispõe Lima (2021, p.19).

A hipótese levantada frente ao problema em questão foi a seguinte: “Como combater uso abusivo, ilegal e discriminatório de dados como cumprimento da obrigação legal”. Os órgãos fiscalizatórios e o poder público podem averiguar o uso ilegítimo de dados dentro dos parâmetros legais da legislação de forma efetiva, assegurando a aplicação da lei.

Dessa forma, o uso ilegal e discriminatório de dados deve ser monitorado perante o cumprimento da obrigação legal. Como definem as palavras de Lima (2021, p. 19) no que diz respeito à discriminação, há uma previsão central chamada de Princípio da Não Discriminação, disposto no artigo 6º, IX, da Lei nº 13.709 (BRASIL,2018), segundo o qual há a “impossibilidade de realização do tratamento [de dados pessoais] para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos”.

O objetivo geral deste trabalho é “quais os incidentes para estabelecer políticas de prevenção da fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados pelo uso ilegal, abusivo e discriminatório de dados”. Dessa forma, este artigo visa garantir que a fiscalização e o tratamento dos dados sejam conduzidos de maneira autêntica e alinhada com as diretrizes da lei. Nesse sentido, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deve proceder de forma ética, imparcial e objetiva. Suas ações devem ser baseadas em princípios fundamentais de proteção de dados, como finalidade, minimização de dados, precisão, limitação de armazenamento, segurança e respeito aos direitos dos titulares dos dados.

A partir das explicações da Lima (2021, p. 45), justifica-se a relevância deste trabalho em caso de violação de dados, pois cabe ao controlador a obrigação legal de comunicar aos titulares dos dados pessoais violados e notificar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados quaisquer situações de violação. Entretanto, se essa ocorrer no ambiente do operador, será necessário que ele comunique ao controlador sobre o evento, em tempo hábil, para que este possa tomar todas as medidas técnicas possíveis para diminuir os prejuízos causados pelo fato gerador.

Nesse íterim, os objetivos específicos deste trabalho são “avaliar diversos métodos de melhoria de processo do uso ilegal de dados e a fiscalização da LGPD”. É necessário avaliar e analisar métodos impostos ao cômputo pelo responsável da legitimação eficaz e aptos a demonstrar a fidelidade e a execução dos dispositivos de proteção de dados pessoais e se estão cumprindo as suas exigências.

A avaliação de métodos de melhoria de processos do uso ilegal de dados e a fiscalização da LGPD (BRASIL, 2018) envolve considerar diferentes questionamentos para sobreavisar incidentes, fomentar a conformidade e fortalecer a proteção de dados pessoais. A seguir, serão mencionados alguns métodos que podem ser considerados nesse contexto.

No caso da implantação de processos de padronização, há o aumento e a implementação de processos amplos padronizados com relação à LGPD (BRASIL, 2018), que incluam a administração, os processos e os treinamentos para garantir que as práticas de tratamento de dados estejam em conformidade com a referida lei. Isso pode incluir a nomeação de um servidor de proteção de dados (DPO) para monitorar as funções de proteção de dados na empresa ou no órgão.

A respeito da promoção de impacto à proteção de dados (AIPD), é necessário harmonizar as avaliações de impacto à proteção de dados para identificar e abrandar riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais. A AIPD é um processo que envolve a identificação de riscos, a avaliação da necessidade e proporção do tratamento de dados, a implementação de medidas de mitigação de riscos e a realização de revisões periódicas.

No que concerne à implementação de medidas de segurança técnicas e organizacionais, deve-se adotar medidas adequadas de segurança de dados, como criptografia, controles de acesso, monitoramento de sistemas, *backups* regulares e políticas de retenção de dados. Além disso, é mister estabelecer processos internos para gerenciar incidentes de segurança e responder a eles de maneira adequada.

A respeito das auditorias internas e externas, é imperioso realizar auditorias regulares para avaliar a conformidade com a LGPD (BRASIL, 2018) e identificar possíveis vulnerabilidades ou áreas de melhoria. Isso pode incluir auditorias internas conduzidas pela equipe de conformidade da organização, bem como auditorias externas conduzidas por especialistas em proteção de dados.

No que tange ao monitoramento e aos relatórios de incidentes, é preciso implementar um sistema robusto de monitoramento de incidentes de segurança e violações de dados, garantindo que haja um processo claro para relatar esses incidentes às autoridades competentes e aos titulares dos dados, conforme exigido pela LGPD (BRASIL, 2018).

Acerca da cooperação com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), deve-se manter um diálogo aberto e cooperativo com essa entidade, fornecendo informações relevantes e respondendo prontamente a solicitações e orientações. Isso pode incluir a realização de consultas à ANPD para esclarecer dúvidas sobre a interpretação da lei ou buscar orientações específicas sobre a conformidade legal.

Assim, a pesquisa é essencial para qualificar os profissionais da área de proteção de dados e conformidade, dando oportunidades de treinamento, conhecimentos e instrumentos para garantir a conformidade legal, amparar os direitos dos indivíduos e promover uma consciência de privacidade e segurança de dados. Acerca disso, a acertada fiscalização do tratamento de dados pessoais pelo poder público é essencial para garantir a conformidade com a LGPD e evitar o uso ilícito ou abusivo de informações pessoais. Com isso, permite-se a confiança dos cidadãos no poder público, fortalecendo a relação entre o Estado e os indivíduos e contribuindo para a proteção dos direitos fundamentais à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Dessa forma, este artigo é essencial para desenvolver o conhecimento científico, detectar lacunas e desafios, discorrer parâmetro e boas normas, avaliar impactos e eficácia das políticas e promover o debate e a percepção sobre a proteção de dados pessoais no cenário do poder público. Para isso, o presente trabalho teve como base a realização de uma pesquisa teórica bibliográfica, com fundamento na Lei 13.709 (BRASIL, 2018), em livros acadêmicos, preocupando-se em aprofundar o conhecimento por meio da leitura de leis e do estudo da doutrina e da jurisprudência respectivas, a fim de trazer o maior conjunto possível de conhecimentos para justificar os questionamentos apresentados no decorrer do presente artigo.

Para a composição da base deste artigo, foram utilizados livros e artigos científicos extraídos de busca realizada no Google Acadêmico, a partir das seguintes palavras-chave: dados; proteção; LGPD; fiscalização; poder público. Nesse sentido, cumpre salientar que toda a estrutura do artigo está de acordo com as principais regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Esta pesquisa de revisão de literatura teve o tempo previsto de seis meses. Nos três primeiros meses, realizou-se o levantamento do referencial teórico; no segundo mês, foi elaborada a revisão de literatura; e, no terceiro mês, deu-se prosseguimento à confecção dos elementos pré-textuais e pós-textuais que compõem este trabalho. Nos meses seguintes, foi elaborada a conclusão deste artigo. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, ou seja, de caráter exploratório, com foco no que é subjetivo, sem se preocupar com opiniões particulares, bem como não foram apresentados recursos estatísticos, como tabelas e gráficos.

Esse tipo de pesquisa considerou apenas os aspectos relevantes levantados pelos autores. Os dados obtidos por meio dessa pesquisa bibliográfica basearam-se na abordagem qualitativa, a qual é muito utilizada em ciências sociais, como na Sociologia, Antropologia e Psicologia, quando o objetivo é compreender as perspectivas, as experiências e os significados atribuídos pelos participantes. Ela norteia uma análise mais firme dos contextos, das relações sociais e das complexidades envolvidas, buscando informações aprofundadas e inspiração, que não seriam facilmente obtidas por meio de métodos quantitativos.

O Uso Ilegal de Dados e a Fiscalização da LGPD: o tratamento de dados pelo poder público

É notório o conhecimento de que a Carta Magna brasileira (BRASIL, 1988) protege as informações pessoais com base na inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, todos eles baseados no direito das pessoas de se ampararem na presença de outras. Esse direito ganhou força, especialmente, após o retorno da democratização do país e o avanço da tecnologia, que afere a instantânea distribuição de dados por meio da informação em massa e das redes sociais, entre outros meios. Apesar de ser um direito constitucional, não tínhamos uma lei que estabelecesse os detalhes aplicáveis à rotina de todos, como a definição clara do conceito de "dados pessoais" (MALINOWSKI *et al.*, 2019).

Desse modo, as companhias estão obrigadas a realizar uma rigorosa fiscalização e o monitoramento por parte do poder público, especialmente por meio da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), entidade estabelecida pela Lei nº 13.853 (BRASIL, 2019). Esse órgão tem a responsabilidade de garantir a proteção e a privacidade dos dados, conforme dispõe Santos (2023)

De acordo com Santos (2023), o estudo destaca a importância da implementação das leis e do controle rigoroso por parte dos gestores competentes, que demandam a consideração de certas condições para o tratamento de dados pessoais, sendo o primeiro passo dessa cadeia de proteção obter a adesão do titular dos dados a serem tratados.

Com o avanço da tecnologia e das comunicações digitais, surgiu uma oportunidade única de promover as garantias essenciais de indivíduos que, por razões particulares e frequentemente claras, encontram espaço onde se sentem menos pressionados. Nesse contexto, o mundo da *web* se apresenta como um ambiente inicialmente carecido de inspeção, permitindo que esses indivíduos expressem seus pontos de vista e opiniões de forma mais livre. Essa forma oferecida pelo ambiente virtual possibilita a manifestação e a defesa de direitos e liberdades, contribuindo para um

ambiente mais inclusivo e democrático, segundo salienta Lima (2021, p. 18).

Contudo, existem indivíduos que, apesar do local onde se localizam, buscam atividades ilegais e acreditam, equivocadamente, que o mundo virtual não possui monitoramento ou deixa poucos vestígios, porém a verdade é outra, uma vez que existem diversas ferramentas, leis e normas direcionadas à sua regulamentação. A aplicabilidade das investigações, nessa conjuntura, pode ser comprometida pela falta de informações adequadas por parte dos indivíduos envolvidos no caso, segundo preceitua Lima (2021, p. 19).

No Brasil, existe uma falta de conhecimento da população em relação ao amparo de direitos fundamentais, como a imagem, a privacidade e os dados pessoais. Isso ocorre devido a convicções equivocadas de que o mundo virtual é um ambiente sem norma, impossível de ser identificado e onde não há monitoramento. Essa ausência de cultura defensiva contribui para a fragilidade das pessoas no que concerne à apresentação indevida dos seus dados e ao uso abusivo dos seus direitos no mundo da *web*, conforme aponta Lima (2021, p. 19).

É preciso, portanto, pontuar, inicialmente, que as instituições, apesar da sua natureza (pública ou privada), frequentemente, lidam com dados que requerem confidencialidade, como faturamento, regulamento de programas, processos com deferimento de confidencialidade e outras práticas que exigem restrições. Esses dados devem ser reservados e protegidos para assegurar a justiça e a segurança dos processos das empresas ou dos órgãos. Nesse ínterim, o sigilo é fundamental para assegurar o acesso não permitido e o uso indevido dessas informações, garantindo a confiabilidade e a boa engrenagem da organização. Assim, é fundamental adotar processos adequados de proteção e qualificar políticas de segurança da informação eficazes, de acordo com o que ressalta Lima (2021, p. 21).

Nesse sentido, deve-se afirmar que o uso ilegal de dados e a fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018) estampam uma importância progressiva na era da informação e na área tecnológica. Com a junção cada vez maior de dados de humanos sendo coletados e armazenados, é essencial que haja mecanismos eficazes de fiscalização para garantir a conformidade com a lei e restringir abusos.

No caso de diligências pelo tratamento de dados pelo poder público, é imprescindível que os órgãos responsáveis atuem de forma ética e judiciosa, assegurando a proteção dos direitos essenciais dos indivíduos. Desse modo, é necessário estabelecer políticas claras e procedimentos internos que garantam a segurança e a privacidade dos dados coletados e o cumprimento dos princípios da LGPD (BRASIL, 2018).

LGPD e o poder público

A garantia da proteção de dados pessoais pelo governo, muitas vezes, fica em segundo plano em relação às preocupações voltadas à iniciativa privada, que recebe maior destaque no Brasil. No entanto, é importante reconhecer que o governo desempenha um papel essencial na gestão de dados individuais, especialmente diante do avanço da tecnologia. Isso vai além do simples acesso aos dados das pessoas, abrangendo, também, a responsabilidade pela sua proteção e pelo seu cuidado. É importante, portanto, olhar atentamente para a proteção de dados pessoais no âmbito do poder público, considerando suas características e obrigações nessa situação, conforme afirma Tomasevicius Filho (2021, p. 27).

A implantação do processo de aceitação do instrumento regulatório em uma empresa ou em um órgão pode incluir a consideração da legislação já relatada, visando qualificar a providência em vários espaços. Por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018) pode ser tratada ao apresentar aos operadores responsáveis o tratamento de dados, bem como o artigo 52 da LGPD (BRASIL, 2018) prevê as punições administrativas cabíveis pelo responsável nacional em caso de descumprimento da lei. Portanto, essa é apenas uma das iniciativas que podem ser tomadas para garantir os requisitos legais e tecnológicos nas funções da instituição, segundo aponta Tomasevicius Filho (2021, p. 27).

Atualmente, aprecia-se um aumento coexistente da proteção de dados e da ética. Por conseguinte, a proteção dos dados pessoais ainda é constantemente usada como argumento para bloquear o acesso a dados. É essencial, então, buscar um equilíbrio adequado entre esses valores. Dessa forma, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018) pode incorporar como uma condição para que o poder estatal cumpra a norma de acesso à informação, possibilitando o monitoramento dos indivíduos sobre o acatamento das obrigações do governo, como o respeito à atribuição pública e à legalidade no tratamento dos seus dados. Para isso, é necessário adotar critérios específicos para o tratamento de dados pessoais pelo poder público, segundo afirma Tomasevicius Filho (2021, p. 27).

Vale ressaltar a importância da análise do processo, como a execução de políticas internas de direção de dados, o desenvolvimento dos procedimentos de monitoramento e verificação, a ação de supervisão regular e a conscientização dos colaboradores sobre as diretrizes da LGPD (BRASIL, 2018). Ademais, é fundamental investir em tecnologias de proteção de dados, como criptografia e ocultação, e estabelecer parcerias com órgãos regulamentadores e órgãos habilitados para promover a colaboração e a troca de experiências. A adoção desses processos favorece uma maior proteção e conformidade no tratamento de dados, reduzindo os

riscos de uso ilegal, abusivo e discriminatório, além de estabelecer a confiabilidade dos indivíduos nas empresas privadas e nos órgãos públicos que lidam com suas informações pessoais. Dessa forma, o uso indevido dos dados poderá causar danos irreversíveis e o comprometimento da reputação das pessoas e vários outros transtornos.

A crescente transformação computacional tem promovido as instituições a pesquisarem a conformidade não apenas do ponto de vista judicial, mas também no âmbito da era da informática e da governadoria. As áreas citadas estão relacionadas, pois a aceitação jurídica requer a adoção de processos e amplitudes tecnológicas adequadas, bem como um controle eficaz para garantir a execução das leis e normas. Nesse contexto, as instituições são impulsionadas a acolher uma aproximação inclusiva, considerando tanto os aspectos legais quanto os aspectos tecnológicos e de governança, a fim de se manterem em conformidade com as exigências do ambiente digital em constante evolução, de acordo com o que preceitua Lima (2021, p. 21).

Por fim, as questões relacionadas à prevenção, eliminação de discriminação e prestação de contas são igualmente significativas. A prevenção refere-se ao agente responsável pelo processamento dos dados, que deve tomar medidas para evitar que o titular seja exposto a danos. A não discriminação é crucial, uma vez que os dados pessoais nunca devem ser usados para discriminação, propósitos ilegais ou abusivos. A responsabilização e prestação de contas são importantes, porque o agente encarregado do tratamento dos dados deve ser capaz de demonstrar que todos os procedimentos para proteger esses dados são eficazes e estão em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018), segundo apontam Rodrigues e Paula (2022).

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na era da inteligência artificial: direito à privacidade

Apesar das melhorias trazidas pela inteligência artificial para a sociedade, é importante destacar os problemas e riscos enfrentados atualmente. A controvérsia surge quando se observa a facilidade com que os dados são transferidos e disponibilizados, especialmente quando se trata de informações estritamente pessoais, o que pode resultar em violações do direito à privacidade, um importante valor jurídico protegido pela legislação nacional, segundo aponta Jacobsen (2022).

Com o avanço da internet e a popularização dos dispositivos móveis e das redes sociais, presencia-se, atualmente, o aumento recorrente de casos de *ciberbullying*, disseminação de notícias falsas, criação de vídeos falsos, ataques de *phishing*, *ransomware*, *malware*, problemas relacionados à pornografia, violência de gênero e psicológica, além de golpes e fraudes diversos. Essas questões demonstram os novos desafios e

crimes surgidos no contexto digital. No entanto, apesar desses crimes que surgiram com a evolução tecnológica e da conectividade, ainda existem outros tipos de crimes que têm suas raízes nos tempos mais antigos e que, até recentemente, permaneciam intocados pela tecnologia, ocultos pelo sigilo e pela privacidade dos espaços privados, às vezes conhecidos como "quatro paredes", segundo aponta Mendes (2022)

Assim, ao realizar alguns serviços, são comuns o mapeamento contínuo de atividades e o monitoramento de comportamentos, bem como a criação de perfis de usuários (*profiling*) e o uso frequente de decisões automatizadas. Exemplos desses produtos e serviços incluem carros autônomos, sensores industriais, cidades inteligentes e assistentes digitais, conforme salienta Mendes (2022).

Considerando a possibilidade na inteligência artificial de realizar o aprendizado de máquina de forma automática, sem intervenção humana, surge a questão de como compreender os padrões e as correlações feitos por esses algoritmos para tomar decisões. Além disso, há a preocupação de saber até que ponto os sistemas de decisões automatizadas operam de acordo com critérios éticos. É viável, nessa esteira, realizar a auditoria do modelo de inteligência artificial responsável pelo tratamento de dados pessoais? Como garantir transparência nessas decisões automatizadas? Essas questões são abordadas na literatura que busca analisar os aspectos de responsabilidade e transparência nas operações de inteligência artificial, conforme apontam Beck *et al.* (2022).

Dessa forma, existem várias maneiras de gerir dados entre os diversos órgãos públicos, ou seja, não existe um padrão com níveis de segurança da informação desiguais, podendo gerar processos contrários à lei, ressaltando que não há transparência e no tocante a punições que são consequência do mau uso dos dados, que podem ser dificuldades oriundas da Lei de Acesso à Informação, conforme dispõem Rodrigues *et al.* (2022).

Os processos de inteligência artificial não monitorados e não podem oferecer explicação de forma racional, especialmente porque eles não são capazes de interpretar os vieses dos dados, mas, sim, apenas processá-los segundo critérios e padrões. Embora esse seja um problema abordado no capítulo dois, é necessário destacar que esse é um empecilho ao direito à explicação na LGPD (BRASIL, 2018). Para a regulação em inteligência artificial, há alguns passos possíveis. Conforme dispõem Beck *et al.* (2022, p. XX), as questões que norteiam essa explicação são as seguintes: O que deve ser regulado? Como deve ocorrer essa regulação? Quais são os mecanismos de explicação envolvidos nesse processo?

A importância de analisar e verificar quais são os órgãos públicos que não estão de acordo com as exigências da LGPD (BRASIL, 2018) é de suma importância, pois existem vários formatos e modelos sendo utilizados em diversos locais. Assim, uma alternativa seria a uniformização

e padronização em todos os órgãos. A regulamentação da inteligência artificial é outro problema enfrentado quando se trata da LGPD (BRASIL, 2018).

É essencial o entendimento sobre a amplitude e a assertividade da LGPD (BRASIL, 2018) no tocante à esfera pública. Ainda que a legislação tenha, no Capítulo IV, nos artigos 23 a 30, uma regra de regulamento do tratamento de dados pessoais desse ramo, o assunto sempre foi tema de discussões e análises, sendo que sua exclusão chegou a ser sugerida, conforme apontam Rodrigues *et al.* (2022).

Desafios da LGPD e inteligência artificial

Fundados nessas afirmativas, para alcançar a proposição de uma resposta aos desafios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018) na era da inteligência artificial, parece ser essencial que se entenda de onde as informações está vindo, como podem ser acessadas, o que pode ser alterado, qual é o local de armazenamento e quem promove as informações que são disponibilizadas, segundo afirmam Paulo *et al.* (2022).

No ambiente da *web*, o uso do Big Data pela gestão pública traz perguntas de ordem valorativa passíveis de análise. Dessa maneira, ocorre uma certa colisão entre a privacidade e o interesse público. No que tange à privacidade, o Decreto nº 8.789 (BRASIL, 2016) trata da distribuição de bases de dados no âmbito das diversas instituições federais, sem que sejam necessárias celebrações de convênios ou acordo de cooperação, conforme afirmam Rodrigues e Paula (2022).

O problema, então, está provado. Entretanto, a causa e os instrumentos que contribuem para esse problema são de extrema relevância para se entender de que modo um dado tão pessoal – nesse caso, o número de telefone – pode ser vazado e disponibilizado, a ponto de uma pessoa que nunca teve relação comercial com uma empresa receba ligações para o oferecimento de produtos e serviços, segundo preceituam Paulo e Jacobsen (2022, p. XX).

Um dos maiores problemas enfrentados pelas empresas privadas e pelos órgãos públicos é a não conformidade e carecerem dos requisitos da LGPD (BRASIL, 2018) ou não obterem recursos financeiros, tecnológicos e pessoas capacitadas para auferirem os processos necessários para estarem de acordo com a lei. Isso cria uma lacuna na proteção dos dados pessoais.

Nesse âmbito, são consideradas pessoas jurídicas de direito público, no âmbito da LGPD (BRASIL, 2018), são as entidades e instituições públicas participantes da esfera direta dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério

Público; as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito público. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares. Porém, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do poder público, segundo afirmam Rodrigues e Paula (2022, p. 19).

Dessa forma, muitos órgãos públicos enfrentam restrições orçamentárias e de recursos humanos, o que pode dificultar a implementação de medidas técnicas e organizacionais robustas de proteção de dados. A falta de recursos pode limitar a capacidade de contratar profissionais especializados em privacidade de dados e investir em tecnologias adequadas para garantir a conformidade com a LGPD (BRASIL, 2018).

Quanto aos desafios dos processos e do monitoramento, as entidades públicas estão sujeitas a um maior monitoramento e à obrigação em relação ao cumprimento da LGPD (BRASIL, 2018). Isso inclui a carência de realizar análises de impacto à proteção de dados, estabelecer vias de informações para a função de direitos dos indivíduos dos dados e responder a possíveis restrições de dados. Nesse sentido, o processo de conformidade contínua e a garantia de conformidade em todas as atividades podem ser desafiadores.

Para superar esses problemas, as instituições públicas precisam investir em programas abrangentes de conformidade com a LGPD (BRASIL, 2018), incluindo capacitação adequada para os servidores e empregados, revisão e atualização de políticas e processos internos, colação adequada de recursos e colaboração com profissionais em proteção de dados. Além disso, a conscientização sobre a importância da privacidade dos dados e a criação de uma conscientização de privacidade dentro das instituições também são fundamentais para garantir a obrigação efetiva da LGPD (BRASIL, 2018) pelos órgãos públicos.

Apesar das dificuldades, certos setores da administração pública têm buscado promover a realização de pesquisas utilizando os dados coletados, inclusive por agentes externos de pesquisa, nos últimos anos. Essa abordagem visa aumentar a transparência com base na Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), visando aprimorar os meios de formulação de políticas públicas, conforme afirmam Rodrigues e Paula (2022).

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

A ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) é a entidade responsável pela fiscalização, regulamentação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018) no Brasil. Ela foi criada pela Lei nº 13.853 (BRASIL, 2019) como um órgão da administração pública federal vinculado à Presidência da República. De acordo com o art. 55-A, § 1º, da LGPD (BRASIL, 2018), os agentes públicos vinculados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) têm o dever de obediência ao órgão superior, uma vez que há um vínculo hierárquico com a Presidência da República (GONÇALVES, 2019, p. 117). Portanto, mencionar a desvinculação importaria maior confiança na autonomia da autoridade para a aplicação de políticas de proteção dos dados, fortalecendo sua atuação, inclusive em relação ao Poder Executivo (SIQUEIRA *et al.*, 2021).

A influência de interesses corporativos e pressões políticas de setores específicos pode afetar a atuação da ANPD. Isso pode resultar em uma regulamentação mais branda ou em decisões que favoreçam determinados grupos em detrimento da proteção efetiva dos dados pessoais.

No que concerne à harmonização de políticas, a ANPD também pode enfrentar desafios políticos relacionados à necessidade de harmonização de políticas e regulamentos entre diferentes esferas de governo. A coordenação com autoridades estaduais e municipais pode ser um desafio, especialmente em um país de dimensões continentais, como o Brasil.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), de acordo com o Decreto nº 10.474 (BRASIL, 2020), está vinculada à administração pública direta, sendo que seus membros devem ser escolhidos por livre nomeação da Presidência da República. Essa condição levanta questionamentos sobre a independência da ANPD, gerando desconfiança em relação à sua atuação autônoma, conforme preceituam Siqueira *et al.* (2021).

O artigo 55 da LGPD (BRASIL, 2018) estabelece as funções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que é a agência do governo incumbida pela fiscalização e aplicabilidade da legislação no país. As principais atribuições da ANPD, conforme estabelecido no artigo 55-J da LGPD (BRASIL, 2018), são as seguintes:

zelar pela proteção dos dados pessoais, de acordo com a LGPD.

elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

aplicar sanções em caso de violação à legislação, após processo administrativo.

promover ações de educação e conscientização sobre a proteção de dados pessoais.

estimular o desenvolvimento de boas práticas de proteção de dados no Brasil.

prestar informações e orientações aos titulares de dados sobre o tratamento de suas informações pessoais.

supervisionar e adotar medidas necessárias para garantir a conformidade com a LGPD.

Essas são apenas algumas das atribuições mencionadas no referido artigo. A ANPD também possui outras responsabilidades, como receber reclamações, realizar investigações e colaborar com outras autoridades de proteção de dados internacionais. A ANPD tem, ainda, competência de zelar pela observância dos segredos comercial e industrial, observados a proteção de dados pessoais e o sigilo das informações quando protegido por lei ou quando a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2º da LGPD (BRASIL, 2018), o qual estabelece os princípios que norteiam a proteção de dados pessoais, como a finalidade, necessidade, adequação, transparência, segurança, entre outros.

Dessa forma, a quebra do sigilo das informações pode ser autorizada pela ANPD, caso seja necessário, para garantir a proteção dos dados pessoais ou quando a sua não quebra violar os fundamentos estabelecidos no artigo 2º da LGPD (BRASIL, 2018). Pode-se citar, por exemplo, a Lei de Interceptação Telefônica (BRASIL, 1996), embora se possa considerar que essa legislação poderia ser aplicável nessa situação inicialmente, uma vez que se trata, especificamente, da interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática. Ademais, é importante ressaltar que a utilização de assistentes virtuais que gravam sons do ambiente não se enquadra necessariamente nos termos dessa lei. Os artigos 10 e 10-A da Lei nº 9.296 (BRASIL, 1996) estabelecem as condições em que é permitida a interceptação de comunicações telefônicas, sendo aplicáveis a situações específicas relacionadas à obtenção de prova em investigações criminais, desde que sejam autorizadas judicialmente. No entanto, é preciso considerar que o contexto das assistentes virtuais difere da interceptação telefônica propriamente dita, conforme afirma Mendes (2022).

Dessa forma, a ANPD pode enfrentar algumas dificuldades ao zelar pelos segredos comerciais e industriais, considerando a sua responsabilidade de proteger dados pessoais e garantir o sigilo das informações. Algumas dessas dificuldades podem incluir a batalha de benefícios. Pode haver, por exemplo, lides entre o amparo dos segredos comerciais e industriais e a proteção dos dados pessoais. Encontrar um equilíbrio entre esses interesses pode ser desafiador, especialmente

quando dados sensíveis são compartilhados em um contexto que envolve dados pessoais.

Infração à LGPD por órgão público

Conforme mencionado por Cirino (2020), em situações em que órgãos públicos violam a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) tem a prerrogativa de enviar um comunicado com medidas apropriadas para interromper a violação. Além disso, com base na análise da ANPD, ela pode solicitar que os agentes públicos orientem a execução de processos técnicos que estejam em conformidade com as disposições legais de tratamento dos dados pessoais, conforme apontam Rodrigues e Paula (2022).

De acordo com Rodrigues e Paula (2022), o entendimento da abrangência e efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018) em relação ao poder público é de suma importância. Apesar de a lei (BRASIL, 2018) conter preceitos regulatórios do tratamento de dados pessoais por parte do setor público nos artigos 23 a 30, o assunto tem sido objeto de debates e análises, chegando-se a sugerir, em algum momento, sua exclusão, de acordo com Cots e Oliveira (2019).

Conforme explicações de Rodrigues e Paula (2022), a inclusão de disposições no texto normativo que estabelecem exceções específicas para o setor público torna mais conveniente a forma como a administração pública federal lida e compartilha dados pessoais e sensíveis, segundo acrescenta Pinheiro (2020).

Quando os entes públicos descumprem a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), são necessárias medidas apropriadas para abordar essa situação. No entanto, existem algumas dificuldades específicas ao lidar com órgãos públicos nesse contexto. Assim, os órgãos públicos geralmente têm estruturas complexas e hierarquias estabelecidas, o que pode dificultar a implementação de medidas corretivas de forma ágil e efetiva. A burocracia e os processos internos podem retardar o cumprimento das obrigações da LGPD (BRASIL, 2018). Para superar essas dificuldades, é essencial que os entes públicos estejam comprometidos em cumprir as obrigações da LGPD (BRASIL, 2018) e em adotar medidas apropriadas para corrigir quaisquer descumprimentos. Isso pode incluir a criação de políticas internas claras e a designação de responsáveis pela proteção de dados.

Para Rodrigues e Paula (2022), embora não possa ser interpretado como uma forma de autorização para o compartilhamento generalizado e indiscriminado de dados sensíveis pelo setor público, é importante destacar que o controle da publicidade da administração pública federal e a forma como ela é disponibilizada em suas páginas oficiais na internet não

podem ser considerados claros, transparentes e efetivos, segundo afirmam Feigelson e Siqueira (2019).

Nesse contexto, contextualizam Rodrigues e Paula (2022) que a disponibilidade de dados por meio da administração pública é sem dúvida um assunto que requer mais análises, pesquisas e melhorias. Ela está intrinsecamente ligada ao estabelecimento de um relacionamento de confiança e credibilidade entre os órgãos públicos e à obrigação de promover a ampla divulgação da gestão pública. Nesse contexto, surge uma questão fundamental: A administração pública é uma guardiã confiável dos direitos individuais e das informações públicas dos cidadãos brasileiros? (MACKENZIE, 2019).

A fim de responder a essa questão, Rodrigues e Paula (2022) trazem a reflexão de que é necessário analisar e compreender o atual modelo de administração pública em relação à gestão, ao tratamento e à disponibilidade de dados pessoais e sensíveis, a fim de verificar se estão sendo cumpridas as recomendações de publicidade e transparência, preservando a privacidade. Como resultado preliminar dessa análise, não é difícil concluir que a gestão governamental pode ser considerada ineficaz, segundo apontam Raposo *et al.* (2019).

A administração pública deve demonstrar transparência e responsabilidade na divulgação de informações públicas, assegurando o acesso adequado e oportuno aos dados de interesse público. Isso inclui disponibilizar informações, de forma clara, acessível e compreensível, para os cidadãos, garantindo a prestação de contas e a participação da sociedade na gestão pública.

No entanto, é necessário destacar que a efetividade da administração pública como guardiã confiável pode ser afetada por diversos fatores, como a existência de lacunas na legislação, limitações de recursos, falta de conscientização e treinamento adequados, bem como desafios técnicos e de implementação. Portanto, é fundamental que a administração pública esteja comprometida em garantir a proteção dos direitos individuais e das informações públicas, adotando medidas efetivas de segurança e transparência, bem como trabalhando, de forma contínua, para aprimorar suas práticas e promover a confiança dos cidadãos.

Em relação à disponibilização de dados e à importância da publicidade como princípio a ser seguido, com o sigilo tratado como exceção, é possível identificar outra abordagem para fornecer dados pessoais e sensíveis por meio da administração pública, envolvendo agentes terceiros atuando como partes interessadas. Essa abordagem consiste em disponibilizar os dados com o propósito específico de pesquisa, de acordo com o pensamento de Mackenzie (2019) citado por Rodrigues e Paula (2022).

Desafios da LGPD e segurança pública

A segurança pública é um assunto abordado no artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), embora não tenha sido estabelecida uma definição legal precisa para o conceito e a sua abrangência. Apesar da ausência de uma definição específica, a Constituição (BRASIL, 1988) se dedicou a listar os órgãos responsáveis pelas ações de segurança pública, indicando que os entes federativos possuem competência compartilhada no planejamento e na implementação de políticas públicas voltadas para esse setor, conforme salienta Tomasevicius Filho (2021, p. 47).

Considerando o enquadramento jurídico proporcionado pela Constituição (BRASIL, 1988) e pela legislação pertinente, que oferecem respaldo às políticas de segurança pública, assim como a importância atribuída às atividades relacionadas ao tratamento de dados, é relevante mencionar a exceção prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (BRASIL, 2018) no que se refere à finalidade de segurança pública. De acordo com o artigo 4º da LGPD (BRASIL, 2018), essa lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais que seja realizado exclusivamente para os fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, segundo acrescenta Tomasevicius Filho (2021, p. 53).

De acordo com Pimenta *et al.* (2019), a violação e o tratamento inadequado de dados pessoais podem acarretar uma maior vulnerabilidade social e criminal das pessoas sujeitas a monitoramento eletrônico. O desrespeito a esses direitos contribui para a intensificação do controle policial sobre essas pessoas, expondo e fortalecendo sua condição como indivíduos condenados ou em processo criminal. Além disso, tais práticas podem reforçar os processos de rotulagem (BECKER, 2008) e estigmatização (GOFFMAN, 1988).

De acordo com Tomasevicius Filho (2021, p. 47), o legislador constituinte não estabeleceu uma definição clara do conceito e da abrangência da segurança pública, preferindo focar na indicação dos órgãos responsáveis pela execução das políticas nessa área e na finalidade a ser alcançada por esses órgãos.

Embora sejam áreas distintas, em alguns casos, a segurança pública pode envolver o tratamento de dados pessoais, por exemplo, na investigação e repressão de crimes. Nesses casos, é necessário garantir que o tratamento desses dados seja feito de acordo com a LGPD (BRASIL, 2018), respeitando os direitos e a privacidade das pessoas envolvidas. Assim, a atuação da ANPD pode se relacionar com a segurança pública no sentido de orientar e fiscalizar o uso adequado e legal de dados pessoais por parte dos órgãos de segurança. Isso contribui para garantir que as ações de segurança sejam realizadas de forma compatível com a proteção da privacidade e dos direitos dos cidadãos.

Conforme explicações de Tomasevicius Filho (2021), quando se trata do planejamento e da implementação de políticas públicas no âmbito da segurança pública, é relevante destacar que o direito à segurança é considerado um direito fundamental, conforme estabelecido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Esse direito pode ser compreendido tanto como um direito negativo, que implica limitar o poder do Estado para preservar a liberdade individual dos cidadãos, quanto como um direito positivo, que envolve a responsabilidade do Estado em desenvolver e implementar políticas públicas com o objetivo de garantir a segurança da sociedade como um todo, segundo afirma Tomasevicius Filho (2021, p. 47).

Para expor essas dinâmicas, deve-se voltar o olhar aos fluxos de informações e procedimentos estabelecidos entre as diferentes agências penais e instituições de segurança pública (centrais de monitoração eletrônica, sistema de justiça, polícias). Aponta-se, portanto, o *modus operandi* que amplia a possibilidade de pessoas monitoradas serem submetidas a novos processos de criminalização, conforme afirmam Pimenta *et al.* (2019).

Segundo Tomasevicius Filho (2021), é possível entender o direito fundamental à segurança pública como algo inerente e intrínseco a um estado democrático de direito, em que o princípio da dignidade da pessoa humana estabelece os limites e as atividades dos órgãos de segurança pública. Além disso, esse direito envolve necessariamente a participação da sociedade civil na discussão e na formulação de políticas de segurança pública. Sob a perspectiva do direito internacional de natureza supranacional, é importante ressaltar as disposições contidas na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conforme afirma Tomasevicius Filho (2021, p. 47).

As autoridades responsáveis pela segurança pública devem adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, ilegais ou abusivos para que não aconteça discriminação ou perseguição contra determinada pessoa. Por exemplo, uma determinada autoridade que, de forma parcial, cria inimizade por um determinado indivíduo pode utilizar-se desses dados confidenciais para prejudicar e perseguir um desafeto de forma ilegal.

Partindo desse raciocínio, Pimenta *et al.* (2019) explicam que, na realidade empírica, analisa-se como o tratamento de dados pessoais sensíveis das pessoas monitoradas no Brasil facilita ou, até mesmo, promove práticas discriminatórias ilegais e inconstitucionais. Para tanto, considera-se, sobretudo, o compartilhamento de dados com instituições policiais, ampliando processos de estigmatização e favorecendo novos processos de criminalização.

Conforme Tomasevicius Filho (2021), o direito à segurança apresenta uma natureza complexa de direito negativo, em que a atuação

estatal é restringida, e de direito social, em que ao Estado é impingida a prestação positiva do Estado por meio da elaboração e execução de políticas públicas.

Como a LGPD (BRASIL, 2018) não se aplica ao tratamento de dados na área da segurança pública, pois, conforme a referida lei, esse será regido por legislação específica, que deverá estar de acordo com os preceitos constitucionais e com o cumprimento da obrigação legal. Assim, as autoridades devem seguir parâmetros da LGPD (BRASIL, 2018) enquanto não existe uma lei já regulamentada.

De acordo com Tomasevicius Filho (2021, p. 48), em atendimento ao comando constitucional, sob a perspectiva de que a todos os entes federados incumbe o dever de planejamento e execução de políticas públicas, coube à União a organização e estruturação de um sistema único de segurança pública, de modo a promover a centralização dos dados de diferentes entes federativos. Para isso, foi promulgada a Lei nº 13.675 (BRASIL, 2018), que buscou disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, além de instituir o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

De acordo com Pimental *et al.* (2019), as informações pessoais são aquelas que contêm dados sobre a origem da raça ou etnia, preferência religiosa, pensamento político, preferência de sindicato ou instituição de caráter religioso, filosófico ou político, condição de saúde, gênero sexual, dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural. Desse modo, essas informações pessoais são invioláveis, pois, a depender da forma como são utilizadas, podem sujeitar seus titulares a tratamentos discriminatórios e, até mesmo, em situações específicas, a riscos contra a integridade física ou a vida.

Considerações finais

O presente artigo abordou o tema “O Uso Ilegal de Dados e a Fiscalização da LGPD: o tratamento de dados pelo poder público”. A partir disso, foi possível analisar questões muito importantes na atualidade, pois envolvem a proteção da privacidade das pessoas e dos direitos fundamentais.

Considerando que há o entendimento de falhas na fiscalização e uso ilegal de dados, é importante questionar de que maneira os órgãos de fiscalização e o poder público poderão combater o uso ilegítimo de dados dentro dos parâmetros legais da legislação. Nesse caso, o estudo procurou investigar se existe uma forma efetiva que garanta a lei. Nesse ínterim, é importante ressaltar que existe um processo em andamento, sendo que a sua efetividade dependerá do aumento de mecanismos de fiscalização e conscientização da sociedade sobre seus direitos e a colaboração do poder público, das instituições e da sociedade.

Nessa perspectiva, o texto tentou responder ao seguinte problema: “Quais são os incidentes que mais ocorrem para estabelecer políticas de prevenção da fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pelo uso ilegal, abusivo e discriminatório de dados?”. É necessário, nessa esteira, determinar os incidentes que mais ocorrem para estabelecer políticas de prevenção da fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pelo uso ilegal, abusivo e discriminatório e verificar como os órgãos competentes estão fiscalizando o cumprimento da obrigação legal.

Partindo da lógica, este trabalho é importante para os profissionais do Direito, pois tem afinidade com relação ao tema “legislação de dados pessoais, tecnologias e informática” e avalia a importância de se garantir direitos básicos de privacidade e liberdade protegidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Para a ciência, é relevante por coibir atos e práticas ilegais e de violação da intimidade em relação a dados, à vida privada e aos direitos dos indivíduos. Agrega, ainda, à sociedade pelo fato de proteger interesses do direito à privacidade e fiscalizar práticas abusivas contra os indivíduos.

Sob outro prisma, a implementação da LGPD (BRASIL, 2018) requer esforços contínuos e a conscientização de toda a sociedade civil. É importante, nesse sentido, destacar que a LGPD (BRASIL, 2018) trouxe benefícios para os órgãos públicos e a segurança pública, pois a proteção ideal da lei contribui para o fortalecimento das relações dos indivíduos, em que o cumprimento adequado protege os direitos básicos constitucionais.

Referências

BECK, César; BOFF, Murilo Manzoni; PIAIA, Thami Covatti. Lei Geral de Proteção de Dados e a revisão de decisões automatizadas: os mecanismos de regulação baseados em uma inteligência artificial ética. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali. Vol. 17. Nº 2. 2º quadrimestre de 2022. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rdp-ISSN-1980-7791>>. Acesso em: XX xxxx XXXX.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: XX xxx XXXX.

BRASIL. Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/13853.htm>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Vol. 2, n. 5, pp. 29-55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos. Vol. 2, n. 5, pp. 1-28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. Revista Coleta Científica. Vol. 5, n. 9, pp. 88-118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LIMA, Ana Paula Moraes Canto de; CRESPO, Marcelo; PINHEIRO, Patrícia Peck. LGPD Aplicada. Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2021.

MALINOWSKI, Carmen Lucia Ambrosio de Oliveira; BONINI, Luci M. M.; LEME, Maria de Lourdes C. da. S. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Direito Constitucional da dignidade da pessoa humana. 2019. Disponível em: <<https://revistas.brazcubas.br/index.php/revdubc/article/view/817/836>>. Acesso em: XX xxxx XXXX.

PIMENTA, V. M.; PIMENTA, I. L.; DONEDA, D. C. M. Onde eles estavam na hora do crime?: ilegalidades no tratamento de dados pessoais na monitoração eletrônica. Revista Brasileira de Segurança Pública. V. 13, nº 1, pp. 59-75, 2019. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/891>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RODRIGUES, A. C.; PAULA, A. P. de. Prestação dos serviços públicos à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Academia de Direito. ed. 4. pp. 1.039-1.055. Disponível em: <<https://doi.org/10.24302/acaddir.v4.3907>>. Acesso em: XX xxxx XXXX.

SIQUEIRA, D. P.; LARA, F. C. P.; ALVES, N. G. Direitos de personalidade, proteção de dados pessoais e o poder público. Revista Húmus, 2021. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revista_humus/article/view/16011. Acesso em: 22 de junho 2023.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira: uma análise setorial. Vol. II. 1. ed. Almedina, 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A teoria da Economia Política, 51, 73
 abolição, 38, 40, 41, 43, 48, 49
 acolhimento emocional, 17, 18, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
 águas, 10, 11, 167, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185
 Amazonas, 47, 174, 175, 176, 180, 183
Amazonidades, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186
 ansiedade, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 30, 31, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 210
 aprendizagem, 11, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 87, 88, 89, 127, 128, 130, 131, 133, 139, 151, 153, 164, 201, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229
 aprendizagem colaborativa, 223, 224, 225, 226, 228, 229
 autocomposição, 108, 109, 110, 111

B

bem-estar social, 13
 biodiversidade, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102
 bioma, 92, 95, 97, 98, 101, 102

C

capacitação, 14, 15, 18, 21, 23, 29, 30, 168, 206, 269
 capitalistas, 54, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71
 carreira, 12, 14, 15, 16, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 246
 Ceará, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49
 ciência, 9, 10, 51, 55, 56, 63, 69, 71, 77, 102, 106, 128, 131, 151, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 277
 Código de Processo Civil, 108, 111, 120, 121
 colonização, 73, 245, 246, 247, 253
 condenados, 204, 274
 conflito, 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 159, 182, 188, 189, 190, 197, 250
 conflitos, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 121, 122, 123, 165, 190, 239, 250
 conhecimento, 8, 9, 10, 11, 16, 22, 29, 30, 40, 44, 53, 54, 76, 80, 85, 89, 96, 97, 98, 102, 109, 116, 121, 129, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 184, 195, 202, 204, 206, 210, 213, 214, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 236, 238, 239, 240, 255, 262, 263, 264

Conselho Nacional de Justiça, 108, 109, 121
 criança, 33, 34, 35, 36, 45, 57, 89, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 178, 208, 209, 210, 212
 crime, 3
 cronotipo, 139, 143, 146

D

Dados, 48, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 276, 277, 278
 deficiência, 125, 126, 127
 degradação ambiental, 93, 94, 98, 101
 depressão, 17, 19, 20, 24, 30, 31, 94, 141, 142, 143, 144, 146, 147
 desenvolvimento acadêmico, 229
 desenvolvimento sustentável, 14, 95, 96, 163, 164, 165, 166, 171
 direitos humanos, 13, 44, 106, 107, 111, 118

E

ecossistemas, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 249
 educação, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 24, 30, 33, 43, 44, 49, 76, 77, 79, 95, 96, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 161, 164, 166, 168, 170, 171, 178, 216, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 241, 242, 243, 251, 271
 educação ambiental, 96, 164, 166, 168, 170, 171
 Educação Física, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243

ensino superior, 142, 143, 166, 170, 171, 216
 epistemologia, 52, 149, 159, 160
 equidade, 13, 14, 181
 era digital, 159, 215
 estudantes, 20, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 202, 203, 205, 223, 225, 228, 233, 236, 242
 estupro, 204
 ética ambiental, 164

F

figura feminina, 175
 filosofia, 150, 153, 154, 155, 160, 181, 199, 202, 203
 fiscalização, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 270, 276, 277
 floresta nativa, 92, 97
 função jurídica, 107
 futebol, 49, 202, 203, 204, 205, 206, 237
 fúteis, 202

G

Gaza, 188, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199
 gestão ambiental, 102, 163, 165, 167, 169, 170, 171
 guerra, 57, 188, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203

H

hábito de ler, 208, 211, 214, 215, 216
 heterocomposição, 110

I

impacto social, 13, 27

inclusão, 3, 13, 14, 15, 17, 21, 40, 125, 132, 234, 239, 240, 272
 indígenas, 175, 182, 183, 185, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257
 índios, 183, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 256
 inteligência emocional, 27
 Israel, 64, 72, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200

J

Jevons, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71
 José Luis Napoleão, 38, 40, 41, 42, 43, 44
 jovens, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 140, 166, 204, 205, 206, 209, 214, 215, 216, 241
 jurisdição, 107, 108, 110, 122, 193, 194
 justiça, 13, 44, 65, 106, 107, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 157, 181, 198, 204, 264, 275
 juventude, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30

L

leguminosas, 93, 100, 101, 102
 LGPD, 7, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278
 lúdica, 33, 227

M

mais-valia, 56

Marta Cortezão, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186
 Mata Atlântica, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104
 memórias poéticas, 176
 mulher, 41, 178, 180, 181, 204, 246

O

Organização Mundial de Saúde, 140
 orientação vocacional, 14

P

país, 33, 34, 35, 131, 135, 177, 210, 216, 227, 246
 Palestina, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 200
 PALESTINA, 7, 188, 200
 pandemia, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 180
 paralisia, 126, 131
 paralisia cerebral, 126
 Paralisia Cerebral, 125, 126, 127, 130, 131, 132
 Paulo Freire, 208
 poder público, 136, 253, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 269, 272, 276, 278
 prática pedagógica, 76, 77, 128, 243
 preconceito, 21, 131, 189, 245, 246, 248, 251, 252, 255, 256
 progressão continuada, 76
 protagonismo, 16, 42, 46, 77, 79, 80, 117, 179
 proteção, 17, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 178, 193, 195, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278
 psicomotor, 131, 133, 221, 227

psicomotricidade, 125, 127,
128, 129, 130, 131, 132, 133
Psicomotricidade, 125, 128,
132, 133

Q

qualidade de vida, 94, 115, 131,
135, 136, 137, 140, 141, 142,
145, 146, 164, 254

R

raízes étnicas, 246
recursos hídricos, 94, 103, 195
recursos naturais, 94, 96, 97,
98, 99, 102, 136, 163, 167, 168,
170, 250
resolução de conflitos, 107,
108, 109, 110, 111, 120, 228,
239
Rosa dos Ventos, 8, 9, 10, 11

S

saúde integral, 232
sequências digitais, 84
sistema multiportas, 107, 109
sobrevivência, 93, 94, 95, 97,
98, 99, 100, 137, 180, 216, 253
sono, 137, 138, 139, 141, 142,
143, 144, 145, 146, 175
sustentabilidade, 13, 22, 96,
100, 101, 102, 163, 164, 165,
166, 170, 171

T

Taxonomia de Bloom, 219,
220, 221, 222, 223, 224, 226,
228, 229
tecnologias, 18, 132, 209, 211,
213, 214, 215, 216, 217, 234,
241, 265, 269, 277
teorias, 57, 77, 150, 157, 158,
159, 189, 222, 224, 225, 233,
234
terapeuta, 33, 34
terceiro setor, 12, 13, 14, 15,
16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25,
27, 28, 29, 30, 31
Terceiro Setor, 13, 14, 31
trabalho, 10, 13, 14, 15, 18, 20,
22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 35,
40, 42, 44, 48, 51, 52, 53, 54,
55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63,
64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71,
73, 131, 137, 139, 146, 155, 165,
170, 176, 202, 206, 224, 234,
235, 238, 239, 242, 245, 246,
249, 251, 252, 254, 260, 261,
262, 277, 278

U

universo amazônico, 174, 179,
183
urbano, 58, 93, 94, 99, 100,
144, 254

V

vulnerabilidade social, 13, 24,
274

ROSA DOS VENTOS

Esta obra é um convite à interdisciplinaridade, um chamado para que ultrapassemos as fronteiras convencionais das disciplinas e mergulhemos na riqueza da diversidade intelectual.

Cada artigo é uma janela aberta para novos horizontes, um passo adiante na trilha da inovação e do conhecimento. Convidamos você, leitor/a, a embarcar nesta jornada conosco. Abra este livro com os olhos curiosos, o coração aberto e a mente preparada para a aprendizagem.

Ao Norte, encontramos o respeito às tradições acadêmicas, o alicerce sobre o qual erguemos as construções do saber. Virando ao Sul, somos impulsionados pela bússola da renovação, explorando territórios desconhecidos e perspectivas inovadoras.

No Leste, a alvorada da criatividade desperta em nós a capacidade de sonhar e de criar novos caminhos para o entendimento. E ao Oeste, o crepúsculo da reflexão nos convida a ponderar sobre o impacto e a relevância de nossas descobertas.

Quê a Rosa dos Ventos seja a sua guia nesta viagem pelo vasto oceano do saber, iluminando caminhos inexplorados e guiando-o rumo a um futuro repleto de possibilidades e descobertas.



Diálogo Freiriano
www.dialogofreiriano.com.br

